

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

MARCOS ALEXANDRE SMANIOTTO

A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NA MICRORREGIÃO
OESTE DO PARANÁ (1964-1979)

DOURADOS – 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

MARCOS ALEXANDRE SMANIOTTO

A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NA MICRORREGIÃO
OESTE DO PARANÁ (1964-1979)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Alzira Salete Menegat

Este trabalho é dedicado à:

Antônio e à Mercedes Smaniotto, por ensinar os verdadeiros valores da vida com exemplos, por não desistirem do “filho problema”, por uma vida inteira de lutas (no campo e na cidade) e que agora forma o primeiro doutor desta família de trabalhadores. Este trabalho é de vocês;

À Pequena, pelo apoio e pela ajuda, imprescindíveis nesta trajetória. Companheira de todas e para todas as horas, de inabalável confiança, mesmo quando esta faltava em mim. Obrigado pelo amor e pela paciência;

Aos meus filhos, Marco Antônio e Miguel, crianças adoráveis... Desculpem-me pela relativa ausência em suas vidas. Agora poderemos brincar!

Ao Vô Lance (*in memoriam*), que deixou, além das alegres lembranças, o exemplo de vida a ser seguido (como operário, como garimpeiro, como colono, como pessoa);

AGRADECIMENTOS

Este trabalho concretiza mais de quatro anos de trabalho árduo, em todas as áreas da vida. Foram muitas pessoas que contribuíram para a realização desta pesquisa e muitas pessoas que, por vezes, se magoaram pela sua realização. Não seria exagero dizer que aqui estão presentes sangue, suor e lágrimas, não somente da minha parte, mas em especial de toda a minha família, que acabou se envolvendo para que o resultado final acontecesse. Pai, mãe, irmãos, companheira, filhos, cunhados, sogros, avós e muitos amigos entram no rol destas pessoas que ora se alegravam com minha satisfação em compor mais um capítulo, em fazer mais uma conexão; ora se magoavam, pela minha ausência nos encontros, nas festas e outras atividades onde minha presença era sentida mas, principalmente, pela minha ausência nas brincadeiras com as crianças, pela visita de instantes aos amigos, de tantos momentos furtados...

Gostaria de agradecer:

Ao meu pai, Antônio Smaniotto, que por incontáveis vezes me acompanhou no trajeto Rondon-Dourados-Rondon, fortalecendo-me em todas as viagens não só com sua presença, mas pelo seu exemplo de vida; fazendo-me entender que minha luta é mínima em relação à sua, não apenas com palavras, mas com exemplos. Por isso e por muito mais, meu velho, eu lhe agradeço.

À minha mãe, Mercedes, pelas inúmeras formas de auxílio (dos materiais aos emocionais). Ajuda que foi desde ficar com as crianças para eu estudar até um olhar esperançoso ou um abraço reconfortante, que só mãe sabe dar. Foram tantas formas em que você me incentivou e que tenho para agradecer que é difícil enumerar. Muito obrigado.

À Pequena, por todas as dificuldades e alegrias que vivemos nestes quatro anos. Foram anos de muito crescimento. Pela ajuda emocional, com nossos filhos, com as discussões históricas e historiográficas sobre o trabalho, com várias outras oportunidades em que você esteve presente. Obrigado por estar ao meu lado nesta trajetória.

Aos meus irmãos, Jeferson e Izabel, pelo incessante e ininterrupto incentivo. Também aos meus cunhados (Rodrigo, Karinie, Joacir) pelo apoio.

Ao Valdiceu Divo Schoder (véio), pela ajuda em várias áreas em que precisei (desde cuidar dos meus filhos até discutir questões relacionadas com a pesquisa). Obrigado véio!

Aos companheiros de NA, em especial: Rogério Vaz, Joacir Marcelo de Oliveira e Valdiceu Divo Schroeder.

Ao amigo e professor Lucas Patchiki, pela leitura atenta, as discussões teóricas e metodológicas, históricas e historiográficas sobre a pesquisa. Pelo olhar sempre crítico e otimista, pelas conversas, pela amizade.

Ao professor Tiago A. H. Benfica, pela estadia em Dourados e pelas discussões.

Ao amigo e professor Márcio Antonio Both, pela ajuda – formal e informal – com as discussões teóricas e metodológicas, históricas, historiográficas e as fontes sobre história agrária e a pesquisa. Críticas importantes e imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores Paulo Roberto Cimó Queiroz, Fernando Perli, João Carlos de Souza e Márcio Antonio Both, pelas contribuições no exame de qualificação, que foram muito importantes à confecção final da pesquisa.

A Ariovaldo Luiz Bier (*in memoriam*), pelo acesso ao acervo completo do Jornal Rondon Hoje.

Ao Museu de Toledo, pelas imagens e documentos cedidos.

À direção da Rádio Difusora, que não criou dificuldades de acesso aos seus arquivos, em especial ao Frente Ampla de Notícias.

Ao presidente da Câmara de Vereadores, João Marcos Gosmes, pelo acesso aos documentos e, em especial, a Cristiano Viteck, assessor de imprensa da Câmara, pela disponibilização da relação dos vereadores, partidos e número de votos, sistematizados por ele e gentilmente cedidos.

Ao Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná – Cepedal – pelo acesso às imagens, jornais, entrevistas e outros documentos.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – Capes –, pela Bolsa Demanda Social, a qual ajudou a tornar possível esta pesquisa.

E principalmente à professora Alzira Salete Menegat, pelo seu lado pessoal, sempre atenciosa, solícita e humana, e também profissional, com sóbrias orientações que ajudavam-me a desvendar o caminho a seguir nesta pesquisa. Pelo apoio, pela paciência, pelo crescimento, pelo incentivo a seguir em frente. Muito obrigado Alzira.

RESUMO

Resumo: Esta tese teve como objetivo principal estudar o processo de modernização conservadora na microrregião Oeste do Paraná, por meio do município de Marechal Cândido Rondon, durante os anos de 1964 a 1979. A produção histórica sobre este processo nesta microrregião é escassa e o trabalho se propôs a preencher esta lacuna. O entendimento de aspectos sobre a introdução da “revolução verde” e da modernização conservadora no campo forneceu algumas chaves interpretativas para compreender a estrutura e a dinâmica socioeconômica atual. As preocupações com esta tese partiram do presente para o passado, mas foi a partir do passado para o presente que ela foi construída. Para chegar ao entendimento da organização social que se estabeleceu na microrregião Oeste do Paraná na década de 1960, anos de inflexão para a passagem para a modernização conservadora, foi realizada uma pesquisa sobre a formação, organização inicial e colonização da microrregião Oeste do Paraná, por meio de políticas públicas (federais e estaduais) de colonização, sujeitos sociais que se estabeleceram no local, conflitos sociais por terra no Paraná, entre outros. Com este estudo, investigou-se a microrregião Oeste do Paraná no contexto de um plano de colonização privada, com os aspectos socioeconômicos que formariam a região previamente organizados (pessoas, forma e tamanho das propriedades agrícolas, produção do campo, industrialização, religião, entre outros). Depois deste entendimento, empreendeu-se pesquisa para investigar como a modernização estabeleceu-se nesta sociedade, caracterizada pela prévia organização. Constatou-se que modernização conservadora provou mudanças profundas nesta sociedade, passando de modificações mais genéricas e difíceis de serem comprovadas, como o *ethos* do colono, sua identificação cultural, intrapessoal e interpessoal, para outras mais visíveis, como àquelas relacionadas com o setor produtivo – modificação na estrutura de produção, estrutura agrária, etc. A modernização conservadora em Marechal Cândido Rondon trouxe consequências sociais indeléveis, com a expulsão de um grande contingente de trabalhadores sem propriedade da terra (arrendatários, meeiros, parceiros, entre outros) e também dos colonos com pequenas propriedades, que foram pressionados a sair do campo por diversos motivos (inviabilidade econômica da pequena propriedade no modelo “moderno” de produção, dificuldade para pagar as prestações de financiamento com bancos, especulação imobiliária, entre outras). Ainda, neste contexto, a década de 1970 foi marcada por crises econômicas no campo, como aquelas que foram estimuladas por intempéries (geada e seca), fechamento de indústria frigorífica (de suínos), construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (que removeu grande quantidade de colonos de suas propriedades), entre outras.

Palavras-chave: Modernização conservadora; transformações no campo; crises econômicas; êxodo rural; especulação imobiliária.

Abstract: This thesis aims to study the process of conservative modernization in western Paraná little, through the municipality of Rondon, during the years from 1964 to 1979. The historical production of this process in this micro-region is scarce and work it aims to help fill this gap. Understanding aspects of the introduction of the “green revolution” and the conservative modernization in the field provide some interpretative keys to understanding the

structure and the current socio-economic dynamics. Concerns with this thesis are based on the present leave the past, but it was from the past to the present that it was built. To get to the understanding of social organization that was established in the little West Paraná in the 1960s, years of inflection for the passage to the conservative modernization, a survey of the training was held, initial organization and colonization of western Paraná little, for through public policies (federal and state) of colonization, social subjects who settled in place, social conflicts over land in Parana, among others. This study saw that the Western Paraná little was the target of a private settlement plan, with the socioeconomic aspects that form the pre-arranged region (people, shape and size of farms, field production, industrialization, religion, among others). Following this understanding, research was undertaken to investigate how the modernization has established itself in this society, characterized by the previous organization. We have seen that conservative modernization proved profound changes in this society, from more generic and difficult changes to be proven, as the ethos of the settler, cultural, intrapersonal and interpersonal identification, to more visible, such as those related to the productive sector – change in production structure, agrarian structure, etc. The conservative modernization in Rondon brought indelible social consequences, with the expulsion of a large number of workers without land ownership (tenants, sharecroppers, partners, etc.) and also the settlers with small farms, which were pressured to leave the field for various reasons (economic infeasibility of small property in the model “modern” production, trouble paying financing installments banks, real estate speculation, etc.). Even in this context, the 1970s was marked by economic crises in the field, such as those that have been stimulated by bad weather (frost and drought), meatpacking industry closure (pigs), construction of the Itaipu Hydroelectric Power Plant (which removed large amount of settlers from their properties), among others.

Keywords: conservative modernization; economic crises; rural exodus; estate speculation.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	14
1. A MICRORREGIÃO OESTE DO PARANÁ.....	37
1.1 O CONCEITO DE REGIÃO: reflexões para análise.....	38
1.2 RELAÇÕES CAPITALISTAS NA MICRORREGIÃO OESTE DO PARANÁ.....	47
1.3 A FORMAÇÃO DO OESTE PARANAENSE: políticas de fomento à ocupação e à racionalização capitalista da terra.....	59
1.3.1 Sujeitos Sociais “Paranaenses”.....	59
1.3.2 A Ocupação do Oeste Paranaense.....	62
1.4 O INÍCIO DO PROCESSO DE EXPLORAÇÃO CAPITALISTA NA MICRORREGIÃO OESTE DO PARANÁ.....	69
2. MARIPA: LUCRANDO COM A MICRORREGIÃO OESTE DO PARANÁ....	84
2.1 A MARIPA, OS ACIONISTAS E O INÍCIO DO EMPREENDIMENTO COMERCIAL.....	85
2.2 A PROPOSTA INICIAL DE COLONIZAÇÃO DA MARIPA E A PROPAGANDA.....	95
2.3 DISPUTAS ENTRE ACIONISTAS DA MARIPA E PARTIDOS POLÍTICOS.....	108
3. MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON.....	117
3.1 INDICATIVOS PARA O ENTENDIMENTO DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO EXTREMO OESTE DO PARANÁ.....	119
3.2 MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA EM MARECHAL CANDIDO RONDON: aspectos iniciais.....	139
3.3 O TRATOR E O CRÉDITO RURAL NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON.....	148
3.3.1 A Copagril e a Acarpa no Contexto da Modernização Conservadora em Marechal Cândido Rondon.....	149
3.3.2 Tratores e Financiamentos em Marechal Cândido Rondon.....	170
3.4 MODERNIZAÇÃO, CONCENTRAÇÃO E ÊXODO RURAL.....	183
4. MODERNIZAÇÃO E CRISE EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON.....	202
4.1 MODERNIZAÇÃO E CRISE ECONÔMICA EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON: aspectos iniciais.....	204
4.2 MODERNIZAÇÃO, ENDIVIDAMENTO, INTEMPÉRIES: dinâmica da crise na agricultura na década de 1970 e algumas consequências em Marechal Cândido Rondon.....	212

4.3 CRISE E CONFLITOS SOCIAIS NA MICRORREGIÃO OESTE DO PARANÁ: NPR's e ITAIPU.....	257
4.3.1 Grupo Frimesa/Ruaro e as NPR's.....	257
4.3.2 A Construção da Itaipu e Algumas Consequencias aos Colonos de Marechal Cândido Rondon.....	270
4.4 SAÍDAS PARA A CRISE.....	288
CONCLUSÃO.....	298
BIBLIOGRAFIA.....	303

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: PRINCIPAIS <i>OBRAGES</i> NO OESTE DO PARANÁ.....	62
MAPA 2: ESTADO DO PARANÁ EM 1944, COM O TERRITÓRIO DO IGUAÇU....	71
MAPA 3: TERRITÓRIO OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ ALVO DA COLONIZAÇÃO.....	76
MAPA 4: LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE COLONIZAÇÃO DA MARIPA NO OESTE DO PARANÁ.....	86
MAPA 5: DIVISÃO DA FAZENDA BRITÂNIA, NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1950.....	92
MAPA 6: MUNICÍPIO DE TOLEDO, EM 1957.....	106
MAPA 7: LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO OESTE DO PARANÁ.....	140
MAPA 8: MARECHAL CÂNDIDO RONDON, EM 1962, AINDA COM SEUS 10 DISTRITOS E A SEDE.....	141
MAPA 9: MARECHAL CÂNDIDO RONDON TEVE PARTE DE SUAS TERRAS ALAGADAS DEPOIS DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU.....	142
MAPA 10: ÁREA DE ATUAÇÃO DA COPAGRIL DE 1970 A 1984.....	159

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1: VISÃO PARCIAL DO NÚCLEO URBANO DE TOLEDO EM 1953.....	80
IMAGEM 2: PROPAGANDA DE TERRAS NO OESTE DO PARANÁ, PRODUZIDA PELA MARIPA E DISTRIBUÍDA NO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA.....	99
IMAGEM 3: ATA DA PRIMEIRA ELEIÇÃO REALIZADA EM TOLEDO, PARANÁ, EM 1952.....	111
IMAGEM 4: DESFILE DE TRATORES E INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON EM 1970.....	174
IMAGEM 5: COMÉRCIO DE TRATORES EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON, NA DÉCADA DE 1970.....	175
IMAGEM 6: TREINAMENTO DE MÃO DE OBRA PARA MECÂNICOS.....	176
GRÁFICO 1: MÉDIA ANUAL DE PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON (1965-1995).....	224
GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL NO BRASIL.....	245

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: ESTIMATIVA POPULACIONAL DO PARANÁ ATÉ 1940.....	55
TABELA 2: PRINCIPAIS SUBSCRITORES DA MARIPA EM 1946.....	88
TABELA 3: ORIGEM DOS COLONOS DA FAZENDA BRITÂNIA ATÉ 1956, SEGUNDO O LOCAL DE NASCIMENTO.....	100
TABELA 4: DADOS DEMOGRÁFICOS DA ÁREA COLONIZADA PELA MARIPA.....	102
TABELA 5: RESULTADO DA PRIMEIRA ELEIÇÃO PARA PREFEITO E VEREADORES EM TOLEDO, SEGUNDO ETNIA.....	114
TABELA 6: CRESCIMENTO POPULACIONAL URBANO E RURAL NO PARANÁ ENTRE 1950 E 1970 (EM N° PESSOAS).....	131
TABELA 7: ESTRUTURA DA ECONOMIA PARANAENSE DE 1969 A 1975 (VALORES EM Cr\$ 1.000,00).....	134
TABELA 8: CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON.....	142
TABELA 9: QUADRO GERAL DE ASSOCIADOS, FUNCIONÁRIOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA COPAGRIL (1970-1990).....	157
TABELA 10: USO DE TRATORES NO BRASIL (1950-1985).....	171
TABELA 11: AUMENTO NO NÚMERO DE TRATORES NO PARANÁ.....	171
TABELA 12: MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS – TRATORES.....	172
TABELA 13: MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS – ARADOS E COLHEITADEIRAS.....	173
TABELA 14: FINANCIAMENTOS OBTIDOS (ORIGEM) EM MIL CRUZEIROS.....	180
TABELA 15: DESPESAS DOS COLONOS NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA.....	181
TABELA 16: PROPRIEDADE DAS TERRAS EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON.....	185
TABELA 17: CONDIÇÃO DOS TRABALHADORES DO CAMPO EM RELAÇÃO ÀS TERRAS EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON.....	186
TABELA 18: FORMA DE ADMINISTRAÇÃO E RESIDÊNCIA DO PRODUTOR....	196
TABELA 19: 3ª LEGISLATURA 31/01/1970 A 31/01/1973	208
TABELA 20: 4ª LEGISLATURA 31.01.1973 A 31.01.1977.....	209
TABELA 21: 5ª LEGISLATURA 01/02/1977 A 31/12/1982.....	210
TABELA 22: GRUPOS DE ÁREA TOTAL.....	214
TABELA 23: TERRAS PRÓPRIAS E DE TERCEIROS.....	217

TABELA 24: PRODUÇÃO DE TRIGO NA DÉCADA DE 1970.....	218
TABELA 25: PRODUÇÃO DE SOJA NA DÉCADA DE 1970.....	220
TABELA 26: PRODUÇÃO DE MILHO NA DÉCADA DE 1970.....	222
TABELA 27: VALOR DA PRODUÇÃO VEGETAL E ANIMAL EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON.....	226
TABELA 28: CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS.....	229
TABELA 29: VALOR DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS.....	246
TABELA 30: FINANCIAMENTOS OBTIDOS (FINALIDADE PRINCIPAL DECLARADA) EM MIL CRUZEIROS.....	246
TABELA 31: CREDORES E DÍVIDA DO FRIRONDON NO MOMENTO DA CONCORDATA.....	261
TABELA 32: ATINGIDOS PELO ALAGAMENTO DA ITAIPU EM 1975.....	273
TABELA 33: MUNICÍPIOS, ÁREA TOTAL E COMPROMETIDA PELA ITAIPU....	274

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De maneira geral, pode-se dizer que a proposta da pesquisa foi analisar a formação, organização¹ inicial e reorganização da microrregião Oeste do Paraná (por meio do estudo do município de Marechal Cândido Rondon²) entendidas a partir da modernização conservadora no campo,³ entre 1964 e 1979. O recorte geográfico e temporal se justificam pelos processos históricos que ocorrem durante estes anos, de âmbito internacional ao local, onde destaca-se: a entrada e/ou intensificação do capital internacional na produção agrícola do Brasil, por meio da organização e do fomento à modernização conservadora no campo; a transformação do projeto inicial da Indústria Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. – MARIPA⁴ – que se processaram nestes anos (concentração de terras, modelo de produção no campo, etc.); as crises na produção agrícola da década de 1970; a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu – Itaipu; especulação imobiliária da terra; dentre outros fatores sociais que fomentam o entendimento da microrregião a partir do rural.

Realizou-se algumas análises sobre a microrregião estudada, na busca de aprofundar o que se sabe sobre a agricultura e os processos sociais ligados. Estas reflexões se deram

¹ O uso do conceito de organização é entendido não relacionado à sistematização meticulosa de algo, criando, preparando e “dispondo convenientemente” as partes do que quer que seja (adaptado do Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa – versão on-line). Se assim fosse, estar-se-ia limitando-se a interpretação nas ciências humanas, pois quase nada é “convenientemente disposto”, ou, esta disposição depende do “olho” de quem vê. Neste sentido, entende-se que a organização de uma região pode se dar na desorganização, dada que a racionalidade para o que é – ou não – organizado parte daqueles que usam o objeto em questão. No entanto, a região que trata a pesquisa que segue possuiu, a partir da década de 1940, uma organização superestrutural, devido a um planejamento de toda a área a ser colonizada pela MARIPÁ (empresa colonizadora). Desde as pessoas até a forma de produção já haviam sido preestabelecidas, dado que muito pouco restou das comunidades indígenas que habitavam a região, bem como das *obrages* que exploravam economicamente até o início do século XX. Apesar desta organização inicial, vê-se que as pessoas não adaptam-se ou adequam-se a ela simplesmente pelo fato de estar normatizado, disposto, mas reinterpretam e ressignificam a “organização” inicial da MARIPÁ. Aqui, parte-se do pressuposto de que é necessário entender a significação para poder entender, posteriormente, a ressignificação e, portanto, falar-se-á em organização para poder falar em reorganização não só produtiva, mas social.

² Deste município faziam parte os então distritos de Quatro Pontes, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado e Mercedes. Todos estes quatro hoje municípios faziam parte de um único município, Marechal Cândido Rondon, sendo eles desmembrados e emancipados político-administrativamente em 1991.

³ Modernização conservadora é um termo debatido por diversos autores, com diversos entendimentos. Segue-se com José Graziano da Silva, especificamente em seu livro *Modernização Dolorosa*, quando ele indicou que a modernização foi dolorosa porque foi conservadora, e isso devido a ela mudar o volume da produção agrícola sem mudar as estruturas agrárias, o que gerou exclusão social e concentração de poder.

⁴ Indústria Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. – MARIPÁ. Daqui em diante usar-se-á a sigla MARIPÁ para designar a empresa.

procurando, através da história e da historiografia, entender o que seria o “regional” teoricamente, dado que o entendimento do conceito é importante para entender a pesquisa. Investigou-se, por meio de algumas das principais políticas nacionais de incentivo à colonização do Oeste, bem como da atuação da Colonizadora MARIPA, a proposta de organização da microrregião Oeste do Paraná. Mais adiante, voltou-se o foco para analisar como a intensificação de investimentos e a “modernização” na agricultura provocaram modificações na proposta inicial de formação da região e alguns dos seus reflexos. Como desdobramento destes primeiros processos históricos, procurou-se analisar como estas transformações no campo e na produção agrícola promoveram transformações sociais na microrregião.

Para dar conta da pesquisa, em uma primeira parte buscou-se entender o conceito de região e sua aplicabilidade na investigação que segue. Depois, a formação da microrregião Oeste do Paraná no modelo socioeconômico capitalista e como as políticas nacionais de fomento à ocupação da região Oeste – do Brasil e, por conseguinte, do Paraná⁵ – foram preponderantes para que a colonização da microrregião Oeste do Paraná fosse feita da maneira que foi, por colonizadoras, sujeitos sociais selecionados, propriedades rurais padronizadas em pequenas e médias áreas, produção agrícola direcionada à policultura, projeto de industrialização, dentre outros.

A terceira parte da pesquisa aborda a agricultura na microrregião Oeste do Paraná do final da década de 1960 até a seguinte, e a “modernização” na agricultura. Indica-se como ocorreu este processo, quais as características da região, dentre outras informações que levam à compreensão da modernização conservadora em Marechal Cândido Rondon.

Na quarta parte da pesquisa, modernização e crise formam os focos da investigação. A dinâmica da inserção do capital no campo, da entrada e da intensificação do uso da tecnologia na agricultura, as consequências deste processo para quem estava no campo – proprietários ou não – dentre outros.

Em geral, propõe-se a investigação da agricultura mostrando as especificidades quanto a sua dinâmica de produção/acumulação/reprodução, relacionando-a, dentre outros, com os processos produtivos do campo e cidade, onde, dadas circunstâncias específicas – como a da década de 1970 –, criaram variações na sua dinâmica, transformando uma

⁵ Percebidas, em âmbito nacional, pela “Marcha para o Oeste” e pela tentativa de criação do Estado do Iguazu, bem como, no contexto estadual, pelos projetos de colonização dos Governadores Bento Munhoz da Rocha Neto e Moisés Lupion.

sociedade basicamente com uma estrutura voltada para a produção de subsistência para uma sociedade agroexportadora.⁶

AS FONTES DA PESQUISA

O dia de hoje é sobremaneira importante na história do Brasil, dados os fatos sucedidos no ano de 1964, quando o exército de Minas, liderados por chefes militares e civis, desceu as Alterosas rumo ao Rio de Janeiro para mudar uma situação que estava a tornar-se insuportável. A barafunda política, os desencontros e a agitação de meia dúzia de maus elementos, estavam levando o Brasil à ruína e ao comunismo. Exacerbando os ânimos, lançando à luta patrões contra empregados, subordinados contra superiores, subvertendo a ordem natural das coisas, e o governo na mão de um cidadão inábil e fraco, minado pela solércia vermelha, o Brasil precisava mudar os rumos, como mudou mesmo. Não se afirma que Goulart endossasse as idéias vermelhas, as estava servindo de inocente útil, daí a necessidade de sua destituição. Jango sempre foi mais fazendeiro do que presidente e, mal escolhido para ser o continuador do pensamento e dos ideais de Vargas, só poderia ter o fim que realmente teve. Por isso a data de hoje, que marca a vitória da revolução iniciada um dia antes, é uma data marcante na história do Brasil. Temos fé que Costa e Silva, o gaúcho de Taquari, acertará o que o gaúcho Jango fez de errado. Ouvimos a entrevista com o presidente no dia de ontem. Palavras marcantes de fé no futuro do Brasil, independente, soberano e esperançoso de dias melhores. A palavra de Costa e Silva faz-nos dar-lhe um voto de confiança, coisa que nunca lhe regateamos.⁷

Esta é uma reportagem da Rádio Difusora do Paraná, aqui uma das principais fontes de investigação. Não há dúvidas sobre o caráter conservador da empresa. Destaca-se esta *Mensagem Comemorativa* para indicar que a Rádio Difusora do Paraná servia aos interesses da ditadura civil-militar e propagava suas notícias tendo em consideração a posição de alinhamento com o governo. No entanto, nesta empresa está o mais completo acervo de notícias desde 1966, com todas as notícias que foram lidas no jornal principal, o Frente Ampla de Notícias, arquivadas.

Sobre as fontes da Rádio, é necessário informar que, teoricamente, não se sustenta o viés da imparcialidade dos meios de comunicação, da imprensa como neutra aos

⁶ Cabe informar também que este tese partiu de problemas levantados e não resolvidos na produção da dissertação de mestrado “A Burguesia Rondonense em Ação: a formação e atuação da Guarda Mirim (1966-1979). Dissertação de Mestrado em História. Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2008. Naquele momento pesquisou-se, dentre outros, os aspectos urbanos da formação do município. Agora, investiga-se problemas relacionados com o meio rural do mesmo. A base teórico-metodológica se manteve, centrada no materialismo histórico-dialético.

⁷ Frente Ampla de Notícias. Rádio Difusora. 01/04/1967.

acontecimentos, supostamente descrevendo somente o que aconteceu e, assim, sendo somente um “veículo de informações”, apartados dos acontecimentos, sem tendência política/ideológica, em uma visão externa ao ocorrido, etc. Aqui enfatiza-se justamente o contrário. A escolha por este “aparelho” de comunicação para a análise de parte da sociedade da classe dominante rondonense se deu, principalmente, devido ao caráter burguês da Rádio Difusora. Desta forma, deixa-se claro que as matérias da Rádio foram analisadas como um instrumento de intervenção político-ideológica na vida social de Marechal Cândido Rondon. Afasta-se, assim, da falácia sobre a “imparcialidade” dos meios de comunicação.

O rádio, em Marechal Cândido Rondon, ocupava – e de certa maneira ainda ocupa – lugar de destaque como fonte de informações. Um fator importante na escolha desta fonte foi o grande alcance que este meio de comunicação tinha – e tem – na região pesquisada. O rádio, nos períodos da colonização em Marechal Cândido Rondon, foi o meio de entretenimento e informação mais usado pela população, naquela época eminentemente agrícola. A televisão era pouco usada, por motivos econômicos – preço do aparelho –, bem como pela precariedade logística do município para tal – sem grandes extensões de energia elétrica, redes de transmissão, etc. O rádio era o melhor e mais acessível meio de comunicação à época. Nesta forma fácil de “comunicação”, onde não são necessárias luzes, cenários, etc., os produtores da Rádio Difusora, por exemplo, traziam desde informações locais, específicas, como o anúncio de um emprego, até aquelas que se relacionavam com o contexto mundial, que à época trazia a Guerra Fria e o comunismo como principais pontos. Destaca-se que o aparelho de rádio é acessível à maioria da população, pois ele tem funcionamento e peças simples, de baixo custo; também, pode ser acionado através de pilhas e baterias – dispensando a energia elétrica cabeada, e assim não se limitando aos lugares onde exista esta forma de energia –, as ondas do rádio têm longo alcance, enfim, o rádio foi, e é, um dos meios de informação mais acessível a todos. Ainda, e talvez por isso, a repercussão e credibilidade que era depositada nas reportagens da Rádio Difusora do Paraná uma formadora de opinião, crítica em favor dos valores conservadores (ditatoriais) que seus diretores defendiam naquele período.

Como forma de indicar o conservadorismo da região, e a possível relação deste com o discurso jornalístico da Rádio Difusora, pode-se indicar que em 19 de março de 1976 o ditador Ernesto Geisel esteve Marechal Cândido Rondon. Sua visita informalmente foi por agradecimento aos 95% dos votos que a Arena fez no município. No país, proporcionalmente, Marechal Cândido Rondon foi o município que mais votou na Arena. Um exemplo disso também pode ser dado através da representação política no município, onde havia a Arena 1 e a Arena 2. O MDB só entrou na disputa política na segunda metade da década de 1970.

Cabe destacar que as reportagens da Rádio Difusora foram mantidas em seus textos originais, portanto, escritos para serem lidos em voz alta, não levando muito em conta a escrita correta das palavras. Assim, tentou-se efetuar interferências apenas no que diz respeito à complementação de frases (com [a], [o], [em], etc.), bem como na colocação de crases e outros para ajudar na compreensão do texto escrito. Ainda, sobre a documentação da Rádio, deixa-se claro que os textos não seguem um padrão único no que tange a unidade de medida, datas e números. Por fim, indica-se uma reportagem do Jornal Rondon Hoje, que havia realizado uma pesquisa “Ibope” sobre a audiência dos meios de comunicação em Marechal Cândido Rondon. Destacou que realizou

(...) uma pesquisa de opinião pública, para ver o IBOPE das 400 pessoas entrevistadas (...). No cômputo geral, a Rádio Difusora lidera com 205, contra 178 da [Rádio] Educadora, 9 da Guaíba e 8 de outras estações diversas. Os jornais mais lidos são: Rondon Hoje, 367; O Paraná, 46; Estado do Paraná, 38; Folha da Manhã, 11; Folha de Londrina 8; e Gazeta do Povo, 3.⁸

Por mais que esta pesquisa possa ser tendenciosa, indica que os meios de comunicação usados como fontes nesta pesquisa eram “consumidos” pela população. Não quer se destacar os primeiros lugares, mas sua inserção e, possivelmente, sua credibilidade. Também estão disponíveis as atividades dos vereadores, secretários e prefeito de Marechal Cândido Rondon através da leitura das propostas que as assessorias de imprensa da Câmara Municipal e do Executivo enviavam à Rádio para serem lidas.

Foram utilizadas também fontes de pesquisa direcionadas a imprensa sobre Marechal Cândido Rondon e região, como os jornais: Jornal Rondon Hoje; O Alento; Rondon Comunicação; e o Informativo Copagril. Este conjunto de jornais é importante, pois trazem informações sobre as questões agrárias da década de 1970, contribuindo à pesquisa, bem como dados variados sobre poder, política, economia e a cultura vista a partir destes meios de comunicação.

Outra fonte importante utilizada são as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com ele foram apresentados dados estatísticos, tabelas, índices de produtividade, censos agropecuários, área plantada e colhida, dentre outras informações relevantes à pesquisa.

⁸ Jornal Rondon Hoje. *Como Anda a Comunicação em Rondon*. Marechal Cândido Rondon, 2 a 9 de junho de 1979.

Há também o Projeto de Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira (PERSAGRI II). A lógica de execução do PERSAGRI estruturou uma rede de pesquisadores nacionalmente distribuída, garantindo a realização de análises regionais, que exigiu uma interlocução nacional. De maneira geral, publicaram estudos sobre o desenvolvimento agrícola em uma nova perspectiva analítica do desenvolvimento agrícola (“modernização”). Deste grande projeto utilizou-se o documento *Modernização e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira: um estudo do extremo-oeste do Paraná*.

Segundo o documento,

O objetivo da pesquisa (...) foi o analisar os determinantes do processo de formação (ou não) de novos grupos sociais no campo, a partir do segmento da agricultura organizado com base nas unidades familiares de produção; mais precisamente, procurou-se avaliar a participação da chamada “modernização da agricultura” e da política agrícola em particular sobre a complexificação da estrutura social no campo, nos últimos vinte anos.⁹

Estes documentos também estão disponíveis no Núcleo de Pesquisa e Documentação Sobre o Oeste do Paraná – CEPEDAL, na UNIOESTE, e mostram dados sobre uma proposta de desenvolvimento econômico regional no Oeste do Paraná, apontando alguns resultados do processo de modernização conservadora e, ainda, possíveis direcionamentos da agricultura naquele momento.

No Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) estão reunidos um grande número de informações sobre a economia e a sociedade – de maneira geral – durante o período proposto para análise. Além de suas publicações pagas, o instituto também viabiliza a consulta em seu banco de dados via internet, o que facilita o acesso e o trabalho com as fontes. Conforme as informações oficiais, “O IPARDES é uma instituição de pesquisa vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Sua função é estudar a realidade econômica e social do Estado para subsidiar a formulação, a execução, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas”.¹⁰

⁹ BESNOSIK, Roberto I. & CEZAR, Paulo B. & RIBEIRO, Ivan de O. **Modernização e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira: um estudo do extremo-oeste do Paraná**. Horto. 1981. p. I. Ao documento PERSAGRI II será atribuído crédito aos seus pesquisadores, portanto, no decorrer do texto, a referência será em relação aos nomes dos autores, e não somente ao documento.

¹⁰ Disponível em: < <http://www.ipardes.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=9> > Acessado em: 25.05.2011.

Além destas fontes de levantamentos de dados, foram importantes as obras de Valdir Gregory,¹¹ Marcelo Grondin,¹² Romário Martins,¹³ Ruy Wachowicz,¹⁴ dentre outros. Cabe destacar que os autores citados tratam especificamente do Paraná e da microrregião Oeste. Eles foram utilizados para formular a tese (do processo dialético da pesquisa), a aparência, as informações iniciais sobre o objeto de estudo pesquisado.

TEORIA E METODOLOGIA

Uma das grandes críticas ao trabalho de pesquisa em ciências sociais na atualidade é a questão da exposição da teoria e metodologia em local específico (normalmente na introdução ou no primeiro capítulo da pesquisa). Este pesquisador ainda faz parte daqueles que acreditam que a teoria e a metodologia são fundamentais à pesquisa. Sem fontes, teoria e metodologia não se produz História, dado que o historiador perde suas “ferramentas”. Se o ofício do historiador é criar narrativas que, no final, serão sistematizadas em forma de texto, ele precisa de sua “matéria-prima” e de suas “ferramentas” para realizar seu trabalho. Ele deve “atar” seus fragmentos de história (outros textos historiográficos, fontes diversas, etc.), dando significado para aquilo que parecia estar disperso, ou tinha um sentido dispersado, enviesado. Para trabalhar, as “ferramentas” deste historiador que se encontra em sua “oficina” são: as fontes, teoria(s) e metodologia(s); além, evidentemente, de criatividade para juntar os “pedaços” e criar um todo racional, ou, ainda, uma versão diferente daquilo que se apresentava como o que se sabia como verossímil.

É, portanto, a teoria e a metodologia que dão as linhas interpretativas e conceituais que possibilitam ao leitor do texto final a compreender o que efetivamente o historiador quer dizer. No entanto, entende-se a teoria como um direcionamento no entendimento de conceitos, portanto a teoria não deve ser entendida como um *dogma*, usando as fontes para corroborar o que dizia previamente a teoria, em uma relação de *fidelidade* aos teóricos. Assim, a teoria dá as diretrizes iniciais de como serão entendidos os conceitos, mas, o processo histórico a ser

¹¹ GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial** – migrações no Oeste do Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

¹² GRONDIN, Marcelo. **O Alvorecer de Toledo na Colonização do Oeste do Paraná**. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2007.

¹³ MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

¹⁴ WACHOWICZ, Ruy. **Obrageros, Mensus e Colonos** – história do Oeste paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982.

investigado (remontado?) é aberto às possibilidades que extrapolam este ou aquele entendimento prévio.

Neste sentido, acredita-se que há a necessidade de esclarecer os principais conceitos e como estes serão tratados na pesquisa para que o leitor tenha conhecimento da linha interpretativa dada à pesquisa. Mencionar-se-á os autores durante o desenvolvimento da pesquisa, para rememorar ou relacionar os processos históricos com sua fundamentação teórica, e então a teoria estará, na maioria das vezes, implícita.

Néstor Kohan dá a linha inicial para a teoria usada nesta pesquisa. Segundo ele,

(...) No problema da articulação entre economia e poder também há que se esforçar para “ir mais além” e rastrear aquele âmbito que, ainda sem ser diretamente observável, nem pertence à aparência imediata nem por isso deixa de ser menos fundante. Para Marx este terreno social é o da confrontação e da contradição, ou do combate e do enfrentamento. Se nos limitamos ao plano das aparências nunca poderemos compreender aquelas relações sociais constituídas a partir das suas confrontações em sua historicidade. Em conseqüência, nos veríamos obrigados a tomar a “paz”, o domínio estável de uma das classes sociais (a capitalista) não como um momento parcial e relativo do processo global de luta de classes, mas como algo natural, eterno, a-histórico, e, portanto, sem explicação.¹⁵

Com base nestas afirmações de Néstor Kohan entende-se a teoria e o método em ciências sociais, saindo da aparência, mecanicismo, estruturalismo, positivismo e outras formas de pesquisa reducionistas para uma abordagem dialética da/na pesquisa, afastando-se da “aparência” e aprofundando-nos na “essência” dos processos sociais a serem investigados.

Procurou-se dar à pesquisa que segue o caráter teórico-metodológico proposto pelo marxismo, ou melhor, pelo materialismo histórico-dialético. Assim como indicou Néstor Kohan, há a necessidade de sair das aparências e passar a análise também pelo campo da essência. Neste sentido, procurar-se-á uma aproximação com as questões da história econômica e política, dada a especificidade da pesquisa. Relacionado a estes aspectos, entende-se o estudo da economia pela história afastando-se da “econometria”, “serialística” e/ou outra forma de pesquisa onde, erroneamente, acredita-se que os números são auto-explicativos.

As análises de Antonio Gramsci, suas contribuições teóricas possibilitam entender a sociedade capitalista contemporânea em um sentido amplo. Os conceitos gramscianos de

¹⁵ KOHAN, Néstor. *Gramsci e Marx: hegemonia e poder na teoria marxista*. In: **Tempos Históricos**. Revista do Curso de Graduação e Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Tradução de Edmundo Fernandes Dias. Marechal Cândido Rondon: v. 10. 1º Semestre, 2007. p. 15-71.

Estado Ampliado, Sociedade Civil e Política, Hegemonia, Aparelhos Privados de Hegemonia, Intelectuais Orgânicos, Revolução Passiva, entre outros, contribuem para entender todos os processos históricos estudados. Por isso, iniciar-se-á por apresentar algumas de suas contribuições.

Bloco Histórico é um conceito que ajuda a situar a pesquisa. Para além da simplificada especificação do conjunto infraestrutura + superestrutura, leva à percepção do conjunto das frações de classe, que devem ser entendidas em suas especificidades, quando analisadas individualmente. Se a pesquisa levar em conta o conjunto, deve-se estar atento aos seus embates e acordos, que visam, dentre outros, manter o poder sobre as frações oponentes da mesma classe, e, ao mesmo tempo, o poder hegemônico sobre o conjunto da classe trabalhadora. Segundo Gramsci, “Unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e infraestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”,¹⁶ na luta pela manutenção das relações socioeconômicas predominantes.

Outro conceito que se faz importante é o de Hegemonia. Conforme Antônio Gramsci, ela é efetiva quando a visão de mundo – ou ideologia – de um determinado grupo se sobrepõe à(s) de outro(s). Esta aproximação de várias visões de mundo em uma é possível devido a dois fatores preponderantes: a) organização dos grupos dominantes, com seus intelectuais, mídia, etc., e b) pela desorganização e ausência de meios para difundir as ideias anticapitalistas. Isso não significa necessariamente que os grupos antagônicos ao sistema capitalista sejam desorganizados, mas que a inserção de ideais contrários ao capitalismo é um trabalho que demandaria mais organização e recursos, em maiores e mais amplos espaços de difusão, e isso, obviamente, a classe dominante luta para não deixar acontecer.

Entende-se que o conceito de hegemonia é mais abrangente. Não pode ser apreendido apenas como um nível “superior” da ideologia ou como as formas naturalizadas da dominação. A hegemonia deve ser compreendida como um conjunto completo de práticas e expectativas em relação à vida – modo de vida –, abrangendo os valores éticos e intelectuais, que dão sentido e sustentação às relações entre os grupos sociais. A hegemonia é uma relação social onde se expressam amores, ódios, alianças, embates, etc. Neste sentido, no exercício da hegemonia, um ou vários grupos dominantes (já em conluio) devem estabelecer relações com os grupos subalternizados, exercendo o poder por meio da produção do consenso em torno de suas propostas socioeconômicas, ou, quando não houver este consenso, atendendo às

¹⁶ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas Sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. III. p. 26.

reivindicações conflituosas, mas, mantendo-se dentro dos limites impostos pelos interesses da(s) fração(s) da classe dirigente.

Conforme Antonio Gramsci,

O ato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.¹⁷

Antonio Gramsci indicou que o econômico predomina em última instância, mas, no entanto, a práxis política é de suma importância para se entender uma sociedade regida por governantes e governados. Indo além de economicismo, Gramsci apontava para a dialética materialista como sendo uma das principais referências para se interpretar o capitalismo no século XX, e não das posições positivistas tão fortemente apregoadas no final do século XIX e primeiras décadas do XX.

Sonia Regina de Mendonça também investiga o Estado Ampliado. Segundo ela, a “composição” do Estado pode ser assimilado da seguinte maneira:

a) a infra-estrutura – que tal como Marx, consiste no espaço das relações de produção e de trabalho, na economia, simplificada falando; b) a sociedade civil – conjunto de indivíduos organizados nos chamados aparelhos privados de hegemonia e cerne da ação/pressão política consciente, dirigida a obter certos objetivos e, finalmente, c) a sociedade política – ou ‘Estado em sentido restrito’, identificado ao que mais comumente designamos como Estado, isto é, o conjunto de aparelhos e agências do poder público propriamente dito.¹⁸

Assim, o Estado e as ações da sociedade civil devem ser entendidos de maneira imbricada, não promovendo a divisão entre interesses do Estado e da sociedade civil, dado o caráter orgânico, imiscuído dos mesmos. Este esclarecimento é de fundamental importância, pois o Estado Ampliado é a maneira de interpretar as relações sociais entre e intra classes sociais no capitalismo que atende à intenção da pesquisa, pois afirma que o Estado não é algo

¹⁷ Idem. Ibidem. p. 48.

¹⁸ MENDONÇA, Sônia. *Estado e Sociedade*. In: MATTOS, Marcelo Badaró. **História: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998. p. 20.

apartado da sociedade, “pairando” sobre ela e livre de interesses (econômicos, políticos e culturais). Este conceito dá ao Estado o caráter de estar em permanente conflito de interesses, de disputa, de luta pelo controle de suas agências e aparelhos. O Estado é, nesta concepção, uma relação social de força intra e entre as classes sociais.

O conceito de “intelectuais orgânicos”, desenvolvido por meio dos escritos de Gramsci, também é importante. Segundo ele, estes “intelectuais” atuam para promover, manter, formular ou reformular a ideologia da fração de classe da qual pertencem (classe expropriadora ou da expropriada). Portanto, pode haver os “intelectuais orgânicos” da classe dominante e da dominada. Conforme Gramsci,

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. (...) Por enquanto, podem-se fixar dos grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou o Estado”, planos que correspondem, respectivamente, a função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político.¹⁹

Na pesquisa se tratará com mais recorrência dos “intelectuais orgânicos” da classe dominante. Entende-se, por meio desta teorização, que os “intelectuais orgânicos” da classe dominante podem ser, desde o presidente de uma associação de bairros ou de uma cooperativa que defenda o capitalismo – ou o sistema dominante – até os formuladores de ideias e ideais político-econômicas dominantes, como os burocratas do Estado ou mesmo as revistas de circulação nacional e internacional.

Outro conceito que se faz importante para perceber as relações de classe em Marechal Cândido Rondon é o de “Aparelhos Privados de Hegemonia”. Nas palavras Antonio Gramsci,

Parece-me que o que de mais sensato e concreto se pode dizer a propósito do Estado ético e de cultura é o seguinte: todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às

¹⁹ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas Sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. III. p. 20-21.

necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes neste sentido: mas, na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes.²⁰

Assim, o conjunto das organizações privadas de interesse comum e mútuo, situados na esfera da sociedade civil, atua “dentro” e “fora” do Estado. Exemplificando, podem ser considerados: os clubes de serviço (*Rotary Club*, *Lions Club*, Maçonaria, 4-S, etc.); entidades de educação diretamente ligadas às empresas (em Marechal Cândido Rondon, o Comitê de Jovens Cooperativistas, por exemplo); organizações de empresários e industriais visando à educação para o trabalho (como o CEMEP, SENAI, SESI, etc.); organizações de empresários (como Associações Comerciais e Industriais, ou ainda as Federações – da Indústria, do Comércio, etc.), dentre muitas outras.

Em uma analogia com os conceitos de guerra, estes Aparelhos Privados de Hegemonia formam um conjunto de “frentes de combate” de uma – ou mais – fração política e econômica da sociedade. Na perspectiva gramsciana, são estes “aparelhos” que irão “ampliar” o Estado. Enfim, os Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante representam a organização e a propagação de uma ideologia ou cultura, que, no sistema capitalista é, em última instância, a capitalista. São estes “aparelhos” que dão forma aos interesses privados como sendo coletivos, que atuam para deixar de ser apenas classe dominante e se transformarem em classe dirigente.

Os Aparelhos Privados de Hegemonia das classes dominantes de Marechal Cândido Rondon podem ser entendidos como órgãos de formação, desenvolvimento e ampliação do poder socioeconômico em um primeiro momento. Os agricultores que conseguiram atravessar a crise econômica sem “quebrar” e que, a partir da crise da década de 1970 puderam aumentar as suas áreas de terras (e conseqüentemente a ampliação de sua participação econômica no bojo da produção agrícola regional), também queriam participar mais ativamente das decisões políticas, criando e/ou fomentando, Aparelhos Privados de Hegemonia que atendiam aos seus interesses. Estes Aparelhos podem ser identificados como agências de estudo e fomento à agricultura, cooperativas, revistas e jornais destinados à população agrária, entre outros, em que se passa um modelo de agricultura a ser implementado, seguido ou fomentado. Portanto, estes “Aparelhos” não são entendidos da mesma forma que Louis Althusser dava aos

²⁰ Idem. Ibidem. Vol. III. p. 284.

“Aparelhos Ideológicos do Estado”, mas o contrário. Este conceito trata, especificamente, de uma ampliação na forma de se entender a sociedade civil, imbricando-a ao Estado Restrito.

Complementando a concepção de Estado utilizada nesta pesquisa, cabem mais esclarecimentos, a partir da teorização de Nicos Poulantzas em *O Estado, O Poder, O Socialismo*.²¹ Para Poulantzas,

O Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa de especial e por conseqüência temível, não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso capitalista) está inscrito nesta materialidade. Nem todas as ações do Estado se reduzem à dominação política, mas nem por isso são constitutivamente menos marcadas.²²

O Estado não é somente o poder de um grupo político, mas é, ao mesmo tempo – e principalmente –, contradição, dialética. A luta de classes, portanto, não envolve apenas as frações da classe dominante, mas também a classe trabalhadora. Mesmo não dirigido o Estado, a pressão que vem dos trabalhadores faz com que os grupos dirigentes do Estado se vejam obrigados a ceder, algumas vezes, às pressões oriundas da classe trabalhadora e suas demandas.

A síntese teórica destes conceitos levou à seguinte metodologia de pesquisa: inicialmente, buscar-se-á a aparência dos acontecimentos relacionados com a “modernização” agrícola na microrregião Oeste do Paraná, o discurso oficial, a opinião mostrada nos diferentes meios de comunicação. A partir destes dados, um novo conjunto de informações foi elaborado com base na crítica às fontes, refazendo a trajetória inicial, reescrevendo a história do processo, proporcionando uma visão diferente daquela conhecida até então. Assim, a pesquisa possuiu, metodologicamente, à perspectiva de problematizar a visão liberal/tradicional sobre a modernização conservadora na microrregião Oeste do Paraná.

Ainda na perspectiva de indicação/construção de conceitos a serem usados na pesquisa, há a necessidade de se tratar com a caracterização dos sujeitos sociais da colonização de Marechal Cândido Rondon. Eles seriam pequenos agricultores, camponeses, pequenos proprietários rurais, agricultores, “empresários do campo” ou colonos. Estes sujeitos poderiam ser caracterizados identificando especificidades étnicas, culturais, de naturalidade,

²¹ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

²² Idem. *Ibidem*. p. 12.

idioma, religião, etc., mas, na análise que segue, estes serão identificados essencialmente – mas não exclusivamente – por meio de suas relações sociais de produção (mão de obra; utilização ou não de máquinas, equipamentos e insumos; policultura ou monocultura; entre outros) e o tamanho de suas áreas (pequenas – de 1 a 10 hectares –, médias – de 10 a 50 hectares –, e grandes – acima de 50). Esta divisão territorial é relacionada com as características e especificidades da região, e leva em conta que, o projeto de colonização feito pela MARIPÁ tinha por base a venda de, no máximo, 2 “Colônias” de terra para cada colonizador (uma colônia é o equivalente a 10 alqueires, ou 25 hectares). Entende-se que se queria valorizar a pequena propriedade, dado que eram vendidos lotes coloniais a partir de 2 hectares a, no máximo, 50. Essa proporção não foi respeitada, como ver-se-á mais adiante no texto.

As características predominantes no processo inicial de colonização (década de 1950 até meados da década de 1960) foram o que Marx caracterizou como trabalhador coletivo, pois,

Para observar o trabalho comum, isto é, o trabalho diretamente socializado, não precisamos voltar à forma naturalmente desenvolvida do mesmo que encontramos no limiar da história de todos os povos civilizados. A indústria rural patriarcal de uma família camponesa, que produz para seu próprio uso cereais, gado, fio, linho, peças de roupa etc., constitui um exemplo mais próximo. Essas diversas coisas defrontam-se à família como produtos diferentes de seu trabalho familiar mas não se relacionam entre si como mercadorias. Os trabalhos diferentes que criam esses produtos, lavoura, pecuária, fiação, tecelagem, costura etc., são na sua forma natural funções sociais, por serem funções da família, que possui sua própria divisão de trabalho naturalmente desenvolvida, assim como a tem a produção de mercadorias. Diferenças de sexo e idade e as condições naturais do trabalho, que mudam com as estações do ano, regulam sua distribuição dentro da família e o tempo de trabalho dos membros individuais da família. O dispêndio das forças individuais de trabalho, medido pela sua duração, aparece aqui, porém, desde sua origem como determinação social dos próprios trabalhos, porque as forças de trabalho individuais a partir de sua origem só atuam como órgãos da força comum de trabalho da família.²³

Posteriormente a 1965, início do processo de introdução da modernização conservadora no campo em Marechal Cândido Rondon, transformações na economia e na perspectiva destes sujeitos de manterem-se na microrregião proporcionaram algumas

²³ MARX, Karl. **O Capital – crítica da economia política – O Processo de Acumulação Capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 86-87.

modificações na propriedade das terras, ou melhor, nos proprietários de terras, dada a concentração de propriedades (vista a partir da segunda metade da década de 1970).

O processo de generalização das relações capitalistas de produção nas “antigas” estruturas agrárias levou a teorias sobre como seria a mais adequada forma de conceituar este histórico trabalhador rural. Neste entendimento, o modo de capitalista de produção e suas relações sociais de produção atuaram de forma a destruir o “campesinato tradicional”, ou o “pequeno produtor de subsistência” (conceito de Karl Marx), por meio de uma tendência a separação, em duas direções (ou classes), onde, por um lado, os camponeses economicamente mais abastados, com mais capacidade de inserção no modo de produção capitalista, se tornariam pequenos capitalistas rurais e, de outro, os camponeses empobrecidos, que acabariam tendo a necessidade de se proletarizar. Também, com as relações capitalistas de produção adentrando no campo, por meio da modernização da atividade produtora, através da utilização de máquinas e insumos modernos, haveria a possibilidade de transformação de suas propriedades (médias e grandes) em empreendimentos capitalistas.

Quando relacionando esta conceituação com os sujeitos sociais desta pesquisa tem-se a dificuldade na definição identificando-lhes como camponeses. Isso porque, de um lado, eles não são essencialmente “camponeses clássicos”²⁴ ou trabalhadores do campo expropriados dos meios de produção, pois detinham a propriedade privada da terra, as ferramentas e as sementes para a produção, e, com elas, certa autonomia no que se refere às relações capitalistas de produção (dada a possibilidade de autossustento sem necessariamente dependerem exclusivamente do mercado capitalista). Por outro lado, não são “empresários do campo”, dado o caráter limitado de seu capital, de sua propriedade agrícola (pequena e média), seus implementos rudimentares e a utilização de mão de obra essencialmente familiar.

No sentido de apontar esta dificuldade de conceituar o camponês, Eric Hobsbawm apontou que

Quanto aos camponeses, desejo simplesmente sugerir – ou melhor, lembrar – dois pontos: primeiro, que há diferenças profundas entre diversas formas

²⁴ No Brasil, o conceito “camponês” foi pensado a partir de partidos e movimentos de esquerda, “(...) como tentativa de explicar as lutas dos trabalhadores do campo que irrompiam em várias partes do país nos de 1950. Apesar dos riscos e dificuldades apresentados pelo transplante dessa concepção de outras realidades, o termo camponês tem sido empregado com êxito para o esclarecimento das situações, das lutas e do lugar social dessa categoria no Brasil”. BARREIRO, José Carlos. *Camponês e Política*. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins. **Dicionário Crítico do Pensamento da Direita. Idéias, Instituições e Personagens**. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2000. p. 69. Neste sentido “clássico”, o camponês seria um trabalhador do campo, não proprietário, expropriado dos meios de produção – excetuando sua própria força de trabalho.

de produção agrária de base familiar, as quais toda generalização corre o risco de subestimar – por exemplo, entre economias de pastoreio e agricultura – e segundo que, além de determinado ponto da diferenciação sócio-econômica da população agrária, o termo “campe sinato” deixa de ser aplicável. É difícil saber exatamente onde se situa esse ponto, mas é evidente, que nem os fazendeiros da Inglaterra do século XIX, nem os proletários rurais de algumas economias de plantação em larga escala nos trópicos se enquadram no “problema do camponês”, embora por certo constituam parte do “problema agrário”.²⁵

Historicamente, houve uma diferenciação, assim como indicado por Lenin,²⁶ quando os “camponeses” com mais capacidade econômica (recursos financeiros, possibilidade de obtenção e pagamento destes) se modernizaram e conseguiram manterem-se nas relações de produção capitalista. Criaram cooperativas, instituições de proteção (sindicatos), formas de aperfeiçoamento, enfim, adentraram no mercado internacional agrícola, ou ao mercado internacional capitalista. Deixaram de ser “camponeses” para serem “empresários do campo”. Neste sentido, pode-se relacionar estes indicativos com o que ocorreu em Marechal Cândido Rondon, como analisado ao longo do texto, dado que se processou, a partir da década de 1960, uma mudança na racionalidade da forma de produção no campo, que passou a ser voltada para pensar e agir com base na produção capitalista, trazendo com ela preocupações ligadas à pequena burguesia, ou seja, o medo da proletarização, as dívidas bancárias por financiamentos, as prestações das máquinas, implementos, sementes, herbicidas, fungicidas, enfim, inserido no modo de produção capitalista como produtor e consumidor de mercadorias.²⁷

Grosso modo, pode-se dizer que até a modernização conservadora, preponderava o modo “camponês” de ser e produzir no campo em Marechal Cândido Rondon. Depois desta, a racionalidade empresarial passou a tomar conta das mentes no campo, em grande parte dos proprietários agrícolas. Ver-se-á, com as fontes (IBGE, rádio, jornal, entre outras), que foi um número pequeno de camponeses que se manteve no modo “antigo” de produção, mas isso não implica em afirmar que todos eram “empresários do campo”. Várias seriam as formas de se estabelecerem diferenças entre camponês e “empresário do campo”, mas uma delas pode ser o entendimento (consciência) e inserção social na luta de classes, deste ou daquele lado, bem como a forma de acumulação capitalista que desempenhava. Por exemplo, camponês e

²⁵ HOBBSAWM, Eric. *Os Camponeses e a Política*. In: _____. **Pessoas Extraordinárias: Resistência, Rebelião e Jazz**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p. 216.

²⁶ Cf. LÊNIN, Vladimir I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

²⁷ Sobre a conceituação de pequena burguesia: POULANTZAS, Op. cit. 1975; PRZEWORSKI, Adam (org.). **Capitalismo e Socialdemocracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; e SAES, Décio. *Classe Média e Sistema Político no Brasil*. São Paulo: Quiroz, 1985; entre outros.

“empresários do campo” poderiam ser identificados, com: a filiação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou no Sindicato Rural (patronal); sua participação direta e efetiva em Aparelhos Privados de Hegemonia ou no Estado em sentido restrito; participação em movimentos sociais – como trabalhadores ou como empresários; capitalização e potencial para tanto (financiamentos, bens a serem hipotecados, máquinas e implementos, etc.); inserção no processo de acumulação capitalista no campo (com implementos, insumos, sementes e produção modernas); dentre outros. Enfim, não é somente a quantidade de terras que define o camponês ou o “empresário do campo”, mas também sua ideologia e sua participação social na reprodução do sistema capitalista e na luta de classes.

Esta diferenciação não é fácil de ser feita na pesquisa que segue. Adotou-se o conceito de colono, por se tratar de uma região de colonização onde as áreas de terra eram divididas em “colônias”, e os camponeses que adquiriam terra da colonizadora o faziam principalmente por meio da unidade de medida “colônia de terra” (detalhado mais à frente no texto). A referência a esta designação quantitativa de terra que os camponeses compravam passaram a designar os próprios camponeses de “colonos”. No início da colonização, havia teoricamente um limite máximo de colônias que poderiam ser adquiridas, estabelecendo-se uma região formada essencialmente por pequenos proprietários de terra (que deveriam ainda desmatar estas áreas “no machado e na serra manual”), com trabalho familiar, centrado na policultura. Eram, essencialmente, trabalhadores rurais que detinham a posse da terra, mas pouca – ou nenhuma – relação produtiva direta com a acumulação capitalista no campo. Compravam produtos básicos na “bodega” ou no boliche, e vendiam e/ou trocavam o pouco excedente da produção. A produção agrícola se dava ainda sobre as bases da agricultura tradicional (sem maquinários modernos, produtos químicos, modificação de sementes, grandes excedentes, etc.). Por isso, como dito anteriormente, na sua “essência”, o colono foi (ou é) um camponês. Estas características precisam ser matizadas com o advento da modernização conservadora na microrregião Oeste do Paraná. Defende-se a tese em que a “modernização” (e suas transformações econômicas e culturais) é o ponto de inflexão para o entendimento conceitual do colono, pois, posteriormente a “modernização”, um grande contingente de colonos passou a se identificar e se inserir economicamente como “empresário do campo”, mudando a produção para a monocultura, financiando tratores, colheitadeiras, sementes, adubos, defensivos, interessando-se pelo mercado internacional de preços, criando cooperativa, sindicato, participando da “pequena política”, em menor medida, explorando a mão de obra (principalmente dos “boias-frias”). Enfim, procurando adequarem-se à nova realidade produtiva brasileira e criar subsídios para se manterem economicamente com uma

taxa de lucro médio razoável.²⁸ No entanto, na tentativa de modernizar-se, a maioria ainda atuava como “empresário de si mesmo”, ou seja, poucos tiveram a capacidade de ampliarem sua fatia na produção agrícola o suficiente para aumentar a quantidade de terra e assim gerar a necessidade de contratação de mão de obra e extração da mais-valia. Tratava-se de abandonar as antigas práticas coletivas e partir para a individualização da produção.

Um dado que poderia teoricamente criar problemas quanto à caracterização dos “empresários do campo” seria o privilégio dado por estes à produtividade, desprezando, em parte, a rentabilidade. José de Souza Martins²⁹ afirmou que foi a adoção de um modelo de valores urbanos que criou a imagem do camponês/colono como atrasado, dada a sua pouca participação no mercado consumidor. Seria o não-consumidor (ou o consumidor em pequena escala), de sementes, adubos, equipamentos, máquinas, eletrodomésticos, e outros, que estaria modernizando-se, inserindo-se no mercado capitalista. O camponês/colono “pós-modernização” passou a pensar e agir como um consumidor, não como empresário. Entende-se que pra além da inserção no mercado consumidor, o “antigo” colono passou por uma transformação mais profunda, na racionalidade produtiva e na perspectiva que tinha em relação a terra e sua relação com ela. O fato de se inserirem como consumidores indica o processo de transformação dos colonos, que passaram a almejar a autonomia e a sempre crescente renda – e rentabilidade – de sua área produtiva. Não se trata, portanto, somente de uma mudança na perspectiva identitária, de não-consumidores para consumidores, mas de colonos para empresários, dotados de capacidade produtiva, capital e barganha no mercado especulativo de terras. Por isso, não foram todos os colonos que inseriram-se como “empresários do campo”, mas uma parcela destes que conseguiu rentabilizar sua área, atuando como empresário.

Mais uma consideração interessante a ser feita em relação à categoria “empresário do campo” é a de que ela aparece nas fontes, em especial nas estatais. Esta categoria foi construída também pela assistência técnica (Estado), oferecendo curso para “empresários do campo”, onde se fez todo um chamamento para que colonos passassem para outra dimensão socioeconômica. Ou seja, em termos gerais, pode-se dizer que o capital externo estava ditando a produção interna, e com isso mudando a dimensão cultural do colono, guiada pelo viés econômico capitalista e todo o seu cabedal de valores, procurando mitigar a “antiga” identificação e incentivar uma “nova”.

²⁸ Destaca-se que este processo não foi homogêneo, como tratar-se-á mais adiante no texto.

²⁹ MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

No processo de modernização conservadora, as máquinas davam conta do trabalho nas pequenas e médias propriedades, que antes era realizado pelos parceiros e arrendatários. A maioria dos colonos não empregava mão de obra de terceiros, que não a dos membros da família, ou quando fazia, era sazonalmente. Portanto, é importante frisar, como será apresentado nos capítulos que seguem, que proporcionalmente poucos colonos passaram a ser “empresários do campo”. Muitos tentaram, mas as condições materiais necessárias para a acumulação capitalista com a agricultura monocultora estão relacionadas com a propriedade uma quantidade de terra razoável (no mínimo de tamanho médio), máquinas e implementos (tratores, colheitadeiras, plantadeiras, semeadeiras, etc.), estrutura física necessária (com silos, por exemplo) e, principalmente, capacidade de capitalização (seja por meio de empréstimos ou outra forma de incrementar a produção). Assim, o número de “empresários do campo” era reduzido em relação aos colonos.

Apenas uma minoria conseguiu se encaixar na dinâmica do modo de produção capitalista como “chefe”, “patrão” ou “gerente”. Esta minoria conseguiu formar e/ou se adequar à direção da política local, à inserção na vida pública, à cooperativa, aos Aparelhos Privados de Hegemonia (jornais, rádios, maçonaria, *Rotary Club*, *Lions Club*, Câmara Junior, associações de vilas e distritos, dentre outros), e/ou ainda de dirigir conjuntamente com outros “empresários do campo” os mais diversos temas relacionados com a economia e a política na microrregião. Estes são os “empresários do campo”, que algumas fontes mencionam, e a maioria daqueles que aparecem na lista de vereadores naquele período, por exemplo.

Também, as fontes pesquisadas apresentam o termo colono para designar pequenos e médios proprietários de terras e, ainda, era assim que se entendiam – e ainda se entendem – os camponeses da região, diferentemente dos “empresários do campo”, que ligam o termo colono a algo de atrasado, rústico, tosco, sendo usado de forma depreciativa entre os “empresários do campo”. O termo é usado para indicar o “agricultor” que ainda não se “modernizou”. Isso não ocorre entre os colonos, que se identificam enquanto tal sem o tom pejorativo que os “empresários” dedicam a ele.³⁰ Cabe destacar ainda que estes colonos são,

³⁰ Isso pode ser notado, dentre outros, quando o Jornal Rondon Hoje, na sua coluna social de 1979, mostrava no carnaval “O dr. Melo do bloco 'colono samba’”. Jornal Rondon Hoje. *High Society*. Marechal Cândido Rondon, 27 de fevereiro a 6 de março de 1979. Fica evidente que em colocar o nome do bloco carnavalesco de “Colono Samba” se estava satirizando o trabalhador rural ainda não modernizado, distanciado das “culturas urbanas”, como o carnaval. O carnaval em Marechal Cândido Rondon, na década de 1970, era realizado no Clube Concórdia, sendo este frequentado essencialmente pela classe dominante do município. Exemplo disso são os outros membros presentes no carnaval daquele ano naquele clube. Conforme a coluna social do Jornal Rondon Hoje, “Rui Schimmel e esposa do bloco 'Ano I da Criança’; Renato Kaefer, presidente do Clube que está promovendo o evento; Prefeito Scherer acompanhado da primeira-dama do município e do casal Ariovaldo Bier

em sua maioria, descendentes de imigrantes alemães e italianos (porém não somente estes), que se estabeleceram no Sul do país a partir de 1824, como camponeses, e que migraram à microrregião Oeste do Paraná a partir da segunda metade do século XX.

Para finalizar o entendimento do conceito em contraste com outros já utilizados em pesquisas anteriores, pode-se dizer que o “colono” que aparece na pesquisa é diferente daquele elaborado pela antropóloga Giralda Seyferth, que lhe atribuía sentido pelo local geográfico, ou seja, segundo ela, “(...) área rural de um município é chamada hoje, de colônia, e seus habitantes são colonos, categoria que sobreviveu ao longo do tempo e que designa o camponês”.³¹ Também é diferente daquela formulada por Jean Roche, com base na semântica alemã do termo (*Kolonist*), onde colono designava o “(...) homem que desbrava e cultiva a terra”.³² O colono aqui é entendido dentro do seu contexto de classe, de suas condições de trabalho, do mundo da produção, de suas especificidades socioeconômicas, pois desta maneira também é possível diferenciar o colono do “empresário do campo”, o “colono que deu certo”. Em suma, utilizar-se-á o conceito de colono, pela proximidade que apresenta com o de camponês (enquanto trabalhador do campo) e pela diferenciação que é possível fazer em relação ao “empresário do campo”.

e Carme (...). Idem. Ibidem. Ou seja, Schimmel, Kaefer e Bier eram empresários; o prefeito, “empresário do campo”. Cf. também a coluna social de 15 a 21 de fevereiro de 1978.

³¹ SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: UnB, 1990. p. 25.

³² ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. p. 3.

CAPITULO I

1. A MICRORREGIÃO OESTE DO PARANÁ

A intenção deste capítulo é apresentar o ambiente histórico do objeto de pesquisa. Procura-se investigar, por meio da historiografia e da produção memorialística sobre o Paraná e a região Oeste do Paraná, os primórdios da ocupação não-indígena na região, as relações de poder, a exploração econômica estrangeira na região, as ações políticas governamentais na intenção de “povoar” a região com agentes sociais frugais e parcimoniosos, que seriam, eminentemente, capitalistas para o Estado do Paraná e para o Brasil. Esta é, em suma, a ideologia apregoada pelos governos – federal e estadual –, tanto na década de 1930 quanto nas de 1940-1950, quando políticas públicas fomentavam a “ocupação” do Oeste.

A intenção desta parte inicial também é a de analisar o processo histórico da formação socioeconômica da microrregião Oeste do Paraná, desde os seus primórdios autóctones até a chegada dos colonizadores da MARIPA. Com isso, pode-se traçar uma linha diacrônica no entendimento da organização sócio-espacial da região estudada, entendendo-a não apenas como uma região geográfica, mas como uma região política, econômica e cultural, limitada fisicamente pelas linhas geográficas que compõem a microrregião Oeste e, em seu aspecto social, pela presença de indígenas, espanhóis, argentinos, ingleses, (i)migrantes gaúchos, catarinenses, além de mineiros, paulistas, entre outros, e suas práticas culturais diametralmente diversas das práticas dos indígenas. Estas transformações sociais foram marcadas pela relação que tinham ao uso da terra, à cultura tradicionalmente cristã (católica e protestante), entre outros.

Compreender o processo de colonização da microrregião Oeste do Paraná, realizada pela Colonizadora MARIPA, ajuda a entender as transformações ocorridas os anos de 1964 a 1979. Entende-se que foi necessário criar um “quadro” histórico, sua organização por vezes aleatória³³ e por outras planejada,³⁴ para dar conta da pesquisa. Assim, depois de realizada

³³ Resultado das relações – ou contradições – sociais, tensões, ambições, adaptações, enfim, fruto da adequação dos grupos sociais frente à “tarefa” de criar as condições de sobrevivência.

esta tarefa, passar-se-á para as outras etapas da pesquisa onde se problematizará a modernização conservadora e suas consequências na microrregião Oeste do Paraná.

1.1 O CONCEITO DE REGIÃO: reflexões para análise

A pesquisa que segue está inserida dentro de um contexto microrregional e, neste sentido, faz-se necessário refletir sobre como este conceito é compreendido. Por meio de vasta bibliografia que trata sobre o conceito de região, produzida por diferentes áreas do conhecimento (geografia, economia, história, entre outros), optou-se pelos autores ligados à História, à Geografia e à Sociologia.³⁵

Christina Marques Szesz ajuda na compreensão do que se entende por região, especialmente este conceito relacionado ao Paraná. Conforme seus estudos, o conceito de região no Paraná, ou melhor, a criação de um discurso sobre os aspectos regionais no Paraná teve início na segunda metade do século XIX e foi fortalecido no decorrer da República, por meio das definições das fronteiras do Estado – dentre elas a Oeste –, do aumento do poder político propiciado pela República e, ainda, de intelectuais, bacharéis, funcionários públicos e outros que, por meio de publicações no Instituto Histórico e Geográfico do Paraná – IHGPR – criavam e difundiam a visão do que seria cada região paranaense.³⁶

Uma destas preocupações com as questões regionais, conforme Christina Marques Szesz, é vista através dos limites do Estado:

No Paraná a circunscrição das fronteiras manifestaria uma primeira preocupação com as definições de um discurso regional. As preocupações com a delimitação das fronteiras visavam sobretudo a uma reordenação política, onde o movimento republicano constitui-se numa mobilização, no sentido de preservar o território paranaense, já que pela constituição de 1891 as questões de fronteiras deixavam de ser uma questão meramente jurídica, tornando-se uma questão política, e por tanto, passando a ser resolvida entre os poderes públicos das respectivas regiões.³⁷

³⁴ Síntese da aplicação de um plano empresarial (primeiro pelas *Obrages* e, posteriormente, pela MARIPÁ) na e para a microrregião Oeste do Paraná.

³⁵ A intenção é apresentar o conceito de região usada nesta pesquisa e, portanto, não ater-se-á em todas as produções sobre o tema – mesmo porque poderia ser feita uma ampla pesquisa somente com este tema e a grande quantidade de autores que pensaram/desenvolveram teorizações sobre o conceito de região.

³⁶ SZESZ, Christina Marques. *O Conceito de Região: discursos e representações do Paraná*. In: DeNipoti, Cláudio; ARRUDA, Gilmar (Orgs.). **Cultura e Cidadania**. Maringá :ANPUH/PR, 1996. p. 293-323.

³⁷ Idem. *Ibidem*. 1996. p. 293.

Como o poder político historicamente está ligado com o poder econômico, a questão regional no Paraná pode ser vista,

(...) com a construção da ferrovia na região dos campos de Guarapuava essas terras passam a ser valorizadas. Esse território é então requisitado pelas elites de Santa Catarina, provocando inúmeros conflitos entre facções das elites paranaenses e catarinenses. E decorrente disso, o movimento de defesa das fronteiras, a nível regional, era essencialmente um movimento de fortalecimento político de uma facção da elite paranaense ligada ao líder republicano Vicente Machado.³⁸

Neste sentido, o conceito de região no Paraná deve ser entendido historicamente atrelado com a defesa dos interesses de uma fração da classe dominante (ligada com os republicanos) que, por meio de seus intelectuais, jornais e revistas, criaram e difundiram a ideia de um suposto Paraná com identidade própria, através da aglutinação identitária de suas variadas regiões.

Segundo Christina Marques Szesz,

Ermelino de Leão³⁹ e Romário Martins,⁴⁰ tornaram-se porta vozes desse projeto, e conceberam a região a partir dos estudos de fronteira. Integraram a comissão nomeada pelo governador Vicente Machado, para buscar elementos que causacionassem as razões paranaenses nas questões de limites. Fundaram o Instituto Histórico, que segundo Romário havia sido criado para resolver os problemas da Geografia e da História do Paraná.⁴¹

³⁸ Id. Ibid. p. 294. Vicente Machado era republicano e, em 1904, foi “Presidente do Estado”.

³⁹ “Agostinho Ermelino de Leão foi presidente da província do Paraná, de 19 de agosto a 18 de novembro de 1864, de 23 de março a 15 de novembro de 1866, de 28 de agosto a 26 de novembro de 1869, de 3 de maio a 24 de dezembro de 1870 e de 2 de maio a 8 de maio de 1875”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Agostinho_Ermelino_de_Le%C3%A3o Acessado em: 08.08.2013.

⁴⁰ “Romário Martins nasceu na capital paranaense em 08 de setembro de 1874. Filho de José Antônio Martins e Florência Severina Ferreira Martins. Aos 14 anos começou a trabalhar em um jornal e antes de completar 20 anos já escrevia para jornais e publicava seus primeiros poemas. (...) escreveu diversos livros relatando a história do Estado. Foi diretor do Museu Paranaense e do Departamento Estadual de Agricultura. Foi deputado federal e presidente da Câmara Municipal de Curitiba. Suas principais obras são: História do Paraná, Terra e Gente do Paraná, Quantos somos e quem somos. Em 1927 divulgou uma teoria, a qual chamou de Paranismo, que definia o sentimentalismo de orgulho pelo Estado. Trabalhou em defesa dos índios e coletou dados para que o Paraná vencesse a Guerra do Contestado, com Santa Catarina”. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_alfredo_romario_martins.htm Acessado em 08.08.2013. Também, atuou na defesa da criação de uma identidade para o Paraná, através do Centro Paranaense. Ainda, ajudou na criação da Universidade Federal do Paraná e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Por fim, participou do movimento de apoio ao Paraná na Guerra do Contestado e foi atuante no movimento para a extinção do antigo Território do Iguçu.

⁴¹ SZESZ, Op. cit. 1996. p. 295.

Seguindo os passos iniciais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná – IHGPR – incentivava e premiava os trabalhos de pesquisa que debatiam sobre os espaços físicos do Estado, bem como definir a “identidade” para os mesmos. Herdeiros de uma tradição iluminista, tentava-se criar a gênese do Estado ligada à ideia de progresso e civilização. Estas características, aliás, marcam a produção intelectual produzida sobre o Paraná até a década de 1950.

Um destacado e profícuo produtor de ideologias positivistas e liberais sobre o Paraná foi Romário Martins. Este, em sua trajetória, construiu um conceito que expressava a ideia republicana de “ordem e progresso”, modernidade e desenvolvimento. Romário Martins foi um dos expoentes do Paranismo. Ele contribuiu para a criação de imagens, símbolos, emblemas e signos sociais para o imaginário paranaense. Várias foram as criações do Movimento no Paraná, desde símbolos para serem usados em pequenos selos até pinturas e esculturas de grande porte, criando a Araucária, o Pinhão e outros símbolos, como sendo pretensamente a marca identitária dos paranaenses.

Segundo Romário Martins, o “Paranista é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense”.⁴² Enfim, não havia limitações explícitas para etnias e classes sociais, mas, isso não se aplicava na prática ou, pelo menos, não à microrregião estudada.

Modificando um pouco o cenário político brasileiro, através do Golpe de 1930, no Paraná as transformações começaram através da nomeação do interventor Manoel Ribas, realizada por Getúlio Vargas. Ribas continuou aproveitando a construção ideológica *paranística* de Romário Martins, pois não fugia dos ideais do Estado Novo. Neste período, “heróis” (Bandeirantes, Militares de Alta Patente, entre outros) e mitologias indígenas ajudavam a moldar a “história do Paraná”. Romário Martins aproveitou-se tanto dos Bandeirantes, que aprisionavam os indígenas nas terras do “sertão” para servirem de mão de obra escrava nas pequenas e médias fazendas de São Paulo, como também do próprio autóctone e suas construções mitológicas à região. Nesta funesta mistura de opressor e oprimido as regiões paranaenses foram sendo meticulosamente construídas por meio do poder simbólico criado e difundido por Martins. Pode-se destacar, ainda, que esta visão positivista,

⁴² MARTINS, Romário. *Paranística*. In: *A Divulgação*. Curitiba, p. 91, fev./mar. 1946. Apud: CORDOVA, Maria Julita Weber. **O Processo de Produção Historiográfica Paranaense e a Construção de uma Identidade Regional**. Disponível em: <http://www.pr.anpuh.org/resources/anpuhpr/anais/ixencontro/comunicacao-individual/MariaJWCordova.htm> Acessado em: 12.02.2013.

liberal, e republicana interessava, mormente, às classes dominantes do Estado, pois eram estas que ganhavam com a delimitação de fronteiras, a defesa e a manutenção das mesmas.

A partir da década de 1950 ampliava-se a perspectiva ideológica na construção da imagem tanto do Paraná quanto do paranaense. Conforme Christina Marques Szez,

Segundo os seus administradores públicos, o discurso do desenvolvimento garantia ao Paraná o papel de destaque na economia nacional, e funcionaria como um convite a todos que aqui quisessem trabalhar de modo a convergir diferentes fluxos migratórios, para colonizar o norte e o oeste do Paraná. No discurso de Bento Munhoz da Rocha, o Paraná recebia a população de todo país.⁴³

Todo um *staff* de intelectuais atuava para dar contorno para a ideia do Paraná moderno e atrativo para colonização de suas áreas ainda não ocupadas pela estrutura de acumulação capitalista desigual e combinada.⁴⁴ Neste período, as frações da classe dominante que administravam o Estado atuaram para dar mais visibilidade para os possíveis investidores. Neste sentido, “A busca da reconstrução da região, e de uma identidade regional, colocou-se nas iniciativas voltadas para a instalação de uma rede de transportes que procurou aproximar internamente as regiões do Estado, convergindo-as a um centro administrativo em construção na capital do Estado”.⁴⁵

Acompanhado das melhorias físicas para dar forma ao modelo que as classes dominantes queriam dar ao Paraná, também os intelectuais orgânicos da classe dominante mantinham intenso trabalho na produção de identidades regionais. Assim, “Aos intelectuais caberia então a tarefa de recriar a região, fornecendo modelos e imagens da identidade regional. Esse momento se caracteriza por um intenso culto ao Paraná. São lançadas várias revistas, e construídos vários monumentos em que se procura revigorar antigas tradições”.⁴⁶

Dois expoentes desta articulação político-ideológica foram Temístocles Linhares e Brasil Pinheiro Machado. Temístocles Linhares escreveu *Paraná Vivo*,⁴⁷ obra na qual se valorizava as supostas características *positivas* do Paraná e dos paranaenses, através de uma história de desenvolvimento e progresso; e, Brasil Pinheiro Machado, com filiação weberiana, procurou nas já inventadas tradições do Paraná, bem como nos ícones/heróis positivistas (colonizadores), subsídios para formular um princípio identitário regional. Para ele, o Paraná

⁴³ SZESZ, Op. cit. 1996. p. 309.

⁴⁴ TROTSKY, Leon. **A Revolução Russa**. São Paulo: Informação, 1989.

⁴⁵ SZESZ, Christina Marques. *O Conceito de Região: discursos e representações do Paraná*. In: DeNipoti, Cláudio; ARRUDA, Gilmar (Orgs.). **Cultura e Cidadania**. Maringá :ANPUH/PR, 1996. p. 309-310.

⁴⁶ SZESZ, Op. cit. 1996. p. 310.

⁴⁷ LINHARES, Temístocles. **Paraná Vivo: sua vida, sua gente, sua cultura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

era um Estado de colonizadores e precisava encontrar sua identidade nesta peculiaridade. Para Brasil Pinheiro Machado, o Paraná como região deve ser entendido “(...) como resultado de expansões diferenciadas, que resultaram em comunidades paranaenses diferentes, e que além de serem responsáveis pela ocupação territorial do Estado, determinaram a formação da estrutura sócio- econômica que ali havia se constituído”.⁴⁸ Então, a construção histórica do Paraná seria naturalizada por meio das frentes de expansão paulistas que adentravam, lenta, mas perenemente, mata a dentro, povoando e “colonizando” a região.

Conforme Christina Marques Szesz, a produção historiográfica acadêmica do/no Paraná voltou-se para pensar a questão do que seria o regional e região – em especial pensando o Paraná no contexto nacional – foi intensificada a partir da década de 1960. Brasil Pinheiro Machado, com *A Sinopse da História Regional* serviu como base para as novas pesquisas. Altiva Pillati Balhana escreveu *Campos Gerais – Estruturas Agrárias*;⁴⁹ Odah Regina Guimarães Costa pesquisou *A Reforma Agrária no Paraná*;⁵⁰ Cecília Maria Westphalen, publicou uma *Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Norte do Paraná Moderno*.⁵¹ Estas produções acompanhavam uma determinada tendência internacional e nacional na pesquisa nas ciências humanas, que tendiam para o estudo dos aspectos econômicos e demográficos da sociedade. Assim, estes estudos se identificam pelas temáticas ligadas com a preocupação com índices populacionais, geográficos e demográficos, ocupação territorial e estrutura social e, desta forma, “Nessas interpretações, o perfil societário foi transformado em fenômeno em si, e deixaram de investigar a força dos nexos escondidos atrás das transformações da natureza, e dos agregados estatísticos”.⁵²

A forma metodológica para esta produção intelectual voltada para a valorização da região e do regional, segundo Szesz, “(...) padece de uma certa ilusão referencial por dar estatuto histórico a um recorte espacial e temporal consagrado. Ela faz uso de uma região geográfica para fundar uma região epistemológica, se justificando como saber pela necessidade de estabelecer uma história da origem desta identidade, afirmando sua individualidade e sua homogeneidade”.⁵³ Desta maneira, os processos sociais contraditórios, dialéticos, são postos de lado – propositalmente ou não – para entender o Paraná como região,

⁴⁸ SZESZ, Op. cit. 1996. p. 312.

⁴⁹ BALHANA, Altiva Pilatti *et all.* **Campos Gerais – Estruturas Agrárias**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1968.

⁵⁰ COSTA, Odah Regina Guimarães. **A Reforma Agrária no Paraná**. Curitiba: UFPR, Tese de Doutorado, 1977.

⁵¹ WESTPHALEN, Cecília Maria, *et. all.* **Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno**. Curitiba: Boletim da Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, n o 7, 1968. p 1-52.

⁵² SZESZ, Op. cit. 1996. p. 313-314.

⁵³ SZESZ, Idem. Ibidem. 1996. p. 314.

bem como as “regiões” paranaenses à maneira positivada, harmoniosa e sem conflitos. Trata-se da formulação de uma historiografia voltada para delimitar os espaços e criar identidades, com a característica desta perspectiva intelectual em não apontar para as relações de poder que geram as lutas e conflitos sociais, intra e entre as classes. E foi neste sentido, por exemplo, que o conceito de *Paraná Tradicional* foi pensado, formulado, estruturado e difundido.

Cabe ser mencionado, ainda, que há no Paraná um *continuum* historiográfico produzido por intelectuais, alguns acadêmicos e outros à sua margem onde, a partir da segunda metade do século XX, intensificaram suas produções na busca de explicações sobre a formação histórica do Estado, enviesando para diferenciar regiões por aspectos diversos, destacando-se – além da perspectiva da criação da região – a divisão do Estado entre Norte e Sul. Fazem parte deste conjunto de pesquisadores: Cecília Maria Westphalen,⁵⁴ Brasil Pinheiro Machado,⁵⁵ Altiva Pilatti Balhana,⁵⁶ Artur Barthelmess,⁵⁷ Ruy Wachowicz,⁵⁸ entre vários outros.⁵⁹

No texto de Flávia Regina Marchior, intitulado *Construções Intelectuais da Noção de Identidade Regional Paranaense na Década de 1950*, aborda-se a perspectiva de estudos sobre identidade regional e trajetórias intelectuais, onde a pesquisadora procurou identificar as construções intelectuais de uma identidade regional do Estado do Paraná durante a década de 1950. Segundo ela, a historiografia sobre o Paraná naquele período estava fundamentada em uma perspectiva desenvolvimentista, supostamente marcada pela formação de uma população genérica, sendo que

⁵⁴ WESTPHALEN, Op.Cit. 1957. Ela tem muitas produções sobre o Paraná, que vão desde livros didáticos a pesquisas acadêmicas.

⁵⁵ MACHADO, Brasil Pinheiro. *Sinopse da História Regional do Paraná*. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: 1951.____. *Formação da Estrutura Agrária Tradicional dos Campos Gerais*. In: **Boletim da Universidade do Paraná. Departamento de História**. Curitiba: junho, 1963. no 3. Importante figura na interpretação do Paraná moderno. Será dedicado mais atenção para ele mais à frente no texto, quando será mencionada as duas visões sobre a história do Paraná no contexto nacional.

⁵⁶ BALHANA, Altiva Pilatti *et. all.* **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.____; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

⁵⁷ BARTHELMESS, Artur. *Estado do Paraná: aspectos geo-econômicos*. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico Paranaense**. Volume VII. Curitiba: julho-dez, 1957.

⁵⁸ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 9ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

⁵⁹ Elencamos aqui os principais autores que tratam do tema que segue. Existem muitos outros que abordam a questão da História do Paraná, mas estes foram – e continuam sendo, ainda que com menos intensidade – balizadores de análises. Cf. MARCHIOR, Flávia Regina. *Construções Intelectuais da Noção de Identidade Regional Paranaense na Década de 1950*. In: **Anais II Seminário Nacional de Sociologia e Política**. Curitiba: UFPR, 2010. Disponível em: <http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br> Acessado em 05.09.2013; CORDOVA, Maria Julita Weber. **O Processo de Produção Historiográfica Paranaense e a Construção de uma Identidade Regional**. Disponível em: <http://www.pr.anpuh.org/resources/anpuhpr/anais/ixencontro/comunicacao-individual/MariaJWCordova.htm> Acessado em: 12.02.2013.

Estes elementos definidores de uma identidade regional particular teriam como principais aspectos a valorização do clima paranaense como adequado à adaptação dos imigrantes, valorização da influência cultural do imigrante, especialmente o imigrante alemão e a negação das minorias étnicas do Estado. Tal fato revela que a formulação regional paranaense teria sido forjada em sentido inverso à interpretação freyreana do Brasil, contribuindo assim para uma identidade regional cuja principal característica seria a invisibilidade da participação dos negros e luso-brasileiros no desenvolvimento do Estado”.⁶⁰

De forma mais específica, quem produziu uma síntese destas pesquisas foi Elzio dos Reis Marson. Como resultado, o pesquisador indicou

(...) que o “moderno” ou “novo” e o “tradicional” ou o “velho” está associado ao povoamento do Paraná cuja ocupação se processou de modos diferentes. A ocupação das terras no sul do Paraná ocorre sob a forma de uma ocupação espontânea, primeiramente com a mineração, posteriormente com a criação de gado surgindo as grandes fazendas. Como a ocupação se cristalizou numa estrutura agrária herdada do período colonial ao longo de séculos, pesquisadores denominaram a região sul do Paraná de “Paraná tradicional”. (...) A outra ocupação é consequência de colonizadoras que ocuparam a região norte, oeste e sudoeste do Paraná. Westphalen, Machado e Balhana assinalam que, no ano de 1957, havia no oeste e sudoeste do Paraná, “trinta companhias imobiliárias”, explorando com “métodos modernos”. Portanto, a definição de “Paraná moderno” não se restringiu apenas à região norte, colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná, também às regiões oeste e sudoeste do Estado que predominou a forma de ocupação por companhias colonizadoras, ocorrida somente no século XX (...).⁶¹

Portanto, tentava-se criar referência à formação regional e a constituição do Paraná não só através de símbolos, mas principalmente através da história econômica e demográfica do Paraná. A formação cronológica e social das regiões do Paraná definiu o que é “velho”, “novo”, “tradicional” e “moderno”.

Neste sentido, a região Oeste do Paraná se caracterizaria como sendo uma das regiões “modernas”, isso porque, segundo Marson,

⁶⁰ MARCHIOR, Flávia Regina. *Construções Intelectuais da Noção de Identidade Regional Paranaense na Década de 1950*. In: **Anais II Seminário Nacional de Sociologia e Política**. Curitiba: UFPR, 2010. ISSN 2175-6880 (Online). Disponível em: <http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br%2Fanaais%Flavia%2520Regina> Acessado em 05.09.2013.

⁶¹ MARSON, Elzio dos Reis. *Historiografia Paranaense na Metade do Século XX – O “Paraná Tradicional” e o “Paraná Moderno”*. In: ARIAS NETO, José Miguel; DE BONI, Maria Ignês Mancini de; SOUZA, Silvia Cristina Martins de. (Orgs). **150 ANOS DE PARANÁ: História e Historiografia – Anais do VIII Encontro Regional de História**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004. p. 233.

O oeste, sudoeste e norte do Paraná são designados de “Paraná moderno” explicado pela inexistência histórica de latifundiários, uma vez que a terra, nestas regiões, foi transformada em mercadoria, via empresas privadas de colonização que retalharam as regiões, na maioria em pequenas e médias propriedades, oferecendo infra estrutura básica para o seu cliente. Em outras palavras, constitui o “Paraná moderno” com a ação das colonizadoras experimentando “métodos modernos” favorecido pela conjuntura capitalista, povoando densamente regiões.⁶²

Estas reflexões sobre a construção do regional do/no Paraná corroboram, entre outros, o estudo de Paulo Roberto R. Alantejano. Segundo ele, a utilização do conceito de região

Remonta ao período da constituição do Império Romano, estando fortemente associada à relação entre centralização política e sua extensão sobre um território marcado por fortes diversidades, e essas são as marcas fundamentais do conceito até hoje: centralização de um lado, diversidade do outro. O uso da noção no senso comum ressalta em geral o aspecto da diferença – com grande realce para as de cunho natural – ao passo que omite o caráter político do controle do território embutida nesta. (...) A geografia regional francesa foi, sem dúvida, o exemplo mais concreto desta visão e sua influência particularmente aguda no desenvolvimento da geografia brasileira (...) e (...) o debate inicial acerca do conceito de região no Brasil herda este viés naturalista, bastando ver para isso a definição inicial da regionalização brasileira pelo IBGE, onde sobressai o aspecto morfoclimático. Dentro desta perspectiva, a região é vista como um dado, uma unidade que tem existência concreta.⁶³

A forma de perceber a realidade regional à francesa, descrita por Alantejano, onde o regional seria percebido principalmente pelos contrastes climáticos, geológicos, morfológicos, etc., poderia ser relacionado com a produção de Romário Martins e Brasil Pinheiro Machado. Seria, no modelo francês de positivismo, a versão brasileira/paranaense para dar sentido para uma região. Já os teóricos da década de 1950, possivelmente tiveram a influência da corrente que surgiu nos países anglo-saxões a partir da década de 1930.

Conforme Alantejano, este movimento teve como principal medida o questionamento em relação ao caráter estático, quase imóvel, do conceito de região francês. Informava ele que

Hartshorne, principal crítico desta visão, vai desenvolver a ideia de que a região é um conceito construído abstratamente, por meio do entrecruzamento de elementos naturais, econômicos e sociais, o que também já reflete uma

⁶² Idem. Ibidem. p. 235.

⁶³ ALANTEJANO, Paulo Roberto R. **O Conceito de Região e a Problemática dos Assentamentos Rurais**. Rio de Janeiro: 1998. Disponível em: <http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/alantejanon23.pdf> Acessado em: 08.08.2013. p. 75.

maior problematização do papel central na delimitação das regiões atribuído até então ao ambiente.⁶⁴

Este conceito de região, mais amplo e dinâmico que o anterior, precisa ser entendido dentro do contexto histórico que foi formulado: a quebra da bolsa de valores de New York, o New Deal e outras medidas que estavam transformando diferentes “regiões”. Assim, os teóricos paranaenses da década de 1950 acompanharam estas mudanças, mesmo que atribuindo uma maior valorização à economia e aos fluxos migratórios do que às contradições internas e externas e às tensões políticas que desprendiam da dinâmica socioeconômica capitalista naquele período (Estado Novo, Redemocratização, Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria, entre outros).

À pesquisa que segue, o conceito de região é entendido de uma forma ampla, dialética, contraditória. Na construção do entendimento de região aqui utilizada, pode-se indicar uma maneira crítica de se pensar a região, formulada por Pierre Bourdieu, quando afirmou que

(...) a região é o que está em jogo como objecto de lutas entre cientistas, não só geógrafos é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que exista uma política de “racionalização” e movimentos “regionalistas”, economistas e sociólogos.⁶⁵

Pierre Bourdieu indica que o conceito de região é permeado de interesses que passam do campo acadêmico, que este, por sua vez, é permeado de interesses políticos e sociais. Desta maneira, a primeira questão é estabelecer quem fala sobre região, de onde fala e quais os seus interesses. Na continuação deste parágrafo, Bourdieu demonstrou as diferenças de enfoques e preocupações quando cientistas sociais olham para a região: o geógrafo, com seus pormenores e atento às condições físicas regionais; o economista, indicando as relações “invisíveis” do espaço, com sua tendência serialista para quantificar relações econômicas dispersas em gráficos e tabelas, indicando como as regiões se interligam, se interdependem, etc.; dentre outros.

Entende-se que, como Pierre Bourdieu, a problemática em definir região está relacionada com os anseios “científicos” que quer se dar ao objeto, sua intencionalidade política e, portanto,

⁶⁴ Idem. Ibidem. p. 76.

⁶⁵ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p. 108.

Só se pode compreender esta forma particular de luta das classificações [de etnólogos e os “sociólogos objetivistas”] que é a luta pela definição de identidade “regional” ou “étnica” com a condição de se passar para além da oposição que a ciência deve primeiro operar, para romper com as pré-noções da sociologia espontânea, entre a representação e a realidade do real ou, mais exactamente, a luta das representações, no sentido de imagens mentais e também manifestações sociais destinadas a manipular as imagens mentais (e até mesmo no sentido de delegações encarregadas de organizar as representações como manifestações capazes de modificar as representações mentais). As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do *lugar* de origem e dos sinais duradouros que lhe são relativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo⁶⁶

Este processo de impor uma representação de identidade étnica ou regional como forma de entender e articular o social está ligada, como informou Bourdieu, a uma intencionalidade prévia, política, de poder. Assim, o(s) grupo(s) que tem poder de articular um discurso hegemônico se fará, em grande parte, porta-voz da maioria “regional” que foi cooptada pela ideologia disposta através dos signos, símbolos e representações formuladas por este(s) grupo(s), sejam eles acadêmicos, políticos ou ambos.⁶⁷ Compreende-se que esta força deve ser entendida como uma construção de classe, organizada, fomentada e defendida de acordo com os princípios socioeconômicos de classe, afastando-se de espontaneísmo e da possibilidade da criação de consensos pela articulação personificada ou singularizada.⁶⁸

⁶⁶ Idem. Ibidem. p. 113. Grifos no original.

⁶⁷ Antonio Gramsci ajuda a entender a atuação dos “intelectuais da classe dominante” para a formulação de discursos, estudos, pesquisas, projetos, etc. que tem a intenção de se fazerem ou permanecerem hegemônicos em uma dada conjuntura socioeconômica. Cf. Apresentação.

⁶⁸ Aqui a exceção são os regimes totalitários e/ou ditatoriais que expressam uma forma de hegemonia diferente da entendida neste trabalho, ou seja, a hegemonia exercida pela força que difere da hegemonia exercida pela força + convencimento, onde o último se expressa de maneira mais contundente, sem a necessidade do uso direto, ostensivo e contínuo da força bruta e do terror.

1.2 RELAÇÕES CAPITALISTAS NA MICRORREGIÃO OESTE DO PARANÁ

Devido à complexidade do tema, não existem produções acadêmicas em quantidade significativa que apresentem uma síntese sobre a História do Paraná colonial, imperial e parte da república que fuja da produção essencialmente memorialística.⁶⁹ Por isso, desde já indica-se que a intenção não é a de investir na totalidade desta grande lacuna historiográfica, que ainda carece de novas pesquisas, visto a dimensão que requer o tema, mas se quer contribuir por meio da pesquisa que segue (bem como de produções históricas que abordem o tema de maneira não-oficial) na lenta e árdua tarefa de ampliar o volume de produções com novos dados. Aliás, as fontes sobre este período no Paraná são escassas, o que porventura justifique a pouca produção sobre o período e, em grande medida, justifica a não utilização de um grande e variado número de fontes coevas neste capítulo. Utilizou-se, sobretudo, da historiografia para dar conta de criar as condições para entender a pesquisa que segue.

A parte que interessa mais especificamente é a que trata da construção de relações capitalistas na microrregião Oeste do Paraná, do início do século XX até a década de 1950, quando a microrregião passou por transformações socioeconômicas que a caracterizam como: colonizada, tendo por base a pequena propriedade agrícola e a policultura. Para tanto, foi estabelecido diálogo com a vasta produção bibliográfica a respeito do tema, indicando o processo de colonização da microrregião Oeste (mais especificamente a área da Fazenda Britânia, comprada pela MARIPA), suas especificidades e desdobramentos.⁷⁰ Também,

⁶⁹ O mais citado e destacado destes é MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. Falar-se-á dele mais adiante no texto.

⁷⁰ Este texto foi escrito tendo por base principalmente textos memorialísticos e alguns acadêmicos sobre o Paraná e a região Oeste. Foram abordados os principais autores, ainda que ambos citem-se mutuamente e suas versões sobre o mesmo fato histórico mudam muito pouco. Destacamos, dentre outros: COLODEL, José Augusto. **Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na História do Paraná até 1960**. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988; FLORES, Mariléia D. & ASTECA, Lucinéia C. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina: Editora da UEL, 2002; GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial – migrações no Oeste do Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002; KERN, Arno Alvarez. **Missões: uma utopia política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982; _____. **Utopias e Missões Jesuíticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994; LAZIER, Hermógenes. **Paraná: terra de todas as gentes e de muita história**. Francisco Beltrão, 2003; MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995; NADALIN, Sérgio. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba/SEED, 2001; PEREIRA, Luis Fernando Lopes. *Paranismo: cultura e imaginário no Paraná dos anos 20*. In: Revista da ANPUH/PR. 1996; SAATKAMP, Venilda. **Desafios, Lutas e Conquistas: história de Marechal Cândido Rondon**. Cascavel: ASSOESTE, 1985; SCHMIDT, Róbi J. **Cenas da Constituição de um Mito Político: memórias de Willy Barth**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001; WEIRICH, Udilma L. **História e Atualidades: perfil de Marechal Cândido Rondon**. Marechal Cândido Rondon: GERMÂNICA, 2004; WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 9ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. Existem ainda outras, tratando mais especificamente sobre Marechal Cândido Rondon, mas estas serão abordadas em um subitem específico.

utilizou-se como fonte alguns dados (relatórios, mapas, fotos, propagandas de venda de terras, entre outros) da MARIPA, PERSAGRI II, IBGE, IPARDES, entre outros.

Em síntese, não se tem a intenção de reconstruir toda a História do Paraná, com hipóteses e/ou problemas novos ou ainda pouco desenvolvidos, mas busca-se abordar a construção histórica paranaense, procurando dar destaque aos aspectos econômicos, políticos e culturais que formam a macroconjuntura a ser investigada. Para chegarmos a este objetivo, acredita-se que uma análise na qual se reúna diversos elementos em forma de síntese contribui para entender a microrregião que será problematizada ao longo da pesquisa. Desta forma, nas linhas que seguem, dispôs-se alguns processos históricos que permitem entender um pouco mais sobre o Paraná e a microrregião Oeste através de seus antecedentes econômicos, políticos e sociais.

Nos dias da produção desta parte do texto (primeiro semestre de 2013) os indígenas remanescentes na microrregião Oeste do Paraná e Sul do Mato Grosso do Sul estão em conflito com os proprietários de áreas rurais daquela região (pequenos, médios e grandes).⁷¹ Os indígenas querem a demarcação de terras e os proprietários lutam contra, além de indicarem um posicionamento indireto pelo fim das reservas.

Conforme o jornal da Rádio Capital,

O conflito entre indígenas e ruralistas pela ocupação de terras no Paraná e Mato Grosso do Sul pode gerar medidas extremas por parte dos agricultores, que se organizam para um protesto nacional. Segundo o Prefeito de Guaíra e diretor do departamento agrário da Amop,⁷² Fabian Vendrúsculo, produtores rurais e entidades ligadas à agricultura do Oeste do Paraná até o Mato Grosso do Sul estudam uma forma de pressionar o governo para evitar a demarcação de terras e ceder parte de área aos povos indígenas. A ideia é reduzir área de plantio e provocar desabastecimento.⁷³

Vê-se que na pretensão de “desabastecer” o mercado de *commodities* está presente uma das táticas – dentre tantas – usadas para querer convencer outros setores sociais que o agronegócio é fundamental para a sociedade capitalista. Este “desabastecimento”, requerido como forma de pressionar outros setores sociais para defenderem também a grande

⁷¹ Sobre relatos da existência dos indígenas na microrregião no século XVII, ver: CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. **Comentários**. Curitiba: Farol do Saber, 1995; e MONTOYA, Antônio Ruiz de. **Conquista Espiritual**. Porto Alegre: Martins, 1985.

⁷² Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.

⁷³ RÁDIO CAPITAL. *Em protesto pela demarcação de terras aos indígenas ruralistas querem gerar crise com desabastecimento nacional*. Disponível em: <http://www.capitalfm.com.br/2013/03/20/em-protesto-pela-demarcacao-de-terras-aos-indigenas-ruralistas-querem-gerar-crise-com-desabastecimento-nacional/> Acessado em 24.03.2013. Data da veiculação da notícia: 20/03/2013, 08:13.

propriedade fundiária, se levado a cabo, poderia ter efeito inverso, isso porque poderia mostrar a necessidade de dividir as terras e diversificar o que se produz no campo, pois, a soja é uma cultura para exportação, e a cana de açúcar para ser processada (as duas principais culturas do Oeste do Paraná e Sul do Mato Grosso do Sul). Nenhum destes cultivares é utilizado, em grande quantidade, para a alimentação cotidiana das pessoas.

Este processo descrito na reportagem da Rádio Capital lembra Karl Marx, no Dezoito Brumário de Luis Bonaparte, quando afirmava que “(...) a história se repete, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”,⁷⁴ tanto se considerarmos que este processo de espoliação das terras indígenas pelos europeus se dá em processos históricos distintos, quanto se ainda acreditarmos que tudo faz parte de um grande processo histórico. Importante é perceber que este conflito por terra atravessa mais de 500 anos e os indígenas vêm perdendo esta luta, da primeira vez tragicamente sendo dizimados *diretamente* pelas doenças e pelas armas dos “colonizadores” e, neste início de milênio, *indiretamente*, pela justiça dos “colonizadores”.

No Paraná, conforme Romário Martins,⁷⁵ as etnias indígenas que ocupavam seu território eram a Tupis,⁷⁶ Crêns⁷⁷ e Gês⁷⁸ e estes, de uma maneira geral, se dedicavam à agricultura usando métodos como a coivara e o nomadismo, mantendo uma relação holística com a natureza, desconhecendo métodos para reflorestamento e tratamento da água. Tinham uma relação direta com a natureza e desta forma mantinham a harmonia com ela. Diferentemente dos homens brancos (ou dos não-indígenas), afoitos por lucros e excedentes, cada vez maiores e mais abundantes. Fala-se de portugueses e espanhóis e a política mercantilista da Europa naquele período, em consonância com o que Marx chamou de Acumulação Primitiva de Capital.⁷⁹

Dentro do processo dialético passado/presente, para o entendimento da região, precisa-se conhecer alguns outros processos históricos. É informado desde os primeiros anos escolares que Portugal e Espanha estabeleceram um acordo no final do século XV, instituindo

⁷⁴ MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte**. São Paulo: Editora Moraes, 1987. p. 15.

⁷⁵ MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. p 27-48.

⁷⁶ Guaranis, Tinguís, Carijós, Caiguás, Guaianás, Guarapiabas, Guarapuras, Mimos, Chiquis, Teminimós, Mbiazais, Abapanis, Tabacais, Asboipitãs, Jaguaquês, Araxis, Ninguarus, Cuminunguaras, Itacuras, Itaquebas, Hisndós, Tarapopés, Arés, Biturunas, Taiobás, Pinarés, Ibiticois, Tupiniquins, Ibiticurus, Itambaracás, Camperos, Guarapuás, Chovas, Cheripás, Beiopebas, Pés Largos, Chiringuanas, Papagaios, Guapuás, Guanaós, Itatins.

⁷⁷ Caigang, Votorões, Cairucrês, Curutons, Cabeludos, Gualáchos, Caimés, Dorins, Chocrêns, Chavantes, Ibirajaras.

⁷⁸ Botocudos.

⁷⁹ MARX, Karl. **O Capital – crítica da economia política – O Processo de Acumulação Capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Capítulo 24.

a divisão das “novas terras” encontradas a Oeste. Este acordo ficou conhecido como Tratado de Tordesilhas. Ele é datado de 1494 e estabelecia uma linha imaginária que cortava, de Norte a Sul, as “novas terras”. Nesta divisão a maior parte das terras do que hoje é o Brasil estava sob o domínio espanhol.

Segundo consta na historiografia oficial sobre a “descoberta” do Brasil, o português Pedro Álvares Cabral toma posse das terras da América portuguesa em 1500, mas sem grande interesse em explorar as terras tupiniquins. O governo espanhol inicialmente também não deu tanta atenção para estas terras, mas, criou duas *encomiendas* no que hoje é o Estado Paraná: a Vila Rica do Espírito Santo e a Cidade Real do Guaira. Em tese, a pretensão inicial era a de catequizar os indígenas com os princípios católico-jesuítas (organização formada como resultado da Contra-Reforma), entretanto, o que fizeram foi um bom-serviço aos bandeirantes paulistas que preferiam estas também chamadas “reduções jesuíticas” em suas missões de apresamento.

Foi somente com a criação das Capitânicas Hereditárias que Portugal começou a ocupar o território da América Portuguesa. Mesmo assim, conforme Sérgio Buarque de Holanda, em *O Extremo Oeste*, Portugal tendia mais a não incentivar a “conquista” de novas terras a Oeste para não criar problemas com a Espanha.⁸⁰ Talvez por isso a ocupação dos portugueses no Paraná tenha iniciado pelo litoral, somente em 1646, onde haviam encontrado algumas lavras de ouro. No entanto, não foram encontradas grandes quantidades de ouro e este foi explorado intensivamente até se esgotar, durante pouco tempo.

No período de sua “descoberta” até a metade do século XIX, o Paraná fazia parte da Província de São Paulo. As taxações e o abandono nos investimentos por parte da Coroa na localidade suscitaram descontentamentos das classes dominantes “paranaenses” naquele período, fato que os levou a reivindicarem que a Comarca de Curitiba, ou a 5ª Comarca, fosse transformada em Província. Em 19 de dezembro de 1853 o Paraná teve seu *status* modificado para Província e, em 1889, denominado Estado do Paraná.

De maneira geral e caminhando no sentido contrário da histórica formação da classe dominante no Brasil, vinculada à posse da terra, pode-se dizer que a extração e comércio de ouro foram as primeiras atividades econômicas no Estado. As sesmarias, concedidas àqueles que, por meio de suas posses (materiais e escravos) poderiam fazer render as terras lusas na América, davam continuidade ao sistema social de exploração do homem pelo homem vinculado, principalmente, pela posse de terras (para plantar ou extrair minérios). Mas este

⁸⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Extremo Oeste**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 29.

sistema no Paraná veio a ser retardado por alguns anos, dado o interesse inicial em outras formas de extração de riquezas. No entanto, ele foi instituído como nas outras regiões do Brasil. Neste sentido,

Maria Lourdes Ritter lista a existência de 8 grandes sesmarias no litoral e 12 nos campos de Curitiba no século XVII.⁸¹ Através dos descendentes deste primeiro grupo de colonizadores, ligados a elementos da “nobreza” da Capitania de São Vicente, forma-se a coluna central da classe dominante do Paraná, a qual se agregarão elementos futuros⁸².

Em linhas gerais, a produção é ainda rudimentar, com tendência a produção para o abastecimento do mercado interno, com poucos produtos para a exportação (tendo como base a cana-de-açúcar).

Mais adiante no tempo, já entre os séculos XVIII e XIX, os “ciclos”⁸³ econômicos do Paraná modificaram-se.⁸⁴ Os ciclos passaram, inicialmente, pelo Tropeirismo, onde Curitiba e Guarapuava serviam como entreposto comercial e de local de descanso para os viajantes que vinham do Rio Grande do Sul. Conforme Ricardo Costa de Oliveira, a criação da província do Paraná estava relacionada com o estabelecimento e o desenvolvimento destas atividades, dado que, para ele, “(...) A criação da província do Paraná, em 1853, está relacionada com a ascensão da economia regional da erva-mate e do tropeirismo. A sociedade litorânea e campeira da Comarca de Curitiba, com os seus grandes proprietários, participou do projeto de poder que produziu a nova província”.⁸⁵

Há também a *Ilex Paraguaiensis*, ou Erva-Mate, que desde o século XVIII acumulava relatos de sua utilização como moeda de troca. Foi a partir do início do século XIX

⁸¹ RITTER, Maria de Lourdes. *As Sesmarias do Paraná no Século XVII*. Curitiba: IHGEPr, 1980. p. 221-223. Apud: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio das Genealogias: classe dominante e Estado no Paraná**. Campinas: Tese de doutorado em Ciências Sociais (Unicamp), 2000. p. 37. O trabalho deste sociólogo é bastante interessante, pois mapeia a formação da classe dominante no Paraná, ou melhor, nas regiões “tradicionais” como Curitiba, por exemplo, indicando a continuidade quase que “consuetudinária” das famílias de latifundiários no poder. Utilizou-se deste trabalho para compor grande parte do primeiro capítulo, pois examina a história do Paraná a partir da formação e manutenção da classe dominante no campo que, posteriormente, se estendeu à cidade. Entende-se que este trabalho difere desta pesquisa, pois estuda a formação e manutenção da classe dominante do/no campo em outra região paranaense, e aqui propõe-se a identificar as lutas políticas entre a(s) classe(s) dominante(s) já estabelecida(s), mas também se aproxima pois tanto naquela quanto nesta pesquisa tenta se identificar a estrita relação entre poder econômico e poder político, e como esta relação aconteceu – ou acontece – no processo de “modernização” da produção (o trabalho de Oliveira passa pelas transformações na produção do período Vargas e este pela “modernização” da agricultura na década de 1970).

⁸² OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *Idem*. *Ibidem*. p. 37.

⁸³ Os ciclos econômicos não são centrados neles próprios, como a historiografia serialista procurava fazer, mas são organizados em processos econômicos diversos, nos quais determinado produto atinge maior expressão, dependendo da sua rentabilidade econômica. Não se trata de exclusividades, mas de preponderância.

⁸⁴ Cf. OLIVEIRA, Op. cit. 2000.

⁸⁵ *Idem*. *Ibidem*. 2000. p. 5.

que a *Ilex Paraguaiensis* foi usada regularmente como produto da economia paranaense, principalmente pela exportação. Ainda, a madeira foi comercializada com mais intensidade a partir do final do século XIX, dentro e fora do território nacional. A extração e a comercialização da madeira tiveram seu impulso maior com a 1ª Guerra Mundial, e de lá não parou até a década de 1980, pelo escasseamento da matéria-prima.

A atividade econômica ligada com a erva-mate foi a principal propulsora de transformações nas relações de produção no Paraná. Esta análise foi feita por Ricardo Costa de Oliveira, observando que “A análise da economia no período de 1820 até 1880-1890 é a análise da formação da fração da burguesia ervateira”,⁸⁶ indicando a precocidade desta fração da burguesia “(...) no tocante à utilização do trabalhador livre (...), pela tecnificação (...) e pelo controle burguês do processo produtivo com a subordinação dos trabalhadores e de saberes”.⁸⁷ Talvez seja exagero, mas aqui importa perceber que esta atividade foi uma das mais importantes precursoras das relações capitalistas modernas no Paraná e, principalmente, que esta veio do campo. Esta importância se deve ao fato de que, nos próximos capítulos, direta e por vezes indiretamente, indicar-se-á como a fração da classe dominante no campo articulou-se para impor um projeto hegemônico para a microrregião Oeste do Paraná. Enfim, destaca-se a agricultura no processo de transformação social, em ambos os casos (no século XIX, com a erva-mate e, na década de 1970, a modernização e crise na agricultura, reformulando relações sociais – de produção e de dominação).

Através da erva-mate foram criadas novas entidades como, por exemplo, a Sociedade Beneficente dos Trabalhadores da Erva-Mate, e fomentadas outras áreas econômicas (como a do ferro, transportes, vestuário, entre outras). Além destes, (i)migrantes⁸⁸ passaram a povoar o Paraná trabalhando com a erva-mate. Conforme Ricardo Costa de Oliveira,

Se a economia do mate no Paraná estabeleceu as condições para a vinda dos imigrantes europeus e a um regime fundiário centrado na pequena e média propriedade rural e na pequena produção mercantil, o mate igualmente se beneficia do trabalho do imigrante e ajudaria no estabelecimento e na assimilação destes, ao fornecer mais uma fonte de renda e trabalho. Pierre Denis chega a dizer que: “O mate salvou as colônias do Paraná”.⁸⁹ O preparo inicial do mate, seu transporte, o seu beneficiamento auxiliaram também na estruturação da economia de base colonial, centrada no trabalho das famílias

⁸⁶ Id. Ibid. p. 82

⁸⁷ Id. Idib. p. 82.

⁸⁸ O “i” está entre parênteses pois os migrantes eram de ascendência alemã, italiana, polaca, entre outras. Neste momento histórico, ainda eram imigrantes ou seus descendentes diretos.

⁸⁹ IANNI, Octávio. *As Metamorfoses do Escravo*. São Paulo: Hucitec/Scientia et Labor, 1988. p. 243. Apud: OLIVEIRA, Op. Cit. p. 109.

de imigrantes do Primeiro Planalto, no vale médio do Iguazu e no Sudoeste do Paraná^{90, 91}.

Esta indicação sobre os (i)migrantes é importante para perceber a região paranaense precursora na utilização da mão de obra dos trabalhadores estrangeiros, na exploração de seus conhecimentos prévios com a produção em pequenas e médias propriedades, a divisão das propriedades em igual proporção, dentre outras características que são, em grande parte, objeto da pesquisa que segue. Pode-se estabelecer uma relação com o projeto de colonização estabelecido, quase um século depois, para a microrregião Oeste do Paraná, onde foi priorizado o uso da mão de obra de (i)migrantes, a pequena e média propriedade, dentre outros que foram desenvolvidas durante o período “áureo” da erva-mate no Paraná.

Percebe-se a influência das demandas econômicas internas – com o tropeirismo – e das externas – com a erva-mate – na formação da economia paranaense. Isso, para além da discussão sobre a dinâmica interna da economia paranaense,⁹² mostra as bases para a formação de uma elite econômica que se formou como dominante também politicamente, como procurar-se-á mostrar nos próximos capítulos, também na microrregião Oeste do Paraná.

Estas são, de maneira geral, algumas das atividades econômicas do Paraná durante o período colonial e republicano, assentadas em “ciclos”.⁹³ No sentido do exposto, concorda-se com Caio Prado Júnior, quando afirmou que a história da colonização do Brasil é uma história do comércio europeu, no sentido de exploração econômica, não se caracterizando então pela ideia de povoamento permanente, mas um povoamento temporário e específico, destinado a

⁹⁰ LINHARES, Temístocles. **História Econômica do Mate**. Curitiba: José Olympio Editora, 1969. p. 243; e PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná**. Curitiba: Hucitec/SCE-PR, 1981. p. 177-178.

⁹¹ OLIVEIRA, Op. Cit. 2000. p. 89-90.

⁹² A referência é a PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná**. Curitiba: Hucitec/SCE-PR, 1981, que atribui à economia paranaense o caráter historicamente dependente, tanto do tropeirismo (reflexo da mineração em Minas Gerais) quanto da erva-mate (reflexo da demanda internacional); e a OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio das Genealogias: classe dominante e Estado no Paraná**. Campinas: Tese de doutorado em Ciências Sociais (Unicamp), 2000, que defende a formação de uma economia até certo ponto endógena às demandas de fora do Paraná, que atribui mais importância para a estabilização do mercado interno paranaense, a partir do tropeirismo e da erva-mate.

⁹³ Ao falar em ciclos econômicos de determinados produtos e em vários períodos históricos brasileiros na região estudada, o que se está procurando é apontar que os mesmos ocupavam lugar de destaque, mas não eram os únicos, como se somente determinada produção predominasse, sendo adotada por todos os segmentos sociais. Em cada momento histórico houve processos produtivos que combinaram diferentes atividades, mas com importância econômica assentada em algumas. Isso ocorria devido ao valor atribuído ao produto no mercado consumidor externo, agregando a ele valor menor ou maior, dependendo da necessidade desse mercado. Outro aspecto a ser destacado é que quando da substituição no tipo de produto de importância comercial, o que perdia importância no mercado não necessariamente deixava de ser produzido, mas apenas assumia menor escala produtiva. Cita-se, como exemplo, o cultivo do café no Paraná, que ocupava destaque no período e lugar pesquisado, tanto em quantidade de área produzida, como no preço de mercado, e que hoje não mais ocupa a liderança produtiva e econômica, mas ainda está presente no contexto produtivo do Paraná, ainda que em menor medida.

subtrair as riquezas para mandá-las para outros lugares.⁹⁴ Por isso, discorda-se em partes de Sérgio Odilon Nadalin, em *Paraná: ocupação do território, população e migração*, quando afirmou que: “(...) a História do Paraná foi construída a partir da dualidade 'aventura' versus 'trabalho’”,⁹⁵ tendendo a acreditar que os “colonizadores” estavam preocupados com o desenvolvimento econômico interno do Paraná. Trata-se, antes de tudo, de uma exploração econômica destinada ao comércio exterior marcada pelo capitalismo comercial daquele período.

Neste sentido, a tabela que segue é ilustrativa para demonstrar a ocupação do Paraná durante a formação do Estado e, assim, poder identificar em qual período histórico o Estado foi visto como mais atrativo à exploração econômica.

TABELA 1: ESTIMATIVA POPULACIONAL DO PARANÁ ATÉ 1940

ANO	NÚMERO DE HABITANTES
1720	3.400
1772	7.627
1780	13.349
1800	21.843
1816	27.097
1822	32.074
1836	42.890
1854	62.258
1862	88.489
1872	126.722
1890	249.491
1900	327.137
1920	685.711
1940	1.236,276

FONTE: COSTA Iraci Del Nero & GUTTIÉREZ, Horácio. **Paraná. Mapas e Habitantes.** São Paulo: IPE/USP, 1980. p. 13 e Censo Demográfico.⁹⁶

⁹⁴ PRADO, Caio Jr. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.

⁹⁵ NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migração.** Curitiba: Seed, 2001. p. 90.

⁹⁶ Tabela extraída de: OLIVEIRA, Op. cit. 2000. p. 54.

A preocupação com a “conquista e colonização” do Estado se procedeu, mormente, na primeira metade do século XX, com expressivo aumento populacional, passando de 327.137 para 1.236,276 representando crescimento de 277,9%. Antes deste período, a curva populacional ascendia, mas modestamente, o que pode indicar que não havia grande interesse pelo Estado, ou que este não oferecia atrativos para a exploração agroexportadora, entre outras.

Acredita-se que mais se valeram da exploração econômica da região do que uma possível aventura por estas terras, “conquistando”, “ocupando”, “povoando”, “estabelecendo-se”. À exceção do litoral do Paraná, de Curitiba e dos campos gerais (Guarapuava), o “povoamento” para permanência no local só foi visto com maior intensidade no século XX (Conforme Tabela 1). O Norte, Sudoeste e Oeste do Paraná têm sua formação relativamente cedo, com especificidades próprias. No caso do Oeste vê-se a exploração da erva-mate e da madeira – inicialmente – para posteriormente passar à exploração privada das áreas do Oeste, feita por empresas de colonização, como se verá a seguir.

Como já indicava Florestan Fernandes,⁹⁷ o processo de revolução burguesa no Brasil levou vários anos de transformações socioeconômicas, políticas, culturais e ideológicas, para consolidar o Brasil na sua feição capitalista moderna. Nestes anos, não somente modificações na economia foram importantes, mas em todos os âmbitos da esfera social. No Paraná, conforme Ricardo Costa de Oliveira,

Socialmente e economicamente podemos identificar no Paraná um período de grandes transformações centradas nas décadas de 70 e 80 do século XIX. A limitação progressiva da escravidão, o crescimento do trabalho livre assalariado, a precoce industrialização do beneficiamento da erva-mate e a transformação de uma fração burguesa industrial-exportadora de erva-mate, representam a implementação hegemônica do modo de produção capitalista na região. Este processo pode ser personalizado ao compararmos a figura de Ildefonso Pereira Correia, o Barão de Serro Azul, o maior exportador de erva-mate da década de [18]80, com Manoel Antonio Guimarães, o Visconde de Nácar, o maior exportador de erva-mate nos períodos anteriores. O perfil burguês modernizador de Serro Azul contrasta com o perfil tradicional de Nácar.⁹⁸

Assim, o processo de transformação social que contribuiu nas transformações socioeconômicas no Paraná estava relacionado com a proibição – ao menos em tese – da utilização da mão de obra escrava e da produção e transformação da erva-mate em grande

⁹⁷ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaios de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

⁹⁸ OLIVEIRA, Op. Cit. 2000. p. 58-59.

escala. Também, é preciso perceber que outras transformações, no âmbito nacional, possibilitaram estas modificações iniciais nas estruturas socioeconômicas do/no Paraná integrando-o na esfera produtiva capitalista dentro de um contexto econômico mais amplo.

Trata-se aqui do final do século XIX, quando a República Velha estava se formando. Conforme Décio Saes,⁹⁹ o Estado Burguês no Brasil tem sua formatação neste período, mas, com problemas para os republicanos que teriam que ser suplantados para implementar um sistema liberal no país. Pode-se perceber vários entraves ao projeto burguês, como a economia vinculada essencialmente à agricultura e, por isso, dependente do mercado internacional para determinar a demanda – e conseqüentemente os preços dos produtos –, bem como para influenciar na concorrência com a produção interna de bens de consumo, baixando o valor das mercadorias e o fomento à industrialização no Brasil; no incipiente mercado interno; fragilidade na acumulação capitalista; grande quantidade de trabalhadores mal remunerados (urbanos, mas principalmente rurais), que por conseguinte não tinham condições de compra; Estado hegemônico entre os grupos agroexportadores (principalmente pela burguesia cafeeira); entre outros.

Conforme Ricardo Costa de Oliveira, mesmo com estas condições, o Paraná teve um modesto – mas perene – crescimento econômico, quando comparando, por exemplo, a produção de café em São Paulo com a produção de erva-mate, no Paraná. O sociólogo se utilizou deste exemplo para indicar que uma das grandes diferenciações do Paraná era a manutenção das classes dominantes no poder, mesmo depois das crises (quebra da bolsa de Nova York e do Golpe de Getúlio Vargas), devido a não vinculação econômica direta no clássico “café com leite”.

Há ainda um dado relevante, tratando da questão da reordenação do setor agrário para um setor industrial, ou melhor, da visão sobre o processo que se fomentava na República Velha – a industrialização – e que muitos latifundiários mantinham uma relação direta com a indústria. Em outros termos, uma grande parte da fração tradicional da classe dominante paranaense ficou no poder mesmo depois da crise pois, além de possuírem a rentabilidade das terras, investia também na ainda “nova” produção industrial.¹⁰⁰ Mas, o Paraná teve um

⁹⁹ SAES, Décio. **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

¹⁰⁰ Cf. MENDONÇA, Sônia R. **A Industrialização Brasileira**. São Paulo: Moderna, 1995. Sônia R. Mendonça estudou o eixo Rio-São Paulo no processo de industrialização. O Paraná, conforme Ricardo Costa de Oliveira, não fugia à regra.

processo de industrialização tardio, apenas sendo intensificado nas décadas de 1960 e 1970, e nos grandes centros urbanos.¹⁰¹

Por fim, aproveitando-se de mais alguns dados de Ricardo Costa de Oliveira, pode-se mencionar da organização e participação política no Paraná. Conforme sua pesquisa, as classes dominantes no Paraná durante o Primeiro Império e o período regencial eram formadas pela clássica posse do latifúndio, com influência imperial para cargos administrativos, além de membros do alto escalão da Guarda Nacional.

Os liberais se articulavam e durante o Segundo Reinado criaram-se situações de instabilidade política, como ocorreu em São Paulo em 1852, na disputa entre liberais e conservadores. No Paraná, conforme Ricardo Costa de Oliveira,

(...) a divisão partidária acompanhava a linha nacional. Os ervateiros ligados à agricultura de exportação e ao comércio externo apoiavam majoritariamente o Partido Conservador. Os tropeiros dos campos do interior, vinculadas à economia do mercado interno, preferencialmente os liberais. A grande propriedade fundiária estava distribuída entre os dois partidos políticos.¹⁰²

No entanto, mesmo com os interesses diversos entre conservadores e liberais, antes e depois da emancipação político-administrativa em relação a São Paulo (1853), “(...) a convivência política e a rotatividade no poder era a regra. As situações de conflito aberto eram esporádicas”.¹⁰³ Mesmo depois da Proclamação da República (1889) o clima social era ameno no Paraná – com algumas exceções, como foi o caso da Revolta Federalista no Rio Grande do Sul,¹⁰⁴ que refletiu no Paraná.

Isso pode ser percebido através da permanência da classe dominante agrária na direção do Estado até a segunda metade do século XX. Conforme Elsie dos Reis Marson,

Fazendo uma rápida genealogia dos governantes do Paraná durante a primeira metade do século XX, observamos que o poder executivo estadual pertencia a uma mesma classe ou família. Neste cenário o governador Affonso Alves de Camargo (1916/20) pertenceu a uma família de

¹⁰¹ Tratar-se-á das questões econômicas, políticas e culturais nos subitens seguintes, quando referir-se-á às décadas de 1930 a 1970.

¹⁰² OLIVEIRA, Op.Cit. 2000. p. 139.

¹⁰³ Idem. Ibidem. p. 140.

¹⁰⁴ Trata-se de uma revolta – que parte da historiografia chama de revolução, mas não se caracterizou como tal, pois não acarretou na transformação orgânica do sistema socioeconômico vigente – ambientada no que hoje é o Estado do Rio Grande do Sul, durante os anos de 1893 e 1895. Este conflito armado, entre civis e militares, foi deflagrado logo após a Proclamação da República, e abrangeu, além do RS, os Estados de Santa Catarina e Paraná. Federalistas lutavam contra o poder de Júlio de Castilhos, então presidente do Estado. Ainda, pode-se destacar a autonomia estadual requerida pelo RS diante do recém-criado poder Federal motivaram o conflito.

latifundiários dos Campos de Guarapuava; entre 1921/28 governa, por duas gestões, Caetano Munhoz da Rocha ligado ao grupo ervateiro; de 1928/31 retorna Affonso Alves de Camargo ao governo; natural dos Campos Gerais, Manoel Ribas governou o Paraná entre 1932/45, por 13 anos seguidos, pertencente à oligarquia daquela região; em 1947/50 governou Moysés Lupion, filho de latifundiários ligado ao setor madeireiro nos Campos Gerais, próximo a Castro e foi considerado herdeiro político de Manoel Ribas; entre 1951/55 governou o Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, filho de Caetano Munhoz da Rocha e genro de Affonso Camargo; entre 1956/59 retorna ao governo Moysés Lupion; em 1961 Ney Braga, genro de Bento Munhoz da Rocha Neto, se torna governador.¹⁰⁵

Ao que tudo indica, mesmo a parte republicana da classe dominante no Paraná estando mais ligada com os interesses relacionados com o comércio interno (nacional), não conseguiu fazer frente para a tomada do poder do Estado por seus dirigentes e intelectuais. Este permaneceu essencialmente com sua feição “agroexportadora” até a intensificação da industrialização, já na década de 1970.

1.3 A FORMAÇÃO DO OESTE PARANAENSE: políticas de fomento à ocupação e à racionalização capitalista da terra

É importante evidenciar que historicamente no Paraná a propriedade da terra e, posteriormente, o comércio e a indústria, formavam o perfil econômico da classe dominante não somente em nível estadual, mas em nível regional e/ou microrregional. Neste subitem será demonstrado como se deu este processo inicial de formação da microrregião Oeste do Paraná, com os sujeitos sociais, a exploração da região por empresas estrangeiras, a exploração da mão de obra, as políticas oficiais de colonização, dentre outras.

1.3.1 Sujeitos Sociais “Paranaenses”

Os autóctones, ou indígenas,¹⁰⁶ podem ser considerados os primeiros sujeitos sociais da História do Paraná. Tudo “era deles”, ou eles se valiam de tudo, sem a noção de

¹⁰⁵ MARSON, Op. cit.2004. p. 234.

¹⁰⁶ “Índio” é uma palavra europeizada e deve ser também problematizada. Não se quer mudar o sentido da palavra índio, nem sua utilização, mas acredita-se que autóctones melhor definiria os “índios”.

propriedade privada contemporânea, mas do uso holístico da natureza e seus recursos. Com a chegada e estabelecimento dos espanhóis e portugueses na região Oeste do Paraná, estes, de “moradores das florestas” passaram a ser mão de obra escrava. O processo não foi harmônico e homogêneo, em que todos os indígenas de todas as etnias se entregavam e se submetiam aos desmandos dos “brancos”. Houve disputas e acordos, como o caso dos Kaygang, que ajudaram os Bandeirantes a adentrarem à mata na captura dos Guarani da região Oeste, dadas as suas rivalidades com as tribos da região, bem como a resistência direta às tentativas de dominação dos “brancos”.

Ao que interessa à pesquisa, é mister entender que grupos indígenas povoavam a região estudada, e deles saíram relações que estão para além da escravidão tradicional, mostrada através da relação entre Bandeirantes e Jesuítas.¹⁰⁷

Trata-se da relação de trabalho onde os trabalhadores, mormente indígenas da região, eram chamados de *mensus*¹⁰⁸ e estavam submetidos a um regime de trabalho compulsório, mas que mais se assemelhava ao trabalho escravo.¹⁰⁹ Esta forma de trabalho é pouco mencionada na historiografia nacional sobre o período, mas merece destaque por ser praticada na região pesquisada.

O Paraná é um Estado que foi desmembrado de São Paulo e, conseqüentemente, sua população “branca” foi inicialmente formada por portugueses e seus filhos, já “abrasileirados”, caboclos e outros, vindos de São Paulo para buscarem as riquezas do litoral. No entanto, com as Missões e as investidas dos Bandeirantes, uma parcela destes “brancos” passava a estabelecerem-se no Oeste do Paraná dos séculos XVI em diante. Especificamente, criaram-se daí relações sociais, políticas, econômicas, culturais e outras.¹¹⁰

Os escravos africanos no Paraná não formavam um grande contingente, como em Estados de tradição escravocrata. Limitava-se ao litoral, Curitiba e outras regiões de histórica relação com outros Estados (principalmente São Paulo). Estes escravos chegavam ao Oeste paranaense principalmente no século XX, já como ex-escravos, fato que a historiografia

¹⁰⁷ Cf. MOTA, Lucio Tadeu & JACOMINI, Maria Simoni & NOELI, Francisco Silva. *História das Rotas e Ações das Expedições Bandeirantes nos Territórios Indígenas do Sul do Brasil – Séculos XVI E XVII*. In: ARIAS NETO, José Miguel; DE BONI, Maria Ignês Mancini de; SOUZA, Silvia Cristina Martins de. (Orgs). **150 ANOS DE PARANÁ: História e Historiografia – Anais do VIII Encontro Regional de História**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004. p. 301.

¹⁰⁸ Do espanhol mensual, que significa trabalhador temporário e/ou mensal.

¹⁰⁹ Esta forma de relação de trabalho está mais detalhada no subitem subsequente.

¹¹⁰ Relações sociais entre autóctones e forasteiros que são vistas na contemporaneidade pela intolerância e pelo preconceito, como mostrada pela citação da Rádio Capital, neste trabalho.

tradicional não os considera como parte integrante da constituição de muitos municípios da região.¹¹¹

Ao contrário da participação dos indígenas e dos africanos na construção do Paraná, os (i)migrantes, de descendência europeia, são enaltecidos como os verdadeiros portadores da identidade social do Paraná. Apesar do movimento chamado de Paranismo¹¹² enfatizar, dentre outras coisas, a pluralidade étnica do Paraná, o protagonista é sempre o homem branco, europeu, colonizador. De maneira geral, podemos dizer que o Paranismo está localizado dentro de um contexto de exaltação republicana no início do século XX, incentivado pela ideia de que a “modernidade” e suas crescentes inovações tecnológicas seriam, enfim, o ápice do capitalismo e a diminuição da miséria para todos. Assim o Paranismo deve ser entendido como uma das principais correntes de pensamento da intelectualidade no Paraná do início do século XX que tentava criar uma identidade regional ao paranaense, historicamente alijado de qualquer marca fundante e/ou construção identitária anterior a esta.

No Paraná há certa tendência à valorização da imagem do (i)imigrante europeu, talvez pela sua histórica presença na formação do Estado, talvez pela imagem europeia – comumente ligada à “civilidade” e “modernidade”.¹¹³ Conforme Oliveira,

A primeira fase imigratória foi dos alemães para os interstícios florestais entre o litoral e os campos do planalto, entre 1820 e 1850. Composta de membros daquele grupo que ocuparam as regiões florestais entre o litoral, já povoado desde o século XVII e XVIII por vicentistas e açorianos, e os campos do planalto – o corredor do tropeirismo e da pecuária, extensivamente ocupado pela sociedade pastoril e pelo caminho Sul das tropas de Sorocaba.¹¹⁴

Ainda, no mesmo sentido de identificar os primórdios da migração alemã para o Paraná, e suas características na região hoje identificada como o litoral, região metropolitana, Curitiba e Guarapuava, pode-se apontar que

¹¹¹ Cf. A bibliografia dos memorialistas indicada no início do texto. Também, de uma outra perspectiva, Robson Laverdi aborda a história destes migrantes “esquecidos” pela oficialidade local, trazendo suas visões sobre o processo de colonização em Marechal Cândido Rondon, modernização agrícola e outros, estabelecendo o diálogo que os memorialistas não fizeram, com os “negros”, índios e migrantes pobres, excluídos do rol dos “pioneiros”. LAVERDI, Robson. **Tempos Diversos, Vidas Entrelaçadas – trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

¹¹² PEREIRA, Op.Cit. 1996. Abordado mais adiante no texto.

¹¹³ Essa valorização pode ser observada na lógica da ética moral para o trabalho. Um exemplo desta ideologia pode ser encontrado na Praça Willy Barth, de Marechal Cândido Rondon, onde um trator esteira do período da colonização chama a atenção para o trabalho realizado pelos “pioneiros”, bem como um chafariz que faz menção ao braço do agricultor, à soja, ao trigo, entre outros símbolos que enaltecem um suposto *ethos* laborioso dos rondonenses.

¹¹⁴ OLIVEIRA, Op. cit.2000. p. 108.

Com a intensificação do fluxo e o estabelecimento de imigrantes, surge a categoria social burguesia imigrante. Esse segmento social geralmente é representado por imigrantes que trazem uma estrutura de classe “pré-fabricada”. Quase sempre já possuíam experiências no comércio, na manufatura e detinham conhecimentos técnicos; pertenciam à classe média. Muitos já tinham tido experiência ou eram de áreas urbanas. Também perceberam vantagens nas demandas econômicas das massas de imigrantes, com seus hábitos de consumo específicos, sejam os alimentares, têxteis, residenciais e de serviços em geral (...).¹¹⁵

Desta forma, indica-se que a primeira leva de alemães que (i)migraram para o Paraná eram, além de colonos, pequenos e médios comerciantes. Estas características foram destacadas para relacionar este movimento (i)imigratório com a (i)migração na microrregião Oeste do Paraná.

Em síntese, pode-se dizer que os indígenas formam a população autóctone da região paranaense. No século XVI, espanhóis e portugueses vieram à região. Em seguida, no século XVII e XVIII, um pequeno número de escravos africanos chegaram ao Paraná para, no final do século XIX e início do XX, europeus e ascendentes destes, de diversas etnias (poloneses, holandeses, alemães, italianos, entre outros), além de japoneses, sírio-libaneses, judeus e turcos (i)migrarem para a região. A partir de 1930, houve uma onda de migração interna, onde também paulistas, mineiros, catarinenses, gaúchos e nordestinos passaram a habitar o Paraná.

1.3.2 A Ocupação do Oeste Paranaense

A ocupação do Oeste paranaense pelos europeus foi um processo histórico que teve início já nos primeiros anos da chegada dos portugueses e espanhóis à América. A região que hoje compreende o Oeste do Paraná estava sob o domínio espanhol e, através das Missões Jesuíticas, como a dos *Sete Povos das Missões* e, em especial, a *Cidade Real do Guaira* (localizada no extremo Oeste, beirando o Rio Paraná) ela foi sendo “desbravada” por padres jesuítas.

Nestas reduções, que em tese tinham como objetivo a catequização dos autóctones, exercia-se a pedagogia também através do trabalho. Assim, os “índios” eram treinados para o

¹¹⁵ Idem. Ibidem. p. 110.

trabalho voltado para o acúmulo, a parcimoniosidade, a frugalidade, a jornada diária trabalhando, enfim, ao modo de trabalho que o europeu daquele período entendia como o correto – lembrando que a Igreja Católica não se opunha à escravidão dos africanos e, somente no século XVIII foi se opor à escravização dos autóctones do Brasil. Por estas características, os “índios” das reduções jesuíticas eram o alvo principal dos Bandeirantes.¹¹⁶

Em 1857, a Argentina passava por uma guerra civil e este acontecimento alertou o governo paranaense para a necessidade de fechar a fronteira Oeste,¹¹⁷ tarefa que demandou recursos financeiros e logísticos que a administração provincial do Paraná não dispunha. Outros fatores levaram à preocupação com o Oeste, como, por exemplo, a Guerra contra o Paraguai. Neste sentido, um fator foi decisivo para a preocupação com o Oeste: a contestação, por parte da Argentina, dos limites determinados no Tratado de Santo Ildefonso. Na sua interpretação, os limites do Brasil – e conseqüentemente do Paraná – ficariam a trinta quilômetros a Leste do que estabelecia o Tratado.

Naquele período, a contestação territorial das áreas de terra era dada através do *Uti-possidets*, ou seja, a terra pertencia àquele que a ocupava. Daí a importância de estabelecer uma Colônia Militar no Oeste do Paraná, como foi feito em Foz do Iguaçu, uma Colônia Militar responsável por abrir estradas e delimitar as fronteiras brasileiras com a Argentina e o Paraguai. Naquela empreitada, os militares encontraram uma região habitada e explorada pelos argentinos e por uma empresa inglesa, a *Brazilian Railway Company*.¹¹⁸ Contraditoriamente, o governo do Paraná dava concessões buscando a colonização da região, mesmo que esta se desse por empresas estrangeiras.

Neste sentido, conforme Marcelo Grondin,

O isolamento do Alto Paraná facilitou a expansão legal e ilegal da frente extrativista estrangeira, particularmente argentina, e a depredação das florestas no extremo-oeste do Paraná, que apresentavam a maior densidade de erva-mate e de madeira. As empresas argentinas e europeias adquiriram concessões do governo paranaense a preços baixíssimos e até sem documentação definida, embora com a obrigação de realizar um projeto de colonização (não realizado) e desembarcavam na margem brasileira, iniciando sua penetração no Oeste do Paraná. Por volta de 1920, encontravam-se acima de Foz do Iguaçu, os seguintes portos: Bela Vista, Itaoquita, Leonor, União, Alberto, Marnik, Rossani, Mbacley, Leque, Sol de

¹¹⁶ Assim eram denominados os portugueses paulistas que entravam à mata rumo ao Oeste na busca de mão-de-obra escrava para o trabalho nas pequenas e médias fazendas de São Paulo. Estes se interessavam também por metais preciosos e outros produtos que pudessem virar mercadoria.

¹¹⁷ Lembrando que o Paraná obteve a sua autonomia político-administrativa de São Paulo em 1853.

¹¹⁸ A subsidiária da Brazil Railway Company no Brasil foi a Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO).

Maio, São Vicente, São Miguel, São Francisco, Artaza, Mendes e São João.¹¹⁹

Pode-se dizer que exploração da erva-mate e da madeira por parte dos argentinos (e em menor quantidade por ingleses) no Brasil foi denominada de *Obrages*. Nelas, os trabalhadores, normalmente paraguaios e alguns “brasileiros” exerciam suas funções com uma remuneração mensal, e por isso eram denominados de *mensus*, ou mensaleiros. Desta relação surgiu uma relação de trabalho compulsório ou escravidão pouco comentada pela historiografia brasileira.

Os *mensus* eram escravizados pelos empresários proprietários das *obrages*. Isso se dava pelo fato de que eles, antes de irem trabalhar nos acampamentos de extração de erva-mate e madeira, recebiam adiantadamente três meses de salário que eram gastos ainda no comércio local de Assunción (Paraguai) e Corrientes (Argentina), por exemplo. Indo para os acampamentos, os trabalhadores já chegavam endividados com três meses de salário e, a partir de então, tinham que comprar seus mantimentos no armazém do proprietário da *obraje*. Desta maneira, nunca conseguiam saldar suas dívidas. Sobre o tema existem vários relatos, como aqueles apresentados por Colodel, Gregory e Wachowicz, referentes às *obrages* na região Oeste do Paraná desde 1881.¹²⁰

As *obrages* independiam da propriedade legal da terra e, via de regra, comercializavam seus produtos sem necessariamente passar por qualquer tipo tributação ou de fiscalização, ou seja, não pagavam impostos a qualquer governo. Cada *obraje* tinha a sua moeda própria e falava-se o espanhol. Também, quando fora, a moeda era o peso argentino. Enfim, as fronteiras dos três países ainda não estavam estabelecidas e, de uma maneira geral, isso causava problemas principalmente para os governos, que perdiam com os produtos aqui extraídos, mas que não contavam como impostos.

Uma das mais antigas e importantes *obrages* do Paraná foi a de Julio Tomaz Allica. Este ex-militar argentino, conforme Marcelo Grondin,¹²¹ no início da década de 1910, “(...) conseguiu do governo estadual do Paraná uma concessão de apenas 450 hectares às margens do rio Paraná ao lado de Porto Mendes, propriedade da Matte Laranjera, mas explorou parte da concessão da Braviaco por meio de aluguel”.¹²² Allica explorou a região Oeste do Paraná antes do estabelecimento da Matte Laranjera e da Fazenda Britânia. Ele estendeu a sua

¹¹⁹ GRONDIN, Marcelo. O Alvorecer de Toledo na Colonização do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2007. p.38.

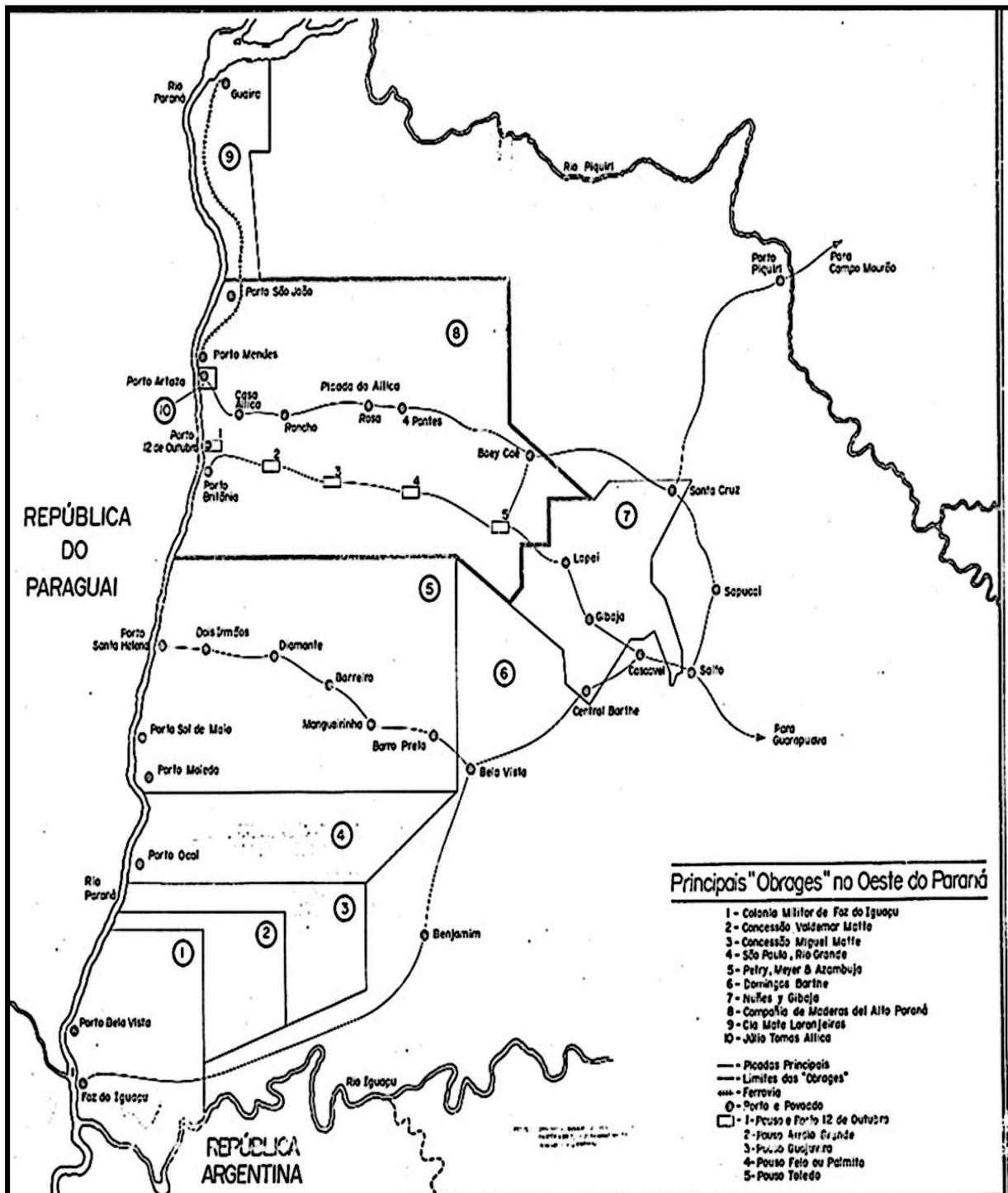
¹²⁰ Cf. COLODEL, op. cit. 1988; GREGORY, Op. cit. 2002; WACHOWICZ, op. cit. 1982.

¹²¹ GRONDIN, op. cit. 2007. p. 48.

¹²² Idem. Ibidem. p. 48.

relativamente pequena propriedade a centenas de quilômetros, “(...) chegando a alcançar a região de Cascavel para Leste e Sul e Campo Mourão na direção Nordeste, com uma produção de dois milhões e meio de erva-mate”.¹²³

MAPA 1: PRINCIPAIS OBRAGES NO OESTE DO PARANÁ



FONTE: WACHOWICZ, Rui C. *Obrageros, Mensus e Colonos: história do Oeste Paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982. p. 64.

¹²³ Id. *Ibid.* p. 49.

Já a *Companhia Matte Larangeira* não explorava grandes quantidades de erva-mate no Paraná, exceção dos arredores de Guaíra, pois era uma *obrage* estabelecida no que hoje é o Sul do Mato Grosso. Conforme Grondin,

A empresa utilizava seu território nessa região [Guaíra] apenas como posto intermediário para chegar ao mercado platino. Sua erva-mate vinha do Sul do Mato Grosso, mais especificamente de Rio Brilhante. O sistema lá implementado era semelhante ao que existia nas outras obras do Estado do Paraná e sua presença foi muito importante para o desenvolvimento da indústria da erva-mate na região.¹²⁴

Dentro de vários aspectos que poderiam ser citados sobre a importância desta empresa na região, destaca-se a criação do Porto Mendes, que hoje ainda faz parte da região estudada, bem como de uma estrada de ferro de 60 km, ligando Guaíra a Porto Mendes – feita esta para desviar das Sete Quedas do Rio Paraná.¹²⁵ Sobre a *Matte Larangeira*, Grondin indicou que “Em termos de investimentos em infraestrutura necessária à extração e ao escoamento da erva-mate, a *Matte Larangeira* foi, sem dúvida, a *obrage* mais importante”.¹²⁶ A *obrage* findou com a “*Marcha para o Oeste*”.

Além destas, houve ainda outras *obrages* que exploraram a região vizinha à área estudada, como a argentina *Empresa Domingos Barthe*, que desde o final do século XIX se estabeleceu no Paraná, em uma região que chegou a abranger o que hoje é o município de Santa Helena (município com o nome do porto criado por Barthe) até Guarapuava (então a 500 km de distância de Santa Helena). Sua *obrage* acabou com as imposições de Vargas e a “*Marcha para o Oeste*”.

Outra *obrage* que margeava a área estudada foi a *Empresa Petry, Méier e Azambuja*, que se estabeleceu na região de Santa Helena. Esta, conforme Grondin, recebeu uma concessão do governo do Estado do Paraná para explorar a área em 1905 e, em 1930, com a “*Marcha para o Oeste*”, teve sua concessão revogada (ou caducada, como consta nos documentos oficiais). Também, a empresa argentina *Nuñez y Gibaja*, que explorava a madeira (beneficiando-a por meio de serrarias) e a erva-mate, esteve presente na região Oeste do Paraná explorando economicamente a região.

¹²⁴ Id. Ibid. p. 50.

¹²⁵ O porto “original” foi inundado devido a barragem da hidrelétrica de Itaipu, construída na década de 1970. Na atualidade ainda há um porto, mas que é usado essencialmente para ligar Marechal Cândido Rondon ao Paraguai. A estrada de ferro está desativada e sem condições de uso.

¹²⁶ GRONDIN, Op. cit.2007. p. 51.

No entanto, esta empresa tem um pouco mais de relação com a área estudada, dado que

No dia 25 de setembro de 1905, o Estado do Paraná outorgou à firma Nuñez y Gibaja, a título de compra de domínio direto, o imóvel chamado Lopi, ao qual se chegava, a partir do Porto 12 de Outubro, passando por nove pousos distantes entre 15 e 20 quilômetros um do outro. A empresa adquiriu, nesta picada, cinco áreas de 200 hectares cada um. O lote nº 5 era chamado Pouso Toledo. A sede da exploração da MARIPA, a partir de 1946, se situará na margem desse pouso, perto do rio, o qual chegará a ser, posteriormente, parte do município de Toledo.¹²⁷

Assim, a exploração econômica da microrregião estudada neste trabalho inicia-se com a presença do Pouso Toledo, posteriormente ocupada pela *Indústria Madeireira Colonizadora Rio Paraná – MARIPA* –, que colonizou a microrregião tendo como a sua sede Toledo.¹²⁸ Mas antes dela a *Companhia de Madeiras del Alto Paraná – ou Fazenda Britânia* – explorou a região de Toledo, para posteriormente ser comprada pela MARIPA.

Conforme Grondin, “A obra denominada Fazenda Britânia teve origem em 1905, quando o coronel do Exército Brasileiro, Jorge Schimmelpfeng, adquiriu 250 mil hectares de terras devolutas, na qualidade de ‘testa de ferro’ da companhia inglesa *The Alto do Paraná Development Company Ltda.*, com sede em Buenos Aires”.¹²⁹ O Estado concedeu esta concessão com algumas obrigações que teriam que ser realizadas no prazo de 8 anos: “demarcar os lotes, colonizar as terras e fundar uma povoação (de colonos), ligar a Fazenda por estrada ao Rio Paraná e construir um edifício próprio para o funcionamento de escolas públicas (...)”.¹³⁰ No entanto, estas obrigações nunca foram cumpridas pela empresa.

A Fazenda Britânia criou um porto, o Porto Britânia, ainda presente no hoje município de Pato Bragado (região desmembrada de Marechal Cândido Rondon na década de 1990), de onde mandavam seus produtos à exportação. Assim como a Matte Larangeira, organizaram um bom aparato logístico para dar suporte à exploração de erva-mate, madeira e outros materiais. Esta empresa foi próspera até a segunda guerra mundial e suas restrições à importação de madeira, principalmente da Inglaterra, sua principal compradora. Nem a passagem da Coluna Prestes gerou a bancarrota da empresa, assim como fez com Allica e outras *obrages*. Em termos gerais, além destes problemas gestados a partir da década de 1940,

¹²⁷ Idem. Ibidem. p. 54.

¹²⁸ Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Mercedes, Pato Bragado e Entre Rios do Oeste pertenciam, inicialmente, ao município de Toledo.

¹²⁹ GRONDIN, op. cit. 2007. p. 56.

¹³⁰ Idem. Ibidem. p. 59.

“(...) a publicação de novas leis ditadas pelo governo Vargas, proibindo a presença de pessoas e empresas estrangeiras até 150 quilômetros da fronteira, marcou definitivamente a decadência da Fazenda Britânia, consumada em 1942 (...)”.¹³¹

Em geral, a atuação das *obrages* começava a mudar, primeiramente, quando da passagem da Coluna Prestes¹³² pela região, pois, tanto governo federal quanto estadual começaram a atuar na região, buscando os “revoltosos” e, com isso, também conhecendo as práticas ilegais nas *obrages*. No entanto, acredita-se que a passagem da Coluna Prestes pela região na década de 1920 não provocou grandes modificações na estrutura de exploração econômica e cultural da região, isso pois em 1937 – uma década depois da passagem da Coluna na região – pode-se notar ainda, conforme Myskiw, a estrutura “estrangeira” no Oeste. Segundo ele,

(...) Tenente Coronel José de Lima Figueiredo, ao realizar uma expedição ao extremo-oeste paranaense, também relatou os aspectos naturais, culturais e sociais de um espaço supostamente desabitado por brasileiros: “Atravessamos o rio Ocohy (...) [e] Escolhemos parar na ‘obraje’ Sete de Setembro, do Senhor Eugenio Caferata, argentino. O senhor Caferata trabalha com 120 homens, sendo 82 paraguaios e 38 argentinos. O único brasileiro existente neste recanto do nosso Brasil é um soldado de polícia ali destacado, que, aliás, é casado com uma paraguaia e seus filhos falam: o guaraní”.¹³³

Ou seja, pode-se supor que a estrutura socioeconômica e cultural que existia antes da passagem da Coluna Prestes pela região manteve-se, talvez, com algumas modificações. No entanto, ações no sentido de equacionar a “questão da fronteira” Brasil-Paraguai-Argentina foram realizadas no governo Getúlio Vargas, com a “Marcha para o Oeste”, em 1938-1939, questões estas que tratar-se-á mais atentamente a seguir, visto que a partir desses movimentos (Coluna Prestes e “Marcha para o Oeste”) – mas não exclusivamente – a região estudada passou a ser visada com vistas a ampliar a exploração capitalista da terra, antes voltada quase que exclusivamente para a extração da madeira e erva-mate, para, a partir de então, direcionar

¹³¹ Idi. Ibid. p. 59.

¹³² A Coluna Prestes foi um movimento político-militar brasileiro ligado à insatisfação de uma camada de tendência liberal com a classe dominante que havia tomado o poder do Estado na República Velha. Entre 1925 e 1927 os tenentes saíram das capitais brasileiras em direção ao Oeste brasileiro, prometendo um ataque caso suas exigências pelo voto secreto, defesa do ensino público e a obrigatoriedade do ensino primário para toda população não fossem atendidas. Em síntese, o principal limite do movimento passava pela não contestação do sistema em sua totalidade.

¹³³ MYSKIW, Antonio Marcos. **COLONOS, POSSEIROS E GRILEIROS: Conflitos de terra no Oeste Paranaense** (1961/66). Dissertação de Mestrado em História (UFF). Niterói, 2002. p. 64.

o uso da terra para a produção agrícola, da integração das regiões “desocupadas” e/ou afastadas ao mercado nacional e internacional.

1.4 O INÍCIO DO PROCESSO DE EXPLORAÇÃO CAPITALISTA NA MICRORREGIÃO OESTE DO PARANÁ

O Oeste do Paraná tem como uma de suas características geográficas fazer fronteira com o Paraguai e a Argentina. A tríplice fronteira tinha – e de certa forma ainda tem – importância estratégica para o Brasil. Esta importância pode ser vista na afirmação do território português em relação à Espanha, depois, durante a Guerra contra o Paraguai e, mais tarde, para a expulsão dos estrangeiros (argentinos e ingleses) que exploravam economicamente a região.

De uma maneira geral, neste subitem apontar-se-á para algumas das características nacionais e locais que possibilitaram a criação do processo de colonização do Oeste do Paraná – e conseqüentemente do extremo Oeste – como, o desmantelamento das grandes *obrages* por intermédio da passagem da Coluna Prestes na região, bem como pelas leis ditadas por Getúlio Vargas a partir da década de 1930 que influenciaram na formação capitalista da região.

O movimento contestatório denominado Coluna Prestes, originário em São Paulo e Rio Grande do Sul a partir de 1922, tinha como base social os tenentes do Exército, membros da classe média, que tinham como meta essencial a crítica ao modelo socioeconômico – econômico, político, cultural e social – brasileiro que se estendia do período imperial até a primeira república. Tinham como meta criticar o governo e sua política coronelista, elitista. Não era um grupo revolucionário socialista/comunista, mas, acredita-se, reformista.

É importante perceber que este movimento tinha como um dos objetivos, dentre outros, percorrer grande parte do “interior” do território brasileiro, procurando, através da aproximação com a população explorada, disseminar uma ideologia contrária ao governo das elites agrárias que dominavam o país, dentre outros que tinham como ponto comum a crítica ao governo. Para dar conta dos seus objetivos, os tenentes saíram em marcha pelo “interior” do Brasil, por meio de duas frentes iniciais – São Paulo e Rio Grande do Sul – que, saindo destes Estados, se encontraram em Foz do Iguaçu, no Paraná.

Tendo contato com as *obrages*, os tenentes puderam perceber as condições de opressão, coerção e violência que era aplicada aos *mensus*, bem como viram que a região

estava ocupada por empresários estrangeiros que, em quase nada se diferenciavam dos coronéis que estavam a combater através de seu movimento, com o agravante destes empresários estarem ligados ao capital internacional.

Segundo Marcelo Grondin, os “revolucionários” tiveram contato com todas as *obrages* existentes na região Oeste do Paraná e, por isso, todas elas tiveram quase a mesma sorte. Allica foi o primeiro:

Ali as tropas puderam conhecer as condições de escravidão às quais estavam submetidos os *mensus* paraguaios e as atrocidades cometidas pelo obrageiro Allica e seu principal capataz, Santa Cruz. Na lógica dos fatos, tomaram preso Allica e o capataz, libertaram os milhares de peões confinados no território e, posteriormente, apoderaram-se dos bens que lhes convinham (...). Allica ficou confinado a região de seu porto, contando apenas com a mão de obra disponível de 60 homens, o que o levou a retirar-se alguns anos mais tarde a Buenos Aires, onde faleceu.[Depois,] (...) em Guaira, a Coluna entrou em contato com o núcleo administrativo da maior obrage da região: a Matte Larangeira. (...). Sorte similar esperava a Britânia (...). A maioria da mão de obra foi libertada ou fugiu; o material de exploração e os centros administrativos foram parcialmente destruídos; os capatazes, autores de atrocidades inqualificáveis e de assassinatos de *mensus*, foram fuzilados.¹³⁴

Enfim, por onde passou a Coluna destruiu as *obrages*, saqueando, liberando trabalhadores, queimando pontes de escoamento (mas também de acesso das tropas legalistas) à região, dentre outros. A Coluna, por isso, é amada e odiada na região, pois se, por um lado, deu liberdade aos trabalhadores oprimidos, por outro, pilhou o que achou necessário para a continuidade da marcha rumo ao Centro-Oeste e Norte do Brasil.

Depois da passagem da Coluna Prestes pela região Oeste do Paraná, as informações sobre a situação da região passaram ser publicizadas pela imprensa nacional – criticando a Coluna e apontando a deficiência das fronteiras brasileiras. A partir de então mais atenção era destinada à fronteira Oeste.

Importante é perceber também que anos depois Getúlio Vargas decretou leis que incentivavam a migração para o Oeste do Brasil, visando aumentar a densidade populacional, bem como o crescimento da produção agrícola para atender as suas políticas “industrializantes”. Neste sentido, o Extremo-Oeste do Paraná foi alvo da “Marcha Para o Oeste”, política implementada por Getúlio Vargas a partir da década de 1930, que pode ser entendida, grosso modo, tendo como intuito tornar mais densa a ocupação do interior do território brasileiro, em caráter demográfico, econômico, político e cultural. A política do

¹³⁴ GRONDIN, op. cit.2007. p. 75-77.

governo Vargas tinha como proposta a ocupação de áreas ainda não destinadas à produção econômica capitalista integrada ao circuito formal/nacional de produção, por meio de absorção dos excedentes populacionais que faziam pressão no centro-sul do país. Esta produção seria encaminhada, posteriormente, para áreas que produziam matérias primas e gêneros alimentícios a baixo custo para subsidiar a implantação da industrialização no sudeste.¹³⁵ Esta política teve importante contribuição para a ocupação do Oeste Paranaense, espaço que até então era conhecido como “sertão paranaense”.

De uma maneira geral, pode-se afirmar que a história do Brasil no pós-1930 foi marcada por dois aspectos socioeconômicos que, em grande medida, refletem as preocupações econômicas da classe dominante que se fez hegemônica no poder. Inicialmente, no logo após 1930, houve o fomento da migração dos trabalhadores do campo para as fronteiras do Brasil. Posteriormente, mais especificamente a partir da década de 1970, fatores políticos e econômicos deram a possibilidade de iniciar o processo “modernizador” no Brasil por intermédio de políticas que fomentavam a expulsão dos trabalhadores do campo, ou melhor, da substituição dos trabalhadores por máquinas, da policultura pela monocultura, pelo uso de inseticidas, fungicidas e fertilizantes, dentre outros.

Para pensar a colonização na microrregião Oeste do Paraná em sua forma inicial, há a necessidade de relacionar as políticas de Getúlio Vargas visando integrar os territórios fronteiriços no território nacional, promovendo a “Marcha para o Oeste”, com a finalidade de estimular a colonização agrícola desses territórios. A partir de então, estas novas fronteiras agrícolas estariam inseridas no ideário do desenvolvimento da economia nacional e, desta forma, muitas empresas de colonização vislumbram a possibilidade de ganhar muito dinheiro com a colonização destas áreas, e também esta política atraía colonos que fizeram com que as terras fossem valorizadas – no caso da pesquisa, a microrregião Oeste do Paraná, colonizado pela MARIPA.

Especificamente sobre o surgimento de um mercado de terras no Oeste do Paraná, percebe-se que a terra passou a adquirir usos sociais diferenciados. Em termos gerais, pode-se dizer que colonos retiravam a mata para prepararem o solo para a produção da subsistência e, na medida em que foi se formando um mercado para os excedentes agrícolas produzidos, o

¹³⁵ GREGORY, op. cit. 2002; CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-45)**. São Paulo: Difel, 1997. p. 169-172; PADILHA, Leão. **O Brasil na Posse de Si Mesmo**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1941. Portanto, não era qualquer grupo social que iria ocupar o território supostamente “despovoado”, caracterizado pelo “vazio demográfico”. Foram os brancos, preferencialmente os descendentes de estrangeiros (alemães, italianos, polacos, japoneses, dentre outros) que foram “movidos” às fronteiras.

mercado de terras foi adquirindo expressão capitalista. Para Octávio Ianni,¹³⁶ a terra nesse período começou a ganhar novas utilizações, devido à penetração do capitalismo em áreas de terras devolutas, latifúndios antigos ou recentes, nos quais se produzia, principalmente, para o autoconsumo.

A “Marcha para o Oeste” pode ser vista de diferentes prismas: ocupação do território, especulação imobiliária, ampliação da produção do/no campo, distribuição de excedente populacional, dentre outros. Mencionar-se-ão algumas delas relacionadas com o Paraná.

O interventor General Mário Tourinho assina em 3 de novembro de 1930 o Decreto Estadual nº 300, que visava, em tese, acabar com as negociatas envolvendo terras públicas, ao anular e reverter ao poder público Estadual todas as concessões de terras outorgadas para empresas internacionais. No entanto, Tourinho se opunha ao projeto do governo federal de criar territórios federais, em especial o de Iguazu, no Paraná.

A ideia de criar os territórios federais de Iguazu e Ponta Porã na região da fronteira guarani não estava ligada somente ao problema da chamada nacionalização das fronteiras. Essa era, indiscutivelmente a justificativa oficial para a criação destes territórios federais. Mas o objetivo principal, não confessado, era abrir caminho para a expansão do capital e da colonização gaúcha. Tudo indica que esta colonização não seria muito bem recebida nos Estado do Paraná e Santa Catarina. Mas o objetivo do grupo controlado pelo Governo Federal, chefiado pelo Gaúcho Getúlio Vargas, era subtrair do controle destes Estados a sua parte oeste para que melhor se atendessem aos interesses dos capitalistas e em consequência das companhias colonizadoras.¹³⁷

Com isso o interventor General Mário Tourinho foi afastado e substituído por Manoel Ribas, mais “dócil” e subserviente ao governo Getúlio Vargas. Neste contexto, até 1937 a situação no Paraná ficou estável. No mesmo ano foi promulgada a nova Constituição Federal do Estado Novo. Constava, no Artigo nº 167 da legislação de 1937, que

Dentro de uma faixa de 150 quilômetros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação poderá efetivar-se sem a audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional e a lei providenciará para que nas indústrias situadas no interior da referida faixa predominem os capitais e os trabalhadores de origem nacional.¹³⁸

¹³⁶ IANNI, Octávio. **A Luta Pela Terra:** história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹³⁷ WACHOWICZ, Rui C. **Obrageros, Mensus e Colonos:** história do Oeste Paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982. p. 146.

¹³⁸ Artigo 167 da Constituição Federal do Estado Novo. Apud: GRONDIN, op. cit. 2007. p. 82.

Desta forma, o governo Vargas criava as condições para que a região de fronteira Oeste do Paraná fosse controlada por ele e, assim, para que fossem feitas as políticas que mais convinhassem ao governo federal. O governo do Estado do Paraná – também sob o seu “comando” – ficava limitado a não participar da ocupação da região Oeste, dado que para tanto havia a necessidade de passar pelo crivo do Conselho.

De acordo com Wachowicz, foi preciso que Vargas criasse um estímulo moral que incentivasse a migração à *Fronteira Guarani*. Neste sentido, a “Marcha para o Oeste” tinha como base ideológica e propagandista a ideia da “nova” jornada Bandeirante rumo ao Oeste brasileiro. Citando Cassiano Ricardo, pode-se perceber esta tentativa de criar “novos” heróis:

(...) a marcha para o oeste – são os trilhos, digamos assim, abertos pela bandeira e que nos levarão sempre para o sentido de brasilidade que ela nos impôs. Estão vivas, em nós, as qualidades ancestrais da imaginação, da ambição, do espírito da iniciativa e da mobilidade social (...). (...) e o que é mais curioso é que a pequena propriedade parece acompanhar o espírito bandeirante.¹³⁹

No entanto, apesar desta ideologia ser a oficial e propagandeada pelo Brasil em geral, os “novos heróis” seriam mormente os gaúchos. Conforme Wachowicz,

(...) Getúlio Vargas ficou sensível aos interesses demonstrados por capitalistas e colonizadores do Rio Grande do Sul. (...) O território do Rio Grande do Sul já estava ficando praticamente ocupado e não permitia mais expansão da fronteira agrícola dentro de suas fronteiras. Para estes grupos, seria então recomendável que o excesso de mão de obra rural detectado no Rio Grande do Sul, fosse deslocado e ocupasse o Oeste de Santa Catarina e do Paraná.¹⁴⁰

Pode-se dizer que a pretensão de Vargas, segundo Wachowicz, era criar possibilidade de mais acumulação capitalista para os seus conterrâneos, bem como, de certa forma, fortalecer o Rio Grande do Sul na luta geopolítica pelo poder com São Paulo, principal potência política e econômica do período (devido à histórica produção de café e a coeva recente industrialização paulista).

Neste sentido e no mesmo caminho da Lei 167 foi a criação do Território Federal do Iguazu, em 1943, que visava a ocupação do Oeste paranaense e de Santa Catarina com os critérios varguistas para tal (sendo a principal característica a emigração de gaúchos à região).

¹³⁹ RICARDO, Cassiano. *Marcha Para Oeste*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1942. Vol. 2. p 272. *Apud*: WACHOWICZ, op. cit. 1982. p. 143.

¹⁴⁰ WACHOWICZ, op.cit. 1982. p. 146.

Conforme Grondin, a criação do Território do Iguazu visava a “(...) re-nacionalização do Oeste do Paraná sob a autoridade do Governo Federal e com a colonização da região por emigrantes gaúchos”.¹⁴¹

No entanto, o Território do Iguazu não foi adiante como queria o governo federal, pois este foi dissolvido tão logo Vargas saiu do governo federal. “(...) A supressão do Território do Iguazu, em 1946, após a queda de Vargas, restituiria a autoridade do Governo do Estado do Paraná sobre a região sem deter, porém, a onda de emigração do Sul do país”.¹⁴²

MAPA 2: ESTADO DO PARANÁ EM 1944, COM O TERRITÓRIO DO IGUAÇU



FONTE: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg3.html

¹⁴¹ GRONDIN, op. cit. 2007. p. 83.

¹⁴² Idem. Ibidem.

Neste mapa pode ser visto que o tamanho da área estudada chegava a ¼ do Estado. É uma área relativamente importante, se entender que havia muitas riquezas naturais para serem exploradas economicamente pelos “colonizadores”. Em suma, até a década de 1940 o Oeste do Paraná teve primeiramente a presença dos autóctones, indígenas, passando pela atuação econômica das companhias – estrangeiras – obrageiras que, depois da Primeira Guerra Mundial e da passagem da Coluna Prestes, sofreram prejuízos na sua organização da produção por meio da servidão (trabalho compulsório e/ou escravocrata) e na sua logística (materiais para a extração de erva-mate e madeira, bois e cavalos, mantimentos e outros), bem com a Segunda Guerra Mundial e com Vargas e sua atuação para colocar a região Oeste do Paraná à disposição para a exploração econômica.

Na perspectiva de entender a colonização e a migração no/para o Paraná, merecem serem destacados os esforços dos governadores paranaenses, Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955), que dispensaram bastante empenho para fomentar a migração, a comercialização das áreas “improdutivas” e a adequação do Paraná ao modelo produtivo nacional daquele período.

Conforme documento *O Paraná Reinventado: Política e Governo*,¹⁴³ Moysés Lupion foi um crítico dos regimes socialistas/comunistas e muito próximo dos anseios dos interesses dos grupos dominantes do Estado. Para evidenciar esta posição, primeiramente, pode-se indicar que em uma de suas manifestações em relação ao comunismo no Paraná Lupion, quando afirmou que “(...) contra o credo vermelho, inimigo da democracia, que não é motivo de nenhuma inquietação, visto como seus adeptos, apesar de sempre bastante disciplinados (...) são, entre nós, tão pouco numerosos e tão inexpressivos que não alcançam atingir nenhuma eficiência perturbadora em sua atividade”.¹⁴⁴

Este foi um de seus discursos, em 1950, colocando comunistas como inimigos da democracia e um mal a ser combatido, caso tivessem “expressividade” no Estado. Conforme dados do IPARDES, outras manifestações neste sentido foram enviadas à Assembleia Legislativa do Estado e/ou em discursos oficiais, mas não serão retomadas aqui pois fogem ao escopo do trabalho.

¹⁴³ INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **O Paraná Reinventado: Política e Governo.** Projeto História Política do Paraná. 1989. Disponível em: (<http://www.ipardes.gov.br/>). Este é um documento que pode ser tomado como fonte histórica, dada a sua característica de apresentar as transcrições dos discursos dos ex-governadores sobre várias questões e, dentre elas, a questão agrária e como estes viam a resolução dos problemas através, dentre outros, da colonização.

¹⁴⁴ Idem. Ibidem. p. 41.

Por outro lado, Lupion, era latifundiário e supostamente envolvido com problemas de terras no Paraná, porque havia suspeitas de que ele poderia ter grilado terras e que suas próprias terras eram, em grande parte, fruto de grilagem. Estes problemas levaram os agricultores do Sudoeste do Paraná a se rebelarem e pegarem em armas, solicitando a intervenção federal para resolver problemas como, por exemplo, a dupla concessão de terras.¹⁴⁵ É importante destacar o posicionamento de classe do governador e sua suposta tendência para aceitar negociações que garantissem vantagens econômicas e políticas para seus negócios. Estas características servem para situar as tendências políticas do governo do Estado durante o processo de colonização do extremo Oeste do Paraná. Cabe destacar, ainda, que Bento Munhoz da Rocha Neto não divergia politicamente de Lupion, mantendo-se anticomunista, mas sem os problemas agrários do seu antecessor. Rocha Neto manifestou sua posição também através de mensagens, onde via a influência do Partido Comunista no Paraná principalmente nos conflitos agrários por terra e este era um “mal” a ser combatido.

É interessante perceber que no contexto das migrações no Brasil (o Paraná era o Estado com maior fluxo migratório naquele período, como será evidenciado mais adiante no texto), Lupion e Rocha Neto discursavam a favor da ocupação (via colonização e planos de ação estaduais voltados a garantir a permanência dos migrantes no Paraná) através de obras públicas que garantissem a absorção de mão de obra e de condições gerais para o estabelecimento dos mesmos no Estado, como a construção de estradas, energia elétrica e outras ações estruturais. Era necessário, em suma, ter o controle sobre a migração no Paraná. Estes governadores estavam cientes de que aumentando o número de habitantes, havia a necessidade de aumentar o número da produção, para suprir as demandas que já eram grandes por produtos básicos para a sobrevivência (lembrando que a produção estava voltada, essencialmente, para produtos que tinham valor de exportação – erva-mate e madeira).

Neste sentido, ex-governadores também atuaram para controlar os migrantes que chegavam ao Estado, bem como fomentavam a produção de produtos que eram necessários para o abastecimento estadual, portanto sem grande valor no comércio internacional (produtos de exportação). Em 1947, Moysés Lupion pronunciava que havia a necessidade de se criar um

¹⁴⁵ Este tema específico foi estudo de COLNAGHI, Maria Cristina. **O Processo Político de Ocupação do Sudoeste: cenários de economia e política – Paraná**. Curitiba: PREPHACIO, 1991; FOWERAKER, Joe. **A Luta pela Terra: a economia política da fronteira no Brasil de 1930 aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense**. Curitiba: SECE/BPP, 1986; e outros que tentaram demonstrar a participação de Moysés Lupion em negociações que favoreciam-no e favoreciam grupos a ele ligados.

(...) sistema racional de colonização para aqueles ocupantes nacionais, custeando-lhes o transporte das famílias e das bagagens e ferramentas para o novo local, provendo-lhes o fornecimento de mantimento, despesas estas que seriam computadas no valor total do lote, com moradia, a ser pago em prestações, suavemente, após a primeira colheita.¹⁴⁶

Esta intenção também foi destacada por Bento Munhoz da Rocha Neto que, conforme o IPARDES,

(...) da mesma forma, volta-se para a questão da colonização, tendo, através de um programa específico coordenado pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, buscando (...) *integrar o homem rural na comunidade democrática onde possa trabalhar, viver e ter assegurado seu futuro* (1952, p. 135), já que, segundo ele, se coloca a certeza de que para cá vieram e virão (...) *elementos desejosos de trabalhar e progredir, trazendo máquinas e ferramentas, animais e sementes, capital e uma grande vontade de fazer o Brasil a sua nova Pátria.* (1953, p. 67.). A esses esforços, somam-se os da Fundação de Assistência ao Trabalho Rural, encarregada, entre outras coisas, de realizar pesquisas sociais e manter o governo do estado informado das condições das populações rurais.¹⁴⁷

Destaca-se que os governos de Lupion e Rocha Neto fomentavam as ações de migração e colonização no Paraná na perspectiva de criar as condições necessárias para a “modernização” do Estado. Os agricultores do Sul do Brasil atenderiam aos requisitos que os governantes paranaenses queriam para esta empreitada. Também, é de destaque a criação da Fundação Paranaense de Imigração e Colonização, em 1947, e do Departamento Administrativo do Oeste, em 1948,¹⁴⁸ demonstrando a preocupação em “ocupar” o Paraná e aumentar sua pouca importância econômica como Estado produtor dentro do contexto nacional. A Fundação Paranaense de Colonização e Imigração foi destinada a “promover o aproveitamento das riquezas naturais e a expansão econômica do Estado, por meio de colonização de suas terras devolutas ou não, em áreas a serem, oportunamente, situadas e demarcadas”.¹⁴⁹

Com esta visão e com os departamentos criados, acredita-se que os governadores tinham como uma de suas preocupações a criação de anseios e de compromissos dos colonos para com o Estado e a colonização. Um exemplo pode ser visto como a venda de terras à prestação para os (i)migrantes, nas condições propostas. Com o compromisso de pagar as

¹⁴⁶ INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. op. cit. 1989, p. 32.

¹⁴⁷ Idem. Ibidem. p. 32. Os itálicos são pronunciamentos oficiais de Bento Munhoz da Rocha Neto.

¹⁴⁸ Transformado posteriormente no Departamento de Fronteira.

¹⁴⁹ Decreto-Lei nº 646 de 20/06/47. *Apud*: GREGORY, Valdir. op. cit. 2002. p. 76.

dívidas assumidas, estes passariam a integrar o mercado capitalista do/no campo, buscando, para além da produção para a sobrevivência, o excedente para, com este, saldar suas dívidas.¹⁵⁰

A efetivação do trabalho que era destinado à Divisão de Terras e Colonização, criado por Lupion, pode ser visto com o seguinte pronunciamento:

(...) prestem toda a colaboração à Divisão de Terras e Colonização, oferecendo sugestões por escrito e dando preferência aos assuntos que digam respeito ao Plano de Colonização deste Departamento, que tem por fim fixar o homem ao solo, evitar o êxodo das populações e a distribuição de terras devolutas agricultáveis, em lotes coloniais, para aqueles que têm o verdadeiro e patriótico dever de cultivá-los e produzir em prol do engrandecimento do Estado.¹⁵¹

Assim, “fixar o homem ao solo” era um dos mecanismos usados pelo Estado para inserir os colonos ao mercado capitalista de produção agrícola. Esta inserção, no entanto, se dava de maneira subordinada, dado que estes colonos produziam o abastecimento interno, ou seja, com produtos agrícolas voltados para o abastecimento interno.¹⁵² Também, as agências reguladoras e fomentadoras da colonização no Paraná atuavam para dar suporte para um tipo de colonização, com pessoas previamente – ainda que informalmente – selecionadas,¹⁵³ com estudos e fomentos que indicavam o que o Estado queria que se produzisse.

¹⁵⁰ Esta discussão foi elaborada por SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2. ed. São Paulo : HUCITEC, 1984.

¹⁵¹ INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. op. cit. 1989. p. 50.

¹⁵² Uma discussão interessante sobre a função da pequena propriedade e da produção de produtos não-exportáveis foi articulada por Paul Singer, no livro “Capital e Trabalho no Campo”, que será abordado posteriormente.

¹⁵³ “(...) bons e maus elementos, atraídos, os primeiros, pela fama de fertilidade das terras roxas paranaenses e, os segundos, pelas facilidades nos negócios, deixaram os rincões de origem em São Paulo e Minas Gerais e vieram juntamente com muitos aventureiros, apossar-se abruptamente das melhores terras devolutas do Estado, assentando benfeitorias provisórias, desordenadamente e mais das vezes em terras já tituladas e comprometidas”. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. op. cit. 1989. p. 49. Não será aprofundada esta visão de quem eram os “melhores” e os “piores” sujeitos sociais à colonização no Paraná, pois será tratado deste mais adiante no texto, quando a MARIPÁ e a colonização do extremo Oeste entrarem na discussão. Por ora, cabe indicar que a seleção dos sujeitos sociais que mais agradavam as classes dominantes no Paraná eram os colonos do Sul, pois já estavam em contato com o modelo e as técnicas de produção que queria se implementar no Estado (policultura, pequena propriedade e trabalho familiar).

em Toledo, sede da MARIPA, e mostra a estruturação do núcleo urbano, dividido em lotes de tamanhos iguais, com a aplicação do Plano de Colonização da MARIPA.

IMAGEM 1: VISÃO PARCIAL DO NÚCLEO URBANO DE TOLEDO EM 1953



FONTE: Museu Histórico Willy Barth, de Toledo – PR.

Percebe-se que a preocupação dos governadores do Paraná não era infundada. Conforme a imagem 1, havia uma grande área do Paraná sem ser explorada pela economia capitalista ainda e, portanto, era necessária a transformação desta característica. Neste sentido, a imagem pode dar a impressão que a região era pouco povoada, de pouca importância em um contexto mais amplo da política e economia paranaense ou mesmo brasileira, mas, a relevância da região naquele período ainda estava se formando, essencialmente no campo e, principalmente, em como o campo estava sendo ocupado e explorado, ou seja, na perspectiva

do que a economia nacional precisava naquele período – produção para o consumo interno, dando sustentação à indústria e à grande propriedade fundiária, que não obtinham grandes lucros com produção de alimentos, mas investiam na produção industrial e nas *commodities* agrícolas.

Para finalizar, aponta-se a possibilidade de interpretação complementar sobre a formação econômica da microrregião Oeste do Paraná indicando que, para além das questões relacionadas com a Coluna Prestes e a “Marcha para o Oeste”, fatores sociais ligados com a disputa pela terra podem ter influenciado no interesse e na forma pela colonização da microrregião foi realizada pela MARIPA.¹⁵⁴

De maneira geral, os conflitos de mais destaque no Paraná, por suas grandes proporções e pelas graves consequências foram: a “Guerrilha de Porecatu” e a “Revolta dos Posseiros” (ou o Levante de 1957), ambas na década de 1950.

Na década de 1950, o Norte do Paraná, foi palco de intenso conflito e luta com a formação da chamada “Guerrilha de Porecatu”, quando os camponeses/posseiros que habitavam as terras devolutas de Jaguapitã e Porecatu passaram a resistir aos despejos de suas terras, inclusive utilizando-se de armas. Ainda na década de 1950, a região Sudoeste também foi marcada por intensos conflitos. Aí, as lutas e conflitos surgiram quando os colonos/camponeses foram expulsos de suas terras através de manobra empreendida pelo governo estadual. Organizados em “assembléias gerais do povo” e “juntas governativas”, os camponeses avançaram sobre a cidade de Francisco Beltrão, expulsando as autoridades constituídas e tomando estações de rádio. Medidas para resolver os problemas vieram com a militarização da questão agrária e a criação do Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná, no início dos anos 1960.¹⁵⁵

O conflito denominado de Guerrilha de Porecatu foi uma guerrilha armada, de confronto direto. Vários motivos levaram a confluência destes confrontos. De maneira geral, pode-se afirmar que durante o governo de Moysés Lupion (PSD) havia “deficiência” no que se refere a serviços de medição e demarcação de terra, expedição de títulos de propriedade com irregularidades, com áreas de terra existentes e também com as que não existiam. Aproveitando-se deste momento de “deficiência” da escrituração paranaense os grandes

¹⁵⁴ Não tem-se a pretensão de aprofundar o tema sobre a inserção dos conflitos sociais pela terra no Oeste do Paraná como forma de entender posicionamentos tomados pela MARIPÁ para a colonização de sua gleba. Indica-se possibilidades interpretativas, nem de longe conclusivas ou que se preste à guisa de “conclusão”. Propõe-se, frisa-se, indicar possibilidade de interpretação diferente ou, no mínimo – no caso desta pesquisa –, como complementação à visão tradicional sobre a colonização realizada pela MARIPÁ.

¹⁵⁵ FABRINI, João E. & MARQUES, Ewin & ROSS, Djoni. *A Espacialização da Luta pela Terra no Paraná*. In: **Espaço Plural**. Marechal Cândido Rondon. Ano VIII. no 16. Segundo semestre de 2007. ISSN: 1518-4196. p. 36.

proprietários de terras, intimamente ligado com o poder público local e/ou estadual, forçavam e, caso fosse necessário, expulsavam violentamente os posseiros dos lotes menores, e assim iam anexando aos latifúndios.

Por razões semelhantes, os colonos no Sudoeste tomaram às armas e a cidade de Francisco Beltrão em 1957. Neste processo, a Companhia Colonizadora Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA) e outras companhias grileiras, apoiadas pelo Governo Estadual (por meio da polícia civil e militar) e do Governo Federal (por meio do exército) disputavam o direito à posse legal das terras contra os posseiros.¹⁵⁶ Houve conflito armado entre colonos e jagunços (contratados pela CITLA e apoiados pelo governo estadual), sendo que os posseiros tomaram os municípios de Francisco Beltrão, Capanema, Pranchita, Renascença, Marmeleiro, Pato Branco, Santo Antonio do Sudoeste, Verê e Dois Vizinhos. O desfecho do conflito se deu somente anos mais tarde, quando em 1961 as terras em disputa foram desapropriadas pelo governo Jânio Quadros. Os trabalhadores conseguiram afastar os jagunços e o domínio das colonizadoras.¹⁵⁷

Em síntese, o Paraná convulsionava conflitos agrários na década de 1950, período da colonização da região Oeste pela MARIPA.

A conjuntura histórica deste período revela um ambiente permeado por questões conflituosas, principalmente no que tange à garantia da propriedade, embora essa questão não fosse diretamente enfocada pelos dirigentes da empresa. Não obstante, elas estavam presentes no momento em que estes discursavam sobre as particularidades de seu empreendimento colonizador. Assim, apesar destes empresários evitarem falar dos problemas fundiários que assolavam grande parte do território Sudoeste do Paraná (que deu origem a um conflito conhecido como a “Revolta dos Posseiros”), era evidente que a questão agrária lhes causava apreensão e que, portanto, deveria ser “escamoteado”, ou seja, obliterado aos futuros compradores de terras.¹⁵⁸

Assim, para a MARIPA, estava em jogo um tipo de colonização que funcionaria sem interferência de conflitos, com a regularização devida da terra, a seleção de quem poderia comprar, o que se plantar, entre outras. Não só no Norte ou no Sudoeste do Paraná havia conflitos por terra. Nestas regiões, por serem de ocupação mais antiga, estes conflitos também

¹⁵⁶ Moisés Lupion (ex-governador com suspeita de grilagem de terras) deu seu apoio à CITLA, que teria vendido áreas de terras já tituladas aos colonos do Sudoeste.

¹⁵⁷ Cf. LAZIER, Hermógenes. op. cit. 1982; GOMES, Iria Zanoni. **1957: A Revolta dos Posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 1986; entre outros.

¹⁵⁸ SCHNEIDER, Claércio Ivan. **Os Senhores da Terra: produção de consensos na fronteira (Oeste do Paraná, 1946-1960)**. Dissertação de Mestrado em História (UFPR). Curitiba, 2001. p. 23.

se manifestavam antes – década de 1950. Na região Oeste, de colonização a partir daquela década, estes conflitos também estiveram presentes.

Nunca houve tanto medo em Cascavel quanto no período 1955-60. O todo poderoso PSD reinava absoluto sobre o Paraná oficial. Sobre o Paraná subterrâneo, enrustido, vicejavam as quadrilhas de grileiros com ramificações que beiravam os mais respeitados gabinetes da capital. Desse período quando o chefe cascavelense era o madeireiro Florêncio Galafassi, diretor da Industrial Madeireira do Paraná e era prefeito seu genro, Helberto Edvino Schawrz. O ano de 1957 veio significar a eclosão dos mais sangrentos conflitos pela posse da terra já certificados no Oeste paranaense.¹⁵⁹

Havia conflitos por terra em locais próximos a Marechal Cândido Rondon, como em Cascavel (78 km a leste), Medianeira (122 km ao sul), Nova Aurora (hoje Assis Chateaubriand, 100 km a nordeste), dentre outros. De uma maneira geral, todo o Oeste que compreender a Faixa de Fronteira estava com algum tipo de irregularidade. Segundo Antonio Myskiw,

Verificou-se, neste estudo, que 2.528.738,8 hectares das terras situadas na Faixa de Fronteira encontravam-se com algum problema, seja relacionado à superposição de títulos, à presença de posseiros ou grileiros. Apenas 553.437 hectares estavam livres de quaisquer problemas relacionados à titulação, à presença de posseiros ou grileiros.¹⁶⁰

Não são muitas as pesquisas historiográficas que tratam do conflito por terra na região Oeste do Paraná.¹⁶¹ Para o estudo que segue, elas são importantes na medida em que indicam a presença de conflitos por terra e que estes possivelmente eram pensados pelos gestores da MARIPA, principalmente no período colonizatório (da década de 1950 a 1960), quando estes ainda comercializavam grande quantidade de áreas, e tinham que garantir a “harmonia” na área da MARIPA para o bom andamento do empreendimento.

¹⁵⁹ CORDEIRO, Anselmo. *Ninho de Cobras*. Cascavel: Editora Independente, s/d., p. 63. *Apud*: MYSKIW, Antonio Marcos. op. cit. 2002. p. 21.

¹⁶⁰ MYSKIW, op. cit. 2002. p. 30-31.

¹⁶¹ COLOMBO, Leonir Oiderico. **Memória**: documentos sobre a Revolta de 61. Serranópolis do Iguaçu: Gráfica e Editora IGAL Ltda., 2001. O livro trata sobre uma revolta de posseiros ocorrida em 1961 na Gleba Silva Jardim, à época interior do município de Medianeira (122 km), hoje município de Serranópolis do Iguaçu. Também, BORITZA, Rita. **Os Conflitos Ocupacionais da Colonização de Assis Chateaubriand**. Monografia de Especialização em História. Toledo: UNIOESTE, 1994. Esta trata especificamente sobre a desapropriação, regularização e titulação das terras situadas na Faixa de Fronteira. Ainda, MYSKIW, Antonio Marcos. **Titulação de terras no Oeste Paranaense: Uma análise documental**. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2000. Analisa os dados relativos a titulação de terra no Oeste do Paraná a partir do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC). Dentre outras.

Conforme Myskiw, o ambiente no campo no Oeste do Paraná, nas décadas de 1950 e 1960, era caracterizado assim:

Independentemente das condições sociais e étnicas dos migrantes que fixaram residência no Oeste do Paraná, os conflitos de terra ocorreram em grande número nas décadas de 1950 e 60. Por vezes, jagunços eram utilizados nas ações de despejo de posseiros e colonos, sob o argumento de que eram intrusos. Noutras vezes, a Polícia Militar era quem praticava tal ação sob ordem judicial conseguida por grileiros e proprietários. A especulação com títulos de propriedade de terra, requerimentos de posse e de compra de terras era praticada até mesmo por funcionários da FPCI [Fundação Paranaense de Colonização e Imigração] (...).¹⁶²

Complementando esta informação, Myskiw indica os casos ocorridos em Cascavel e na região de Campo Bonito – 68 km a leste do município – onde houve conflitos por terra.¹⁶³ Neste clima tenso é que foi colonizada a microrregião Oeste do Paraná, na área de abrangência da MARIPA. Mesmo o maior registro de conflitos de terra sendo datado entre os anos de 1950 a 1960, isso não implica em afirmar que eles cessaram na década de 1970. Um pouco mais adiante no tempo, mas na mesma microrregião, havia denúncias de grilagem de terra.

Conforme o Jornal Rondon Hoje, “Jagunços Querem Liquidar Deputado”¹⁶⁴:

Um recado considerado intimidatório foi deixado no último final de semana no automóvel de propriedade do deputado Gernote Kirinus, quando o parlamentar emedebista passou por Nova Aurora: três balas de calibre 45, de uso privativo das forças armadas. Kirinus (...) disse que elas foram colocadas no seu carro por jagunços de Adisio Figueredo dos Santos, a quem acusou de grileiros de terras (...). Quando era Secretário Geral da Pastoral da

¹⁶² MYSKIW, op. cit. 2002. p. 70.

¹⁶³ Vendia-se lotes de terra grilados, sobrepondo a terra já vendida sobre uma nova venda, com títulos falsificados, o que gerava conflitos. O Caso Teixeira foi o de maior destaque no conflito de terra no Oeste do Paraná – que proporcionou uma condenação pela Organização dos Estados Americanos (OEA) ao Brasil. A tragédia aconteceu na ocupação da Fazenda Santana, em Campo Bonito, em março 1993, quando, “Na época, a PM fechou cerco ao acampamento dos sem terras e, segundo relatos de integrantes do movimento[MST], torturou diversos ocupantes para que fossem revelados os envolvidos no incidente. Sete homens foram presos preventivamente e o líder dos sem terra Diniz Bento da Silva, o 'Teixeirinha' ficou foragido por cinco dias. Segundo denúncia do MST, após entregar-se desarmado aos policiais diante de testemunhas, Teixeira teria sido torturado e executado na frente da esposa e do filho de 13 anos no dia 8 de março de 1993”. Disponível em: <http://sitiocoletivo.blogspot.com/2014/03/caso-teixeirinha-sem-terra-vaio-juri.html> Acessado em: 11.10.2014. Este é um exemplo da perenidade dos conflitos pela terra na região, da crueldade praticada pelos jagunços e pela polícia. Não se isenta os grandes proprietários, que era quem comprava as terras ocupadas. Mais informações sobre a disputa pela memória e a atualidade do conflito, Cf. DUARTE, Geni Rosa & KOLING, Paulo José. *Memórias e violência na luta pela terra em Campo Bonito, PR (1991-2008): tempo passado, desafio do presente*. In: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/72/showToc>. Acessado em: 11.10.2014.

¹⁶⁴ Jornal Rondon Hoje. *Jagunços Querem Liquidar Deputado*. Marechal Cândido Rondon, 02 a 09 de julho de 1979.

Terra no Paraná, o hoje deputado Gernote Kirinus preparou um relatório sobre o problema da grilagem de terras no Estado, mais especificamente no Oeste, o qual foi entregue na CPI da Terra, em Brasília (...).¹⁶⁵

Isso indica a presença do conflito pela terra nos “arredores” de Marechal Cândido Rondon, desde o período aqui tratado. Não se apossa ou se grila terra de uma hora para outra. Este processo de apropriação da terra por meio da grilagem foi um método bastante utilizado no Paraná, inclusive com denúncias de grilagem de terra sobre o ex-governador do Paraná Moysés Lupion.¹⁶⁶ Não se tem registro destes conflitos nas vilas ou municípios colonizados pela MARIPA. É, sem dúvida, um fato a ser levado em consideração, pois, para que o empreendimento a MARIPA deveria manter a organização fundiária, a legalização da terra, afastando assim o máximo possível destes conflitos da região durante a colonização. Neste sentido, a forma de colonização feita pela MARIPA (seleção de pessoas, projeto para agricultura, delimitação do tamanho das propriedades, etc.) tem influência destes movimentos sociais de disputa pela terra que já ocorriam na microrregião.

Engendrados a partir dos movimentos sociais do campo das décadas de 1960 e, especialmente a de 1970, nasceria o hoje conhecido Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), oficialmente criado em 1984, no município de Cascavel, região Oeste do Paraná. Grosso modo, pode-se dizer que este movimento teve como base vários outros movimentos e organizações de trabalhadores rurais, como: as Ligas Camponesas, a Comissão Pastoral da Terra – CPT –, o Movimento pelos Atingidos por Barragens, o Movimento Justiça e Terra, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná – MASTRO – entre outros. Ligados especificamente com Marechal Cândido Rondon, estavam: a Comissão Pastoral da Terra, que tinha o pastor Gernote Kirinus como membro ativo e era, também, deputado estadual pelo MDB representante de Marechal; também, o Movimento pelos

¹⁶⁵ Jornal Rondon Hoje. *Jagunços Querem Liquidar Deputado*. Marechal Cândido Rondon, 02 a 09 de julho de 1979. Outras reportagens abordaram a questão dos conflitos agrários no Paraná. Cf. edição de 15 a 21 de fevereiro de 1978; e a edição de 5 a 11 de fevereiro de 1977. Nesta edição, entrevistou-se o Pastor Kirinus, que falou sobre os conflitos sociais relacionados com a terra: “No Oeste, o pastor Kirinus observou que ‘pessoas sem qualquer processamento são assassinadas, como foi o caso daquele pistoleiro, Itamar, que foi morto em Itacorá depois de ter feito uma série de revelações atingindo inclusive pessoas de renome em Santa Helena; como foi o caso do vereador Peri, que teve a casa completamente baleada. Não existe na região um esquadrão da morte organizado, mas algo parecido, e isto fere os direitos humanos, porque qualquer pessoa, seja ela quem for, deve ser ouvida e julgada conforme a lei e a justiça existente no país’”.

¹⁶⁶ “Desde a década de 1960 já era sinalizada a tensão fundiária no estado do Paraná sobre irregularidades na ocupação de terras indígenas. Os documentos comprobatórios desta e outras situações estão em processo de análise pelo grupo da Comissão Nacional da Verdade, responsável pela análise da questão indígena durante a ditadura (...). O relatório aponta ainda, na década de 1950, a tomada de ‘uma grande gleba no Estado Paraná que se destinava, por dispositivo constitucional, aos silvícolas no toldo de Mangueirinha’, pelo então governador do Paraná, Moysés Lupion. ”. Disponível em: <http://www.arpinsul.org.br/pagina-impressao/25/post/>. Acessado em: 11.10.2014.

Atingidos por Barragens, dado o alagamento de áreas de terras de colonos de Marechal e a participação destes colonos naquele movimento; o Movimento Justiça e Terra, organizado em função das desapropriações para a construção da Hidrelétrica de Itaipu; e, ainda, o Movimento do Agricultor Sem Terra do Oeste Paranaense, o Mastro, que tinha colonos rondonenses naquele movimento.

Estes movimentos foram motivados, por um lado e historicamente, devido à concentração de terra e da ausência de programas quantitativos e qualitativos de reforma agrária para atender o grande contingente de trabalhadores do campo e, por outro, motivado pelas urgências que emergiam naquele momento (expulsão dos trabalhadores do campo, pela modernização conservadora e/ou pelo alagamento das propriedades rurais dos colonos pela Itaipu).¹⁶⁷ Trata-se, eminentemente, da organização de colonos e ex-colonos que queriam se manter na atividade agrícola, mas que foram forçados a deixarem o campo.

Estas características precisam ser levadas em consideração antes mesmo da abordagem da colonização da MARIPA na região, para indicar que o processo de fundação e organização da colonização foi perpassado pelos conflitos no campo, desde a década de 1950. Possivelmente, os empresários que colonizaram a microrregião levaram estes processos para pôr em prática um modelo onde estes “problemas” não afetariam as vendas dos lotes rurais.

Daqui em diante passar-se-á para a formação da microrregião Oeste do Paraná, sua colonização feita pela Indústria Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. – MARIPA – e, ocupada, principalmente, pelos gaúchos e catarinenses. Não se desenvolveu mais as questões ligadas com as preocupações dos governadores do Paraná relacionados à colonização e o incentivo à produção agrícola no Estado, pois este trabalho já foi realizado por Valdir Gregory, e também porque este tema merece uma menção indicativa sobre os interesses dos governantes paranaenses, sua posição de classe e suas ações no sentido de dar uma racionalidade capitalista à produção agrícola no Paraná.

¹⁶⁷ Cf. BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de Poder, Dominação e Resistência: o MST e os Assentamentos Rurais**. Cascavel: EdUNIOESTE, 2002; FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996; MORAES JUNIOR, Leozil Ribeiro de. **Mastro: A Formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (1970-1990)**. Dissertação de Mestrado em História (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon, 2010; STÉDILE, João Pedro. **Programas de Reforma Agrária: 1946 – 2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005; dentre muitos outros.

CAPITULO II

2. MARIPA: LUCRANDO COM A MICRORREGIÃO OESTE DO PARANÁ

A bibliografia que trata sobre a MARIPA e a colonização da microrregião Oeste do Paraná é abrangente, passando pelas produções memorialistas, encomendadas pelas prefeituras municipais da área de abrangência da MARIPA, bem como pelas famílias dos “pioneiros”, que disputam a memória sobre a colonização da microrregião. Existe, ainda, produção de jornalistas e as produções acadêmicas, decorrentes de pesquisas científicas. Essa bibliografia aponta – por vezes de forma diversa e outras complementares – para o entendimento de parte do processo de colonização da microrregião Oeste do Paraná. Neste subitem, no qual será apontado o processo de formação da região nos moldes capitalistas contemporâneos de produção no campo, buscar-se-á nos diferentes autores as bases das quais a região foi fundada, dando destaque para as pretensões iniciais para, posteriormente, investigar as transformações ocorridas. Além destes, dados da MARIPA, como o Relatório de Atividades, Fôlder de Venda de Terras, Mapas, IPARDES, e outros, dão subsídios para entender a composição e as pretensões iniciais da empresa, compreendendo-a na dimensão de uma empresa preocupada em fazer seus negócios renderem – e não como monumento a ser venerado e imortalizado, como parte das produções bibliográficas de memorialistas tentam fazerem a respeito fazem. Trata-se a MARIPA como uma empresa e seus acionistas – hoje vistos como heróis – como empresários imbuídos do desejo de lucrarem economicamente com a região.¹⁶⁸

Em termos gerais, pode-se afirmar que foi através da conjuntura socioeconômica nacional e internacional da década de 1940 que se criaram as condições objetivas para que ocorresse a ocupação e colonização da região Oeste do Paraná naquela década e nas seguintes. Isso porque, dentre outros, em âmbito nacional, a dificuldade de importação de produtos estrangeiros em meio – e depois – da Segunda Guerra Mundial, levou o Brasil a procurar

¹⁶⁸ Eulália L. Lobo discute a relação da produção da história com as empresas, alertando para o fato de que fazer a história da empresa não é fazer história para a empresa. Este aspecto ficará mais claro ao longo deste capítulo. LOBO, Eulália L. *História Empresarial*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

desenvolver sua indústria de base, tendo como resultado uma urbanização relativamente significativa. Neste sentido, um grande contingente populacional passou a ser consumidor de produtos de primeira necessidade do campo (arroz, feijão, milho, etc.) e assim também houve a necessidade de aumentar a produção agrícola que, por sua vez, desencadeou a necessidade de expansão das fronteiras agrícolas.

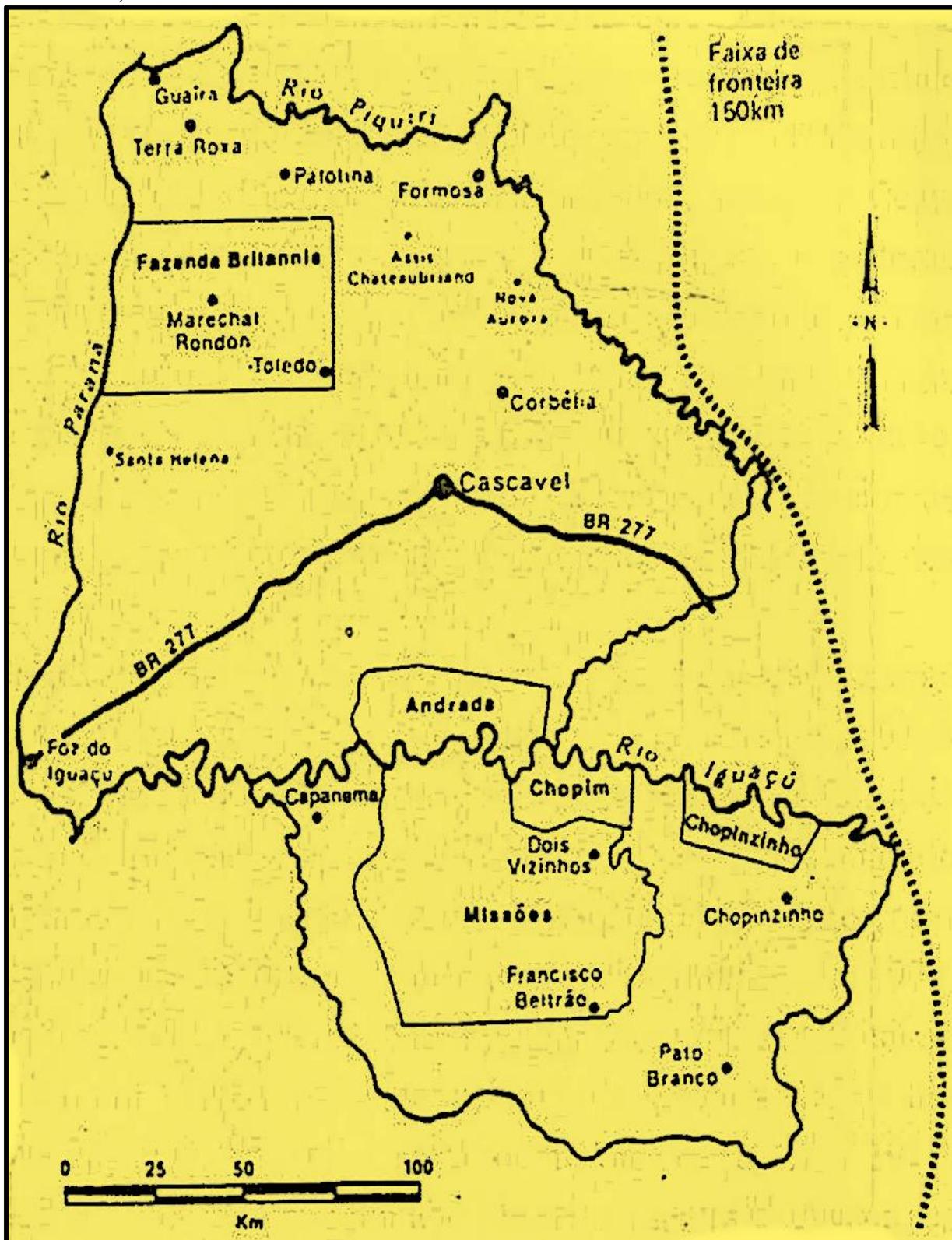
Em âmbito internacional, no extremo Oeste do Paraná havia grandes empresas estrangeiras explorando erva-mate e madeira e, devido à Segunda Guerra Mundial, estas empresas faliram ou sua exploração foi paralisada. Como aquelas empresas eram possuidoras de grandes extensões de áreas rurais e estavam em dificuldades econômicas, foi proporcionada uma grande oportunidade para os empresários de capital nacional investir na área. Mas qual seria o interesse imediato nestas terras? Em um primeiro momento, pode-se dizer que as necessidades nacionais foram somadas a tentativa de solução do problema, visto que como havia abundância de áreas com madeira nativa, por um lado, e, por outro, a premente necessidade de madeira que serviria à construção civil na incipiente – mas acentuada urbanização no Brasil das décadas de 1940-1950 – e, ainda, à reconstrução da Europa, destruída pela Guerra.

2.1 A MARIPA, OS ACIONISTAS E O INÍCIO DO EMPREENDIMENTO COMERCIAL

A Fazenda Britânia foi adquirida em 1946, ainda quando vigorava o Território Federal do Iguaçu, por um grupo de investidores gaúchos. A *Compañia de Maderas del Alto Paraná* era de propriedade inglesa, que desde o início do século XX explorava a região Oeste do Paraná. Com a queda nas exportações por causa da suspensão de verbas para tal, pela Inglaterra – sua principal compradora – devido à Primeira e, em especial, à Segunda Guerra Mundial, a *Compañia* entrou em crise e colocou a Fazenda Britânia¹⁶⁹ à venda, em 1945.

¹⁶⁹ Nome dado à área de terra da *Compañia de Maderas del Alto Paraná*.

MAPA 4: LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE COLONIZAÇÃO DA MARIPA (FAZENDA BRITÂNIA) NO OESTE DO PARANÁ



FONTE: PFLÜCK, Lia. Mapeamento Geo-ambiental e Planejamento Urbano. Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 21.

Conforme o mapa, pode-se perceber que a área de terra que foi comprada no Oeste do Paraná é grande,¹⁷⁰ com aproximadamente 124 mil alqueires (300.080 hectares), que se transformou em uma importante fonte de lucros para os acionistas que visualizaram a possibilidade de investirem no local. Conforme Wachowicz, em abril de 1946, em Porto Alegre (RS), esses investidores formaram esta que, segundo ele, “(...) transformar-se-ia na principal colonizadora do Oeste paranaense (...)”.¹⁷¹

Wachowicz afirmou que

Alguns dos principais acionistas da MARIPA, entre os quais Alberto Dalcanale, Willy Barth, Alfredo P. Ruaro, os irmãos Egon Bercht e Kurt Bercht, Leonardo Julio Perna, já eram velhos conhecidos e sócios, da colonização realizada no Oeste de Santa Catarina. (...) os principais adquirentes da Fazenda Britânia, filhos ou netos de imigrantes localizados no Rio Grande do Sul já eram capitalistas, negociantes e velhos conhecidos, inclusive no serviço de colonização.¹⁷²

O processo de colonização da região extremo Oeste do Paraná está ligado com a vontade de fazer render o capital já acumulado pelos empresários gaúchos na colonização do Oeste de Santa Catarina. Não se tratava de um empreendimento novo, mas de uma continuidade nos negócios de um grupo já experiente na especulação imobiliária de terra (pois haviam colonizado uma área do Oeste de Santa Catarina), com amizade e afinidade nos negócios de histórica relação.

Sobre a formação inicial dos acionistas da MARIPA, Wachowicz indicou que havia dois grupos principais:

Os acionistas da MARIPA, desde o início, ficaram divididos em dois grupos. O grupo Dalcanale, que descobriu e realizou o negócio da Fazenda Britânia, ficou com 33% das ações. Este era o grupo formado por acionistas de origem italiana. Com cerca de 66% das ações ficou o grupo chamado de alemão, no qual despontavam Willy Barth, Kurt e Egon Bercht, Leonardo Julio Perna, o engenheiro Bastian, etc.¹⁷³

Para além das disputas que atualmente são promovidas pelas famílias italianas e alemãs (principalmente no município de Toledo), que reivindicam o título de maior importância no processo de colonização da microrregião, entende-se que estes dois grupos,

¹⁷⁰ Toda a área estudada fazia parte da MARIPA.

¹⁷¹ WACHOWICZ, Rui C. **Obrageros, Mensus e Colonos: história do Oeste Paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1982. p. 166.

¹⁷² Idem. Ibidem. p. 166.

¹⁷³ Id. Ibid. p. 167.

naquele momento, podem ser vistos como unidos pela vontade de fazer render seus lucros. Desta forma, “italianos” e “alemães” acionistas da MARIPA tinham como desejo o lucro, e não – somente – o desejo de serem marcos históricos (homericamente épicos) à região, como hoje querem seus familiares e correligionários. Eram empresários, investindo dinheiro e queriam que ele rendesse.¹⁷⁴

Marcelo Grondin utilizou-se de um documento que estava anexo aos Estatutos da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A (certificado em Porto Alegre em 13 de abril de 1946), onde constam os nomes e a quantidade de ações dos acionistas da MARIPA no momento de sua fundação. Aqui, a título de exemplificação, estarão expostos os principais:

TABELA 2: PRINCIPAIS SUBSCRITORES DA MARIPA EM 1946

Nome	Localidade	Estado	Nº de Ações
Alberto Dalcanale	Curitiba	Paraná	100
Alfredo P. Ruaro	Farroupilha	Rio Grande do Sul	150
Curt Brecht	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	120
Egon Bercht	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	60
Leonardo Júlio Perna	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	50
Otto Reginaldo Renaux	Brusque	Santa Catarina	100
Willy Barth	Carazinho	Rio Grande do Sul	100

FONTE: Relação anexa aos Estatutos da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A, em Porto Alegre, em 13 de abril de 1946. *Apud:* GRONDIN, Marcelo. **O Alvorecer de Toledo na Colonização do Oeste do Paraná.** Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2007. p. 102.¹⁷⁵

Para fazer o negócio render, os acionistas se apressaram em conhecer a região e estabelecer o primeiro núcleo de colonização, que seria Toledo.¹⁷⁶ Havia muitas dificuldades,

¹⁷⁴ Marcelo Grondin afirma que não existem indicativos de disputas pessoais entre Alfredo Ruaro e Zulmiro Ruaro. Cf. GRONDIN, Marcelo. **O Alvorecer de Toledo na Colonização do Oeste do Paraná.** Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2007, mais especificamente o capítulo Fundador-Fundadores, p. 243-262. No entanto, havia disputas econômicas entre o “grupo italiano” e o “grupo alemão”. Discutir-se-á as disputas mais à frente no texto, quando falar-se-á sobre as primeiras eleições em Toledo. O que pode-se indicar sobre este tema é que, na atualidade, o que há é a disputa pela memória do “pioneiro”. A pendenga envolve diferentes versões de historiadores e pesquisadores sobre a MARIPA e a colonização do Oeste. Por exemplo, para Grondin, “Wachowicz, Colodel, Oscar Silva e outros autores reconhecidos que escreveram sobre Toledo recuperaram a memória de Alfredo Ruaro como fundador de Toledo. Por outro lado, Ondy Niederauer em seu livro 'Toledo no Paraná', amplamente distribuído no município e na região, voltou a renegá-lo ao esquecimento”. GRONDIN, op. cit. 2007. p. 232. Por não fazer parte do escopo da pesquisa, não será discutido este tema, cabendo somente a informação de que não é questão pacífica a memória sobre a colonização.

¹⁷⁵ Não mencionar-se-á todos os nomes pois não se trata de uma investigação sobre os empresários que formaram a MARIPA, mas de outros que formaram Marechal Cândido Rondon e que não aparecem nesta lista. Eles aparecerão durante o trabalho.

como a presença sempre notada dos mosquitos, pernilongos e borrachudos, além de animais silvestres, a dificuldade de abastecerem-se de víveres e combustível – devido à longa distância e a falta de estradas em condições de trafegabilidade de veículos, principalmente os caminhões. Wachowicz comenta, com base em entrevista com o Padre Antônio Patuí,¹⁷⁷ que dos 70 moradores iniciais vindos do Rio Grande do Sul, ficou somente um, dadas as dificuldades encontradas na região.

A mão de obra que sustentação para os primeiros anos na derrubada da mata e de colonização foi a paraguaia, ou seja, a dos autóctones (dada a formação étnica paraguaia ser essencialmente indígena – Guarani), que já estavam acostumados com as dificuldades da região.¹⁷⁸ Esta é uma das características que os “pioneiros” de hoje raramente mencionam: a importância do indígena para a construção do Oeste do Paraná, mesmo depois de ser expropriado de suas terras pelos “conquistadores” e pelos obrageiros. Os não-indígenas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e voltaram a seus Estados para que o indígena fizesse o trabalho pesado inicial.¹⁷⁹

Conforme Wachowicz,

Nos primeiros anos da chegada dos homens da MARIPA, o objetivo não era promover a colonização e sim explorar a grande riqueza deixada em parte pelos ingleses: a madeira. De 1946 a 1949, a MARIPA teve por preocupação básica a sua exploração. (...) Antes de vender a terra ao colono era preciso retirar a madeira, riqueza que estava na superfície.¹⁸⁰

Por meio da derrubada e da venda da madeira, fundaram-se as primeiras colônias, as primeiras estradas e os primeiros grandes lucros da MARIPA. O quadro da administração da empresa passou por modificações, segundo Wachowicz,

Quando na ex-Fazenda Britânia já havia sido implementada uma razoável infra-estrutura, quando Toledo adquiria ares de cidade, quando as exportações de madeira estavam aumentando, o dinheiro começava a fluir, houve mudanças na estrutura administrativa da MARIPA. O grupo acionista alemão resolveu assumir o controle administrativo da empresa. O diretor,

¹⁷⁶ O estabelecimento do primeiro núcleo de colonização da área da MARIPA no que hoje é o município de Toledo se deveu à proximidade do local com a água (Arrio Toledo) e pela abertura de picadas próximas ao local.

¹⁷⁷ Segundo Wachowicz o padre Patuí, vindo de Foz do Iguaçu convidado por Alfredo Ruaro, foi o primeiro a se estabelecer definitivamente na região de Toledo, ajudando no planejamento local e no suporte psicológico aos primeiros moradores. A entrevista foi realizada em novembro de 1979, em Ponta Grossa. p. 168.

¹⁷⁸ Acredita-se que esta mão de obra paraguaia (indígena) era tão eficiente com a mata da região pois a conhecia bem antes de chegarem os primeiros “brancos”. No entanto, deixa-se este tema para uma pesquisa específica, em outro momento.

¹⁷⁹ A utilização da força de trabalho de paraguaios no trabalho “pesado” da colonização (desmatamento, abertura de picadas e estradas, por exemplo) é ponto comum entre os pesquisadores da formação da região.

¹⁸⁰ WACHOWICZ, op. cit. 1982. p. 170.

Alfredo P. Ruaro, demitiu-se do seu cargo. (...) Assumiu a chefia da MARIPA Willy Barth, experiente colonizador gaúcho (...).¹⁸¹

O líder do grupo de empresários “alemães” era Willy Barth, que se destacou pela sua capacidade de administrar a área explorada de forma a dar corpo a uma nova região – então atendendo aos seus interesses político-econômicos, com sua colocação na esfera política da região e com a venda de terras, madeiras, etc. Também, como “intelectual orgânico”, viu-se que ele possuiu grande capacidade para organizar a região para o seu “nascimento” e “crescimento” dentro dos marcos do capitalismo, criando o projeto de “colonização”, selecionando os mais “aptos”, determinando o que seria cultivado, a distribuição dos credos religiosos, a industrialização, entre outros e, principalmente, cooptando e dirigindo os interesses gerais da grande maioria da população para andar em consonância com os seus.¹⁸²

Assim, Willy Barth, que era protestante, empresário, político e muito rico, foi atuando política e economicamente para se desenvolver e permanecer como líder político,¹⁸³ “amigo dos pobres”, mas que, no entanto, tinha a sua *amizade* justificada no bom desenvolvimento dos seus empreendimentos capitalistas.¹⁸⁴

A estruturação dos lotes feita pela MARIPA sob a administração de Barth, foi relatado pelo seu antigo contador, Ondy Niederauer, em 1992.¹⁸⁵ Segundo ele, a estruturação agrária e a divisão das propriedades foram feitas com minucioso rigor e, para tanto,

Procedia-se o levantamento topográfico e demarcação dos rios e arroios de uma determinada região, fechando uma área chamada Perímetro. No Escritório Técnico de Medições da colonizadora, era desenhada a planta do perímetro. Entre um e outro rio ficava a parte alta da ondulação. Sobre o dorso desta, era traçada uma linha reta. Por esta linha, mais tarde, era

¹⁸¹ Idem. Ibidem. p. 172.

¹⁸² SCHMIDT, Róbi J. **Cenas da Constituição de um Mito Político**: memórias de Willy Barth. Cascavel: Edunioeste, 2001. É necessário atentar para o fato que alguns dos acionistas se estabeleceram na região, como Willy Barth, e isso indica outro rumo, se comparado a algumas colonizadoras do Mato Grosso, nas quais os acionistas não viviam no lugar, apenas queriam ganhar com a comercialização dos lotes. Isso significa o interesse em outras instâncias, como a política, e outras formas de acumulação de capital, como a industrialização, mesmo que com predomínio de pequenas propriedades.

¹⁸³ Willy Barth era filiado ao PTB, e, sob sua influência, todos os prefeitos da região à época, também.

¹⁸⁴ Muitas pesquisas mostram, através de entrevistas com contemporâneos a Barth, a proximidade que Willy Barth tinha com os colonos, atuando diretamente com eles, resolvendo conflitos e participando de festas, e, assim, conquistando a confiança dos mesmos para continuar seu projeto político-econômico na região. Cf. SCHMIDT, op. cit. 2001; SCHMIDT, Róbi J. *A Política na “Época de Barth”: um aspecto mitificador*. In: LOPEZ, Marco A. **Espaços da Memória – Fronteiras**. Cascavel: Edunioeste, 2000; URNAU, Iraci Maria W. **Autoritarismo, Rádio e a Idéia de Nação (1985-1992)**. (Dissertação de Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.

¹⁸⁵ NIEDERAUER, Ondy H. **Toledo no Paraná**: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso. Toledo: Manz Etiquetas Adesivas, 1992. Nota-se que este autor, por fazer parte diretamente da MARIPA como um de seus administradores, tende a enaltecer a empresa.

geralmente aberta uma estrada. As colônias eram, então, delineadas com sua testada nesta linha, descendo o rio ou córrego na parte baixa. Por isso, e para dar água corrente a todos, as colônias têm a parte alta mais larga do que a parte junto à água. Tem quem chame este sistema de “espinha de peixe”. Feita esta planta que se pode, talvez, chamar de provisória, assinaladas nela as coordenadas dos marcos cravados quando do levantamento dos rios, ia o topógrafo medir e demarcar as linhas divisórias de cada colônia, assinalando as divisas com cepos de madeira de lei numerados. Os perímetros encerram de 100 a 300 ou até mais colônias.¹⁸⁶

Esta citação mostra como se procedeu com a divisão da Fazenda Britânia em áreas vendáveis. Nota-se que os rios formavam os contornos naturais mais importantes para a organização dos lotes, pois eles faziam referência a um dos limites das propriedades – e todas elas preferencialmente deveriam ter acesso a um rio. O relevo da região era pouco acidentado, e assim os rios formavam os limites naturais. Também, foram traçadas linhas divisórias mais ou menos retas, dos lados e, na parte “da frente” da propriedade, deveria se dar preferência a estradas ou picadas. Assim, os lotes teriam quatro lados, com três lados relativamente retos e o quarto limitado pelo rio ou córrego.¹⁸⁷

Um dado de Valdir Gregory ajuda a entender um pouco melhor a proporção da área colonizada. Segundo ele, “Adotando o modelo disperso, foram mensurados mais de 11.000 lotes coloniais, cujas linhas divisórias somavam 6.876.727 metros lineares, e 7.098 lotes urbanos (...) Os lotes urbanos estavam localizados em Toledo e em mais 13 núcleos urbanos”.¹⁸⁸ O mapa a seguir mostra a divisão de terras realizada pela MARIPA.

¹⁸⁶ Idem. Ibidem. p. 125-126.

¹⁸⁷ A este esquema de divisão de terras dava-se o nome de Agrimensura Planimétrica.

¹⁸⁸ GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial** – migrações no Oeste do Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002. p. 114.

MAPA 5: DIVISÃO DA FAZENDA BRITÂNIA, NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1950



FONTE: Doação da Família de Antônio Eugênio Dewes (topógrafo da MARIPA) ao Museu Histórico Willy Barth, Toledo – PR.

Neste sentido, havia a possibilidade dos empresários gaúchos que compraram a Fazenda Britânia, a dividirem em latifúndios e a venderem, de maneira rápida e com bons lucros em forma de fazendas, mas possivelmente os lucros seriam bem maiores se loteassem a área e vendessem pequenas porções de terra. Em relação às medidas, falava-se em Perímetro Rural, que seriam várias colônias (lotes rurais) juntas. Uma colônia media aproximadamente 250.000 metros quadrados ou dez alqueires (110x220 metros ou 25 hectares).¹⁸⁹ A “espinha de peixe” fazia relação a uma metáfora, onde a espinha seria o rio, córrego ou sanga, que tinha como forma de suas espinhas as colônias de terra que se ligavam ao rio.

¹⁸⁹ Esta é a medida de um lote de terras que é popularmente chamado na região de “colônia de terra”.

Outra característica adotada pela MARIPA e já conhecida dos colonos que compraram terras da MARIPA, foi a organização espacial das colônias. Esta é importante para perceber como se ordenaram fisicamente as colônias e, desta forma, também se estabeleceram as relações sociais nos núcleos populacionais formados pela MARIPA. Ainda mais importante é entender como estavam dispostas as “colônias” de terras para entender se estas eram as mesmas para os colonos que tinham uma área maior de terras, como foi a sua remodelação e/ou dissolução depois da modernização da/na agricultura e, mais intensamente, depois da crise capitalista na década de 1970.

Conforme Valdir Gregory, existiam duas formas de organização espacial possíveis para a região: o assentamento disperso e o assentamento aglomerado. Para ele,

No assentamento disperso, as instalações estão separadas umas das outras e cada uma se localiza dentro do estabelecimento. Estes dois componentes estão separados da infra-estrutura de serviços. Este tipo de assentamento apresenta vantagens em relação às atividades internas da colônia, reduzindo as distâncias e o tempo para a execução das lidas com a terra. Facilita o transporte de insumos e de produtos. Enfim, o trabalhador está no seu local de trabalho. Por outro lado, há alguns inconvenientes. A construção e a manutenção da infra-estrutura e de determinados serviços são mais caras, como é o caso das estradas, da eletricidade, do encanamento de água. A prestação de certos serviços é mais deficiente. As moradias distanciadas criam obstáculos à convivência social e à organização comunitária e à colaboração nas atividades diárias.¹⁹⁰

Ainda, segundo Valdir Gregory,

O assentamento aglomerado se baseia na aldeia, que abarca certo número de instalações e a infra-estrutura de serviços, próximas umas das outras e rodeadas pelas áreas cultivadas. É o agrupamento do primeiro e terceiro componentes, sendo que o estabelecimento fica afastado. Ao contrário do assentamento disperso, aqui as vantagens se fazem sentir na vida comunitária, na colaboração entre os colonos, no acesso aos serviços, como na sua qualidade, e no menor custo da instalação e da manutenção da infra-estrutura. No entanto, há uma série de desvantagens causadas pela distância maior do estabelecimento em relação à moradia. Tais vantagens e desvantagens são maiores ou menores de acordo com o tamanho da aldeia e do tipo de atividades agrícolas desenvolvidas pelos colonos.¹⁹¹

A importância de se colocar estas duas especificações reside no fato de se dar destaque para o projeto organizacional inicial da MARIPA e sua posterior reformulação,

¹⁹⁰ GREGORY, op. cit. 2002. p. 113.

¹⁹¹ Idem. Ibidem. p. 113.

através da compra de várias propriedades por parte de uma (ou poucas) família e das crises econômicas, que caracterizaram a região na década de 1970. Por ora, pode-se informar que o modelo adotado foi o assentamento disperso. Isso porque os colonos que aqui se estabeleceram já estavam aclimatados a um modelo de produção no Rio Grande do Sul e Santa Catarina que se assentava no modo disperso de distribuição das terras. Desta forma, a adaptação a região seria mais fácil, pois, para muitos, seria como dar continuidade ao modo de vida na nova região que se formava.¹⁹²

Para Valdir Gregory,

Os eurobrasileiros tiveram a experiência do assentamento disperso. De uma maneira geral, a unidade produtiva era o grupo familiar e houve uma noção muito clara de que a família, tendo o pai como o chefe, era a unidade fundamental. Desta forma, a família teria que estar presente nas atividades agrícolas. Os filhos estavam presentes e acompanhavam os trabalhos dos pais. Cuidar da criação era tarefa de todos. Todos aprendiam a fazer pasto, a dar trato aos porcos, às vacas, a tirar leite, a cuidar das galinhas, a recolher os ovos e assim por diante. Estas atividades se adequavam melhor ao assentamento disperso difundido entre os eurobrasileiros, sendo, portanto, o modelo planejado pela colonizadora. Os colonos estavam, pois, acostumados a cultivar diversos cereais e leguminosas, tinham suas hortas, criavam suínos, bovinos e aves; estas atividades exigiam sua presença constante na propriedade. Havia uma interdependência muito grande entre as atividades relacionadas com o plantio e com a criação. Criar implicava em estar disponível a qualquer hora do dia ou da noite.¹⁹³

Neste sentido, o projeto inicial da MARIPA estabeleceu o tipo de assentamento disperso como organizacional para a sua área de colonização. Este procedimento funcionou no campo da região em pauta, até a década de 1970, quando as intempéries e a crise econômica fizeram com que houvesse uma remodelação – ainda que em partes – das propriedades rurais e também do *modus vivendi* no campo, quando aconteceu a quebra na produção agrícola e muitos dos colonos foram obrigados a vender suas terras para os “grandes”, perderam suas terras para as agências de financiamento (bancos, por exemplo), ou ainda venderam suas propriedades para comprarem em outros locais, como o Paraguai, Rondônia e o Mato Grosso. Também, as informações apresentadas ajudam a entender o processo de transformação ocorrido na microrregião Oeste do Paraná depois da crise econômica da década de 1970, pois demonstram o modelo socioeconômico vivido pelos

¹⁹² Ainda estão presentes na região os Centros de Tradição Gauchescas (CTG's).

¹⁹³ GREGORY, op. cit. 2002. p. 114.

primeiros colonos (1950-1960), alicerçado na pequena propriedade, no trabalho familiar, na policultura, e serve para indicar como este padrão foi modificado a partir da década de 1970.

2.2 A PROPOSTA INICIAL DE COLONIZAÇÃO DA MARIPA E A PROPAGANDA

Para entender como se deu o processo de redefinição de algumas características sociais relacionadas com a microrregião Oeste do Paraná, há a necessidade de entender como se havia estruturado o plano de colonização da empresa. Relacionado com as características iniciais da MARIPA, incluem-se os dados do “Relatório das Atividades da MARIPA”.¹⁹⁴ As seguintes diretrizes sintetizam a proposta inicial da colonizadora:

- A) ELEMENTO HUMANO: a fim de ter êxito no empreendimento, povoar densamente a Fazenda Britânia, com agricultores que mais se adaptem à região;
- B) PEQUENA PROPRIEDADE: proporcionar a todo agricultor que vier residir na “Fazenda Britânia” a faculdade de se tornar proprietário, livre e independente, das terras por ele cultivadas para si e sua família. Estas terras divididas em glebas de 10 alqueires ou 25 hectares trariam para a região maior quantidade de gente;
- C) POLICULTURA: garantir o perfeito equilíbrio econômico da região, dirigindo a produção agrícola, sempre que possível, no sentido da policultura;
- D) ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO: na medida em que as terras forem vendidas e cultivadas, auxiliar os agricultores na colocação de seus produtos nos grandes mercados consumidores;
- E) INDUSTRIALIZAÇÃO: para industrializar a região na proporção do desenvolvimento do Brasil, evitando que o ritmo normal da produção agrícola depende de determinadas indústrias mantidas no litoral e evitando o desperdício de tempo e despesas de transporte e outros prejuízos com longas viagens.¹⁹⁵

Esta citação se faz mais importante à pesquisa e por isso seus dados serão analisados um pouco mais detalhadamente. O destaque desta citação está na forma em que se planejava estruturar a área a ser colonizada, com “elemento humano” que se adaptasse a esta região (“italianos” e “alemães”), a pequena propriedade e a policultura, dado que a infraestrutura para o escoamento da produção e a industrialização somente foram possíveis décadas depois.

¹⁹⁴ NEIDERAUER, Hondy. **Relatório de Atividades da MARIPA**. Toledo: Museu Histórico Willy Barth, 1955. (mimeo). Este relatório está disponível no Museu Histórico Willy Barth, de Toledo, no Paraná. Trata-se de um material bastante rico em informações sobre as atividades iniciais da empresa.

¹⁹⁵ Idem. Ibidem. p. 03. Tem-se a necessidade de chamar a atenção para o fato de que a produção de relatórios, pela MARIPA, tinha duas funções bastante específicas: a) metas e prestação de contas; b) propaganda para a venda de mais lotes. Estes relatórios expressavam não somente o plano de ação da empresa, mas divulgavam o número de casas comerciais e industriais (principalmente ligados com a madeira), hospitais, escolas, etc.

Um dos primeiros processos da MARIPA foi a seleção do “elemento humano” que poderia participar da colonização do Oeste do Paraná. Percebe-se que a MARIPA tinha a intenção de trazer pessoas para uma região, dando a ideia de que no Oeste do Paraná havia um vazio demográfico e que este poderia ser preenchido com trabalhadores de um tipo ideal específico: ascendentes de alemães e italianos. Assim, a escolha deste tipo de clientes deu-se através de um rigoroso processo de triagem étnico-cultural.¹⁹⁶ Os mais “aptos” ao projeto da MARIPA foram escolhidos seguindo os critérios adotados pelos donos da empresa. Estas pessoas eram os colonos gaúchos e catarinenses, em sua grande maioria, descendentes de alemães e de italianos. Estes já estavam acostumados às práticas de cultivo na região Sul (trigo, milho, mandioca, arroz, entre outras e, ainda, à criação de animais, como galinhas, gado, e principalmente suínos).

De acordo com Wachowicz,

Da colonização das terras da antiga Fazenda Britânia, foram excluídos três tipos de elementos humanos:

- 1 – o colono, também descendente de europeus, que avançava em direção ao Oeste pela linha Sul paranaense. Em sua grande parte, era formado de descendentes de imigrantes poloneses e ucranianos;
- 2 – o caboclo paranaense, filho tradicional dos sertões brasileiros, que também encontrava-se na região em número nada desprezível;
- 3 – o *pêlo duro, nortista*,¹⁹⁷ que representava a frente cafeeira, que estava ocupando todo o norte do Paraná.¹⁹⁸

Assim, grupos étnicos (ou “elementos humanos”) foram excluídos do processo de colonização feito pela MARIPA. Eram bem vindas pessoas supostamente aptas e já adaptadas ao modelo colonizatório da empresa. Uma pesquisa de Keith Derald Muller¹⁹⁹ apresenta mais

¹⁹⁶ A venda de terras era realizada diretamente pelos corretores da MARIPA. O anúncio de terras se dava principalmente através de panfletos afixados em locais estratégicos, como bares/mercearias (chamados de “boliche” ou “bodega”) e/ou outros locais de grande aglomeração de pessoas (como igrejas, por exemplo) nos municípios em que se pretendia vender as terras – a propaganda de venda de terras que será apresentada mais à frente no texto. Por ora, adianta-se que os municípios vistos na propaganda da MARIPA eram do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Ijuí, Santo Ângelo, Cruz Alta e Concórdia).

¹⁹⁷ A expressão “nortista” foi usada para diferenciar grupos sociais mal quistos pela MARIPA, pela sua origem étnica e social. A triagem era feita através do “sulista” era usado para identificar os gaúchos e catarinenses bem-vindos à região. No entanto, os “nortistas” não foram de todo excluídos da região, pois serviram para trabalhar como mão de obra para serviços pesados e outros que os “sulistas” não queriam ou não dispunham de mão de obra suficiente. Ver mais sobre o tema em LAVERDI, Robson. **Tempos Diversos, Vidas Entrelaçadas** – trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

¹⁹⁸ WACHOWICZ, op. cit. 1982. p. 174.

¹⁹⁹ MULLER, Keith Derald. *Colonização Pioneira no Sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná*. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.43, n.1, p. 83-139, jan./mar. 1986. Este estudo se caracteriza por ter sido realizado com dados eminentemente empíricos, ou melhor, este pesquisador esteve na região, buscando e produzindo dados *in loco*, naquele período. A pesquisa tende ver os “alemães” como sendo os “portadores natos da modernidade”.

um indicativo desta seleção, quando informou que “A MARIPA selecionou, primeiramente, colonizadores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que eram da segunda, terceira geração de descendentes de alemães e italianos. A seleção foi um elemento importante nesta colonização pioneira”.²⁰⁰

Também se utilizou do discurso do atraso nos métodos de produção pois, segundo Wachowicz, “O pêlo duro²⁰¹ nortista, foi afastado da colonização, porque não entendia do tipo de agricultura praticada pelo sulista”.²⁰² Enfim, a colonização praticada pela MARIPA deu prioridade para os ascendentes de italianos e de alemães, preferencial e majoritariamente catarinenses e gaúchos.

No sentido de não criar alarde e atrair os “elementos humanos” indesejáveis para a região, a MARIPA não fazia muita publicidade da colonização. Conforme Keith Derald Muller, “Não foi usada publicidade para atrair os colonos, e os aventureiros e especuladores de terras foram evitados. Mais precisamente, a Companhia recrutou os fazendeiros mais eminentes (...)”.²⁰³

Os dados presentes no PERSAGRI II apontam o percentual da origem (naturalidade) dos primeiros colonos na microrregião.

TABELA 3: ORIGEM DOS COLONOS DA FAZENDA BRITÂNIA ATÉ 1956, SEGUNDO O LOCAL DE NASCIMENTO

LOCAL DE NASCIMENTO	%
Rio Grande do Sul	68,6
Santa Catarina	16,3
Paraná (Exceto Toledo)	7,0
São Paulo	1,9
Minas Gerais	1,1
Outros Estados	1,2
Outros Países	3,9
Total	100,0

FONTE: BESNOSIK, Roberto I. & CEZAR, Paulo B. & RIBEIRO, Ivan de O. **Modernização e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira:** um estudo do extremo-oeste do Paraná. Horto. 1981. p. 6

Davi Félix Schreiner, em *Cotidiano, Trabalho e Poder*, tratou a respeito do tema, onde, para ele, ideologicamente,

²⁰⁰ Idem. Ibidem. p. 92.

²⁰¹ No Rio Grande do Sul, pêlo duro significava gado sem raça e sem grande valor.

²⁰² WACHOWICZ, op. cit. 1982. p. 175.

²⁰³ MULLER, op. cit. 1986. p. 92. A propaganda era feita por corretores de imóveis em contato direto com os colonos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ou com panfletos feitos justamente pensando nas características dos colonos gaúchos e catarinenses, como será mostrado mais adiante, através de um panfleto do período.

A escolha de um tipo específico de mão-de-obra com características culturais comuns, pressupõe a exclusão de outros. Nesta perspectiva, a MARIPA não fazia “propaganda ruidosa” porque, segundo seu projeto de colonização, “atrairia elevado número de indivíduos e parasitas que nela entreveriam um meio de vida fácil às suas atividades desonestas. Seria bom retardar o máximo possível a penetração desses elementos para dentro de um setor novo e são”.²⁰⁴ Em última análise, o que a empresa procura resguardar é o desenvolvimento econômico e cultural que na sua visão só pode acontecer com “homens sãos” (sic).²⁰⁵

Não espalhar a notícia da colonização, restringir quem poderia participar da compra de terras, dava aos compradores a imagem de preocupação e segurança com o local para onde eles iriam ser transferidos, com suas famílias. A prática de não propagandear a venda de terras na MARIPA em jornais, rádios e outros meios de comunicação era, em grande medida, parte da estratégia da venda dos acionistas da MARIPA.

Segundo dados da MARIPA, era esperada a formação de 13 núcleos para dar suporte aos migrantes, tendo como sede Toledo. Marechal Cândido Rondon surgiu como distrito, mas era importante núcleo de suporte, pois ficava na estrada entre Toledo e Porto Mendes, então um dos principais pontos de saída de matéria-prima para exportação no Oeste do Paraná, através do Porto Britânia – que era um atracadouro para pequenas e médias embarcações. Os atuais municípios de Quatro Pontes, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste e Marechal Cândido Rondon também faziam parte destes 13 núcleos. A empresa teve também como preocupação a construção de igrejas, escolas e hospitais. Os profissionais que atuavam nestas áreas foram trazidos pela empresa do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

No entendimento dos sujeitos sociais que poderiam se interessar pela área de colonização da microrregião, deve-se levar em conta também a pequena propriedade agrícola, dada que ela pode ser pensada para famílias que estavam a se constituírem, jovens casais, dispostos a prosperarem, e que diante do tamanho dos lotes deveriam diversificar a produção e com isso abastecer a região com produtos diversos, até mesmo com pequena industrialização. Esse ímpeto dificilmente é conseguido com pessoas de idade avançada. Com isso a MARIPA, pela lógica do capital, trazia um modelo inovador de ocupação da região, pensado de forma integrada.

²⁰⁴ WENDEPAT, Tereza. *Distrito de Novo Sarandi*. Relato In: YOSHIDA, Iraci da Silva Menezes. (Org.). **Com Licença, somos distrito de Toledo** – projeto repensando os distritos de Toledo. Toledo: Prefeitura de Toledo, 1988. *Apud*: SCHREINER, Davi F. **Cotidiano, Trabalho e Poder**: a formação da cultura do trabalho no extremo oeste do Paraná. Toledo: Editora Toledo, 1997. p. 70.

²⁰⁵ SCHREINER, op. cit. 1997. p. 70.

Enfim, pode-se supor que os acionistas da MARIPA queriam, dentre outros, dar as condições mínimas para que os migrantes pudessem, além de se estabelecer no local, fazer a propaganda dele e, ainda, desenvolverem os negócios iniciados, ampliando os lucros da empresa. O teor da mensagem utilizada para a comercialização das propriedades era o seguinte:

IMAGEM 2: PROPAGANDA DE TERRAS NO OESTE DO PARANÁ, PRODUZIDA PELA MARIPA E DISTRIBUÍDA NO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA

**O maior desejo de cada Agricultor é:
que seu filho deve ter uma vida melhor.**

Por isso devem procurar comprar terra de cultura livre de MORROS, PEDRAS, FORMIGAS e rica em aguas, clima saudavel, terra fertil e de facil escoamento dos produtos.

Todos estes desejos o Senhor encontra reunidos em TOLEDO, na Fazenda Britânia no Estado do Paraná.

O título da Fazenda Britânia tem mais de 45 anos, oferecendo portanto todas as garantias de uma terra legal e que proporciona ao comprador escritura imediata.

TOLEDO com apenas 3 anos de existência, é paróquia, tem colégio de freiras com 170 alunos, médicos, hospital, farmácia, indústrias, profissionais, bom comércio e cinema.

Há na Fazenda 265 quilômetros de estradas de rodagem conservadas por patrôas e tratores, oferecendo ao comprador o máximo acesso à sua colonia.

As terras são planas e são apropriadas para lavouras mecanizadas.

O mato é formado de todas as espécies de madeira de lei, que prova a fertilidade das terras.

PORTO MENDES com seus grandes armazens e moderna instalação maquinaria para carregamento de navios, construídos pelo Governo Federal, está aguardando tua produção.

Os preços das terras são os seguintes: de Cr\$ 10.000,00 até Cr\$ 13.000,00 a colonia de 10 alqueires, com condições de venda 1/3 a vista, 1/3 em 6 meses e 1/3 em 12 meses, gozando o comprador para pagamento a vista um desconto de 10% ao ano pelo tempo que faltar dos vencimentos das prestações.

A passagem de Concórdia a Toledo, ida e volta custa Cr\$ 500,00; quem comprar uma colonia tem 50% de abatimento, comprando duas ou mais, tem a passagem gratis.

A passagem será devolvida ao comprador, uma vez que o mesmo pague a Colonia integralmente.

E' proprietária da Fazenda Britânia:
A Industrial Madeireira Colonisadora Rio Paraná S.A.
com sede em PORTO ALEGRE, à Rua Siqueira de Campos 1248 - Edifício Brasília - 7.º Pavio. - Sala 3
com Filial em Toledo

Para maiores informações dirigem-se ao AGENTE AUTORIZADO de IJUÍ, SANTO ANGELO e CRUZ ALTA - sr. GUILHERME SCHMITT - Ajuricába Na Cidade de Ijuí com o Sub-Agente sr. OSWALDO SCHMITT - Hotel Familiar Tambem o Sr. Julio Kocourek, Fabricante de Alambique em IJUÍ, Avenida Cel. Dico, está apto a prestar toda e qualquer informação, sobre viagens, condições, etc.

Procure adquirir tua colonia na Fazenda Britânia, que hoje é o paraíso dos caçadores e amanhã uma flôr da Agricultura Brasileira.

14770

FONTE: Museu Histórico Willy Barth, de Toledo – PR.

Nota-se que este folder foi produzido com o indicativo do mapa da região colonizada pela MARIPA. Do lado esquerdo, vê-se o Rio Paraná, indicando a possibilidade de escoar a produção por esta rota – bastante utilizado na época – dado, dentre outros, pela indicação dos portos Mendes, São Francisco e Britânia. Também, pode-se supor que este folder foi feito para ser distribuído para os colonos gaúchos e catarinenses, dado algumas informações contidas nele, como: *O maior desejo de todo agricultor é: que seu filho deve ter uma vida melhor*. Acredita-se que esta frase está direcionada aos colonos do RS e SC devido aos problemas enfrentados naqueles Estados, com a escassez e especulação de terra comercializáveis, áreas íngremes e com o aumento da família e da impossibilidade de divisão de terras entre os filhos, prática comum naquele período. Com isso, o filho que constituía nova família, acabava por migrar. Também, como apontou Valdir Gregory, a repulsão dos colonos do Rio Grande do Sul acontecia pela já adiantada mecanização no campo, da grande divisão de terras em pequenas propriedades, dentre outras.²⁰⁶ Assim, também pode-se ver que a valorização da família foi um dos elementos que a MARIPA explorava.

Esta valorização se dava por alguns motivos: a) atraindo famílias à região, imbuídas pelas mensagens que asseguravam sentimento de maior segurança entre elas, assim atravessando as dificuldades mais facilmente; b) as famílias faziam propaganda entre elas, divulgando entre os parentes as terras disponíveis na região e suas vantagens em migrarem, e com isso atraíam mais compradores, com as mesmas características que a MARIPA estipulava (preferencialmente alemães e italianos, gaúchos e catarinenses); c) estando os colonos aparentados, por vezes como vizinhos ou moradores da mesma localidade, os conflitos entre os colonizadores poderia diminuir potencialmente. Além disso, a MARIPA trabalhava com mensagens direcionadas a jovens casais, detentores de força física e de ideais de prosperidade. Com as informações do panfleto, pode-se entender que uma de suas propostas era também trabalhar com o imaginário dos “chefes de família”, geralmente numerosas, para que enviassem seus filhos jovens em busca de prosperidade em novas terras.

A propaganda de venda de terras da MARIPA traz elementos para serem pensados, no sentido de propagandear melhores possibilidades de sucesso, comparando lugares. Com isso, ao qualificar as colônias nas novas terras, essas estariam *livre de morros, pedras, formigas e ricas em água, clima saudável, terra fértil e de fácil escoamento dos produtos*, um *paraíso* na microrregião Oeste do Paraná, diferente daquelas que ocupavam no Rio Grande do

²⁰⁶ Cf. *A Repulsão no Rio Grande do Sul*. In: GREGORY, op. cit. 2002.

Sul e Santa Catarina, onde o relevo daqueles lugares apresentava muitos obstáculos.²⁰⁷ Estas características eram ainda potencializadas pela tranquilidade sobre a legalidade das terras, pois no Paraná esta era uma das principais garantias que a empresa poderia oferecer ao interessado: a certeza da certificação de seu lote. No mesmo sentido de proporcionar segurança ao colono que adquiriria terras da MARIPA, consta ainda o exorbitante crescimento da região que, em apenas três anos, já teria uma infraestrutura completa para receber os compradores interessados.

A empresa mantinha preços convidativos. Mesmo sem encontrar uma base para comparação em registros escritos, pode-se indicar que os valores das terras vendidas pela MARIPA eram menores que os praticados no Rio Grande do Sul.²⁰⁸ A empresa trabalhava com o parcelamento das terras, facilitando a compra aos migrantes, o que pode ser comprovado na propaganda – panfleto de número 2 –, o qual apresenta o valor das terras, o tamanho e a quantidade de vezes para quitação do imóvel. Também, fomentava-se a venda de terras através da facilidade de chegar à região, por meio de viagens de avião, que eram oferecidas aos possíveis compradores. Conforme a propaganda, a viagem sairia pela metade do preço se comprassem uma colônia, e de graça, caso comprassem duas ou mais. Segundo o PERSAGRI II, em 1950,

(...) o preço de cada alqueire de terra era de aproximadamente Cr\$ 900,00 – bem pouco para os níveis de preço de terra em outros Estados”.²⁰⁹ “Segundo o Censo Agrícola de 1950, um alqueire de terra no Estado do Paraná, em propriedades do mesmo tamanho das colônias da MARIPA, valia em média Cr\$ 8 mil ou quase dez vezes mais que os lotes da Fazenda Britânia. No Rio Grande do Sul, o mesmo alqueire valeria Cr\$ 5 mil e em Santa Catarina, Cr\$ 4 mil. É bem verdade que as colônias da Fazenda Britânia estavam cobertas de mata, o que dificultava a comparação entre preços. Mas se tomamos as informações de Oberg e Jabine (1960) sobre o valor de uma empreitada de desmatamento (a destoca não era frequente) e atualizando os dados para 1950, o custo final de um alqueire de terra desmatado da Fazenda Britânia não ultrapassava os Cr\$ 2 mil. Na pior das hipóteses, portanto, a venda de um alqueire de terra no Rio Grande do Sul permite a aquisição de um terreno de 2,5 alqueires na Fazenda Britânia. Como o desmatamento em geral era feito pelo próprio colono, a relação verdadeira deve ser de 5 ou 6 alqueires para um.”²¹⁰

²⁰⁷ Há registros que as famílias italianas preferiam as áreas mais acidentadas, onde poderiam fazer suas casas com porões (utilizado para armazenar o vinho e outros alimentos). Cf. MULLER, op. cit. 1986.

²⁰⁸ Meu pai, Antonio Smaniotto, que é filho de migrantes, afirmou que as terras vendidas pela MARIPA eram mais baratas que no Rio Grande do Sul – em especial Erechim, cidade de onde migraram na década de 1960.

²⁰⁹ BESNOSIK, Roberto I. & CEZAR, Paulo B. & RIBEIRO, Ivan de O. **Modernização e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira**: um estudo do extremo-oeste do Paraná. Horto. 1981. p. 7.

²¹⁰ Idem. Ibidem. p. 7

E a propaganda deu certo. Segundo dados de Keith Derald Muller,

(...) as informações de campo sugerem que a composição étnica dos pioneiros de Toledo e três municípios adjacentes é de mais de 75% de alemães e italianos. Em Toledo, somente a porcentagem de descendentes de alemães e de italianos é mais alta do que nos quatro municípios combinados; 85% dos colonizadores de Toledo nasceram no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, como revela pesquisa feita em 1955 [feita por Kalervo Oberg²¹¹]. A pesquisa mostrou que 53% dos sobrenomes das famílias eram alemães, 20% italianos, 19% portugueses, 5,2% eslavos e 2,5% espanhóis.²¹²

Cabem aqui alguns esclarecimentos. Muller esteve na região no final da década de 1960 e início da seguinte, e os municípios adjacentes que ele menciona eram: Guaira, Palotina e Assis Chateaubriand, de colonização diversa da MARIPA, onde não se priorizou a “seleção étnica” dos colonos. Nota-se que a porcentagem de “alemães” é muito grande, quase a mesma dos “italianos” e “portugueses”. Isso porque esta pesquisa foi feita com base em Toledo e nos municípios vizinhos. Sendo feita somente em Toledo, a porcentagem de italianos certamente cresceria.

Conforme dados de Kalervo Oberg e Thomas Jabine, e de censos demográficos do IBGE, a população na região de abrangência da MARIPA cresceu vertiginosamente em apenas uma década, conforme a tabela a seguir.

TABELA 4: DADOS DEMOGRÁFICOS DA ÁREA COLONIZADA PELA MARIPA

ANO	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL
1956	2.720	27,35	7.225	72,65	9.945
1960	5.926	23,74	19.033	76,26	24.959
1970	22.175	19,68	90.486	80,32	112.661
1980	69.825	48,36	74.563	51,64	144.388
1991	101.959	67,41	49.282	32,59	151.241

FONTE: Quadro organizado por Valdir Gregory a partir de dados de OBERG, Kalervo. & JABINE, Thomas. **Toledo:** um município da fronteira Oeste do Paraná. Rio de Janeiro: Edições SSR, 1960, e dos Censos Demográficos do IBGE (1956, 1960, 1970, 1980 e 1991).²¹³

²¹¹ OBERG, Kalervo, JABINE, Thomas. **Toledo:** um Município da fronteira Oeste do Paraná. Rio de Janeiro: Edições SSR, 1960.

²¹² MULLER, op. cit. p. 93. Dados de Grondin apontam para “(...) poucos anos depois da Colonização, a distribuição étnica na região era de aproximadamente 60% de alemães, 35% de italianos e 5% de poloneses e outras etnias”. GRONDIN, op. cit. 2007. p. 239.

²¹³ GREGORY, op. cit. 2002. p. 121.

Neste gráfico salta aos olhos o crescimento populacional da região em poucos anos. De 1956 a 1960, a população total saltou de 9.945 para 24.959, crescendo 150,97%. De 1960 a 1970 foram 351,31%. De 1970 a 1980, 28,16% e, de 1980 a 1990, 4,75%. Nota-se que o ponto de inflexão populacional foi entre os anos de 1960-1970. Estes números representam a efetividade da colonização da MARIPA na região Oeste do Paraná e, conseqüentemente, a grande lucratividade obtida neste processo.²¹⁴

Ainda é interessante outra passagem da pesquisa de Davi F. Schreiner, sobre os migrantes e as ideologias sobre o trabalho a que estavam vinculados, onde, depois de analisar dados sobre o trabalho durante o período de colonização (1946-1970), destacou que,

Portanto, nas falas que apresentamos, estão conjugadas três atribuições dadas ao trabalho: a função de sobrevivência do indivíduo e da família; a de valor social (crescimento e moral da sociedade); e, a atribuição espiritual: pelo trabalho o homem se aproxima de Deus. Entrelaçam-se, nas falas analisadas, o sentido negativo do trabalho da visão cristã, o da moral e da racionalidade da ética protestante e o da economia liberal. Convém frisar, que as falas analisadas até aqui são anteriores a década de 70. A expressão “Trabalho”, até esse momento, referia-se basicamente à atividade agrícola, na pequena propriedade rural, atividade efetivada pelo colono, e que foi a forma de colonização da região. Nesta perspectiva, o discurso exaltava o homem ordeiro, honrado e trabalhador.²¹⁵

Os colonos daquele período ainda tinham fortemente a presença do ideário religioso²¹⁶ que permeava e influenciava a sua vida cultural. Este ideário, por sua vez, não estava isento de uma ideologia mais abrangente sobre a divisão de classes na sociedade capitalista, as “funções sociais” de cada classe, uma ideologia sobre o trabalho e seus “benefícios” sociais, um código comportamental e várias “chaves-explicativas” sociais, de conformação e adequação social às normas vigentes, dentre outros, que afetavam diretamente as relações sociais no ambiente colonial. É importante frisar que a religião (cristã) estava mais presente na vida social dos colonos da região, pois fazia parte de uma tradição dos migrantes, principalmente “italianos” (de tradição católica) e “alemães” (de tradição protestante). No conjunto de fatores que motivaram a migração à microrregião Oeste do Paraná, essa tradição

²¹⁴ Poder-se fazer uma conta simples: 11 mil Cr\$ vezes 11 mil lotes rurais, soma-se Cr\$ 121.000.000. O lucro da empresa somente com lotes colônias era bastante expressivo – sem contar o lucro com a venda da madeira da terra vendida, devido ao fato do colono não comprar o “mato”, sendo este de propriedade da MARIPA.

²¹⁵ GREGORY, op. cit. 2002. p. 81.

²¹⁶ A religião estava apontada no panfleto de divulgação das terras, quando informava que em Toledo havia paróquia, colégio de freiras, além do atendimento de saúde, segurança, entre outras estruturas pensadas para casais que poderiam migrar e permanecer com segurança no novo lugar. Aventureiros, pessoas solteiras ou não ligados com uma vida religiosa, que poderiam chegar e partir facilmente, não eram o foco da MARIPA.

foi importante para a fixação no lugar, porque o trabalho como meio de dignidade, em que Deus ajuda a quem trabalha.

No sentido de valorizar a questão religiosa entre os primeiros colonizadores da microrregião Oeste e de entrelaçá-la com os aspectos ligados com o ideário relacionado com a natureza, percebe-se que existem autores que abordam o tema de maneira genérica (pois indicam estas características para a grande maioria da população sem fazer uma distinção mais específica) e ao mesmo tempo singular (pois trabalham com entrevistas com alguns colonos coevos ao período e de religiões específicas), como é o caso de Valdir Gregory. Segundo ele,

Os colonos, tradicionalmente, tinham, uma relação de respeito e de reverência para com a natureza. Usavam a queimada dentro do sistema de rotação de terras, afetando a fertilidade do solo, mas procuravam preservar parcela da colônia com vegetação nativa, evitando cultivá-la toda. Esta relação de reverência para com a natureza tinha uma conotação religiosa, uma vez que a vida rural cultivava uma relação da criatura com o criador, estabelecia gestos de admiração para com a obra divina, a natureza. Lançar a semente, acompanhar o desenvolvimento da planta, celebrar as chuvas e o sol nas medidas adequadas atribuíam à natureza o papel de contribuir na produção da subsistência e do excedente. A falta da chuva, a chuva em demasia, a fúria dos ventos e das águas sinalizavam respostas da natureza para com os homens. Chuvas, secas, tempestades, plantação, criação eram assuntos de preces e de orações nos cultos e nas missas.²¹⁷

Religião, natureza, trabalho familiar alicerçado no modelo patriarcal de família, pequena propriedade, policultura, entre outras características formam os delineamentos iniciais da organização da microrregião Oeste, para um grupo majoritário de colonos. Com as informações formais de Valdir Gregory e informais sobre a relação do colono com a terra, percebe-se uma proximidade, valorizando-a para além da mera produção para acumulação capitalista, distinguindo o colono/camponês do “empresário do campo”. Além de sua condição de classe, trata-se, em linhas gerais, de uma representação identitária que tem na natureza elementos constituintes da sua própria identidade. As árvores, os rios, os peixes, os animais (de criação e silvestres), as plantas (medicinais, ornamentais ou de comércio), as estações do ano, entre outros, são partes integrantes desta cultura.

Estas características dos colonos servem à pesquisa para delinear um grupo identitário diferente de outro, que também faz parte do processo de colonização, que supostamente tinha a mesma valorização com a terra e a natureza, mas que atuavam como

²¹⁷ Idem. Ibidem. p. 111-112.

administrador dos interesses gerais, como “intelectual orgânico”, sendo eles inicialmente os proprietários da MARIPA e seus funcionários, profissionais liberais e outros que ajudaram a divulgar um projeto de colonização para, posteriormente, atuar como agentes do processo de modernização na agricultura e, portanto, destituindo de valorização a relação com a natureza, dada a ideologia da necessidade do desmatamento, da produção por meio da monocultura, do aumento da produção a qualquer preço. Estes dois grupos serão problematizados posteriormente. Por ora, é necessário entender que aborda-se os sujeitos sociais “pioneiros” da colonização do extremo Oeste de maneira distinta: os colonos e trabalhadores sem propriedade, de um lado, e os “empresários do campo”, os administradores e os profissionais liberais, de outro. São, em suma, dois grupos que aparecem na pesquisa e que por vezes são entendidos por parte da historiografia de maneira homogênea, como se todos tivessem as mesmas condições, idéias e ideias.

Os proprietários da MARIPA também tiveram como preocupação a construção de igrejas, de escolas – normalmente ao lado das igrejas –, hospitais e praças. Todas estas edificações foram usadas pelos migrantes, significando-as de acordo com os costumes. A medida que a microrregião aumentava em número de habitantes, também foi crescendo a cifra relacionada com estabelecimentos que diversificavam a microrregião em termos de igrejas e escolas, principalmente. Os profissionais liberais, padres e professores que atuavam nestas áreas também foram trazidos do Rio Grande do Sul.

Segue o mapa do município de Toledo, do qual faziam parte Marechal Cândido Rondon e seus distritos de Mercedes, Quatro Pontes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Margarida, Porto Mendes e Porto Britânia, para que se possa localizar geograficamente a microrregião que está sendo tratada.

MAPA 6: MUNICÍPIO DE TOLEDO, EM 1957



FONTE: Museu Histórico Willy Barth, de Toledo – PR.

Em comparação com a imagem que mostra Toledo em 1953, anteriormente identificada, nota-se um crescimento bastante grande. De 1946, no início do processo de colonização, até a década de 1960, conforme dados levantados e organizados por Valdir Gregory na sede da MARIPA, a Fazenda da Britânia possuía trinta mil (30.000) habitantes.

Destes, 40% (aproximadamente 12.000) eram de origem italiana; 50% (aproximadamente 15.000) eram de ascendência alemã; 10% (aproximadamente 3.000) eram de outras etnias.²¹⁸ Ou seja, a região esteve dividida entre alemães e italianos desde o seu princípio e, houve um impressionante acúmulo de capital por parte dos donos da MARIPA, dado que em pouco mais de 10 anos fizeram migrar, comprando suas terras, aproximadamente 30 mil pessoas. Neste contexto de formação e organização capitalista de uma região de fronteira, na área de colonização da MARIPA estavam em atuação, na mesma década, 67 casas comerciais, 8 oficinas mecânicas, 10 postos de abastecimento de combustíveis, 16 hotéis, 15 açougues, 5 padarias, 48 bares e cafés, 5 sapatarias, 12 alfaiatarias e 14 ferrarias.²¹⁹ Ainda, no ramo “industrial”, no mesmo período, havia 29 serrarias, 1 frigorífico, 1 laminadora de madeiras, 2 indústrias de conservas de palmitos, 14 moinhos, 8 cerâmicas, 7 beneficiadoras de madeiras e 18 marcenarias e/ou carpintarias.²²⁰ E, ainda, no ramo pecuário, foram contabilizados 165 mil cabeças de suínos, 19.500 de bovinos e 4.600 de equinos. Deste total, a região exportou um total de 160 mil cabeças de suínos, sendo esta a principal atividade de criação animal.

Estes dados evidenciam a base econômica pela qual se processou o desenvolvimento capitalista da microrregião Oeste. A policultura de cereais como o arroz, o feijão, o milho e o trigo, também da mandioca, formam os principais produtos produzidos pelos colonos pioneiros da região, além da grande quantidade de madeira extraída, beneficiada e comercializada. Dentro deste contexto inicial de produção agrícola, destacou-se o cultivo do milho, dado que este é produto importante à suinocultura.

Neste sentido pode-se falar em organização da região, pois esta teve um projeto organizacional que foi posto em prática na sua grande totalidade. A divisão dos lotes, a seleção dos colonos, religiões, igrejas, escolas, a prática da policultura, a pequena propriedade como modelo, trabalho e unidade familiar (patriarcal), industrialização, entre outras, são características da organização inicial da microrregião Oeste do Paraná.

Quando se vê o projeto inicial da MARIPA há a necessidade de se abordar outro produto estimado dos colonos: a suinocultura. Ela foi parte integrante do processo produtivo que, mesmo não constando no bojo econômico programado pela MARIPA à região, se fez muito importante à economia. Inicialmente, o suíno foi usado para suprir as necessidades alimentícias (carne, gordura animal – banha – que ajudava na conservação dos alimentos,

²¹⁸ Id. Ibid. p. 96. Não se está desmerecendo a participação de outros trabalhadores no processo de colonização da microrregião Oeste do Paraná, mas aqui a referência está ligada com a maior porcentagem.

²¹⁹ Id. Ibid. p. 100.

²²⁰ Id. Ibid. p. 97.

dentre outros) e, posteriormente (a partir da década de 1960), usada para gerar capital. Esta produção será abordada em capítulo posterior, dado que faz parte integrante do processo de ascensão e queda da econômica agrícola em Marechal Cândido Rondon. Por ora, fica como um indicativo da diversidade produtiva relativa à policultura do processo de formação inicial da MARIPA.

2.3 DISPUTAS ENTRE ACIONISTAS DA MARIPA E PARTIDOS POLÍTICOS

Cabe aqui outra característica para demonstrar como se deram algumas das relações político-econômicas entre os acionistas da MARIPA, bem como outras sobre a criação dos partidos políticos e as primeiras eleições na área de abrangência da MARIPA. Os conflitos entre a classe dominante começaram ainda dentro do núcleo de empresários que promoveram a colonização da região. Conforme Marcelo Grondin,

Os principais sócios da MARIPA pertencentes ao “grupo alemão”, como Curt e Egon Bercht, eram comerciantes de importantes lojas de Porto Alegre. O comércio era sua especialidade e não a colonização. Como mencionou Ondy Niederauer (entrevista 14.07.06), embora não se conheça documentos que o comprovem, os comerciantes de Porto Alegre teriam visto na colonização desse imenso território a oportunidade de estabelecer na região sucursais de suas lojas.²²¹

Entende-se que para além da lucratividade com a venda da terra e da madeira – parte integrante do projeto inicial de colonização – havia a intenção de ampliar a área de atuação das empresas comerciais dos acionistas da MARIPA com a colonização da microrregião Oeste do Paraná. Grondin, citando Oscar Silva,²²² informou que “Foi organizada, então em 1949, uma empresa, com o título Empório Toledo Ltda., que tinha como sócios Emílio Cazarin, a recém-fundada Agro Industrial do Prata Ltda. (coligada à colonizadora), a própria MARIPA e até funcionários e acionistas da empresa”.²²³ Nota-se que a articulação para obter lucros com o comércio na “nova” região era parte integrante das preocupações dos acionistas MARIPA, ou melhor, para tentar ter o monopólio comercial na área de atuação da MARIPA.

²²¹ GRONDIN, op. cit. p. 223-224.

²²² SILVA, Oscar. **Toledo e Sua História**. Prefeitura Municipal de Toledo, 1988. (Projeto História). Em colaboração com Rubens Bragagnollo e Clori Fernandes Maciel. p. 217.

²²³ GRONDIN, op. cit. p. 224.

Neste sentido, conforme Marcelo Grondin, “Efetivamente, após a tomada da direção pelo ‘grupo alemão’ e com a chegada de Willy Barth a Toledo, o Empório Toledo Ltda. substituiria o armazém da empresa MARIPA. (...). Em poucos anos, o Empório, abastecido, principalmente, no início, pelas lojas de Curt Brecht, contaria com 13 sucursais na região”.²²⁴ Neste sentido, a MARIPA abria uma região inteira para ser explorada comercialmente, com os mais variados tipos de produtos. Esta, em 1960 contava com vinte e quatro mil, novecentos e cinquenta e nove (24.959) “clientes”. Se houvesse conseguido o monopólio do comércio de secos e molhados, instrumentos agropecuários, roupas e outros, seria uma grande fonte de lucros. Mas a possibilidade de monopolizar o comércio esfriou quando o grupo de italianos também instalou suas representações na região da MARIPA. Conforme Grondin,

A visão comercial não era, porém, exclusividade do “grupo alemão”. Em correspondência a Alberto Dalcanale (carta de 09.12.1947), Alfredo Ruaro indicava que a Comercial Oeste Ltda. já estava operando em Cascavel. A empresa, estabelecida como propriedade das famílias Dalcanale, Ruaro, Mezzomo e Perin (...) era gerenciada por Itacir Luchesi. Em 1949, quando o Empório se instalava em Toledo, a Comercial Oeste Ltda. também inaugurava uma filial.²²⁵

Desta forma, é possível entender que a disputa pela ampliação da área de atuação comercial das “empresas étnicas” foi desenvolvendo-se até chegar à direção da empresa. Desde seu início, o “grupo italiano” dirigia a empresa. Manteve os primeiros contatos com os vendedores ingleses na argentina, realizou a negociação, foram os primeiros a se estabelecerem na região. Mas, para Grondin, esta posição de direção foi sendo disputada pelo “grupo alemão”, possivelmente por motivos econômicos.

Segundo ele,

Depois de 1948, os demais diretores da MARIPA pertencentes ao grupo alemão tinham conhecimento, graças às suas frequentes passagens por Cascavel, da existência da Comercial Oeste Ltda. e da mesma se expandir-se no território da MARIPA, constituindo uma possível ameaça aos planos atacadistas de Porto Alegre. Neste caso, a presença de Alfredo Ruaro na MARIPA como Diretor-gerente, sendo também um dos diretores da Comercial Oeste, não representava a melhor segurança para os negócios do grupo alemão. Perguntado se havia rivalidade entre os dois grupos, Egon Pudell concordava firmemente: *Sim. Tinha rivalidade!* (Entrevista, 29.01.2006).²²⁶

²²⁴ Idem. Ibidem. p. 224.

²²⁵ Id. Ibid. p. 224.

²²⁶ Id. Ibid. p. 224. Grifos no original.

Em 1948, Alfredo Ruaro preparava a sua saída da MARIPA, pois já se encontrava em contato com a colonizadora Pinho e Terras Ltda., onde realizaria outra parte inicial no processo de colonização. Em 1949, ele passava a direção da MARIPA para Willy Barth.²²⁷ Possivelmente as disputas econômicas entre os dois grupos continuaram, devido à gerência da empresa estar sob a direção de Willy Barth, mudando assim a configuração inicial do poder de decisão na empresa. Além do mais, estas indicações servem para perceber que “pessoalmente” os dois grupos poderiam não ter divergência, mas economicamente divergiam e disputavam mercado e, como se sabe, uma das mais eficazes “armas” político-econômicas para a manutenção do poder de determinado grupo é o Estado, e este foi conquistado através do voto.²²⁸

Neste sentido, algumas perguntas saltam aos olhos: sendo uma área de formação recente, como poderiam ser organizados os partidos? Já havia filiação dos acionistas e dos colonos nos seus locais de origem? Conforme Oscar Silva, em *Toledo e Sua História*,²²⁹

Os acontecimentos registrados no primeiro pleito municipal, em 1952, caracterizaram-se por uma situação curiosa e inédita em todo o Estado: dos nove vereadores eleitos apenas um representava o Partido Republicano (PR); todos os demais impunham a bandeira do Partido Libertador, uma legenda que na época ainda nem se organizara suficientemente. O que se pretendia, segundo o pioneiro e ex-vereador Ondy Hélio Niederauer, era demonstrar que no município havia uma forte coesão populacional em torno de um ideal: Toledo.²³⁰

Neste sentido, a política aparentemente se apresentava como um “mal necessário”, dado que todos estavam imbuídos do sentido de avançar no desenvolvimento econômico dos negócios da MARIPA. Isso porque, dentre outros, os concorrentes do primeiro pleito eram, em sua maioria, funcionários e/ou profissionais liberais ligados direta e/ou indiretamente com os negócios da MARIPA e, portanto, tinham o interesse na continuidade do empreendimento, na expansão da venda de terras, na criação de infraestrutura para a região (estradas, energia elétrica, etc.), enfim, havia interesse em manter contato político com o governo estadual e federal para que as verbas públicas chegassem à região.

²²⁷ Id. Ibid. p. 230.

²²⁸ Naquele momento havia a possibilidade de voto. Anos mais tarde, a ditadura civil-militar mudou esta característica, quando governadores e prefeitos eram indicados. Mesmo assim, como ver-se-á, o grupo alemão se manteve no poder.

²²⁹ SILVA, op. cit.

²³⁰ Idem. Ibidem. p. 314.

IMAGEM 3: ATA DA PRIMEIRA ELEIÇÃO REALIZADA EM TOLEDO, PARANÁ, EM 1952



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PARANÁ

JUIZO ELEITORAL DA 46a. ZONA

COMARCA DE FÓZ DO IGUAÇU

TOLEDO

EDITAL

O Doutor DÁTERO ALVES DE OLIVEIRA, Juiz Preparador do Município de Toledo, 46a. Zona Eleitoral, Estado do Paraná etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que nas eleições de 9 de Novembro do corrente ano de 1952, realizadas neste município, votaram 827 eleitores cujo resultado final é o seguinte:

PARA PREFEITO MUNICIPAL

CANDIDATO	VOTAÇÃO POR SECCÃO						TOTAL
	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	
ERNESTO DALL'OGGIO	93	163	100	204	41	136	737
Votos em branco	28	27	17	6	6	3	87
Total dos votos validos.	121	190	117	210	47	139	824
Votos nulos ou anulados	2	1	0	0	0	0	3
TOTAL GERAL	123	191	117	210	47	139	827

PARA VEREADORES PARTIDO LIBERTADOR

CANDIDATOS	VOTAÇÃO POR SECCÃO						TOTAL Individual	TOTAL Geral
	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.		
WALDI WINTER	1	0	0	168	0	0	169	Eleito
RUBENS STRESSER	6	3	0	1	0	96	106	Eleito
CLECIO ZENNI	27	22	13	2	16	4	84	Eleito
ONDY HELIO NIEDERAUER	8	14	14	20	5	2	63	Eleito
WILIBALDO FINKLER	6	20	12	0	0	2	40	Eleito
GUERINO ANTONIO VICCARI	9	8	5	6	0	10	38	Eleito
LEOPOLDO JOÃO SCHMIDT	8	9	12	0	3	6	38	Eleito
ALCEBIADES FORMIGHIERI	10	16	2	0	4	0	32	Eleito
JOÃO BOMBARDELLI	9	6	6	0	1	0	22	—
Votos só para legenda	0	0	0	0	0	0		
Total da Secção	84	98	64	197	29	120		592

PARTIDO REPUBLICANO

CANDIDATOS	VOTAÇÃO POR SECCÃO						TOTAL Individual	TOTAL Geral
	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.		
JOSE AYRES DA SILVA	9	21	11	7	0	0	42	Eleito
ARIBERTO HOFSTAETTER	9	7	7	2	0	0	25	-
RICARDO GALANTE	0	11	1	0	0	0	12	-
HUGO ZENI	1	4	4	0	0	0	9	-
FRANCISCO STUDZINSKI	1	2	0	2	0	2	7	-
IVO WELTER	0	2	2	7	0	2	7	-
OLDEMAR SOLANO BUENO	2	2	2	0	0	0	6	-
PEDRO IGNÁCIO BRACHI	0	1	4	0	0	1	6	-
Votos só para Legenda	0	1	0	0	0	0		1
Total da Secção	22	51	37	6	0	5		115

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

CANDIDATOS	VOTAÇÃO POR SECCÃO						TOTAL Individual	TOTAL Geral
	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.		
JUVENILDO LORANDI	13	3	4	0	13	1	34	
ALCIDES DONIN	0	8	5	0	0	0	13	
PAULO DUARTE DE VARGAS	0	0	0	0	0	3	3	
THEOBALDO ARLINDO PORTZ	0	2	0	0	0	0	2	
Total da Secção	13	13	9	0	13	4		52

UNIÃO DEMOCRATICA NACIONAL

CANDIDATO	Votação por Secção						TOTAL Individual	TOTAL Geral
	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.		
PROFINO DALL'OGGIO	8	12	11	4	0	11	46	46
VOTOS EM BRANCO	4	0	1	1	3	1	10	
TOTAL DE VOTOS VALIDOS	121	184	116	208	47	139	815	
VOTOS NULOS OU ANULADOS	2	7	1	2	0	0	12	
TOTAL GERAL	123	191	117	210	47	139	827	

E para que chegue ao conhecimento de todos mando passar o presente edital que será afixado no lugar de costume, nas vilas e povoados deste município. Dado e passado nesta cidade de Toledo, aos quatorze dias do mês de Novembro de mil novecentos e cinquenta e dois (1952).

DÁTERO ALVES DE OLIVEIRA
JUIZ PREPARADOR

No entanto, houve a necessidade de se apresentarem grupos e nomes políticos distintos, mas que se uniam pela ligação com a MARIPA. Também, uma colocação se faz importante quando se pensa na relação “grupo italiano” e “grupo alemão”: quem teve a maioria dos membros eleitos.

TABELA 5: RESULTADO DA PRIMEIRA ELEIÇÃO PARA PREFEITO E VEREADORES EM TOLEDO, SEGUNDO ETNIA

PREFEITOS → PARTIDOS ↓	ALEMÃES	ITALIANOS	OUTROS
		Ernesto Dal'Oglio	
VEREADORES → PARTIDOS ↓	ALEMÃES	ITALIANOS	OUTROS
PARTIDO LIBERTADOR	Valdi Winter – eleito Rubens Stresser – eleito Ondy H. Niederauer – eleito Wilibaldo Finkler – eleito Leopoldo J. Schmidt – eleito	Clécio Zenni – eleito Guerino A. Viccari – eleito Alcebiades Formigheri – eleito João Bombardelli – não eleito	
PARTIDO REPUBLICANO	Heriberto Hofstaeter – não eleito Ivo Welter – não eleito Pedro I. Bracht – não eleito	Hugo Zenni – não eleito	João A. Silva – eleito Ricardo Galante – não eleito Francisco Studzinski – não eleito Oldemar S. Bueno – não eleito
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	Theobaldo A. Portz – não eleito	Juvenildo Lorandi – não eleito Alcides Donin – não eleito	Paulo D. Vargas – não eleito
UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL		Profino Dal'Oglio – não eleito	

FONTE: Organizado pelo autor com base na ata da primeira eleição de Toledo (1952).

Com cinco “alemães” eleitos, três “italianos” e apenas um de outra etnia, o grupo alemão ascendia ao Poder Legislativo, estando o Executivo nas mãos de um italiano. Isso pode representar a continuidade das disputas iniciados por meio dos grupos “italiano” e

“alemão” por poder econômico, 10 anos antes. No entanto, não há evidências que mostram esta disputa para além das já mencionadas – ao menos neste período.

Outro dado importante para ser percebido é a quantidade de concorrentes no pleito. Foi nove “alemães”, 10 “italianos” e 5 não pertencentes aos dois grupos étnicos dominantes em Toledo, o que dá a impressão que os italianos estavam cientes de que o Estado era importante para aumentar o poder de decisão para mover esta ou aquela política pública para os interesses econômicos de “seus eleitores”. No entanto, a maioria alemã saiu ganhando, talvez por também ser em maior número.

Dentre outras, cabe destacar uma estratégia usada por Willy Barth para manter agrupado e unido o grupo formado pelos empresários, funcionários e outros profissionais liberais da MARIPA em torno dos interesses “de Toledo”, foi usar a estratégia de criar várias representações de partidos políticos formados por aliados. Conforme Oscar Silva,

(...) Willy Barth e lideranças locais decidiram criar três diretórios partidários sob as bandeiras do PTB (liderado por Ernesto Dall’Oglio), UDN – União Democrática Nacional (presidida por Guerino Viccari) e PSD (Partido Social Democrático), organizado por Carlos Mathias Becker. Despontavam também o PRP (Partido de Representação Popular), encabeçado por Arlindo Lamb e Gentil Dal Maso.²³¹

Estas coligações foram feitas possivelmente para se beneficiar de recursos federais e estaduais, pois, independentemente dos grupos que estavam na direção do Estado nas instâncias federal e estadual, poderiam ser reivindicadas verbas para a viabilização da infraestrutura necessária para dar continuidade para a colonização. Esta característica segue, sem indicações de conflitos entre interesses dos grupos políticos – dado que eram formados por pessoas com o mesmo interesse – conforme Oscar Silva, até o final da década de 1960.

Segundo ele

²³¹ Id. Ibid. p. 315. Um nome que será destacado no próximo capítulo será o de Arlindo Alberto Lamb, que foi o primeiro prefeito eleito de Marechal Cândido Rondon, mas, já pelo PTB, deixando o integralista PRP por influência de Willy Barth. Cf. SMANIOTTO, Marcos Alexandre. **A BURGUESIA RONDONENSE EM AÇÃO: a formação e atuação da Guarda Mirim (1966-1979)**. Marechal Cândido Rondon: Dissertação de Mestrado em História, 2008; e SCHMIDT, Róbi J. *A Política na “Época de Barth”: um aspecto mitificador*. In: LOPEZ, Marco A. **Espaços da Memória – Fronteiras**. Cascavel: Edunioeste, 2000. Conforme Jadir Zimmermann, logo no início da colonização (1955 a 1967), Arlindo Alberto Lamb era proprietário da maior frota de ônibus da região Oeste do Paraná, chegando a 40 ônibus, também de oficinas e da rodoviária de Marechal Cândido Rondon. Por outro lado, além de ser empresário do ramo dos transportes, também era proprietário de terra, em três grandes áreas. Conforme Zimmermann, ele “Possuía 315 alqueires de terra em Pato Bragado, 374 alqueires em Entre Rios do Oeste e mais 83 alqueires na localidade de Bela Vista”. Era – e ainda é – uma grande área de terra (1.868,24 hectares, ou 772 alqueires de terra, ou 77, 2 colônias) no contexto de Marechal Cândido Rondon. ZIMMERMANN, Jadir. **Arlindo Alberto Lamb: uma história que merece ser contada**. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica Ltda., 2006. (Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo/FASUL). p. 105.

Os pioneiros, em seus depoimentos, fazem questão de afirmar, entretanto, que a adoção de legendas partidárias significava tão somente uma tática e uma necessidade, objetivando benefícios para a região. Inexistia qualquer interesse substancial por esse ou aquele partido. Sob tais circunstâncias, chega-se à conclusão que até meados da década de 1960 o município permaneceu, de certa maneira, sem desfraldar efetivamente qualquer bandeira partidária (...).²³²

Caso este quadro represente algo de verossímil, havia no mundo um lugar onde reinava a paz entre e intra as classes. E assim outros autores colocam, como Róbi J. Schmidt,²³³ quando indicam certa nostalgia dos entrevistados para com aquele período quando a “política era bonita”. Não se tem a pretensão de questionar a ausência de conflitos entre os grupos políticos dominantes daquele período, mas é sintomático perceber que havia certa união dos interesses dos grupos dominantes e, em algum momento, esta estabilidade findou.²³⁴

No entanto, relacionando outra parte da citação sobre a “harmonia” política na área de abrangência da MARIPA naquele período, pode-se citar outro processo, relacionado com os encaminhamentos políticos, descritos anteriormente. Conforme Oscar Silva,

(...) As chamadas lideranças, como que desposando filosofia caudilhesca, pareciam divorciadas de qualquer compromisso com agremiações capazes de servir à comunidade sob o trapejar de uma bandeira coletiva. Entre as empresas, por exemplo, se havia firma com nomes coletivos, outras surgiam tendo por nome o titular mais graúdo. O mesmo acontecia com as pequenas e micro-empresas industriais. Tais pessoas, embora portadoras de certa liderança, jamais desfilaram sob a disciplina de qualquer partido bem organizado.²³⁵

Isso, em outras palavras pode significar que as pessoas ligadas com empresas eram tidas como “detentoras de certa liderança”. Assim, supõe-se que inicialmente não eram os colonos que compunham a classe que se organizava politicamente, mas os empresários e, principalmente, os funcionários e pessoas ligadas diretamente com a MARIPA. Este é um dos processos de transformação que será analisado nos capítulos seguintes deste trabalho onde, vê-se que os “empresários do campo” eram, também, os políticos que ocupavam os espaços públicos. Mescla-se o poder econômico do “campo” com o poder político da “cidade”. Neste sentido, apontava o PERSAGRI II que

²³² SILVA, op. cit. 1988. p. 315.

²³³ SCHMIDT, op. cit. 2000.

²³⁴ Não investigar-se-á quando e como foi este processo, pois não faz parte do escopo da pesquisa que segue, ficando a indicação para pesquisas posteriores.

²³⁵ SILVA, op. cit. 1988. p. 315.

Durante os anos 60 (...) expande-se na região uma pequena produção familiar policultora voltada para o mercado, em relação ao qual resguarda uma certa alternatividade para situações adversas de preço e clima. Embora a forma dominante desta produção familiar seja a de **pequenos proprietários ou colonos, que praticamente “monopolizam” a memória social do município** (...). Frente à existência de terras a serem ocupadas produtivamente, em contraste, por exemplo, com as regiões de expulsão do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do próprio Paraná, a propriedade jurídica formal se apresentava como uma questão secundária, dado o padrão produtivo predominante. As consequências do fato de ser ou não proprietário, nas condições examinadas, não eram suficientes para caracterizar grupos sociais diferenciados e eventualmente antagônicos.²³⁶

Em outras palavras, pode-se dizer que a importância social para a construção de uma memória, dominante, estava também a cargo dos “pequenos proprietários ou colonos”, que pensavam e delineavam os contornos daquilo que acreditavam ser “o melhor” para a região. Ao contrário do que afirmou o Persagri II, ver-se-á que os conflitos de grupos diferenciados pela condição jurídica em relação à terra (arrendatários, por exemplo) estavam presentes. Também é importante reter que haviam grupos diferenciados no processo de colonização da microrregião (proprietários e não-proprietários), sendo a história do município marcada pela inserção dos valores culturais e da atuação política dos proprietários enquanto classe dominante e seus representantes.

Finalizando, pode-se indicar que Ernesto Dall’Oglio passou a ser o representante da região na câmara federal como oposição (MDB) na década de 1970. Disputava o cargo com Werner Wanderer (ARENA), o “alemãozinho bom de voto”,²³⁷ como foi denominado. Neste sentido, segundo o jornal Rondon Hoje,

²³⁶ BESNOSIK, *et. all.* op. cit. 1981. p. 30. Grifos meus.

²³⁷ REVISTA OESTE – Revista Mensal de Informação. *O Alemãozinho Bom de Voto: decano dos políticos do Oeste paranaense, o deputado federal Werner Wanderer fala sobre seus 26 anos de vida pública.* Ano VIIIV, n. 71, Abril de 1992. p.7-12. (Entrevista). Assim era designado Werner Wanderer. Também, é interessante destacar que ele foi um grande proprietário de terra em Marechal Cândido Rondon, até a década de 1970. Conforme a Revista Oeste, “Ao deixar a Prefeitura, estava financeiramente quebrado. Havia perdido todo o meu patrimônio devido ao “caso Ciroso”, ocorrido em 1967/68. Ciroso era uma sociedade anônima constituída por empresários da cidade, que visava a instalação de uma indústria de extração de óleos vegetais. Para mostrar que se tratava de coisa séria, emprestei meu nome ao empreendimento. Eu era o diretor-presidente, assinava a papelada, mas outros tocavam o projeto. A indústria chegou a ser construída, mas estourou pouco antes de entrar em funcionamento. Como numa S/A o responsável é o diretor-presidente, fiquei com o abacaxi. Eu tinha bens, inclusive uma propriedade de 170 alqueires, e estava muito bem de vida. REVISTA OESTE – Revista Mensal de Informação. *O Alemãozinho Bom de Voto: decano dos políticos do Oeste paranaense, o deputado federal Werner Wanderer fala sobre seus 26 anos de vida pública.* Ano VIIIV, n. 71, Abril de 1992. p.7-12. (Entrevista). p. 9, *Apud:* KOLING, Paulo José. *Sociedade e política em Marechal Cândido Rondon.* In: **Revista Tempos Históricos.** Volume 10. Marechal Cândido Rondon, 2007. p. 357.

Em todo o Oeste paranaense (...) o povo resistiu bravamente aos sermões encomendados e divulgados em todos os microfones e toca-discos prefeiturais e respondeu também com a eleição de expressivo número de candidatos da oposição. Foi o que se viu com a eleição dos Deputados Federais Paulo Marques (reeleito com 43.007 votos) e Ernesto Dall'Oglio (31.583 votos) e dos Estaduais Fidelcino Tolentino (25.949 votos), Néilton Friedrich (15.690 votos) e Gernote Kirinus (11.712 votos) como legítimos representantes da região pelo MDB, enquanto os representantes regionais da ARENA (não considero paraquedista representante regional) ficaram apenas sendo um Deputado Federal, Antonio Muzarek (25.639 votos), Egon Pudell (19.947 votos) e Tércio Albuquerque (17.791 votos).²³⁸

Além disso, esta reportagem serve para indicar o crescimento da oposição na década de 1970, mas principalmente para os fins propostos com a pesquisa, apontar para a possibilidade de ascensão na “vida pública”, como visto pelo primeiro prefeito de Toledo que chegou a ser deputado federal.

²³⁸ Jornal Rondon Hoje. *Kirinus, a vitória do tostão*. Marechal Cândido Rondon, 28.11.1978.

CAPITULO III

3. MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Com os capítulos anteriores foram destacadas algumas características iniciais da formação da microrregião Oeste do Paraná, como o caráter organizacional realizado pela MARIPA para a colonização (pequena propriedade agrícola), algumas especificidades da produção (policultura), seleção dos sujeitos sociais que integrariam a “nova” microrregião (ascendentes de “alemães” e “italianos”, preferencialmente) e o trabalho familiar como a principal forma de mão de obra, entre outros. Neste capítulo ficarão evidenciadas algumas das modificações ocorridas no campo, procurando com isso demonstrar como se procederam as alterações que deram algumas das características do capital monopolista à produção no campo em Marechal Cândido Rondon. Entende-se que estas modificações são fundamentais para compreender as formas de poder político e econômico que emanam do campo e que permeiam a microrregião estudada.

Neste sentido, dividiu-se o capítulo procurando dar visibilidade à exploração econômica proporcionada pelo que se chamou de modernização conservadora (ou “modernização da agricultura”), em um âmbito mais genérico para, posteriormente, avançar para as especificidades ocorridas na microrregião, vistas através de Marechal Cândido Rondon. Para este trabalho utilizou-se de bibliográfica sobre o tema, como José Graziano da Silva,²³⁹ José de Souza Martins,²⁴⁰ Sonia Regina Mendonça,²⁴¹ Ariovaldo Umbelino de Oliveira,²⁴² Paul Singer,²⁴³ entre outros.

²³⁹ SILVA, José Graziano da (Coord). **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1978; _____. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. São Paulo: UNICAMP/IE, 1998. _____. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

²⁴⁰ MARTINS, José de Souza. **A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986. _____. **Não Há Terra Para Plantar Neste Verão**. Petrópolis: Vozes, 1986. _____. **O Poder do Atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994. _____. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975. _____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. _____. **A Militarização da Questão Agrária**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

²⁴¹ MENDONÇA, Sonia R. de. **Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

²⁴² OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

Inicialmente é importante estabelecer o que se compreende com o conceito de modernização conservadora para que não ocorram equívocos na interpretação do mesmo, e para que os resultados da pesquisa se apresentem mais claramente. Uma problematização sobre a origem e o uso do conceito pelos estudiosos brasileiros foi realizado por Murilo José de Souza Pires e Pedro Ramos.²⁴⁴ No entanto, não abordar-se-á todo o histórico e os autores que o fizeram, dada a complexidade do tema e a amplitude que demanda esta discussão. Para a pesquisa que segue, compreende-se modernização conservadora, assim como José Graziano da Silva,²⁴⁵ em que pese o entendimento que se tratou de uma modificação vinda de “cima para baixo”, ou seja, foi uma transformação na base produtiva agrícola disponibilizada e fomentada pelas grandes empresas, financiada e impulsionada pelo Estado através dos bancos (principalmente o Banco do Brasil), e realizada sem que houvesse uma reestruturação na base fundiária.²⁴⁶

Para compreender as transformações ocorridas em âmbito local foram utilizadas fontes da Rádio Difusora do Paraná, que trazem informações detalhadas sobre o processo de modernização conservadora nas décadas de 1960 e 1970 na região. Também, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES –; o Projeto da Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira – PERSAGRI II – Relatório Final Extremo-Oeste Paranaense, Modernização e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira: um estudo no Extremo-Oeste do Paraná;²⁴⁷ o Jornal Rondon Hoje, semanário de informações

²⁴³ SINGER, Paul. *Introdução: Capital e Trabalho no Campo*. In: SINGER, Paul (Org.) **Capital e Trabalho no Campo**. São Paulo: Hucitec, 1977.

²⁴⁴ PIRES, Murilo José de Souza. & RAMOS, Pedro. **O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil**. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140 Acessado em 29.01.2014. Os autores são doutores pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Murilo Pires também é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – Distrito Federal. Os autores utilizados para a análise da gênese e da utilização foram: AZEVÊDO, Fernando A. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; GUIMARÃES, Alberto. P. *O Complexo Agroindustrial*. In: **Revista Reforma Agrária**. Ano 7, n. 6, nov./dez. 1977; _____. **A Crise Agrária**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; _____. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; LÊNIN, Vladimir I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Brasiliense, 1982. _____. **O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907**. Goiânia: Alternativa, 2002. MOORE JÚNIOR, Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1975; POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986. Este texto traz uma análise do uso do conceito para entender a modernização conservadora no Japão e na Alemanha, onde, segundo eles, houve uma ruptura com a antiga ordem socioeconômica (feudal) para, posteriormente, contrapor a análise dos brasileiros sobre o tema. Para eles, “O processo de modernização conservadora conduziu, então, estes países para a formação de uma sociedade industrial moderna, mas com uma estrutura política conservadora, fato que as conduziu ao nazi-fascismo”. p. 415.

²⁴⁵ SILVA, op. cit. 1978; _____. op. cit. 1982.

²⁴⁶ Mais à frente no texto serão apresentados detalhes sobre o conceito de modernização conservadora.

²⁴⁷ BESNOSIK, Roberto I. & CEZAR, Paulo B. & RIBEIRO, Ivan de O. **Modernização e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira: um estudo do extremo-oeste do Paraná**. Horto. 1981. “A pesquisa sobre

locais e regionais do município na década de 1970; bem como a produção historiográfica realizada por Valdir Gregory,²⁴⁸ que traz a perspectiva de abordar eminentemente o *modus vivendi* e o *modus operandi* dos “eurobrasileiros” na região da MARIPA, durante o período estudado. A pesquisa que segue é diferente do que Gregory propôs, essencialmente na questão de destacar a “modernização” da agricultura como promotora de relações sociais de poder, voltadas essencialmente para os aspectos capitalistas da produção no campo e por meio destas a diferenciação dos colonos para com os “empresários do campo”, que foram gestadas a partir de uma ideologia voltada para potencializar os aspectos supostamente benéficos do uso de tecnologias no campo.

3.1 INDICATIVOS PARA O ENTENDIMENTO DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO EXTREMO OESTE DO PARANÁ

Nas reflexões anteriores foram pautados elementos que acenam para o fato de que a MARIPA atuou para dar os contornos iniciais à formação da microrregião Oeste do Paraná, em seus aspectos econômicos, políticos e culturais. Inicialmente, a extração da madeira foi a atividade econômica principal exercida no extremo Oeste, e após consolidada a colonização realizada pela MARIPA, a agricultura familiar em pequenas e médias propriedades foi a base da atividade agrícola na região, até a metade da década de 1970. Tendo estas características em vista, pode-se passar para as transformações ocorridas com a modernização conservadora, da segunda metade da década de 1960, até a década de 1970.

O setor agrícola, desde a segunda metade da década de 1960, foi o responsável pela assimilação de grandes quantidades de crédito rural. Assim, ele incorporou aquilo que ficou conhecido como “insumos modernos” (tratores, herbicidas, fungicidas, pesticidas, adubos, sementes modificadas, entre outras) ao processo produtivo da agricultura. Foi possível, a partir de então, tecnificar e mecanizar a produção, possibilitando integrar a produção agrícola do Brasil ao mercado internacional, de maneira a fazer retornar mais dólares do que até então recebia-se no mercado internacional. Como intenção e reflexo destas transformações, houve o

'Diferenciação da Produção Familiar na Agricultura Brasileira' constitui a segunda etapa do Projeto de Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira (PERSAGRI II), iniciado em 1977 através de convênio firmado entre a FGV e o Ministério da Agricultura”. p. 1.

²⁴⁸ GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial**– migrações no Oeste do Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

aumento da produção industrial, dada a exploração cada vez maior – tanto em produção (aumento da oferta), como na exploração de mão de obra (baixos salários e trabalho familiar) – no campo, criando as condições necessárias para a expansão industrial no Brasil.

Pode-se dizer que as modificações na estrutura da produção agrícola no Brasil, com a subordinação da mesma agricultura aos anseios da indústria (nacional e internacional), resultaram na criação do que ficou conhecido como “complexo agroindustrial”²⁴⁹ ou como a “industrialização da agricultura”.²⁵⁰ Nesta pesquisa o conceito de “industrialização da agricultura” se faz mais importante, pois acredita-se que atende mais aos processos ocorridos naquele período, identificando mais como uma industrialização do campo – como extensão da industrialização – do que como formação de um amplo complexo agroindustrial.

De modo geral, pode-se dizer que a “modernização” foi feita sem que se mudasse a estrutura fundiária do país até então (e ainda vigente), baseada na grande propriedade agrícola. Desta forma, as grandes propriedades rurais não foram reordenadas; houve maior concentração de terras, dado que para se adequar às novas especificidades da agricultura havia a necessidade de investimentos e estes só se faziam valer com um número mínimo de área; as diferenças de renda – da terra – aumentaram, criando uma especialização do trabalho no campo; também, houve um crescimento acentuado no êxodo rural e, a ele aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas; em suma, os pequenos e médios trabalhadores do campo – proprietários ou não da terra – tiveram suprimidas as qualidades e as prerrogativas de se viver no campo. De maneira geral, pode-se dizer que a industrialização do campo foi um processo que gerou grandes modificações na estrutura produtiva, mas, conservou a estrutura agrária, de dominação de classe. Por isso, usa-se a expressão “modernização conservadora”, dado que modernizaram-se as forças produtivas, mas conservou-se a estrutura de dominação capitalista no campo, conforme apontado por José Graziano da Silva.²⁵¹

Neste sentido, para entender a função da agricultura no capitalismo monopolista, há a necessidade de indicar qual é o entendimento que se tem em relação ao mesmo. Pensando nas características iniciais da formação do uso capitalista da agricultura, pode-se relacionar o aumento da produção agrícola nos países europeus durante os séculos XVIII e XIX, principalmente a Inglaterra. Este aumento da produção se deu à custa da maximização da exploração dos camponeses e arrendatários já intensificadamente expropriados desde o início

²⁴⁹ Cf. DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1987; SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

²⁵⁰ SILVA, op. cit. 1978; _____. op. cit. 1982.

²⁵¹ Idem. *Ibidem*.

da maquinização da produção nos séculos XVII e XVIII. Em linhas gerais, entende-se que a Inglaterra, potência imperialista do período, passava então a importar 80% dos produtos agrícolas que consumia, no início do século XX. Assim, prejudicavam a agricultura de outros países de duas maneiras: a primeira, pelo alto custo dos insumos e máquinas e, a segunda, pelo baixo valor que pagavam aos produtos agrícolas.²⁵²

Estes dados são importantes para poder perceber que os países com características agroexportadoras daquele período (Brasil, por exemplo) se desenvolveram no mercado capitalista sob as determinações das nações colonialistas para dar continuidade ao mesmo processo de subordinação aos países imperialistas do século XIX. Conforme Ariovaldo Umbelino de Oliveira,

A agricultura foi drenada nas duas pontas do processo produtivo: na do consumo produtivo, pelos altos preços que teve e tem que pagar pelos produtos industrializados (maquinaria e insumos) que é praticamente obrigada a consumir, e na da circulação, onde é obrigada a vender sua produção por preços vis. O endividamento constante é a consequência desse balanço desfavorável. O Estado tem mediado e mesmo bancado essa dívida na atualidade.²⁵³

Neste sentido, entende-se que a história da agricultura no Brasil está vinculada aos interesses das potências econômicas internacionais. Umbelino de Oliveira mostrou como há uma subordinação da produção do campo à circulação, ou seja, como o que é produzido no campo está diretamente vinculado com a circulação. Conforme o autor, no mínimo, pode se perceber duas formas de apropriação da renda da terra pelo capitalismo: a primeira, quando a renda da terra é submetida às regras do capital para o campo e, a segunda, quando os próprios capitalistas do campo tendem a entrar em conflito com os capitalistas industriais/financeiros.

Seguindo este pensamento, pode-se citar mais uma vez Ariovaldo Umbelino de Oliveira, quando ponderou que,

No geral, como a rentabilidade do capital no campo não é elevada, o monopólio industrial preferiu, seguindo os moldes da fração do capital

²⁵² Cf. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Conforme ele, “(...) é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D - M - D$ na sua versão simples, e $D - M - D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula $M - D - M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar”. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1995. p. 67-68.

²⁵³ Idem. Ibidem. p. 52.

comercial, implantar-se na circulação, subordinando conseqüentemente a produção à circulação. Nesse caso, quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista. Em outros casos, pode abrir uma fissura interna na classe capitalista quando seus interesses entram em conflito com os capitalistas do campo; aí então toda uma série de movimentos de pressão é utilizada.²⁵⁴

Portanto, o processo de produção capitalista no campo dá-se também pela expropriação da renda da terra do colono. Não é no processo de produção de mercadorias que extrai a mais-valia, mas na relação de compra e venda dos produtos do campo. Conforme Ariovaldo, nem sempre houve a necessidade de submeter o colono diretamente às formas de dominação preponderantes do capitalismo como nos setores urbanos, através de horários, gerentes, metas de produção, etc., ou como acontece na contemporaneidade através dos aviários, por exemplo, onde o colono se transforma em um trabalhador quase que direto do frigorífico ao qual está vinculado, devido à sua dependência em vender o produto somente para o frigorífico que financiou as benfeitorias para a criação de aves e na rentabilidade necessária para pagar o financiamento. No entanto, a necessidade de dinamizar a produção para atender às demandas do mercado, principalmente depois da década de 1960, deixou o colono cada vez mais espremido na sua atividade econômica. Para ele, restava inserir-se ao mercado, atendendo à demanda internacional e produzindo as *commodities* externamente solicitadas, mantendo o baixo custo de produção e, se quisesse lucrar mais com a renda da terra, havia a necessidade de baixar ainda mais o custo de produção.

Neste sentido, Ariovaldo Umbelino de Oliveira pondera que,

(...) o capital tem atuado, contraditoriamente, no sentido de criar e recriar as condições para o desenvolvimento da agricultura camponesa, sujeitando, portanto, a renda da terra ao capital. É em função dessa estratégia do capital monopolista com relação à agricultura que grandes monopólios industriais em geral nunca produziram sob relações especificamente capitalistas no campo. Optaram por submeter os camponeses e os elos mais frágeis dos capitalistas do campo. Dessa forma, de certo modo abriram espaço para a expansão da produção camponesa, surgindo um camponês ultra-especializado, diferente, portanto, do camponês livre da etapa concorrencial do capitalismo. Um camponês agora permanentemente endividado no banco, pressionado pelos encargos fiscais do Estado, esse mesmo Estado que de certa forma intervém no setor no sentido de buscar a sua regularidade. Um camponês altamente produtivo, cujo trabalho agrícola torna-se cada vez mais intenso, que inclusive necessita, dependendo do setor, entregar

²⁵⁴ Id. Ibid. p. 53.

temporariamente parte do processo de trabalho para trabalhadores de empreitada, ou então entregar para os monopólios industriais a última etapa do processo produtivo: a colheita.²⁵⁵

Assim, por meio da expropriação da renda da terra pelo capital monopolista houve também a intensificação de uma característica do Brasil: a concentração de terras. Conforme Ariovaldo Umbelino de Oliveira,

(...) esse processo geral da sujeição da renda da terra ao capital monopolista engendra, contraditoriamente, o processo de concentração/especialização desse produtor familiar subordinado, esse camponês que conheceu, em menos de cinquenta anos, um aumento violento da produtividade do seu trabalho. Aumento esse que certamente está na base da criação dessa nova realidade: a da concentração das terras entre os camponeses.²⁵⁶

Procurar-se-á identificar quais as afirmativas teóricas indicadas por Ariovaldo podem ser vistas na microrregião Oeste do Paraná da década de 1960 ao final da década seguinte. Conforme Umbelino de Oliveira, a inserção das relações capitalistas de produção na agricultura é

(...) um processo incrível de desenvolvimento da própria produção camponesa pelo capital para, inicialmente, fazer frente a pressão dos preços do arrendamento da terra. Depois, com o aumento da produtividade do trabalho camponês, esse processo procura, de um lado, continuar a reduzir os preços dos produtos agrícolas (uma vez que os preços crescentes do arrendamento, da terra e dos diversos meios de produção na agricultura têm criado problemas para o agricultor capitalista) e, de outro lado, aumentar a massa geral da produção de alimentos, sem com isso ter que remunerar esse produtor com um lucro médio, nos moldes capitalistas. Sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio.²⁵⁷

Desta forma, o capitalismo está para a agricultura como uma forma de dominar a produção para ter estabilidade na produção industrial e no capital financeiro, dado que para ambos manterem altas as taxas de lucro há a necessidade dos produtos agrícolas “saírem” baratos do campo, para assim ajudar a evitar aumento nos custos da produção na cidade.

²⁵⁵ Id. Ibid. p. 54.

²⁵⁶ Id. Ibid. p. 58.

²⁵⁷ Id. Ibid. p. 67-68. Umbelino faz referência ao lucro médio que é a exploração das mais-valias, calculado com base no lucro médio na produção industrial, por exemplo (capital constante + capital variável). Cf. MARX, Karl. **O Capital** – crítica da economia política – o processo de acumulação capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Também, o capital financeiro²⁵⁸ se beneficia com a estabilidade das relações capitalistas entre campo e cidade, sendo que muitas vezes este capital tem investimentos tanto em um, quanto em outro setor.

A inserção do capital financeiro na agricultura ocorre, grosso modo, porque

Em geral, esse desenvolvimento [das instituições capitalistas financeiras] passa pela generalização do sistema de crédito para o conjunto das operações produtivas do setor rural; conecta-se, por outro lado, com a instituição da dívida rural, sob penhor ou hipoteca das terras e de outros recursos naturais, ligando, de uma maneira indireta, as instituições de crédito e os proprietários rurais. Ademais, a generalização do endividamento, conectada ao aparecimento implícito das terras no contrato hipotecário rural, funcionam como uma via de estímulo para o desenvolvimento de um mercado de terras que com desdobramentos ulteriores passaria a transacionar com títulos de propriedade, avaliados pela mesma lógica financeira que determina a cotação dos demais títulos negociados no mercado financeiro.²⁵⁹

Assim, o capital financeiro se faz presente na disponibilização de capital para a produção, por meio de empréstimos e financiamentos, venda e compra de produtos agrícolas, na compra e venda de terras, entre outras. Em suma, esta forma de capital monopolista é que comanda as transações que envolvem o capital e estas, como ver-se-á mais à frente no texto, não foram poucas.

De maneira geral, o tema “modernização” da agricultura tem vasta bibliografia.²⁶⁰ O debate clássico sobre as justificativas que embasavam a “modernização” giram em torno dos seguintes pontos:

²⁵⁸ “(...) o capital financeiro é a relação social mais desenvolvida de valorização econômica nas modernas sociedades capitalistas, e envolve, de maneira geral, crescente concentração e centralização do capital. Esse processo de concentração é comandado, normalmente, pelas instituições detentoras da liquidez na economia, em ligações com empresas responsáveis pela emissão e circulação dos títulos patrimoniais, geridos pelas instituições financeiras e submetidos à sua lógica de valorização (...)”. DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Desenvolvimento Recente da Economia Brasileira**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 1984. p. 116.

²⁵⁹ Idem. Ibidem. p. 117.

²⁶⁰ Cf. CORADINI, Odacir Luiz & FREDERICO, Antoinette. **Agricultura, Cooperativas e Multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; CASTRO, Antônio Barros de. **Sete Ensaios Sobre a Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1977; DELGADO, op. cit. 1987; GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)**. São Paulo: Hucitec, 1997; LAMOUNIER, Bolivar. **Determinantes Políticos da Política Agrícola Brasileira**. Brasília: Ipea, 1994; MARTINS, José de Souza. **A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986; _____. **Não Há Terra Para Plantar Neste Verão**. Petrópolis: Vozes, 1986; _____. **O Poder do Atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994; MÜLLER, Geraldo. **O Complexo Agroindustrial Brasileiro**. São Paulo: FGV, 1981; SILVA, José Gomes da. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978; SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa: estrutura agrícola, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; _____. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996; _____. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na**

A – primeiro e principal: não oferecendo produção compatível com a demanda, os preços dos produtos agrícolas tenderiam a subir mais do que os preços industriais, forçando uma transferência de rendimentos da indústria para o setor rural. Isto além de não tornar viável a acumulação no pólo industrial permitindo novos investimentos e aprofundamento da industrialização centrava recursos em mão dos latifundiários que, aferrados a formas de produção arcaicas, esterilizavam este capital em aquisição de imóveis ou na suntuosidade de seu estilo de vida, não investindo na modernização da produção agrícola. Por outro lado, a pressão destes preços agrícolas sobre as condições de vida do trabalhador urbano, forçava a elevação dos salários, cercando ainda mais as possibilidades de acumulação na indústria.

B – a manutenção das formas arcaicas de produção: centradas na parceria, meação, etc, quando não com práticas propriamente servis, – como o cambão –, afastava a grande população rural do mercado. A ainda incipiente presença do assalariamento no meio rural apequenava as possibilidades de expansão do mercado interno de produtos industriais. Além disso, prendia grande contingente de mão-de-obra no campo, retardando o processo de urbanização.

C – a manutenção destas mesmas formas de produção atrasada não tornou viável, ainda, o desenvolvimento de um setor industrial voltado para a produção de máquinas e equipamentos agrícolas, defensivos, adubos, etc., insumos, enfim de uma agricultura moderna.²⁶¹

Estas considerações são importantes para perceber o essencial sobre o debate em torno da “modernização” agrícola no Brasil: baixa produção no campo gera prejuízos para a burguesia industrial/comercial/financeira; pouco desenvolvimento tecnológico no campo “aprisionava” o exército industrial de reserva no campo e ao mesmo tempo não gerava consumidores; e ainda freava o desenvolvimento de indústrias de máquinas e implementos voltados especificamente para o campo.

No mesmo sentido, mas com apontamentos complementares, Paul Singer indicou formas de compreensão do capitalismo no campo que estão diretamente ligadas com o entendimento da microrregião Oeste do Paraná durante a modernização conservadora. Para ele,

A escassez de mão de obra no campo se explica não só pela deterioração do padrão de vida do trabalhador rural, mas pelo desenvolvimento das forças produtivas na cidade, atraindo assim o que de outra maneira constituiria imenso exército rural de reserva. Afinal, nunca se deve esquecer que a agricultura não passa, hoje, de um ramo especializado de produção, que depende, em

Agricultura. São Paulo: Hucitec, 1991; _____. **Tecnologia e Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999; SORJ, op. cit., 1980.

²⁶¹ GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980.** São Paulo: Hucitec, 1997.

medida crescente, da demanda urbana tanto pela sua mão de obra como pelos seus produtos.²⁶²

Para além destes fatores (deterioração do padrão de vida e desenvolvimento das forças produtivas) também há a especulação imobiliária, a falta de possibilidade de pagar os empréstimos junto às agências de fomento, as intempéries, e outros. Ao mesmo tempo, vê-se que no final da década de 1970 já havia a possibilidade de entender a agricultura como um ramo da produção capitalista integrada e diretamente dependente das demandas exógenas na forma de exigências do que se produz, como, e em qual quantidade.

Outro fator apontado por Paul Singer é o fato de que

(...) a produção dos alimentos de consumo popular está relegada às explorações de menor tamanho e de menor potencial de modernização. E aí está porque a pequena expansão da procura por estes alimentos não oferece estímulos econômicos para que as empresas mais capitalistas se lancem à sua produção. É de se supor que a escassez de mão de obra rural pouco afete os minifúndios cujos excedentes de produção de subsistência constituem o suprimento alimentar para a classe trabalhadora urbana. Desta maneira, não sobem os preços relativos destes alimentos (ou seja, não sobem muito a mais que a inflação) e tampouco sobem os salários rurais. O que ocorre, então, é que tende a se aprofundar a dicotomia entre a 'agricultura de rico' e a 'agricultura de pobre' e o equilíbrio, (...) acaba se estabelecendo sobre uma desigualdade cada vez pior entre pobres e ricos, tanto na cidade quanto no campo.²⁶³

Assim, depois do processo de “modernização” da agricultura no Brasil ocorre uma redistribuição das frações da classe dominante no campo através da concentração de terra ou do aumento do número de propriedades rurais (não necessariamente concentrada cartograficamente em uma única área). Também, a mão de obra excedente (ex-colonos, arrendatários, parceiros, meeiros, boias-frias, etc.) foi expulsa do campo.

Dados sobre a situação da economia nacional ajudam entender o processo de transformação no campo, embasando historicamente o processo de êxodo rural forçado, combinado à migração e à emigração. Estes dados estruturais sobre a ascensão e a queda da economia brasileira durante 1964 a 1985, ajudam a entender o processo.

João Ildebrando Bocchi, sinteticamente, indicou que

Após o golpe militar de 1964, será implantado o PAEG, buscando controlar a inflação e realizar um amplo conjunto de transformações institucionais no

²⁶² SINGER, op. cit. 1977. p. 4.

²⁶³ Idem. Ibidem. p. 4-5.

país. Estas transformações internas e a conjuntura externa favorável produziram o milagre econômico brasileiro, com um crescimento médio do PIB de 11,2% ao ano entre 1968/73, atingindo o crescimento máximo de 14% em 1973.²⁶⁴

O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi um plano efetivado pelos militares, por meio do ministro de planejamento, Roberto Campos, que realizou modificações nas áreas tributária, financeira e trabalhista. O governo civil-militar (naquele período governado pelo ditador Castelo Branco), implementou ações de controle da inflação que propiciariam relativo sucesso econômico, lembrando, por meio de ajustes, mas também – e principalmente – de cortes e/ou de congelamentos salariais e supressão de greves. Ou seja, em grande medida os trabalhadores pagaram o preço para estabilizar a economia do país. Em síntese, estas medidas representaram um período de aumento na produção industrial e “industrialização” no campo.

No entanto, como o capitalismo sobrevive em meio a ciclos econômicos, depois da ascensão proporcionada através do crescimento acelerado, chegou a “queda”, percebida por meio da desaceleração do crescimento da economia:

No período 1974/77 os vários setores industriais serão atingidos desigualmente pela forte redução no ritmo de crescimento. A indústria de transformação após ter atingido um crescimento médio anual de 14% no período 1970/73, crescerá tão somente 6,6% a.a. no período 1974/77. O setor de bens duráveis que cresceu à taxa anual de 25,5% no período 1970/73, apresentará um crescimento médio de 4,5% a.a. no período 1974/77, enquanto o setor de bens de produção tem o seu crescimento médio de 15,7% a.a. no período 1970/73 reduzido para 8,6% a.a. no período 1974/77 e o sub-setor de bens de capital, que atingiu um crescimento de 22,5% a.a. no período 1970/73, terão seu crescimento reduzido a 8,4% a.a. no período seguinte.²⁶⁵

Relacionado com o período em pauta, se fala em “crise do milagre”, mas esta informação precisa ser matizada, dado que não houve uma crise catastrófica, mas uma desaceleração no crescimento, mas ainda havia crescimento. No entanto, mesmo não cessando o crescimento, este processo de desaceleração tem reflexos em todos os setores, dentre eles a agricultura e naquilo que é fundamental para a sua prática na monocultura mecanizada: os financiamentos. Mais à frente voltar-se-á ao tema. Ainda, cabe mencionar que, mesmo os dados sendo relacionados com a indústria, entende-se que ao se tratar do setor industrial no

²⁶⁴ BOCCHI, João Ildebrando. *As Crises Econômicas no Brasil: anos 60 e 70*. Disponível em: <<http://www.google.com/url?sa=t&rct>> Acessado em: 02.03.2011. p. 4.

²⁶⁵ Idem. *Ibidem*. p. 5.

capitalismo também há a necessidade de considerar o setor agrícola, devido ao seu caráter imbricado.²⁶⁶ Tanto a produção industrial nas cidades foi afetada como a produção no campo, isto porque esta dependia da demanda do mercado nacional e internacional, bem como da indústria. Este período de queda na economia é parte importante para entender o processo de crise na região estudada.

O Estado capitalista desempenhou um papel *sine qua non* neste processo modernizador. Conforme Singer, “(...) é impossível compreender a transformação capitalista da agricultura no Brasil, sem considerar como o Estado, através de mil formas, encaminha o processo. (...)”.²⁶⁷ Singer utiliza-se dos dados de Gentil Martins Dias em sua pesquisa sobre a atuação de alguns órgãos estatais destinados à agricultura, especialmente na Bahia, que indicou que a classe favorecida pelo Estado no processo de modernização da agricultura, por meio de suas agências e instituições, não foi somente aquela que estava na direção do Estado, mas os grandes capitalistas já estabelecidos no campo que, de maneira geral, concentravam a capacidade para colocar em prática os planos capitalistas para a agricultura e, por isso, eram o destino final das verbas.

Segundo ele,

Este viés a favor dos agricultores capitalistas e em detrimento do simples camponês não decorre de mero favoritismo e nem do fato de que, como mostra o autor [Gentil Martins Dias] os altos funcionários dos órgãos oficiais serem eles mesmos agricultores capitalistas. Não, não é a identidade de classe que explicava o viés, mas as regras do jogo dadas pela estrutura sócio-econômica. Numa fração social onde o capitalismo é hegemônico, o progresso, a modernização tecnológica, o aumento da produtividade só podem decorrer da expansão do capitalismo em suas formas mais avançadas, ou seja, hoje em dia, do capitalismo monopolista. Desta maneira, se o Estado se propõe a promover o progresso da agricultura, ele só pode fazê-lo, na estrutura vigente, apoiando as empresas mais capitalizadas.²⁶⁸

²⁶⁶ Cf. BELLUZZO, Luiz. G. de M. & Coutinho, R. (Orgs.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982; BRESSER PEREIRA, Luiz. C. **Economia Brasileira: uma introdução crítica**. São Paulo: Brasiliense, 1982; MANTEGA, Guido. & Moraes, Maria. **Acumulação Monopolista e Crises no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: Cebrap/Brasiliense, 1977. _____. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1980; SINGER, Paul. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; _____. **A Crise do Milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972; _____. **Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Tese apresentada no concurso para professor titular na UFRJ (Mimeo.), 1979; dentre outras.

²⁶⁷ SINGER, op. cit. 1977. p. 5.

²⁶⁸ Idem. Ibidem.. p. 5.

Entende-se que as *regras do jogo* no capitalismo são formuladas pela(s) fração(s) da(s) classe(s) dominante(s) que, através de seus diferentes aparatos, públicos e privados, produzem dada hegemonia socioeconômica. Trata-se de compreender que não se pode apreender as regras do jogo sem saber quem eram os jogadores e quem, previamente, marcava as cartas para ter a certeza de que não perderia a partida – afinal, nesta “metáfora”, um blefe seria muito arriscado. Portanto, talvez as grandes empresas não foram escolhidas a dedo – dada a deficiência do Brasil na produção de tecnologias agrícolas e a forte presença do capital internacional no país – mas beneficiaram, de maneira geral, os grandes empresários do setor industrial (nacional e internacional), e os médios e grandes proprietários agrícolas, além, evidentemente, do capital financeiro. Não é o escopo da pesquisa que segue, mas é importante para poder entender o que aconteceu com a agricultura na microrregião Oeste do Paraná, na década de 1970.

Além disso, é importante ter em mente como se dava o modelo desenvolvimentista gestado no Brasil até que a modernização conservadora fosse implementada. Segundo Sônia Regina de Mendonça, em *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*,²⁶⁹ o modelo desenvolvimentista brasileiro começou com o governo de Getúlio Vargas, em 1930, onde o Estado se organizou em torno de um movimento de modernização do capitalismo, investindo em setores fundamentais para este desenvolvimento. Esgotadas as possibilidades de crescimento sem a pesada participação do capital estrangeiro na economia, tendo como ponto culminante o limiar dos anos 1950, iniciou-se o processo de enfraquecimento deste modelo, passando, então, para o governo de Juscelino Kubitschek. Neste, a abertura ao capital internacional se fez presente, e em grande proporção, mas isso não implicou o enfraquecimento dos setores industriais brasileiros, dado que estes passaram a produzir para as multinacionais.

Desta forma, a discussão girava em torno, primeiramente, da participação do Estado na economia, para depois se discutir a participação do capital estrangeiro na economia. Tudo isso, claro, envolto na ideologia nacional-desenvolvimentista, que não passava, segundo Sônia de Mendonça, de uma ideia falsa, pois o Brasil não recebeu grandes remessas de capital estrangeiro devido à crise de 1929 e, somente no pós Segunda Guerra Mundial (quando os países “centrais” podiam e também voltaram às vistas para as economias da “periferia”) o Brasil se “entregou soberanamente” ao capital estrangeiro.

²⁶⁹ MENDONÇA, Sonia R. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Foram muitas as direções tomadas pela “nova” economia. A que mais se destaca aqui foi a que deu sentido à intervenção direta da burguesia, como agente *sine qua non* para a transformação do Brasil de “atrasado”, em “moderno”. Neste período, 1950-1960, o órgão responsável pela organização da ideologia nacional-desenvolvimentista foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o qual endossou a burguesia industrial como o principal agente nacional-desenvolvimentista. No entanto, a burguesia industrial criou sua própria forma de organizar este projeto de desenvolvimento, que foi:

(...) capital estrangeiro, mais iniciativa privada nacional, mais controle estatal dos recursos básicos, sem nenhuma competição entre os três. Neste sentido, as bases do modelo de internacionalização eram assumidas pela burguesia que – ao contrário da visão de certos grupos da sociedade sobre ela – jamais defendeu a industrialização autônoma. Uma vez que o capital, os técnicos e os equipamentos se dirigissem para as áreas em que a indústria nacional não atendesse satisfatoriamente o mercado, os empresários nada teriam a opor à colaboração externa.²⁷⁰

A partir destas informações pode-se afirmar com certa segurança que a burguesia industrial (a grande empresa) era vista – e assim também assimilou – como o setor mais importante à economia brasileira, no sentido de ser incentivado e protegido. A “modernização conservadora” atende principalmente às demandas da indústria em relação ao campo. Conforme Sônia R. de Mendonça, foi nos anos posteriores ao golpe de 1964 que houve o “milagre brasileiro”. Este milagre foi o resultado de uma série de abrangentes medidas adotadas pelos militares para dar continuidade ao processo de desenvolvimento do capitalismo, iniciado na década de 1950, principalmente na economia e na política, mas também a ideologia e a coerção foram imprescindíveis nesta empreitada. O Estado, segundo Mendonça, foi o mais importante órgão regulador e fomentador deste processo, dando suporte e criando meios legais às empresas nacionais e, principalmente, as internacionais, para operar “milagrosamente” no Brasil. No setor primário da economia no Brasil, “No caso da agricultura, por exemplo, os melhoramentos da produtividade só atingiam produtos de exportação (...)”,²⁷¹ pois a máxima à época era: “exportar é o que importa”.²⁷²

Este movimento de entender como o Estado gestava questão agrária naquele período no Paraná pode ser iniciada pelos dados que se apresentavam. O Instituto Brasileiro de

²⁷⁰ Idem. Ibidem. p. 66-67.

²⁷¹ Id. Ibid. p. 85.

²⁷² Id. Ibid. p. 93.

Geografia e Estatística – IBGE – demonstrou que havia um crescimento populacional maior no campo até a década de 1970, passando a decair a partir de então.

TABELA 6: CRESCIMENTO POPULACIONAL URBANO E RURAL NO PARANÁ ENTRE 1950 E 1970 (EM N° PESSOAS)

CENSO	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL
1950	2.115.547	528.288	1.587.259
1960	4.296.375	1.327.982	2.968.393
1970	6.997.682	2.546.889	4.450.783

FONTE: Estimativa IPARDES, Indicadores Econômicos, 1975. *Apud:* IPARDES – Aspectos Econômicos: Projeto Rural. Publicação do IPARDES em 1976. p. 18. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/>. Acessado em 20.12.2013.

Percebe-se que o conjunto da população do Paraná teve um crescimento de 7% entre os anos de 1950 e 1960, e de 5% entre os anos de 1960 e 1970. Importante é perceber que a população urbana cresceu 91, 7% entre as décadas de 1960 e 1970, indicando as transformações ocorridas até o ano de 1970. Nota-se que a população rural cresceu menos, 49,9%, no mesmo período. Supõe-se que as modificações na forma da produção agrícola (modernização conservadora) tiveram influência na configuração destes dados, pois, em termos gerais, mesmo o número de habitantes ainda sendo predominantemente maior nas áreas rurais, o crescimento urbano indica êxodo rural.²⁷³

Informações relevantes podem ser buscadas nos dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES – daquele período. Em uma de suas publicações, o IPARDES divulgou dados relacionados com a economia no Paraná, que serve para indicar a situação econômica do Estado naquele momento, contrastando o setor primário (agrícola) com o secundário (indústria) e o terciário (comércio). Segundo o IPARDES, do final da década de 1960 até a metade da década seguinte, o setor primário, apesar de preponderante na economia, perdeu sua importância econômica para o setor secundário, que aumentou sua fatia na participação na estrutura econômica do Estado. Estes números são importantes para mapear a produção econômica do Paraná e assim procurar entender os fomentos para as áreas em expansão, políticas de financiamento, entre outros que indicam o êxodo rural e as modificações na economia, intensificados a partir da década de 1970.

²⁷³ Ao longo deste e do próximo capítulo, a questão do êxodo rural irá ser tratada mais aprofundadamente.

TABELA 7: ESTRUTURA DA ECONOMIA PARANAENSE DE 1969 A 1975 (VALORES EM Cr\$ 1.000,00)

ANOS	SETORES							
	Primário	%	Secundário	%	Terciário	%	Total	%
1969	3.134.998	44,3	802.026	11,3	3.144.069	44,4	7.081.093	100,0
1970	2.722.746	39,4	869.906	13,0	3.292.783	47,6	6.912.435	100,0
1971	4.300.305	43,4	1.044.895	10,6	4.558.858	46,6	9.904.058	100,0
1972	3.948.110	37,4	1.287.729	12,2	5.318.364	50,4	10.554.203	100,0
1973	3.291.539	30,7	1.544.418	14,4	5.901.257	54,9	10.737.214	100,0

FONTE:IPARDES – Aspectos Econômicos: Projeto Rural. Publicação do IPARDES em 1976. p. 18. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/>. Acessado em 20.12.2013.

É importante indicar que atividade primária (agrícola) era destacada no Paraná, e esta oscilou percentualmente nos valores obtidos. O setor primário decresceu em valores, de 1969 a 1973, passando de 44,3% para 30,7%, durante o período. Diferentemente acontecia com o setor secundário (indústria) que cresceu em participação na economia do Estado, de 11,3% para 14,4%. Estes dados sugerem perguntas relacionadas com o desempenho econômico de ambos, como: a agricultura estava defasada na produção devido a que? A indústria era mais “dinâmica” no crescimento (investimentos, financiamentos, etc.)? Que medidas seriam necessárias para a produção agrícola acompanhar o crescimento da produção industrial? Segue-se em busca de respostas.

Uma parceria entre o Ministério do Planejamento e o Grupo de Estudos para Atividades Agro-Industriais do Paraná resultou, em 1973, no Relatório Levantamentos e Estudos Iniciais, ou seja, na sistematização dos estudos sobre a economia paranaense até aquela data. Este relatório se faz importante para porque apresenta uma série de dados informativos que serão analisados com as fontes locais para, a partir de então, formar uma síntese sobre o processo de modernização conservadora na microrregião Oeste do Paraná. Trata-se de informações que extrapolam a “frieza” dos dados, indicando posicionamentos político-ideológicos que servem para entender as intenções com as transformações na forma de produzir no campo.

Estas posturas políticas podem ser vistas de maneira implícita e explícita, como na primeira frase do texto, quando o IPARDES afirmou que “É indiscutível a grande interdependência existente entre o desenvolvimento da agricultura e o da indústria e demais setores de atividade. As relações destas atividades são de tal natureza que as políticas,

projetos ou medidas que se aplicam a qualquer uma delas afetam, direta ou indiretamente, as demais”.²⁷⁴

Implicitamente, o texto procura descontextualizar o modo capitalista de produção no campo, indicando uma suposta naturalidade do processo histórico que imbricou compulsoriamente a produção agrícola à industrial. Explicitamente, continua o texto, advertindo que

A experiência de alguns países tem demonstrado que o desenvolvimento da agricultura poderia realizar-se de forma quase automática se precedido por um intenso processo industrial, o qual, ao absorver os excedentes de população rural e ao ampliar os mercados urbanos para produtos alimentícios e matérias-primas, obrigaria a agricultura a se modernizar e aumentar sua produção e produtividade. Entretanto, esse não tem sido o caso geral nem na América Latina nem no Brasil, mesmo considerando os intensos esforços no sentido de alcançar um acelerado desenvolvimento industrial.²⁷⁵

Assim, como indicado por Ariovaldo Umbelino e Paul Singer, a agricultura no capitalismo é tida como subordinada aos interesses da indústria, ajudando-a não somente a se expandir, mas também a ampliar os lucros do setor industrial, e este era o interesse da fração da classe dominante no Estado do Paraná. Para os intelectuais orgânicos do IPARDES,

As inter-relações entre a agricultura e a indústria são bastante complexas. Basicamente, o principal papel desempenhado pela agricultura é, ao mesmo tempo, o de fornecedor de matérias-primas para a indústria (alimentos para a população urbana e matérias-primas para a indústria) e consumidora de produtos manufaturados (bens de consumo para a população rural e bens de capital intermediários para a produção agrícola). Embora essencial, esta função não é a única. Em muitos países em desenvolvimento cabe ainda às exportações de produtos agrícolas fornecer a receita cambial necessária para a importação de bens de capital requeridos pela industrialização. Além disso, a agricultura libera mão-de-obra e capital para a indústria, através de um processo de transferência de recursos em que se objetiva uma elevação constante da eficiência dos fatores de produção.²⁷⁶

Apesar de indicar uma complexidade entre a agricultura e a indústria, esta aparece simplificada pela máxima agricultura=fornecedora de matérias-primas e indústria=produtora de mercadorias. O que se está querendo demonstrar já na parte inicial deste documento oficial do Estado do Paraná é o discurso onde se percebe a tendência à inevitabilidade da

²⁷⁴ Ministério do Planejamento e o Grupo de Estudos para Atividades Agro-Industriais do Paraná. Curitiba, 1973. p. 4. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/> Acessado em: 21.12.2013.

²⁷⁵ Idem. Ibidem.

²⁷⁶ Id. Ibid. p. 5.

modernização conservadora da agricultura para ampliar a industrialização e a capitalização das grandes empresas nacionais e multinacionais que se serviam com o processo de “modernização”. A complexidade que está implícita foi explicitada pelos teóricos e pesquisadores que estudaram estas relações entre agricultura e indústria mostrando como a agricultura foi – e ainda é – necessária para a ampliação do capital industrial.²⁷⁷

Conforme parte dos intelectuais orgânicos da classe dominante paranaense,

(...) é indispensável que a agricultura, por sua vez, possa contar com abastecimento abundante e barato de bens de capital e insumos requeridos para a modernização de sua exploração. Os fertilizantes, pesticidas, máquinas agrícolas, ferramentas e implementos são elementos industriais mais importantes requeridos pela agricultura”.²⁷⁸

Este abastecimento abundante e barato foi viabilizado por meio da abertura e incentivo econômico às empresas multinacionais e dos empréstimos e financiamentos, via agências de fomento (principalmente bancários), para a aquisição dos insumos e implementos agrícolas.²⁷⁹ Finalizando os indicativos da parte técnica-burocrática-intelectual do Estado sobre a agricultura, o Relatório concluiu que

Assim, os critérios para o desenvolvimento agrícola não podem fundamentar-se em considerações autônomas, mas devem estar estritamente vinculados aos objetivos de desenvolvimento industrial. Se isso não ocorre, se produz um duplo efeito negativo: de um lado, o mercado interno para produtos industrializados não pode ampliar-se de acordo com sua capacidade potencial e isto tende a restringir o volume e escala de operações da indústria; por outro lado, ao empregar uma menor quantidade de insumos de origem industrial, tampouco a agricultura pode modernizar-se e desenvolver-se no ritmo desejável com o conseqüente efeito adverso sobre o crescimento econômico.²⁸⁰

Em outras palavras, o documento quer demonstrar que o capital monopolista ampliava-se, inserindo-se e criando novas e/ou ampliando as relações capitalistas na produção agrícola do campo na década anterior (1960), impulsionado pela política desenvolvimentista, pela participação mais contundente das multinacionais agrícolas no Brasil, pelo crescimento

²⁷⁷ Cf. OLIVEIRA, op. cit. 1995. SINGER, op. cit. 1977.

²⁷⁸ Ministério do Planejamento e o Grupo de Estudos para Atividades Agro-Industriais do Paraná. op. cit. 1973. p. 6.

²⁷⁹ Dados abordados mais à frente no texto.

²⁸⁰ Ministério do Planejamento e o Grupo de Estudos para Atividades Agro-Industriais do Paraná. op. cit. p. 7. 1973.

industrial do Brasil,²⁸¹ entre outros, e havia a necessidade de adequação da produção no campo para atender às necessidades oriundas da indústria (ou do capital financeiro/industrial, que se metamorfoseava ideologicamente como necessidades de “modernização”). Enfim, a tendência à “modernização” do Brasil era a pauta do momento nas décadas de 1960 e 1970 e esta chegava como necessidade imprescindível às atividades agrícolas. Em termos gerais, estes dados respondem a algumas das perguntas feitas inicialmente, quando se analisou que a indústria crescia mais que a agricultura. Políticas públicas para o incremento da agricultura, vendo-a como extensão da indústria, ajudam a entender também o porquê da modernização conservadora no Paraná.

Relacionando os resultados da aplicação prática deste processo no Paraná, Anamaria Aimoré Bonin, Angela Duarte Damasceno Ferreira e Claus Magno Germer, em pesquisa no IPARDES, indicaram que:

Durante a década de [19]70, quando a modernização da agricultura se processava, desapareceram, no Paraná, 24,2% dos estabelecimentos com menos de 20 ha, ao mesmo tempo que estabelecimentos com mais de 500 ha aumentaram em 48,8%. Saíram do meio rural 1,3 milhão de pessoas, o que determinou, pela primeira vez na história do Paraná, taxas negativas de crescimento da população rural. Estas levas de migrantes compunham-se não apenas de pequenos proprietários penalizados pelo modelo agrícola modernizador, mas todo um contingente de pequenos produtores associados (parceiros, arrendatários) e trabalhadores permanentes, atingidos pelas mudanças nas relações de trabalho nas grandes propriedades, que incorporaram tecnologia e ampliaram a área plantada com produtos exportáveis de ponta, especialmente a soja.²⁸²

E, especificamente no Oeste do Estado,

(...) é que se registram as altas variações negativas do contingente de mão-de-obra no campo. O Oeste do Estado, área que, na década de 1960, absorveu, na condição de fronteira agrícola, excedentes populacionais de antigas áreas coloniais e que, com a implantação de uma organização produtiva comandada pela modernizada lavoura da soja, teve na década de 70, reduzida a sua capacidade de absorção de mão-de-obra. Ilustra bem o tipo de processo a que foi submetida essa área a Microrregião Oeste Paranaense (...) que, com a passagem para um novo patamar técnico-produtivo, teve, no período de 1975 a 1985, uma redução de mais de 400 mil

²⁸¹ Mesmo não mencionado, a industrialização no Brasil passou a crescer muito a partir do final da década de 1960. Cf. MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Polis/Vozes. Disponível em: http://www.4shared.com/office/CabEb4X0/7_-_mantega_guido_a_economia_p.html Acessado em: 05.08.2013.

²⁸² BONIN, Anamaria Aimoré. & FERREIRA, Angela Duarte D. & GERMER, Claus Magno. *A Luta Pela Terra no Paraná*. In: PAZ, Francisco Moraes (Org.). **Cenários de Economia e Política: Paraná**. Curitiba: Prephacio, 1991. p. 120.

pessoas no contingente ocupado na atividade agropecuária, o que representou 23,9% do decréscimo total da mão-de-obra empregada na agricultura do Estado.²⁸³

Estas informações demonstram uma das formas de manifestação da “modernização” da agricultura no Paraná, em sua expressão mais dramática: junto aos colonos e aos trabalhadores rurais desapossados. A microrregião Oeste do Paraná não fugiu à regra. Em todo o país, a modernização conservadora trouxe perversos resultados àqueles que não puderam modernizar a produção e permanecer no campo. Pese nestes dados além da modernização conservadora, a criação do Lago de Itaipu, que inundou grande parte das terras da região e forçou os colonos a saírem de suas áreas de terras para outros locais.

Não há como se tratar da modernização conservadora no campo sem, necessariamente, abordar suas conseqüências (ainda que, neste momento, somente genericamente). Neste sentido, o Jornal Rondon Hoje, por meio de depoimentos do bispo Dom Agostinho José Sartori e do pastor Gernote Kirinus, indicava algumas dessas conseqüências, por meio da reportagem “Realidade Agrária do Paraná”:

1) Está acontecendo um acelerado processo de modernização da agricultura, implementado por grandes empresas agrícolas, através de incentivos fiscais (isto é, com apoio do governo), reconcentrando a terra em mãos de poucos, o que traz por conseqüência a expulsão de enormes contingentes de trabalhadores das lides agrícolas; 2) que o latifúndio começa a se alastrar pelas regiões mais férteis do Oeste e Sudoeste do Paraná, pressionando as famílias de pequenos agricultores a vender suas terras e, em se tratando de posseiros ou meeiros, expulsando-os da terra, muitas vezes, sem a justa indenização; (...) 4 que há um número cada vez maior de bóias-frias, em conseqüência da expulsão do homem de suas terras e um empobrecimento geral, constatado entre a classe dos trabalhadores rurais colocados à margem do processo econômico, alcançado à custa de seu suor; 5) Que as mãos que perfazem a riqueza desta região, que desbravaram e prepararam a terra, acomodando-a ao progresso, são as que menos usufruem dos benefícios do progresso, são as que estão sendo expulsas desta mesma terra, impedidas, portanto, do direito de cultivar a terra, que era o seu único meio de vida; 6) Que reina uma insegurança geral entre os agricultores, cujas terras vão ser inundadas pelas águas da usina hidrelétrica de Itaipu, por não saberem ao certo o montante de sua indenização e nem para onde ir (...).²⁸⁴

²⁸³ MESQUITA, Olindina Vianna & SILVA, Solange Tietzmann. *A Evolução da Agricultura na Região Sul na Década de 70*. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, jan./mar., 1987. p. 167. *Apud*: SCHLOSSER, Marli T. S. *Modernização Agrícola: um estudo de discursos jornalísticos na região Oeste do Paraná (1966-180)*. In: LOPEZ, Marco A. **Espaços da Memória – Fronteiras**. Cascavel: Eduioeste, 2000. p. 72-73.

²⁸⁴ Jornal Rondon Hoje. *Terra: o homem está sempre sendo lesado no seu direito*. Marechal Cândido Rondon, 15 a 21 de fevereiro de 1978. Esta é uma seção do jornal, de três páginas, onde se transcreveu parte de um livro escrito pelo bispo Dom Agostinho José Sartori e pelo pastor Gernote Kirinus, dado que ambos haviam prestado depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito da Terra, realizada em Brasília, naquele ano. Trata,

Todos estes são processos de expropriação e exclusão do trabalhador do campo de suas condições de vida são resultados da modernização conservadora da agricultura – ainda que não somente dela. Nesta análise é importante se ter em mente estas consequências, porque são elas que não aparecem nos dados “oficiais”, solenemente trazidos ao público por algum “intelectual” na busca de enaltecer os “heróis” da colonização, àqueles que, no discurso oficial, proporcionaram a estrutura socioeconômica da região de hoje – concentrada e excludente. É, em tempo, uma forma de indicar principalmente o porquê do “fracasso” de muitos em benefício de poucos – mesmo que nomes não sejam dados, sabe-se que muitos que hoje são “grandes produtores” não se fizeram a partir – ou somente – de seu trabalho, mas de processos como os aqui apontados (modernização conservadora, fragilidade econômica dos pequenos produtores, especulação imobiliária, expulsão do campo dos trabalhadores arrendatários, parceiros, meeiros, posseiros e outros).²⁸⁵

Cabe ainda mais algumas considerações apontadas pelo semanário Rondon Hoje que ajudam a entender este processo. Segundo o Jornal Rondon Hoje,

(...) É o que chamamos de modernização da agricultura, um processo que hoje avança, cada vez mais rapidamente, em toda a área rural, deixando atrás de si duas grandes consequências: de um lado, um grande aumento da produção, ou seja, um Paraná “celeiro do Brasil”; de outro, uma grande mudança na condição de vida dos trabalhadores rurais, ou seja, uma maioria da população, cada vez mais pobre. Quanto às terras, foram acontecendo duas grandes mudanças: de um lado, as pequenas propriedades, onde o pequeno agricultor trabalha com sua família, foram ficando cada vez menores; de outro lado, as propriedades maiores foram aumentando. Estas mudanças são as duas faces de uma mesma moeda: os que já eram ricos, conseguem lucros ainda maiores, aumentando suas terras; enquanto o número dos que são pobres vai aumentando, pois têm cada vez menos terras e ficam mais pobres. É a isso que se chama processo de concentração de terras. Assim, em 1972, as propriedades, até 25 ha, eram 69% do total, mas ocupavam 20% das terras do Estado. Enquanto isso, outros 80% das terras estavam nas mãos de apenas 31% dos proprietários. Quanto à situação da classe dos trabalhadores, a maioria deles já não mais trabalha com sua família, num espaço de terra seu, plantando o produto para si e para vender. Em 1960, este tipo de trabalhador representava 62% do total. Em 1972, são apenas 37%. Agora, a maioria transformou-se em empregados assalariados, tendo sido expulsos das terras que trabalhavam. Em 1960, os trabalhadores

essencialmente, dos conflitos agrários do Paraná naquele momento, bem como faz uma crítica a política econômica para o campo e seus resultados para os trabalhadores agrários. Kirinus era pastor no município Marechal Cândido Rondon e deputado estadual. Deve-se indicar que mesmo sendo um jornal que defendia os interesses da classe dominante, em suas reportagens não negava as mazelas produzidas pela modernização dolorosa.

²⁸⁵ Mais adiante no texto, com os outros dados, estas afirmações ficarão evidentes.

deste tipo era apenas 28% do total. Em 1972, são 58%, ou seja, mais da metade dos trabalhadores existentes no Paraná. Enquanto isso, os parceiros e arrendatários (porcenteiros, meeiros, etc.) diminuíram de 10% para 5%. Acontece que a maioria dos trabalhadores assalariados são, hoje, temporários, isto é, os bóias-frias ou volantes. Dos 58% que existiam em 1972, 50% são volantes e apenas 8% são fixos. A riqueza está se concentrando nas mãos do empresário rural, que é o fazendeiro transformado, ou pessoas da cidade que vem investir na agricultura. A diferença entre o fazendeiro tradicional e o empresário rural, é que este considera o seu empreendimento na agricultura como alguma coisa de onde ele vai tirar o maior lucro possível. Para isso, ele moderniza a sua lavoura, expulsa trabalhadores e, quando precisa, usa os bóias-frias que são os mesmos trabalhadores que ele expulsou.²⁸⁶

Nesta constatação, condensa-se a essência daquilo que se passou também em Marechal Cândido Rondon e que estar-se-á tratando adiante no texto. Em proporções diferentes, com alguns aspectos modificados, mas, em última instância, esta “modernização” atingiu todos os colonos e trabalhadores sem propriedade privada de forma a removê-los de suas propriedades e locais de trabalho (a despeito de sua vontade) para outros locais, outras frentes migratórias, outros locais de trabalho, outras condições de vida.

3.2 MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA EM MARECHAL CANDIDO RONDON: aspectos iniciais

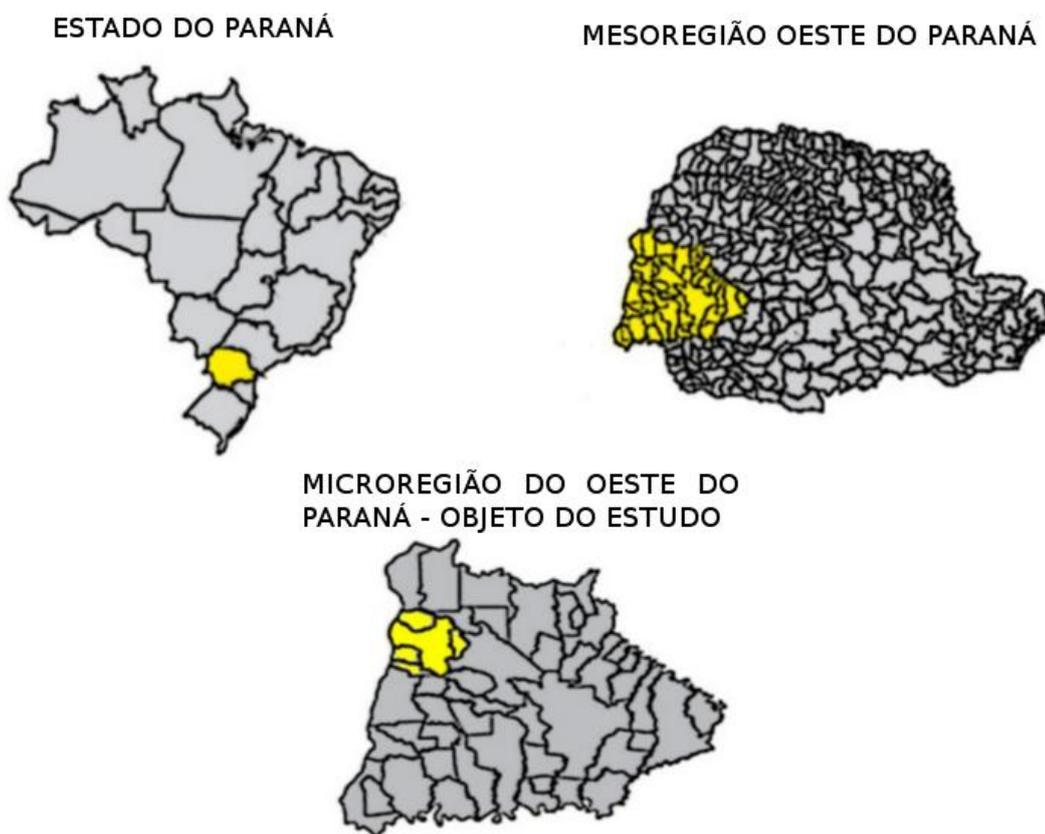
Até aqui foram apresentados dados teóricos, estruturais e de caráter mais amplo, para entender a modernização conservadora no Brasil e no Paraná, bem como alguns dados constituintes da região Oeste do Paraná. Estes dados são genéricos, passando-se agora para um afinilamento, adentrando na microrregião Oeste do Paraná, mais especificamente na área de atuação da colonização da MARIPA, com destaque para Marechal Cândido Rondon, município que representava parte da microrregião Oeste naquele período.

Em 25 de julho de 1960, através do sancionamento da Lei nº 4.245, pelo governador do Estado no período, Moisés Lupion, ocorreu à emancipação político-administrativa da então Vila General Rondon, da sua sede, Toledo, passando a ser chamada de Marechal Cândido Rondon. A história do município é imbricada à história de Toledo, que, como mostrado no capítulo II, foi a sede da MARIPA. Portanto, quando se refere a Toledo, relaciona-se também, e quase que diretamente, a Marechal Cândido Rondon, devido ao caráter interdependente

²⁸⁶ Jornal Rondon Hoje. *Terra: o homem está sempre sendo lesado no seu direito*. Marechal Cândido Rondon, 15 a 21 de fevereiro de 1978.

entre os dois municípios até a década de 1970, quando estes começam a exercer uma maior autonomia – principalmente política e econômica. Observa-se a localização de Marechal Cândido Rondon no contexto do Paraná.

MAPA 7: LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO OESTE DO PARANÁ



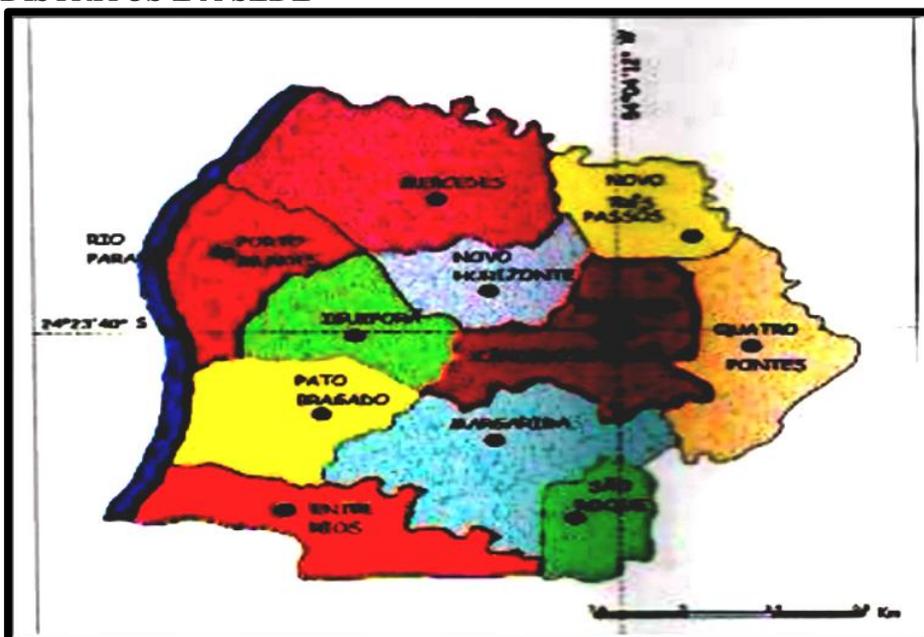
FONTE: Mapas organizados pelo autor.

Marechal Cândido Rondon – identificada no mapa como microrregião do Oeste do Paraná – possuía relativa importância econômica naquele período em âmbito estadual. Houve destaque somente posteriormente, na década de 1970, com as modificações na agricultura provocadas pela modernização conservadora e o consequente aumento da produtividade na agricultura e o direcionamento à monocultura. Por outro lado, houve a diminuição da população, e esta se deveu a dois fatores: o primeiro diz respeito à formação da Hidrelétrica Binacional de Itaipu, inundando, em 1982, aproximadamente 12% do total das terras que pertenciam ao município de Marechal Cândido Rondon, e assim desalojando a população ribeirinha ao Rio Paraná – hoje Lago de Itaipu;²⁸⁷ o outro se refere ao desmembramento

²⁸⁷ Discutido mais à frente no texto.

(emancipação político-administrativa) de parte dos distritos que compunham Marechal Cândido Rondon, hoje municípios, como: Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Mercedes e Quatro Pontes, conforme o MAPA 8.

MAPA 8: MARECHAL CÂNDIDO RONDON, EM 1962, AINDA COM SEUS 10 DISTRITOS E A SEDE

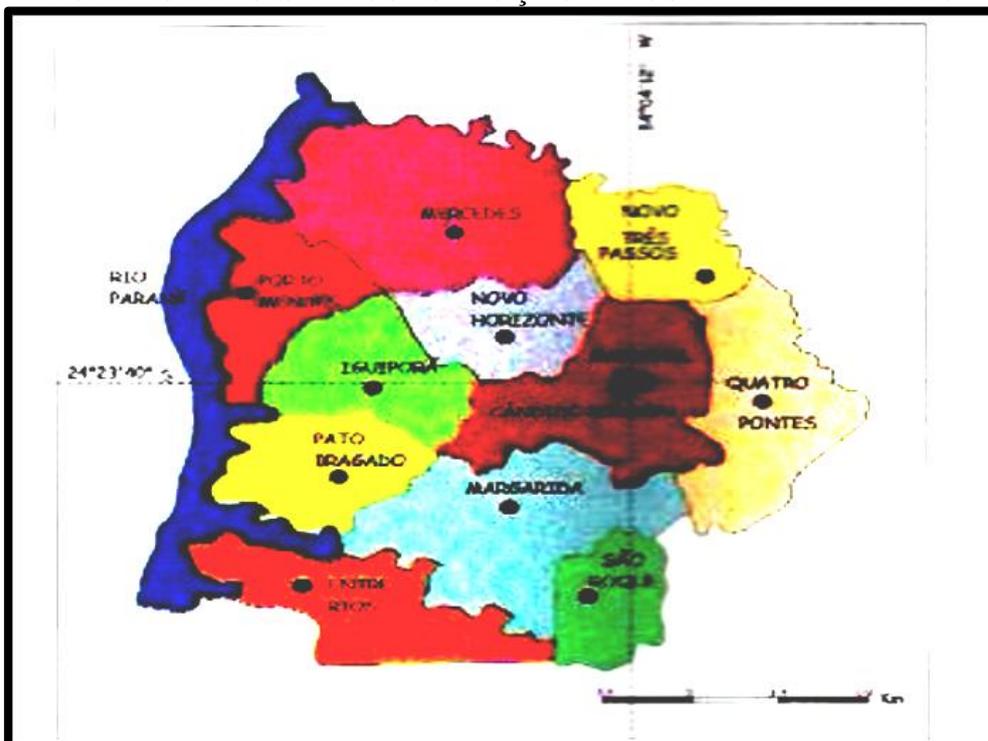


FONTE: Mapa cedido ao autor pela professora Lia Dorotéa Pflück.

Até 2022 o município receberá *royalties* da Usina Hidrelétrica de Itaipu para repor os danos causados pela perda territorial oriunda do alagamento provocado pela usina. No entanto, esta reposição aconteceu com prejuízos aos antigos moradores. Dentre eles, destacam-se a redução do valor das terras, desvalorização dos bens e da localização, visando rebaixar o preço pago nas indenizações²⁸⁸

²⁸⁸ A Itaipu Binacional tinha “técnicos” que realizavam o levantamento das propriedades que seriam atingidas. Neste processo é que acontecia a desvalorização da propriedade agrária e dos bens dos colonos.

MAPA 9: MARECHAL CÂNDIDO RONDON TEVE PARTE DE SUAS TERRAS ALAGADAS DEPOIS DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU



FONTE: Mapa cedido ao autor pela professora Lia Dorotéa Pflück.

Além da localização geográfica, também é importante o entendimento de Marechal Cândido Rondon no contexto microrregional, sua inserção, sua rápida colonização e modernização conservadora, e a crise na agricultura. Veja a tabela 8.

TABELA 8: CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Período	Urbana	%	Rural	%	Total
1960 ²⁸⁹	2.954	66,74	1.472	33,26	4.426
1970 ²⁹⁰	7.281	16,53	36.756	83,47	44.037
1980 ²⁹¹	25.076	44,61	31.134	55,39	56.210
1991 ²⁹²	22.089	62,84	13.060	37,16	35.149

FONTE: Plano Diretor/IBGE – Censos Demográficos.

²⁸⁹ O município foi distrito de Toledo até 1960.

²⁹⁰ Está incluída nestes dados a população dos então distritos de Quatro Pontes, Mercedes, Pato Bragado e Entre Rios do Oeste.

²⁹¹ Criação do Lago de Itaipu, alagando parte (aproximadamente 10%) das terras agricultáveis de Marechal Cândido Rondon.

²⁹² Emancipação político-administrativa dos distritos: Quatro Pontes, Mercedes, Pato Bragado e Entre Rios do Oeste.

Com esta tabela pode ser notado que a população total de Marechal Cândido Rondon passou de 4.426 pessoas na década de 1960, para 56.210 na de 1980. É um aumento de 1.169,9%, significativo, mesmo para uma região de colonização – portanto, onde o crescimento é esperado. Importa perceber também que o maior crescimento aconteceu entre os anos de 1960 e 1970, período de incentivo à colonização e da abundância de terras, ainda sem grande especulação imobiliária.²⁹³ De 1970 a 1980, houve um aumento mais modesto, de 27,6%. No entanto, os dados que mais chamam a atenção são os relacionados com o campo e a cidade naqueles anos. Em 1970, 16,53% das pessoas viviam na cidade e 83,47% no campo; em 1980, a porcentagem de quem mora na cidade aumentou, indo de 16,53% para 44,61% e, no campo, uma diminuição de 83,47% para 55,39%. Portanto, pode-se constatar que houve êxodo rural e que as pessoas estavam saindo/abandonando o campo, por diversos fatores. Tentar-se-á apontar alguns deles no decorrer da pesquisa.

No primeiro e segundo capítulos, foram apresentadas características que dizem respeito diretamente às transformações que se quer destacar e que devem ser tomadas como ponto de partida para entender o processo de mudança na estrutura produtiva da agricultura, a crise econômica e a reformulação socioeconômica na região. Partindo de uma produção voltada para a pequena propriedade agrícola, com a policultura como carro-chefe da produção e uma incipiente proposta de industrialização, a região estudada foi formada. Este modelo de colonização, também chamado de “agricultura tradicional”, foi colocado em prática até meados da década de 1960, quando a proposta de industrialização da agricultura, através dos chamados Complexos Agroindustriais (CAIs), consolidava-se como o “padrão moderno” de produção.²⁹⁴

Na “agricultura tradicional” – como a praticada até a década de 1960 em Marechal Cândido Rondon – os instrumentos de trabalho eram simples, como a foice, machado, enxada, arado de tração animal, dentre outros. Também, neste sistema, as técnicas agrícolas eram rudimentares. Em termos gerais, a “agricultura tradicional” era formada por métodos que inviabilizavam a produção capitalista na agricultura, bem como o crescimento industrial em âmbito nacional, como previa o nacional-desenvolvimentismo. Na microrregião Oeste do Paraná, a economia baseava-se, nas décadas de 1950 e 1960, na agropecuária (mandioca, milho, frutas, fumo, feijão, aveia, arroz, amendoim, gado bovino de leite, aves, suínos,

²⁹³ Mais adiante no texto, a especulação imobiliária se fará visível, dentre outros, por meio de um exemplo do valor da venda da terra na microrregião e da quantidade de terra que era possível comprar com o valor da venda no Paraguai – menos de 70 quilômetros de distância.

²⁹⁴ MENDONÇA, op. cit. 2010. p. 26.

silvicultura, pesca), na agroindústria (laticínios, alimentos), na indústria (extrativa, construção, transformação, móveis, alimentos) e nos serviços.²⁹⁵ Porém, em pequena escala, com a produção voltada para o consumo e pouco excedente para a venda.

No entanto, um processo maior e mais intenso estava sendo gestado há muitos anos: a modernização conservadora. Esta foi motivada por grandes transformações políticas, macro e microeconômicas, que estavam em desenvolvimento a partir do início da década de 1960 e implementadas depois do golpe civil-militar de 1964.²⁹⁶

Em meados da década de 1960, com a implantação da modernização conservadora, a relação da agricultura familiar, que até então abrangia relações econômicas nos âmbitos local e regional, passou a atuar também com o capital ligado com as multinacionais do setor agrícola e a se integrar no mercado internacional de *commodities* agrícolas. Com o golpe civil-militar de 1964, as políticas agrárias dos governos anteriores perderam sustentação, os movimentos dos trabalhadores rurais foram reprimidos e se estabeleceram as bases para as novas políticas econômicas, especialmente as que se referiam à “modernização” e à mecanização da produção agrícola. Assim, ao mesmo tempo em que as indústrias passavam a comprar os produtos agrícolas produzidos, também vendiam sementes, agrotóxicos e equipamentos, financiados primeiramente por bancos oficiais e, mais tarde, pelas demais instituições financeiras.²⁹⁷

De modo geral, do final da década de 1960 ao início da década de 1980, a agricultura regional passou por transformações resultantes da “modernização” na agricultura nacional, que se voltou para o atendimento da demanda externa. Em um curto espaço de tempo, uma “revolução tecnológica” ocorreu na região, suscitando grandes transformações socioeconômicas com efeitos contundentes sobre a dinâmica social.

Uma reportagem da Rádio Difusora, de 1967, dá indicativos de como era um pouco do cotidiano das pessoas do extremo Oeste do Paraná que viviam entre o “atrasado” e o “novo”.²⁹⁸ Segundo a Rádio, “Cinco patrôlas em atividade pulsante e três tratores agitando a

²⁹⁵ Estas características podem ser vistas, dentre outros, no Relatório de Atividades da MARIPA. Cf. NEIDERAUER, Hondy. *Relatório de Atividades da MARIPA*. Toledo: Museu Histórico Willy Barth, 1955. (mimeo).

²⁹⁶ Cf. DELGADO, op. cit. 1987; GONÇALVES NETO, op. cit. 1997; MARTINS, op. cit. 1986; _____.op. cit. 1994; MOORE Jr., op. cit. 1983; SILVA, op. cit. 1978; SILVA, op. cit., 1982; SORJ, op. cit. 1980.

²⁹⁷ MARTINS, op. cit. 1994. p. 97-98.

²⁹⁸ Acredita-se que o atrasado não se confunde com antigo, e o moderno com o novo, representando, desta forma, que tudo o que é velho ou antigo seja atrasado e obsoleto. É preciso cuidado ao tratar destes conceitos, pois *Moderno e Desenvolvido*, pode ser entendido como: Riqueza (Adam Smith); *Progresso* (visão otimista do desenvolvimento do capitalismo); *Crescimento* (tem como referência as crises do capitalismo); *Industrialização* (ligada ao desenvolvimento do capitalismo e pode ser considerada como parte do desenvolvimento, para determinadas correntes de pensamento, como a liberal, por exemplo); *Desenvolvimento como Crescimento*

região com ronco das máquinas. Ao mesmo tempo, caminhões, caminhonetes e carroças recolhendo mandioca e milho, liberando a área para o trabalho das máquinas. O homem e a máquina, quando unidos, fazem milagres”.²⁹⁹ Carroças e caminhões, enxadas e patrôlas, este era o panorama histórico que perdurou na região até o início da década de 1970. Neste processo, muitas contradições surgiram.

No sentido de indicar como estava o processo econômico ligado à agricultura no extremo Oeste do Paraná entre 1973 e 1978, elencou-se algumas passagens do noticiário Frente Ampla de Notícias, que falavam sobre o tema naquele período. Não é demais lembrar que as práticas do trabalho rural, trazidas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, junto com os “colonizadores”, como a utilização da foice, machado, enxada, arado, máquina manual de plantar, veículos de tração animal, entre outras, foram sendo substituídas pelo ferro das máquinas movidas a óleo diesel.

No final da década de 1960, a Rádio Difusora do Paraná anunciava que

Chegou na manhã de hoje uma poderosa moto-colheitadeira adquirida por intermédio da Secretaria de Agricultura e destinada ao Sr. Augusto Tomm. Fez o transporte da mesma o Sr. Magger, com seu possante caminhão. Outra está à caminho, destinada a fazenda da firma Rieger desta cidade. (...). E ambos negócios foram possibilitados por crédito a longo prazo cedidos pela Secretaria de Agricultura do Governo Paulo Pimentel.³⁰⁰

Nota-se certa satisfação com a chegada das máquinas, sinônimo de “progresso” para o período. As máquinas são adjetivadas com alta magnitude (poderosa e possante) e cria-se a sensação de que o poder da máquina está dominando as relações de produção antes exercidas pela “fragilidade” da força de trabalho humana. Passava-se a ideia da necessidade da máquina como ferramenta portadora das prerrogativas únicas e necessárias para a produção no campo, indicando que era indispensável a troca do *velho* braço do colono – e do trabalho de seu cavalo ou boi – pelos *novos* tratores, arados, moto-colheitadeiras, etc. Pode-se perceber também que o Estado participou diretamente na aquisição das primeiras máquinas, com os financiamentos.

O desmatamento da região explorada pela MARIPA foi tão grande, buscando o “novo”, o “moderno”, o “desenvolvimento” da monocultura que, em poucos anos de

(Keynes); *Subdesenvolvimento como Etapa* (excedente generalizado de mão-de-obra, estrutura produtora escassamente diversificada); entre outros. Portanto, o cuidado em relação aos conceitos de “moderno” e “atrasado”, “velho” e “novo”, “desenvolvido” ou “subdesenvolvido” precisa ser redobrado, pois não se quer cair em desvios conservadores, liberais ou neoliberais sobre o tema.

²⁹⁹ FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. Rádio Difusora. 15/01/1967.

³⁰⁰ Idem. Ibidem. 24/01/1968.

derrubada de árvores e destoca, já se conclamava a “racionalidade” no desmatamento. Conforme a Rádio Difusora, “A preservação das reservas florestais é uma das preocupações do governador Haroldo Leon Peres, que determinou à Secretaria da Agricultura para que proceda, através do Instituto de Defesa do Patrimônio Natural, rigorosa fiscalização, coibindo o desmatamento indiscriminado”.³⁰¹

Outro indicativo desta destruição e como era vista naquela época foi oferecida pelo então médico “pioneiro” Friedrich Rupprecht Seyboth. Segundo ele,

(...) Com o massacrante desmatamento, provocou-se o desequilíbrio ecológico. Vejam que o verão agora esta ficando mais quente, o sol mais causticante, o vento sempre mais seco, quente e árido. Quando chegamos ao Paraná, a temperatura máxima que se registrava no verão era de 32 graus, mas hoje não é mais novidade a temperatura chegar a 40 graus centígrados. E o que é mais notório, é que o verão antigamente iniciava 15 de dezembro e findava religiosamente 15 de fevereiro. Mas hoje o verão inicia em novembro e termina no mês de abril. Tudo isto é consequência do desmatamento desordenado que foi feito. O mais prejudicial acho que foi o desmatamento à beira de rios e riachos. Isso permitiu que as terras férteis fossem levadas pela erosão e os rios que antes eram limpos agora estão da cor da terra. Até mesmo o gado, nos dias de chuva, recusa beber da água dos rios e riachos. Segundo meus cálculos, acho que somente mais 25 por cento da terra é aproveitável. De tudo isto, conclui-se que estamos em dificuldade com o clima e a erosão.³⁰²

No entanto, a preocupação com o meio ambiente e as consequências da sua destruição não faziam parte da modernização conservadora, que promovia o desmatamento e a utilização da maior quantidade de terras possível para a monocultura. Além dos danos à natureza, ou melhor, para os seres humanos, que sofrerão com a destruição da natureza, a modernização conservadora trouxe “danos” aos trabalhadores. Isso é possível identificar em outra reportagem da Rádio Difusora, quando noticiou a tentativa de supressão das antigas práticas de cultivo da terra – a destoca realizada através do trabalho de muitos homens – e as novas – realizadas pelas máquinas coordenadas por um reduzido número de trabalhadores. Neste caso, pode-se ver, através de uma contenda entre o proprietário de uma área rural e um arrendatário desta terra, como além da divisão de classes e seus antagonismos, a inserção da máquina em substituição ao homem gerava conflitos.

Segundo a Rádio Difusora,

³⁰¹ Id. Ibid. 16/10/1970.

³⁰² JORNAL RONDON HOJE. *Preocupação [em] Recuperar a Economia*. Marechal Cândido Rondon, 3 a 10 de outubro de 1978. p. 4.

Um caso de parceria entre Rudolfo Guse e Leopoldo Ovídio Zart está para ser resolvido na justiça no dia 30 deste mês, muito embora Guse alegue ter acertado contas com o arrendatário, através de um advogado. Não considerando que a questão estivesse à decisão da justiça, Ovídio não estava procurando aguardar o termo judicial sobre o caso. Após ameaçar de morte várias vezes quem ameaçasse ocupar as terras que lhe estavam arrendadas, Ovídio resolveu interromper um serviço de destoca que executava Fredolino Ott, a mando do proprietário da área, Rudolfo Guse. Colocou seus dois filhos menores em frente à lâmina do trator de esteira e mandou que o tratorista Fredolino Ott tocasse a máquina contra os pequenos ou interrompesse o trabalho. Fredolino retirou-se do local e juntamente com Rudolfo Guse deram parte à polícia.³⁰³

Com esta citação pode-se interpretar, no mínimo, dois processos históricos e imbricados. Um primeiro relacionado com o ingresso da máquina no campo, tomando o lugar do trabalhador, e este, em defesa da sua sobrevivência e de sua família, mostra, através de seus filhos, que precisa trabalhar para se manter vivo, bem como para manter vivos aqueles que sob a sua responsabilidade estavam. É perceptível a mudança nas relações sociais ligadas com a agricultura, onde entra em cena o arrendatário que está perdendo seu lugar para a máquina. Este processo faz parte da “modernização” na agricultura que criou diferentes relações sociais das até então praticadas, quando inexistia a máquina na agricultura microrregional. O segundo processo vinculado com a expropriação de terras, ligando então o arrendatário na luta pela terra. Este arrendatário, antes praticamente fixo à terra devido à necessidade de grande quantidade de mão de obra para o trabalho na agricultura, depois da “modernização”, passou a ser deixado de lado, aumentando o Exército Industrial de Reserva.³⁰⁴

³⁰³ FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. Rádio Difusora. 18/09/1975.

³⁰⁴ Este “exército” representa a massa de trabalhadores que está sem trabalho, formada a partir do advento da industrialização, e que estão à disposição dos capitalistas. Os trabalhadores desempregados e os à margem do mercado de trabalho formal que ainda vislumbram a possibilidade de adentrar à formalidade, formam um “corpo” que dá possibilidade ao capitalista de ampliar seus lucros, explorando o trabalhador. Para tanto, utiliza-se de expedientes como: diminuição, cada vez mais do salário pago ao trabalhador; aumento das horas de trabalho sem pagamento de hora-extra; exploração da mão-de-obra infantil; dentre outros. Em suma, o capitalista consegue pagar menos ao trabalhador pelo mesmo tempo de trabalho. Karl Marx afirmou que: “Em todos os ramos, o aumento do capital variável, ou seja, do número de trabalhadores empregados está sempre associado a flutuações violentas e a formação transitória de superpopulação, pelo processo mais contundente da repulsão dos trabalhadores já empregados (...). A população trabalhadora, ao reproduzir a acumulação de capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua”. MARX, Karl. O Capital – crítica da economia política – O Processo de Acumulação Capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 732. A relação do Exército Industrial de Reserva com os capitalistas está, segundo Karl Marx, também em: “Se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão

3.3 O TRATOR E O CRÉDITO RURAL NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON

No contexto da modernização o trator simbolizava o moderno, o novo, o necessário para a adequação dos colonos à nova forma de produção. Quem os detinha, possuía o “passaporte” para a modernidade agrícola. No campo simbólico, possuir um trator significava *status social*, poder e estabilidade econômica. Servia para o colono diferenciar-se dos demais que não tinham condições econômicas para financiar a máquina, iniciando a saída da *condição* de colono para o *status* de “empresário do campo”. O mesmo sentido era atribuído a colheitadeira, que, como o trator, servia para selecionar ainda mais os “empresários”. A posse do trator e/ou outros implementos agrícolas significava a inserção do ex-colono em uma “nova” realidade socioeconômica, vinculada a relações econômicas com bancos (empréstimos/financiamentos), comprometimento da produção para sanar os empréstimos, aumento da área cultivada (leia-se desmatamentos), crescimento da produtividade e da renda da terra, atenção aos preços internacionais dos produtos agrícolas (soja, milho e trigo, principalmente), enfim, incorporar-se à modernização conservadora significava, ao mesmo tempo, independência e dependência econômica. Independência para conseguir, por meio de sua produção individual, dar conta de sanar as dívidas e, dependência, pois as dívidas formavam laços de dependência do produtor com o “mundo dos negócios”,³⁰⁵ sem que este vínculo fosse superado – são raros os casos onde os “empresários do campo” produzem sem a necessidade de financiamentos.

No entanto, o uso de trator e colheitadeira, implementos agrícolas, fungicidas e herbicidas, sementes modificadas e outros não davam o passe ao colono para a condição de “empresário do campo”. Era, antes de tudo, uma transformação essencialmente de base econômica, mas que mexia com a ideologia e a visão do colono sobre ele mesmo, sua prática e sua inserção no mundo do trabalho. Tratava-se, em última instância, de uma transformação ampla, de toda uma forma de produção no campo, que passava também pela transformação do *ethos* do colono.³⁰⁶

do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população”. Idem. *Ibidem*. 1968. p. 733-734.

³⁰⁵ Entende-se o acesso ao mercado monocultor capitalista e tudo que ele representa.

³⁰⁶ Entende-se *ethos* como a reunião dos traços sociais e culturais que caracterizam uma população, diferenciando-a de outras. É o modo de ser, sua auto-identificação, compartilhada com outros membros de uma mesma comunidade.

Para dar conta das relações socioeconômicas relacionadas com a “modernização” foram criadas e/ou estabelecidas instituições financeiras, cooperativas, sindicatos e outras associações em Marechal Cândido Rondon. Na microrregião Oeste do Paraná, a Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda – Copagril– e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – Acarpa – (hoje EMATER) atuaram no auxílio aos colonos a “modernizarem-se”.

3.3.1 A Copagril e a Acarpa no Contexto da Modernização Conservadora em Marechal Cândido Rondon

Com a modernização conservadora houve modificações na forma de relacionar com o processo de produção de alguns colonos, que passaram a buscar soluções práticas para os problemas apresentados, criando instituições que atendessem à demanda modernizante que surgia. Uma forma política e ideologicamente intensificava-se no seio do trabalhador coletivo: o empreendedorismo capitalista.

A partir de então foram necessários locais de sociabilização diferentes dos utilizados até então (com destaque à igreja, local de oração, festa e reuniões entre os colonos). Estes “novos locais”, a cooperativa e o sindicato (patronal), por exemplo, foram estabelecidos como uma exigência informal do capital para a adequação dos colonos ao mercado capitalista no campo. Foi através destes espaços que os colonos tomavam conhecimento sobre todo o bojo de novas exigências – para financiamentos e empréstimos –, novas máquinas, novas técnicas, novas sementes, novas leis trabalhistas, enfim, todo um aparato de habilidades necessárias para o “novo” tipo de homem coletivo: o moderno. Estas duas entidades (cooperativa e sindicato) mantinham uma relação próxima em Marechal Cândido Rondon, com o sindicato – anterior à Copagril – mantendo um espaço para as atividades iniciais da cooperativa, bem como na participação da direção do sindicato na diretoria da Copagril.

Em linhas gerais, o que se está afirmando é que uma pequena parcela de colonos com pequenas e médias propriedade rurais foi modificando a forma de fazer agricultura, modernizando-a, e com isso foram criando instituições voltadas para o setor agrícola que foram – e, no município estudado ainda são – fundamentais para o entendimento daquela organização social.

A Copagril, que teve seu início em 1970 e que deu orientação aos demais colonos no que se refere à modernização da agricultura naquele período, é importante para o

entendimento da modernização conservadora em Marechal Cândido Rondon. No entanto, cabe indicar que para essa pesquisa não houve acesso aos documentos da “Coperativa”, pois ela impõe restrições informais aos arquivos³⁰⁷, inviabilizando a análise de documentos de seu arquivo durante a pesquisa. Por isso, estes dados foram compilados de outros pesquisadores que realizaram suas pesquisas em outros tempos, quando ainda havia liberdade de pesquisa na Copagril.³⁰⁸

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES – iniciava suas análises sobre a microrregião Oeste do Paraná no início do processo de modernização conservadora apontando que “Esses agricultores se instalam cultivando lavouras alimentares, indispensáveis à subsistência, mas desde o início também se voltavam a um produto predominantemente mercantil, o suíno”.³⁰⁹ Ou seja, o suíno era o produto que poderia ser vendido para abastecer os colonos com produtos que não poderiam ser produzidos por eles mesmos. Era, em suma, uma importante fonte de recursos financeiros para a manutenção das famílias deste até a introdução da modernização conservadora e do modo de produção capitalista no campo.

Conforme o PERSAGRI II

Na economia das unidades familiares, no período anterior à modernização, a criação de suínos desempenha um papel fundamental, seguido de perto ovos, galinhas e manteigas (...). O suíno é, segundo os depoimentos colhidos, o principal produto “comercial” (o que não afasta a compra e venda de produtos agrícolas). Seu consorciamento com a produção de milho e mandioca é frequente, para evitar ou reduzir os custos monetários com a alimentação dos animais. Sempre foi importante, contudo, o comércio local de milho – vendido para aqueles suinocultores que possuem um número de cabeças que pode alimentar com a produção própria. Até meados dos anos 70 existe na região um segmento importante de comerciantes de cereais, principalmente milho, assim, como um grande número de compradores de suínos para os frigoríficos do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Dos principais produtos agrícolas da região, apenas o arroz se manteve como produção especificamente de auto-consumo, o que pode ser confirmado pelas séries de produção. O feijão é produto típico de comercialização, a sua produção é importante até o início dos anos 70, quando inicia-se a substituição pela soja. O milho e a mandioca, além da produção para o auto-consumo e a comercialização, constituem razão para a criação de suínos. Esta alternatividade (auto-consumo/comercialização/consumo intermediário) permite que o produtor se defenda de eventuais crises do mercado, porque

³⁰⁷ Como, por exemplo, fazendo o “jogo” de não atribuir a ninguém a autoridade para liberar a consulta aos documentos.

³⁰⁸ Fez-se o possível com o material disponível – teses e dissertações – realizadas no tempo em que ainda havia acesso aos documentos da Copagril.

³⁰⁹ INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **OESTE PARANAENSE: o 3º Espaço Relevante – especificidades e diversidades.** Curitiba: IPARDES, 2008. p. 29.

tem várias opções de realização do produto. As lavouras permanentes (as mais importantes são café, algodão, a mamona, além de árvores frutíferas) ocupam em 1960 apenas 9% da área total, excluída da área de matas. As pastagens respondem por 23%, enquanto que a grande maioria, 61% é ocupada com lavouras temporárias. Segundo os depoimentos obtidos, a estrutura da produção neste período anterior à modernização é relativamente uniforme em todo o município, sem que se observe grandes diferenças, por exemplo, entre colonos e agregados. A produção de suínos e de milho, a principal atividade da região, estava amplamente disseminada. Quando o agregado é responsável pela administração de um estabelecimento próprio, no interior da colônia, este estabelecimento será pouco diferente do estabelecimento principal, administrado pelo colono-proprietário. É impossível distinguir uma “economia do proprietário” de uma economia de agregado, parceiro ou morador, como ocorre, por exemplo, nas bacias leiteiras do Sudoeste ou nas grandes fazendas de pecuária ou monocultura.³¹⁰

Neste sentido, o suíno era importante para os colonos da região, quando ainda não havia o grande capital dominando no campo. A Copagrill não existia ainda, mas havia o Frigorífico Rondon S/A – que será detalhado mais à frente no texto. O frigorífico era pequeno, mas é importante destacar que o “consórcio” entre produtores e frigorífico mantém relações capitalistas, nas quais a indústria é liberada de todo o ônus trabalhista, porque assegura a compra do produto finalizado, sem ter que pagar pelo processo de feitura do mesmo. Isso fica a cargo do trabalhador que o produz, o qual não faz a conta de quanto trabalho investe para tal. Se o fizesse, pode ser que chegasse a conclusão que teria mais despesas do que ganhos, mas como não contabiliza o número de pessoas envolvidas e nem as horas aplicadas com a criação de suínos (explorando a mão de obra familiar, sem pagar formalmente o trabalho dos filhos, por exemplo), nem os grãos consumidos pela criação (visto que os mesmos não são comprados, sendo produzido na colônia), continua na produção. Isso porque a conta que interessa ao colono, é o ganho final, por vezes sem considerar na contabilização das minúcias do processo que envolve esse todo da produção. Nesse sentido entra a lógica do trabalho como valor moral e se é inerente a ética, como contabilizar as horas empregadas se Deus ajuda a quem madruga? Enfim, o capital se utiliza também da religião para manter a reprodução do capital.

Pode-se dizer, como indicado pelo PERSAGRI II, que existia certa uniformidade produtiva no período anterior à introdução da modernização conservadora em Marechal Cândido Rondon. Está se destacando a suinocultura pois foi a partir de uma crise na atividade, a partir da peste suína africana e das novas exigências do mercado (sanidade, alimentação,

³¹⁰ BESNOSIK, *et. all.* op. cit. 1981. p. 28-29.

novas genéticas com menos gordura, entre outras), que se começou a pensar na constituição da Copagril. Conforme Arno Gerke,

O grande sustentáculo da economia agropecuária, a suinocultura, entrou em crise, em fins dos anos 60. Mesmo com a aprendizagem de novas técnicas, a suinocultura se mostrava inviável. Seus produtores começaram um movimento de protesto. Fecharam rodovias, bloquearam frigoríficos. Mas as ameaças e violências do governo federal e estadual, que mandaram o exército contra os colonos, desmantelaram a movimentação.³¹¹

A partir de então, conforme Arno Gerke, Acarpa, técnicos agrícolas, Clube dos 4S (saúde, servir, saber, sentir), sindicato patronal rural, empresários (do campo e da cidade), membros da pequena política e outras “personalidades” começaram a se dedicar à criação da organização do que seria a Copagril em Marechal Cândido Rondon.³¹²

Como resultado,

(...) no dia nove de agosto de mil novecentos e setenta, houve uma reunião num clube local com diversos líderes empresariais e rurais e agricultores. (...) Tinha por objetivo esta nova sociedade associativa a defesa econômica e social de seus associados por meio da ajuda mútua, atuando na comercialização de produtos agrícolas, no abastecimento do associado, no seu aprimoramento técnico-profissional, na expansão do cooperativismo, no fomento da agricultura e na modernização dos meios de produção. (...) Uma parte dos fundadores era formada por agricultores que trabalhavam diretamente na lavoura e a outra, por empresários do comércio e indústria ou profissionais liberais que tinham na agricultura um auxiliar de seus negócios.³¹³

A composição social inicial da Copagril e seus objetivos ajudam a entender a sua posterior atuação como promotora e fomentadora da modernização conservadora no campo em Marechal Cândido Rondon. Empresários e “empresários do campo” imbuídos de criar uma organização capaz de fazer frente ao “gigante” modernização que se apresentava diante deles, prejudicando muitos com a quebra na suinocultura³¹⁴ e amedrontando outros pelo tamanho das modificações que eram exigidas na agricultura moderna.

³¹¹ GERKE, Arno Alexandre. **COPAGRIL: uma análise do Cooperativismo no Oeste do Paraná.** (Dissertação de Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1992. p. 118.

³¹² Segundo Gerke, havia a intenção de formar uma cooperativa regional, a Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda. (Coopagro), mas devido a conflitos em relação ao local da sede, Toledo antecipou-se e formou a Coopagro e Marechal Cândido Rondon a Copagril. Ambos no ano de 1970. Cf. p. 120.

³¹³ GERKE, op. cit. 1992. p. 121.

³¹⁴ Em síntese, a crise na suinocultura se fez devido às exigências do mercado em relação à carne suína: melhoramento genético (novas raças com menos gordura e mais carne), alimentação (uso de rações e proibição

Complementando, Urbano Mertz informou que “Entre os agricultores presentes na assembleia, também estavam àqueles que haviam aderido à mecanização durante o ciclo colonial da agricultura e tinham no cultivo do trigo e soja uma importante alternativa de renda na propriedade”.³¹⁵ Portanto, havia o interesse em desenvolver a atividade monocultora nos fundadores da Copagril.

Conforme Arno Gerke, a Chapa Rondon, que era encabeçada por Arlindo Alberto Lamb, ex-prefeito de Marechal Cândido Rondon, ganhou a primeira eleição por unanimidade. Alugou uma sala na sede do Sindicato Rural Patronal para fazer as associações dos novos cooperados. Ao final do primeiro ano eram mais de 350 cooperados, e a Copagril começava a se estabelecer. Conseguiu o monopólio do governo Federal para comprar e vender trigo, e um armazém inflável da Companhia Brasileira de Armazenamento – CIBRAZEN. Em pouco tempo, a sede, com grandes armazéns, silos, moegas, casa de máquinas, balanças e toda a estrutura física para o recebimento da produção (monocultora) estava implementada.

A constituição de um espaço físico adequado às novas demandas que se formavam pode ser considerada uma preocupação dos “empresários rurais” do município, dos empresários urbanos e de uma grande proporção dos colonos que estavam preocupados em se adequar ao novo padrão produtivo. Assim, em relação à monocultura e à constituição das cooperativas no Terceiro Espaço (região Oeste do Paraná) o IPARDES informava que

A estrutura fundiária, com predominância numérica de pequenos estabelecimentos, foi um entrave particular à mecanização, pois a capacidade operacional dos tratores, por exemplo, maior do que a área individual disponível, representava, de um lado, um investimento acima das possibilidades e, de outro, nessa circunstância, desperdício de capital produtivo, portanto de maiores custos. Esse entrave foi rapidamente superado pela organização dos próprios agricultores, pela criação de cooperativas e mesmo de associações informais que permitiram o acesso ao sistema de crédito rural e a utilização plena das máquinas e equipamentos. A superação desse entrave à valorização do capital produtivo é a raiz de um novo processo, o de concentração fundiária. Segundo o IBGE (Censos Agropecuários), entre 1970 e 1995/1996 o número de estabelecimentos do Espaço sofreu uma redução de aproximadamente 34%, passando de 83.216, em 1970, para 54.773 estabelecimentos em 1995/1996. Redução que atingiu principalmente proprietários e não-proprietários de estabelecimentos com área menor de 50 hectares.³¹⁶

das “lavagens”), parâmetros nos chiqueiros e pocilgas (higiene), entre outras que levaram os colonos a impossibilidade de se adequar a esta nova realidade, “moderna”.

³¹⁵ MERTZ, Urbano Theobald. *Um Estudo das Transformações Sociais e Econômicas de uma Sociedade de Colonos da Região Oeste do Paraná*. (Dissertação de Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2000. p. 83.

³¹⁶ INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. op. cit. 2008. p. 31.

E que

A internalização do “complexo soja” no 3º espaço, em perspectiva histórica, serve para estruturar e reestruturar sua economia, influenciando decisivamente em todas as classes de atividades (agropecuária, indústria e serviços). Inicialmente foi a expansão da produção de soja e, a partir daí, tem-se a fundação de cooperativas de produção, instalação de plantas industriais de transformação do grão de soja, implantação de moderna produção de aves e suínos e de indústria de carnes, produção e industrialização de leite, fábrica de rações, serviços de armazenagem e de comercialização. (...) As cooperativas tiveram e têm participação decisiva em todo o processo, atuando em todas as etapas de constituição do “complexo soja” e da produção de proteínas animais.³¹⁷

A estrutura física da Copagril estava sendo montada para a distribuição de insumos à monocultura e o recebimento da produção. Outras frentes, como a criação de uma fábrica de ração para os suinocultores que ainda atuavam foi desenvolvida. No entanto, houve descontentamento por parte dos colonos em relação à diretoria que, na visão deles (conforme Gerke), tinha na compra e venda dos produtos agrícolas uma forma extra de remuneração, por meio de comissões. Isso porque a aquisição de insumos – principalmente de adubos – não era realizada de acordo com a vontade da maioria dos associados, mas da gerência que supostamente obtinha vantagens econômicas das empresas que vendiam seus produtos para os associados da Copagril.³¹⁸

No início da década de 1970 a Copagril seguia em expansão, aumentando o quadro de sócios para mais de dois mil em três anos de atuação, com a construção de entrepostos nos distritos (o primeiro fora de Marechal Cândido Rondon foi no hoje município de Entre Rios do Oeste) e em outros municípios (como Guaira, em 1972), e o investimento em alta tecnologia para a monocultura. Exemplo disso foi a estruturação do laboratório de análises de sementes, o primeiro laboratório privado do Paraná para este fim, segundo Gerke.³¹⁹ Além deste investimento, merecem ser destacadas: a fundação da Associação Atlética Cultural Coopagril (AACC), que atendia os mais de 200 funcionários de então (1974); a criação do Jornal Informativo Copagril, com a contratação de jornalistas próprios e a montagem de uma editora própria, com impressão direta pela Cooperativa, em cores; a construção de um posto de combustíveis (1975); criação do Clube de Jovens Cooperativistas (CJC); e, desde o seu início,

³¹⁷ Idem. Ibidem. p. 32.

³¹⁸ GERKE, op. cit. 1992. p. 126.

³¹⁹ Idem. Ibidem. p. 128.

a contratação de engenheiros agrônomos, médicos veterinários, técnicos agrícolas e outros profissionais que dariam o suporte técnico para a implementação da modernização conservadora via Copagril.³²⁰

Foram várias outras expansões empresariais, como a abertura de novos entrepostos, a criação de um mercado, transportadora, entre outros, que indicariam o desenvolvimento capitalista da Cooperativa e o grande montante de capital que ela foi acumulando. No entanto, estas características, para além de mostrar a “grandiosidade” da empresa, indicam o interesse de suas diretorias em expandir a estruturação do capital na empresa e por meio dela continuar a ampliar sua área de atuação. Esta expansão demonstra, em síntese, quais eram os objetivos da Cooperativa e que tipo de colono estava privilegiando.

Possivelmente, os colonos se associavam à Copagril procuravam melhores preços aos seus produtos agrícolas, nos insumos, nas sementes e na aquisição de orientações de cunho tecnológico que chegavam por meio das pesquisas da própria Copagril e de empresas e de seus representantes formais (vendedores) e informais (técnicos e outros). Isso porque, dentre outros, a propaganda em torno dos benefícios da modernização era frequente e contundente. Uma das grandes atuações da Copagril no que se refere a cooptar os colonos para o “novo” método de produção no campo foi por meio do Informativo Copagril. Um estudo de Tarcísio Vanderlinde indica como atuava a cooperativa por meio de seu jornal.

Para ele,

O informativo (...) porta um discurso mediador que busca a formatação de uma nova identidade para o sócio, que neste caso é o agricultor cooperado. O discurso mediado pelo informativo procura introduzir uma argumentação que convença os agricultores/camponeses, sobre a superação de práticas agrícolas típicas aos camponeses, por procedimentos considerados mais “profissionais” e sintonizados com o tempo do agronegócio. Antigas práticas camponesas que ainda permanecem na atualidade só são lembradas quando podem ser apropriadas de forma proveitosa diante dos novos parâmetros mercantilistas que pressionam os agricultores. Via de regra, o que se torna relevante no discurso é a agricultura técnica que emana dos avanços científicos a montante dos empreendimentos agrícolas.³²¹

Além da propaganda, a Copagril disponibilizava a assistência técnica para que houvesse a correta solicitação de financiamento agrícola. E empresa mantinha um setor específico para organizar e providenciar a parte burocrática aos colonos, até então não

³²⁰ Id. Ibid. p. 128-129.

³²¹ VANDERLINDE, Tarcísio. *Uma (Re)Invenção do Agricultor: uma análise dos discursos no Informativo Copagril*. In: **Revista Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon. v. 12. 1º Semestre de 2008. p. 144.

acostumados com esta rotina. De cinco funcionários da empresa em 1970, ano de sua fundação, foi para 42, em 1971, e seguiu subindo até alcançar 305, em 1979.

TABELA 9: QUADRO GERAL DE ASSOCIADOS, FUNCIONÁRIOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA COPAGRIL (1970-1990)

ANO	ASSOCIADOS	FUNCIONÁRIOS	AGRÔNOMOS	VETERINÁRIOS	TÉC. AGRÍC.
1970	352	05	-	-	-
1971	1.278	42	01	-	-
1972	1.998	72	02	01	-
1973	3.155	65	03	01	-
1974	3.372	199	04	01	-
1975	4.380	220	04	02	02
1976	4.680	325	04	03	09
1977	5.004	305	04	03	11
1978	4.470	248	04	-	16
1979	4.363	305	08	01	18
1980	4.335	371	08	02	17
1981	4.906	411	08	02	17
1982	4.962	584	09	02	18
1983	4.521	736	08	06	18
1984	5.005	854	10	06	30
1985	5.313	940	06	06	11
1986	4.828	847	13	09	28
1987	4.814	984	11	09	36
1988	4.704	1.100	13	08	22
1989	4.664	1.129	14	09	22
1990	4.342	941	14	05	19

FONTE: GERKE, Arno Alexandre. **COPAGRIL:** uma análise do Cooperativismo no Oeste do Paraná. (Dissertação de Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1992. p. 167.

No final da década de 1970, só a prefeitura de Marechal Cândido Rondon empregava mais que ela. E o montante de associados só fazia crescer. É interessante perceber que o aumento no número de associados da cooperativa se dava apesar da estrutura fundiária (em sua maioria pequenas e médias propriedades) o que não foi empecilho para o crescimento da Copagrill. Segundo Urbano T. Mertz,

A estrutura fundiária também não foi impeditiva para o crescimento da Copagril. As pequenas propriedades, incapazes de adquirir máquinas e equipamentos para a sua mecanização, supriram a ociosidade das máquinas existentes em propriedades maiores; todas elas se mecanizando, garantiam, ao final, um mercado seguro para os insumos e tornavam-se eficientes produtores de grãos para o mercado. Os agricultores incapazes de mecanizar a sua produção pela exiguidade de suas áreas, os arrendatários e os agregados, agora destituídos das áreas que exploravam durante o ciclo colonial, também ficaram excluídos das cooperativas, que eram organizações criadas para a comercialização de mercadorias produzidas por sócios-proprietários de seus meios de produção e capazes de usar as modernas tecnologias recomendadas.³²²

Ou seja, para aqueles que conseguiam se inserirem no contexto da modernização conservadora e usufruírem do que ela oferecia para o aumento da produção no campo, a Copagril se fez muito importante. Por ser uma grande empresa, ela também fez emergir outras pequenas empresas, menores, que surgiram em decorrência das novidades técnicas e tecnológicas que empregava.

É importante perceber que a Copagril, ao se responsabilizar pela comercialização de produtos para milhares de associados, também aumentava seu poder nas transações econômicas de compra e venda, e desta maneira conseguia fazer um bom preço para os seus associados. Também, nessa esteira, a Copagril disponibilizava estudos de financiamento, planejamento e outros serviços ao seu quadro de associados, dando mais tranquilidade aos colonos e “empresários do campo” que dela se serviam.

Quanto mais associados, mais poder para a diretoria da Copagril. Uma passagem que Arno Gerke aborda é interessante para perceber como os gestores da Copagril e os empresários (do campo e da cidade), imiscuídos, conseguiam direcionar as assembleias para fazer valer seus interesses. Segundo Gerke,

(...) O problema era que, na hora das discussões e das decisões, os convidados permaneciam na mesa de honra e até participavam dos debates. Isso inibia os associados, lavradores com uma escolaridade baixa, em média até o quarto primário. Em determinada assembleia, foi aberta a pauta para decidir o saldo do excedente. O gerente de um banco sugeriu que era melhor que este fosse aplicado na capitalização. Como todos dependiam do crédito do banco do qual este gerente trabalhava, ninguém o contradisse.³²³

Para além da visão tanto preconceituosa de Gerke sobre a necessidade de educação escolar para ser “esperto”, entende-se que neste contexto o gerente do banco, aliado à

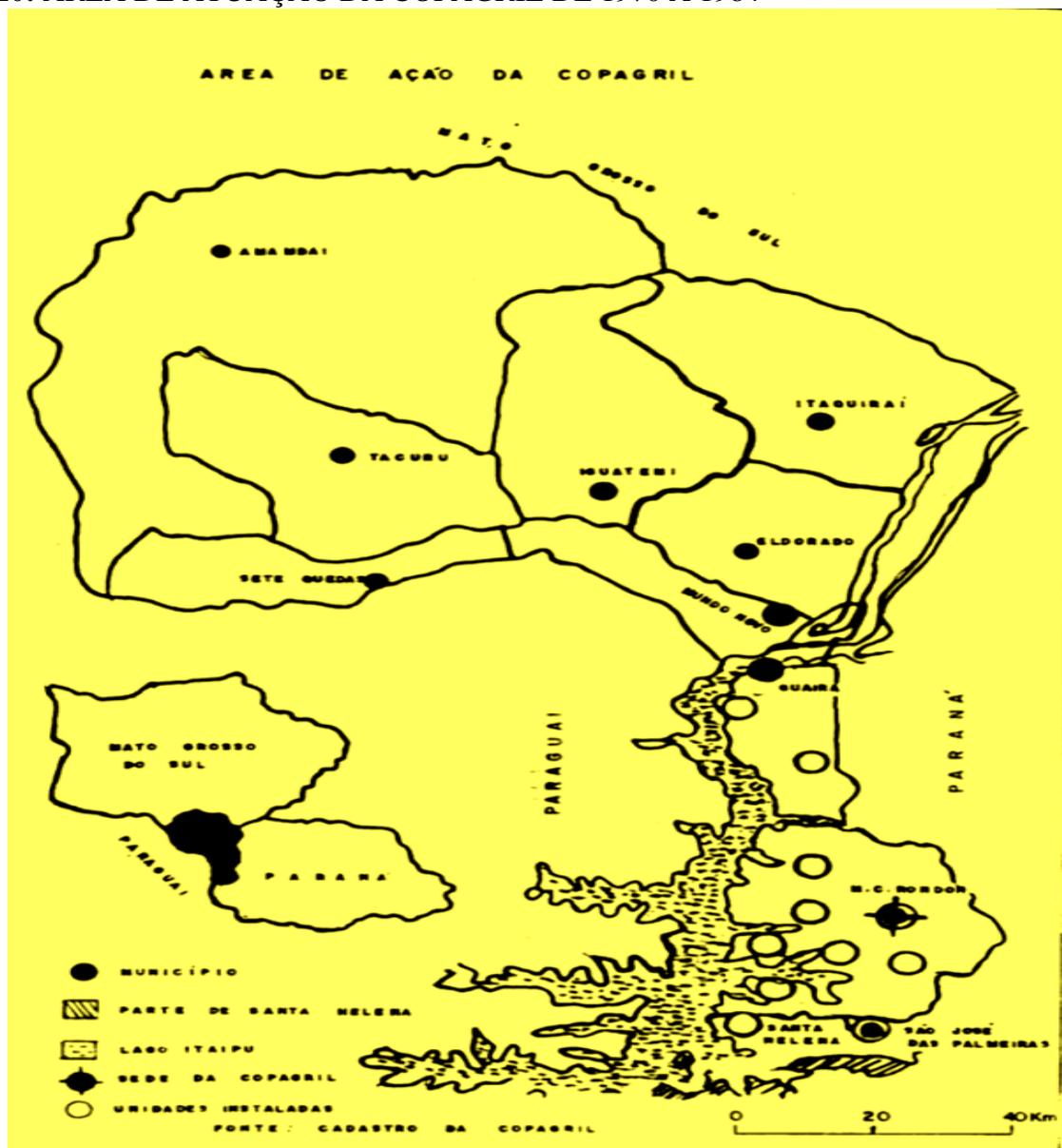
³²² MERTZ, op. cit. 2000. p. 84-85.

³²³ GERKE, op. cit. 1992. p. 182.

diretoria da Copagril, mais alguns representantes de empresas agrícolas e políticos diversos participavam das assembleias intervindo nos temas que mais lhe eram caros. É difícil poder afirmar mais, dada a impossibilidade de acesso aos documentos, mas com este se tem uma direção daquilo que poderia acontecer nas reuniões deliberativas da empresa e da possibilidade do uso da mesma para fins alheios aos interesses dos cooperados. No mesmo sentido, a presença de ex-prefeito na diretoria da Copagril demonstra a sua importância à política no contexto microrregional.

Esta importância pode ser notada, dentre outros, à abrangência que a empresa obteve em 14 anos de atuação. Eram 10 municípios em 2 Estados, conforme o mapa 10.

MAPA 10: ÁREA DE ATUAÇÃO DA COPAGRIL DE 1970 A 1984



FONTE: GERKE, Arno Alexandre. **COPAGRIL:** uma análise do Cooperativismo no Oeste do Paraná. (Dissertação de Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1992. p. 130.

Mas uma grande empresa, como é o caso da Copagril, pode gerar certos “problemas”. Um dos casos mais conhecidos – mas hoje menos comentados – sobre a história da Copagril se relaciona com o primeiro – de outros vários – escândalos de desvio de dinheiro e de produtos. O Jornal Rondon Hoje anunciava em 1978 que havia “Chuncho na Copagril”:

Acredita-se que algo muito estranho e muito grave estaria ocorrendo na Copagril: um agricultor teria sido lesado em vultosa soma por alguém lá dentro e aí a coisa se complicou. Tudo aconteceu quando um associado da Cooperativa, após peregrinar pelo Banco do Brasil e Acarpa, verificou casualmente que estava faltando dinheiro. O chefe local da Acarpa teria solicitado que o agricultor fosse então na Cooperativa verificar se não havia sacado este dinheiro e talvez tivesse esquecido. Lá certamente encontraria o recibo. O agricultor foi lá, embora sabendo com certeza que não havia retirado aquela importância. Chegando lá, explanou seu problema, levou um tremendo “chá de cadeira” até que apareceu um certo funcionário com o recibo na mão, mostrou-o de longe dizendo: “aqui está o recibo”. “Dê-me aqui para eu ver eu quero ver de perto”. O funcionário teria entrado numa sala e após consultar alguém voltou e entregou o documento ao associado que após verificar que sua assinatura fora falsificada tirou fotocópia e foi para casa. A partir deste dia, o agricultor passaria a receber estranhas visitas, pedindo para não falar nada, que o dinheiro lhe seria restituído, que ganharia ainda por cima uma Brasília zero quilometro ou a importância de cem mil cruzeiros. Todas estas tentativas de suborno foram em vão, inclusive o agricultor teria respondido: “pago o dobro do que eu perdi para saber quem roubou meu dinheiro”. Altos integrantes da Cooperativa teriam chamado o associado propondo-lhe a devolução do dinheiro e inclusive apresentaram o suposto culpado pelo delito que confessou perante todos os presentes. Mesmo assim o associado não quis acerto, dizendo que iria levar a questão adiante. De acordo com os documentos, o saque teria sido efetuado no caixa da Copagril, em dinheiro, sendo que este tipo de operação somente poderia ser efetuado através de cheque cruzado e nominal. Acredita-se portanto que alguma coisa estranha e muito grave está ocorrendo lá dentro. Do contrário, a diretoria teria aberto inquérito contra o responsável pelo desfalque.³²⁴

Em outra reportagem, o próprio colono prejudicado, Clemente Finkle, afirmava que “Não quero acerto. Quero ver o “gato na cadeia”:

“Eu ouvi que a rádio falou que eu recebi este dinheiro, mas afirmo que não recebi este dinheiro de jeito nenhum. A assinatura que está no recibo que tenho em mãos foi falsificada. Eu não posso dizer quem falsificou, mas lá cooperativa eles devem saber quem foi. Eles afirmaram que o dinheiro estava à minha disposição desde setembro de 1976. Eu fui na cooperativa umas cinco ou seis vezes e o dinheiro nunca estava lá. Me mandaram no Banco do Brasil e lá também não estava. Depois de fazer umas 15 viagens, fui à Acarpa e lá me informaram que certamente eu recebi o dinheiro mas deveria ter o ter o recibo a Cooperativa. Neste meio tempo o Banco me

³²⁴ Jornal Rondon Hoje. Marechal Cândido Rondon, de 15 a 22 de abril de 1978.

chamou para pagar 20 mil. Então fui novamente a Coopagril quando me mostraram aquele recibo. Percebi que minha assinatura havia sido falsificada e tiraram meu dinheiro. Pedi para tirar uma fotocópia do recibo e daí me chamaram lá dentro e me ofereceram o dinheiro. Eu não aceitei porque queria justiça, queria saber quem roubou meu dinheiro. Me deram a fotocópia, vim para casa. No outro dia quando eu estava na roça, apareceram três caras, dois da cooperativa que queriam me entregar um cheque e pediram para mim assinar toda a papelada. Eu fiquei brabo e disse queria justiça, queria ver o gato atrás das grades. E hoje mesmo eu não quero o acerto até que o culpado não seja punido. Por isso já telefonamos para o Incra de Curitiba que deverá chegar logo e fazer justiça. Não vou gastar um tostão para resolver isso mas quero justiça porque já fui sub-delegado durante oito anos e sei o que é ladrão. Se isto acontecesse quando eu era autoridade, eu colocava logo na cadeia e passava a borracha. Eu não aceito o dinheiro enquanto não souber quem é o ladrão e ver ele atrás das grades. Quero saber como este dinheiro saiu de lá se eles podiam pagar somente com cheque cruzado e em meu nome. Este dinheiro era da venda do trigo, e acho que eles não deveriam ter feito eu passar por palhaço, falsificando minha assinatura e fazendo eu correr de um lado para o outro. Eu já pedi duas vezes para o Incra vir para cá e só vou descansar quando ver o “gato” atrás das grades.³²⁵

Havia tentativa de comprar o colono prejudicado e outras artimanhas na tentativa de abafar o caso. No entanto, esta é uma das formas de se desviar dinheiro: sacando em nome do colono. Caso pequeno, se considerar o tamanho da Copagril naquele momento. No entanto, existiam outras formas de desviar dinheiro, como aquelas identificadas pelo INCRA, com somas maiores. Segundo o Jornal Rondon Hoje, “INCRA Faz Sindicalização na Copagril”:

A fiscalização do INCRA que está efetuando levantamentos na Copagril teria constatado um “furo” de caixa de 27 milhões de cruzeiros, que a direção da Cooperativa vinha disfarçando nas prestações, declarando-a na rubrica de notas a receber. Os 27 bi antigos teriam sido perdidos pela direção da Copagril em especulações no mercado a termo na Bolsa de Chicago, por falta de experiência. O prejuízo existe e vem sendo mascarado, segundo se diz, há dois ou três anos, para evitar que os agricultores associados dele tomem conhecimento. Agora, com ação dos fiscais do INCRA, o problema virá à tona e os diretores da Copagril terão que se explicar, confirmando que, de realmente as denúncias do nosso jornal são baseadas em fatos e não em especulações, como eles queriam fazer crer.³²⁶

Ou seja, havia também a forma de indicar a falta de dinheiro como notas a receber e ainda a inabilidade financeira para investimento, que gerava perdas aos cooperados. E, ainda, investir na Bolsa de Valores não era o forte da diretoria da Copagril. Enfim, o que se tentando mostrar é que a Copagril, para além de fomentar a modernização conservadora na

³²⁵ Jornal Rondon Hoje. Marechal Cândido Rondon, de 22 a 29 de abril de 1978.

³²⁶ Idem. Ibidem. 24 junho a 1 de julho de 1978.

microrregião Oeste do Paraná, também era fonte de renda (legal e ilegal) para uma classe dominante que se organizava utilizando-a como ferramenta de enriquecimento.

Uma das críticas à atuação e à transformação das cooperativas da microrregião Oeste do Paraná é a de que elas não passam de empresas, não cooperativas que teriam uma visão de ajuda mútua, independentemente de seu tamanho. A Copagril atuava para gerir os interesses da monocultura na sua área de atuação, e este fato foi notado pelo Jornal Rondon Hoje, quando denunciava que

O cooperado desvia sua produção, queixa-se da cooperativa e quando vai a uma assembleia emudece, embabacado por algum balancete milionário e inteligível, que acaba aprovando sem abrir a boca. Em Rondon, a Copagril devastada por sucessivos escândalos, apresenta um prejuízo de 60 milhões no último exercício. (...) No Oeste, os latifúndios se multiplicam, enquanto as cooperativas constroem sedes suntuosas e se esquecem do pequeno e médio produtor, oferecendo-lhes, quando muito, alguns hectares em algum faraônico projeto de colonização nos confins do Mato Grosso. Enquanto isso, o Oeste se esvazia, a monocultura se amplia e em Itaipu, como em toda região, o povo consome hortifrutigranjeiros “importados” de São Paulo. A distância entre cooperados e dirigentes cooperativistas está se ampliando, os escândalos se sucedem e hoje as cooperativas, teoricamente, nascidas para amparar o produtor, se transformaram em imensas empresas, em verdadeiras S/A que [estão] muito longe das premissas filosóficas e doutrinárias do cooperativismo.³²⁷

Esta reportagem é complementada com citações do então deputado estadual Nelson Friedrich (representante e eleito pelo município vizinho, Toledo). Para ele, o cooperativismo “falhou” por diversos motivos, mas destaca-se pela “(...) concentração violenta de capital na região, [que] ‘de certa forma é incentivada pelas cooperativas’”.³²⁸ Esta é uma discussão em torno da função social da cooperativa e de como ela poderia ajudar o colono a se manter com a pequena propriedade fundiária. Além disso, nota-se a preocupação com a concentração de capital na agricultura, e indica que a cooperativa havia se transformado em um instrumento de promoção do capitalismo no campo. Complementa o jornal que

As cooperativas, afirma o deputado, se esquecem do pequeno e médio produtor, que poderiam estar hoje realizando estas culturas essenciais, de subsistência, como também olvidaram outros aspectos sociais. Por exemplo, quais são as cooperativas que se posicionaram com relação às NPRs, às

³²⁷ Jornal Rondon Hoje. *Cooperativismo: precisa-se de uma revolução*. Marechal Cândido Rondon, 17 a 24 de abril de 1979.

³²⁸ Idem. *Ibidem*.

indenizações injustas de Itaipu, à ida de brasileiros para o Paraguai (mais de 300 mil).³²⁹

Portanto, trata-se da denúncia da atuação da cooperativa como gerente do capital em Marechal Cândido Rondon, incentivando e promovendo o complexo modernizador (monocultura, maquinização, etc.) em detrimento dos colonos. As cooperativas, segundo o deputado e o jornal, agiam de forma a dar suporte a todos os colonos, mas somente aos que poderiam manterem-se com taxas de lucro e acumulando capital na monocultura, dado que este tipo de produção, em pequenas áreas, não oferecia a mesma taxa de lucro ou mesmo viabilidade econômica para sustentação. Em áreas pequenas, a produtividade era também pequena e, conseqüentemente, o lucro, idem. Além disso, havia a necessidade de aluguel de máquinas que exigiam muito capital se fossem compradas individualmente, como a colheitadeira e, para os pequenos produtores, até o trator, que mesmo tendo a compra facilitada pelos subsídios federais, ainda assim era de difícil manutenção – principalmente pelas prestações. Em áreas grandes – ou diversas pequenas áreas de um mesmo proprietário –, a produtividade era maior e, conseqüentemente, o lucro também. Esta potencialidade para a acumulação também se dava pelo aluguel das máquinas para os pequenos, por exemplo.

A reestruturação econômica da Copagril aconteceu por meio do resgate financeiro de instituições financeiras. Conforme o Jornal Rondon Hoje, “10 milhões para a Copagril”:

O BRDE de Curitiba durante os meses de março e abril, apesar de ser mês de transição e mudança de diretorias, assim mesmo conseguiu um expressivo movimento junto aos seus mutuários nos três setores – primário, secundário e terciário. No mês de março foram concedidos recursos no valor de Cr\$ 39.917.113,00 (...). O maior financiamento foi para a Cooperativa Agrícola Mista Rondon, da cidade de Marechal Cândido Rondon, com Cr\$ 10.610.000,00.³³⁰

Para finalizar esta frágil e superficial incursão sobre a Copagril dos anos 1970 a 1979, acredita-se ser interessante transcrever uma entrevista do vereador e presidente da Copagril pós-fraude ao Jornal Rondon Hoje. Ela trata sobre a situação da empresa, a questão da produção, comercialização, preço e expectativa em relação à soja para o final da década de 1970.

³²⁹ Id. Ibid.

³³⁰ Jornal Rondon Hoje. *10 Milhões para Copagril*. Marechal Cândido Rondon, 2 a 9 de julho de 1979.

Alfredo Kunkel, recentemente eleito como Presidente da Copagril, expõe as suas principais metas e fala sobre a atual safra de soja, cujo recebimento pela Copagril atingiu a casa de 33.000 toneladas.

Rondon/hoje: Presidente, quais são suas principais metas frente a Copagril?

Alfredo Kunkel: Visto a mudança de Diretoria, ocorrida há um mês, e em razão da situação do associado junto à cooperativa, as principais metas seriam a reconquista do associado, isto é, o nosso associado encontra-se um pouco afastado da cooperativa e a nossa conquista seria a volta da confiança dos associados nos serviços da diretoria e nos trabalhos dos nossos funcionários. Após esta reconquista do apoio e confiança do nosso agricultor, alcançaremos o associado.

Rondon/hoje: Como o Sr. está encarando a situação econômica da cooperativa? Há condições para dar continuidade ao esquema de trabalho do ex-presidente?

Alfredo Kunkel: A situação econômica da Copagril está regular, está um pouco difícil devido devido as **frustrações das safras** e o grande descontentamento está localizando no atendimento dos funcionários que, segundo os cooperados, não está altura do cooperado e com isso o associado começou a se distanciar da cooperativa e este acontecimento trouxe dificuldades no cumprimento dos compromissos assumidos pela cooperativa junto a seus fornecedores, a terceiros e mesmo junto aos associados. Mas tudo isto em breve deverá ser contornado por **termos a ajuda e a colaboração do Banco do Brasil e de outros bancos**. Está havendo uma grande confiança por parte destes bancos no sentido de que a atual diretoria em pouco tempo voltará a estabelecer e funcionar normalmente.

Rondon/hoje: Com a seca que se fez sentir em toda a região houve “quebras” na produção da soja?

Alfredo Kunkel: A seca prejudicou bastante a produção, pois, esperávamos a colheita da soja para o final do mês de fevereiro e, como todos estão sabendo, a atual colheita está praticamente alcançando o seu término, e nos encontramos, justamente na época em que esperávamos o início da safra, isto quer dizer que a colheita foi antecipada em 30 dias, e com este amadurecimento precoce, não houve uma granação completa da soja e também do milho que não chegou a formar completamente o grão. Quanto a soja, esperava-se colher em torno dos 100 sacos por alqueire, ou mesmo 120 sacas, (isto no mês de dezembro quando as chuvas eram constantes), mas, agora com a antecipação da colheita, esta quantia não está se verificando. Há alguns agricultores que estão colhendo em torno de 100 a 120 sacas por alqueires, mas são muito poucos e a grande maioria está colhendo apenas a metade, 50 a 60 sacas por alqueire, e há ainda aqueles que mal chegam a casa dos 40 sacos por alqueire. Somando estes índices, pode-se concluir que a atual quebra chega até aos 50 por cento, porque esta soja que ainda está verde, com esta chuva, que veio no início da semana, reestabeleceu a coloração da planta, mas a carga, as vagens estão poucas porque a seca provocou a quebra e, considerando-se isto, a soja que continua verde, também não apresentará um bom rendimento.

Rondon/hoje: Quantas toneladas de soja a Copagril já recebeu nesta safra e qual a qualidade da mercadoria?

Alfredo Kunkel: A qualidade do cereal não é das melhores, a soja possui uma coloração verde proporcionada pelo amadurecimento precoce. O grão não conseguiu desenvolver-se normalmente o seu processo de amadurecimento foi bastante apressado em razão da seca que castigou. E, com esta cor verde (apresenta) o cereal para a comercialização e mesmo para a exportação implica em baixa qualidade. Quando ao recebimento de soja

pode-se dizer que está bom e até a presente data a Copagril recebeu 33.000 toneladas.

Rondon/hoje: E o preço, o Sr. acha justo?

Alfredo Kunkel: Comparando o preço mínimo, pode-se afirmar que ele está bastante animador e pelo que se nota, **os associados estão satisfeitos. É lógico que gostariam de receber mais, esta ganância todos levam consigo**, mas se não conseguirem mais, também estão satisfeitos com preço que está estabelecido. O único receio do cooperado é no sentido que o preço sofra uma queda e não mais se eleve (o que já ocorreu em anos anteriores). Esta é uma das razões para que um grande número de associados fature sua produção aqui na Copagril.

Rondon/Hoje: Qual é o preço atual?

Alfredo Kunkel: a saca de 60 quilos está hoje, sexta-feira, com Cr\$ 298, 00. O preço é bastante variado, não é fixo, pode variar mesmo durante um só dia. Como já aconteceu na parte da manhã, abre com um preço, e na parte da tarde, pode ser mais ou menos. Tudo isto tem influência com as oscilações com a Bolsa de Chicago, porque todos os compradores do cereal se baseiam na Bolsa de Chicago para a comercialização do produto. Isto, no entanto, não quer dizer que a Copagril está negociando na Bolsa de Chicago, mas nossos compradores têm por base a cotação da Bolsa de Chicago. Por esta razão, também os nossos preços variam em conformidade com as variações dos preços da Bolsa de Chicago.³³¹

É interessante perceber a visão do diretor da Copagril – que também era vereador em Marechal Cândido Rondon – sobre a “natureza humana”, quando afirmou que “É lógico que gostariam de receber mais, esta ganância todos levam consigo (...)”, dando a entender que todos são gananciosos. O cooperativismo não tem esta prerrogativa da ganância, mas da ajuda mútua. Esta é uma questão importante para perceber como atuava a direção da Copagril em seus negócios: entendendo que ganhar mais é um *a priori* humano.

Neste sentido, pode-se indicar outra reportagem versando sobre o cooperativismo praticado no Paraná. Engenheiros Agrônomos denunciavam que o lucro (ou sobras) das cooperativas não chegava até os pequenos. Intimamente ligados com o discurso sobre a necessidade de tecnicização da agricultura e da manutenção da monocultura, eles avaliavam que era possível aumentar a produção sem aumentar a área plantada, valendo-se de tecnologias. No entanto, criticavam as cooperativas que, mesmo recebendo altas somas de subsídios públicos para serem investidos na agricultura, o faziam não levando em consideração os “pequenos”. Conforme o Jornal Rondon Hoje, “Agrônomos Apontam Falhas nas Administrações das Cooperativas”:

O Paraná pode ampliar consideravelmente a sua produção agropecuária mesmo considerando a existência de novas terras para serem ocupadas. Este

³³¹ Jornal Rondon Hoje. Marechal Cândido Rondon, de 27 de fevereiro a 6 de março de 1979. Grifos meus.

aumento de produção seria obtido através da elevação dos índices de produtividade das lavouras já existentes e das e das empresas de pecuária. Ocorre ainda, segundo a Associação de Agrônomos, que em algumas cooperativas não é dada a devida importância aos aspectos econômicos da assistência técnica e os profissionais são utilizados de forma quase que exclusivamente política, ficando os pequenos produtores continuamente sem assistência eficiente. Lembram as lideranças da classe agrônoma paranaense que grande parte ou quase totalidade das chamadas “sobras” das cooperativas se diluem nos fundos de reservas sem chegar diretamente ao produtor. Lembra a Associação que as cooperativas e outras instituições públicas têm recebido financiamento e juros subsidiados com a perspectiva de um atendimento imediato das necessidades dos pequenos produtores, que são os que mais dificilmente tem acesso aos meios para desenvolver a propriedade agrícola.³³²

Ainda que generalizando, esta crítica poderia ser entendida para a Copagrill, que se preocupou com a monocultura desde a sua fundação, levando em conta os interesses do capital em detrimento do que pregava o ideário cooperativista da ajuda mútua, também na aplicação dos recursos e políticas de atuação junto aos cooperados. Na Copagrill, o interesse dos “grandes” sempre foi mais forte do que o dos “pequenos”.

Por fim, Gerke afirmou que

É notável como as cooperativas conseguiram transformar o antigo colono da região Oeste, proprietário de uma pequena área de terra, que usava a carroça, o arado de tração animal, enxada, máquina manual de plantar e alguns equipamentos, como a trilhadeira e o triturador, em um **empresário rural** que lida com colheitadeiras sofisticadas, tratores modernos, arados de disco, pulverizadores, cultivadores, subsoladores e outros equipamentos modernos. (...) O que mais alterou, porém, foi a visão de mercado deste lavrador, homem simples e de pouca informação, geralmente com o primeiro grau incompleto. Aos poucos, foi se transformando em um agricultor muito bem informado do valor da moeda estrangeira, do preço da soja na Bolsa de Valores de Chicago, da tendência do mercado, do preço diário dos produtos, dos vários tipos de insumos e das melhores aplicações financeiras.³³³

Mesmo discordando da posição ideológica deste autor, que acredita que a formação formal escolar pode conferir a alguém maior conhecimento do que a experiência cotidiana da vida, é importante destacar que a cooperativa atuou como um dos vetores que ajudaram na transformação do *ethos* do colono em “empresário rural”, ou “empresário do campo”, bem como na modificação dos meios de produção e das forças produtivas no campo em Marechal Cândido Rondon. Mudou-se o modo de produzir e a forma de viver de uma grande parte dos

³³² Jornal Rondon Hoje. Marechal Cândido Rondon, de 03 a 17 de Abril de 1978.

³³³ GERKE, op. cit. 1992. p. 193. Grifos meus.

colonos do município.³³⁴ A Copagril, até os dias atuais, é a maior empresa de Marechal Cândido Rondon, atuando em várias outras frentes, como frigorífico de aves, mais mercados e postos de combustíveis, fábrica de ração e até um time de futsal que compete em nível nacional.³³⁵

A Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa) também se faz importante no contexto da modernização conservadora e será abordada para uma maior compreensão do processo. Ela foi criada no Paraná em 1959, pelo Governo do Estado, e, “Em seu estatuto de fundação consta como objetivo da Acarpa 'executar um programa de assistência técnico-educativa que permitisse o aumento racional da produção agropecuária e a melhoria das condições sócio-econômicas da população rural do Estado do Paraná' (EMATER, 1981, s/p)”.³³⁶ É interessante perceber que

A Acarpa teve como fundadores os seguintes órgãos: Governo do Estado do Paraná; Federação das Associações Rurais do Paraná; Federação das Indústrias do Paraná; Federação do Comércio do Estado do Paraná; Associação Comercial do Paraná; Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural; Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná; Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária e Fundação de Assistência ao Trabalhador. Os estatutos da Acarpa eram similares às demais filiadas ao sistema ABCAR, e seus aspectos filosóficos, organizacionais, doutrinários e funcionais foram decisivamente influenciados pela experiência americana.³³⁷

Ou seja, as associações patronais e liberais do Paraná atuavam para pensar as técnicas e métodos a serem seguidos na agricultura do Paraná, que, no conjunto, não poderiam ser voltadas para práticas que diferissem da inserção do capital no campo. Em outras palavras, a modernização conservadora e a conseqüente inserção do capital no campo era interesse tanto de industriais quanto de comerciantes. Também, veterinários e engenheiros agrônomos teriam mais e melhores formas de educar os colonos para que estes produzissem mais, com

³³⁴ Evidentemente que este processo não foi homogêneo e uniforme, sem conflitos e contradições. Estas características serão apresentadas no decorrer deste e do próximo capítulo.

³³⁵ Time este que é mantido financeiramente, dentre outras fontes de renda, pela contribuição “compulsória” dos trabalhadores da Copagril (Compulsória está entre aspas porque juridicamente os trabalhadores assinam um termo onde aceitam o desconto em folha para este fim. Mas, sabe-se que, se não o fizerem, não é contratado pela empresa). Isso porque é descontado uma porcentagem dos salários dos trabalhadores da empresa como contribuição à Associação Atlética Cultural Copagril – AACC – que, por sua vez, paga as despesas do time.

³³⁶ DE PAULA, Nilson & SEPULCRI, Odílio. *A EMATER e Seu Papel na Difusão de Tecnologia nos Seus 50 Anos*. Disponível em: http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Biblioteca_Virtual/Premio_Extensao_Rural/2_Premio_ER/02_A_Emater_papel_Dif_Tec.pdf Acessado em: 31.07.2014. Nota de rodapé. p. 16.

³³⁷ Idem. Ibidem.

novas técnicas. E toda esta ideologia, defendida por todos estes aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil, estavam embasados nas técnicas de acumulação.

No período definido para essa pesquisa, a Acarpa era uma entidade de extensão rural de utilidade pública do Paraná, passando posteriormente para os quadros do Estado. Fazia a ponte entre as novas técnicas relacionadas com a agricultura e os agricultores. Desde sua criação, com o Escritório Técnico de Agricultura (ETA-Projeto 15), em 1956, passando pela Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa) e, finalmente, pela Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PR), a instituição tem o fim de “educar” os colonos para práticas modernas e modernizantes de ação na agricultura, inserida na lógica da modernização conservadora.³³⁸

Segundo Nilson de Paula e Odílio Sepulcri,

A extensão rural orientou-se no modelo Difusionista Inovador, de origem inglesa, e na teoria dos Sistemas Sociais de Talcott Parsons. Estes princípios difusionistas também são defendidos por Rogers, que admite a perspectiva de mudança da estrutura pela difusão e adoção de novas técnicas. É um modelo totalmente tecnicista, tendo suas bases assentadas na teoria da modernização. Rogers acrescenta a essa teoria o conceito de capacidade de inovar, em que afirma: Um processo mental por onde passa o indivíduo desde a primeira notícia de inovação até decidir a adotá-la ou rejeitá-la, e confirmar depois sua resolução. Temos conceituado quatro funções dentro do processo: 1) conhecer; 2) persuadir; 3) decidir e 4) confirmar. A adoção consiste em decidir usar plenamente a idéia nova, como a melhor opção para atuar.³³⁹

Há poucos parágrafos indicou-se a mudança no *ethos* do colono. A Acarpa, além do seu trabalho junto aos colonos na forma de educação facilitar a entrada de capital, por meio do trabalho burocrático para encaminhar os financiamentos, ou em outras palavras, a entrada de capital no campo, atuava no convencimento dos colonos para a adoção de novas práticas sociais. No sentido de entender um pouco mais sobre a Acarpa na região, seria interessante indicar três fases da extensão rural brasileira: humanismo assistencialista, difusionismo produtivista e humanismo crítico “Estas fases não ocorreram de forma linear, homogênea e excludente. O processo evolutivo se deu dentro das instituições de extensão, coexistindo simultaneamente traços característicos de cada período de sua história, com a predominância de determinada fase”.³⁴⁰

³³⁸ Cf. DE PAULA, et. all. Acessado em: 31.07.2014.

³³⁹ Idem ibidem. p. 3.

³⁴⁰ Id. Ibid. p. 4.

A primeira, estaria ligada do seu início, em 1949, até o início da década de 1960, tendo como meta “Ensinar a Fazer Fazendo”; a segunda, de 1960 até meados da década de 1980, visando “(...) introduzir práticas modernas na agricultura brasileira. O carro-chefe deste processo foi a introdução dos pacotes tecnológicos recheados dos insumos industrializados, máquinas, equipamentos, agrotóxicos, fertilizantes e outros, que trouxe mudanças radicais, com reflexos diretos no modo de vida da população rural”,³⁴¹ e a terceira, que, em período de retração no campo, levou à responsabilidade das ações do colono para ele mesmo, ou seja, não se tratava mais de “ensinar”, mas de indicar possibilidades, ficando o resultado sob a responsabilidade do próprio colono.

Em 1974, a Acarpa deixa de ser Associação (de utilidade pública) para ser empresa integrante da Secretaria de Estado da Agricultura, com políticas públicas aplicadas por meio dela. “Posteriormente, foi organizando o Sistema Estadual da Agricultura (SEAG), compondo suas empresas vinculadas, entre as quais a Acarpa, que passou a ser executora das políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Estado do Paraná”.³⁴² E, por fim, “Com a criação da Embrater, em 1975, surge à necessidade de se organizar o sistema de forma correspondente em cada estado. Em 26 de dezembro de 1977 o Poder Legislativo paranaense autorizou o Poder Executivo a criar a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PR)”.³⁴³

A Emater foi organizada para substituir a Acarpa. Do todo de seus objetivos, modificou-se pouco. O que mais se destaca é que não aparecia mais o interesse com a questão da “educação” para assistência técnica, um dos principais princípios da Acarpa enquanto organização, entendendo esta como uma etapa já concluída, sendo necessária a atualização do conteúdo técnico e ideológico a ser repassado pela entidade.

No período estudado, a Acarpa atuava em várias frentes, ajudando os colonos a preencherem os formulários para empréstimos (e outras transações que eram novidades), no fomento da produção de soja, dentre outros. Conforme o PERSAGRI II, “O Estado, de certa forma, ‘pagava’ aos produtores, na proporção em que estes tivessem acesso ao crédito, para que aceitassem se incorporar ao processo de modernização e endividamento”.³⁴⁴ Era na Acarpa que os colonos conseguiam subsídios técnicos para baratear a aquisição de financiamentos, dado que para cada empréstimo havia a necessidade da realização de um

³⁴¹ Id. Ibid. p. 5.

³⁴² Id. Ibid. p. 17.

³⁴³ Id. Ibid. p. 17.

³⁴⁴ BESNOSIK, *et. all.* op. cit. 1981. p. 81.

projeto. Conforme o PERSAGRI II, “Para o trâmite burocrático deste repasse a cooperativa mantém 30 funcionários em serviço”.³⁴⁵ Também a Copagril disponibilizava técnicos para seus associados.

Para os diferentes clientes (médio ou grande), havia diferentes políticas de financiamento. Conforme o PERSAGRI II,

(...) o crédito foi o condutor de um “pacote tecnológico” previamente elaborado. (...) **O crédito de custeio**, de prazo inferior a um ano, é aplicado fundamentalmente nas lavouras anuais (aquisição de adubos, sementes e defensivos, contratação de mão-de-obra temporária ou de serviços mecânicos, etc., ou no chamado ‘custeio pecuário’ (aquisição de porcos e aves para engorda, aquisição de rações, saúde animal, etc.) **O crédito de investimento**, a ser saldado num prazo plurianual e que cobra taxas mais reduzidas (além de admitir até um ano de carência), é voltado para a aquisição de máquinas e implementos, recuperação do solo ou construção de benfeitorias. **O crédito de comercialização**, que se confunde com operações de preços mínimos (EGF), tem prazo de até 90 dias e é quase todo feito através da cooperativa.³⁴⁶

Isso significa, dentre outros, que dinheiro não faltava para o “pacote tecnológico”, e o colono que precisasse de dinheiro poderia tê-lo, desde que apresentasse os requisitos para a sua aquisição (propriedades para alienar).

3.3.2 Tratores e Financiamentos em Marechal Cândido Rondon

Uma análise dos tratores ajuda a entender como se deu o processo de “modernização” na região. Conforme Vanessa Fleischflessler, “(...) um trator ou uma colheitadeira dispensa[va] o trabalho de vários homens (...) Apesar destas máquinas terem preços elevados, foram artificialmente barateadas devido à reduzida taxa de juros e pagamento a longuíssimo prazo do crédito para investimentos (...) no início da década de 70”.³⁴⁷ No Brasil, o uso de tratores teve um aumento de 170,4%, entre os anos de 1960 ao de 1970, e de 94,7% entre 1970 e 1975. De 1970 a 1980 o aumento foi de 218,2%. Números expressivos, demonstrando a tendência para a mecanização em todo o país.

³⁴⁵ Idem. Ibidem. p. 81.

³⁴⁶ Id. Ibid. p. 83. Grifos meus.

³⁴⁷ FLEISCHFLESSER, Vanessa. **Modernização Tecnológica da Agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná na década de 70**. Curitiba: Chain, 1988. p. 31.

TABELA 10: USO DE TRATORES NO BRASIL (1950-1985)

ANOS	Nº DE TRATORES
1950	8.372
1960	61.338
1970	165.870
1975	323.113
1980	527.906

FONTE: IBGE – Censos Agropecuários de 1950 a 1980.³⁴⁸

Há dados que relacionam o aumento uso (venda) de tratores no Paraná, do ano de 1960 ao de 1980, como os que seguem:

TABELA 11: AUMENTO NO NÚMERO DE TRATORES NO PARANÁ

ANO	NÚMERO DE TRATORES	CRESCIMENTO (EM %)
1960	5.181	---
1970	18.619	259,3
1975	52.498	181,9
1980	79.377	51,2

FONTE: Tabela adaptada de SONDA, Valdemir J. *A Emigração Brasileira para Naranjal – Alto Paraná – Paraguai (1973-1995)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2003. p. 66.

Conforme os dados acima, no Paraná houve um aumento de 1.432,0% no número de tratores de 1960 a 1980. Sabendo da “economia” de mão de obra que proporciona um trator para a agricultura, pode-se afirmar que houve uma grande quantidade de pessoas que foram expulsas do campo para outras localidades (como indicar-se-á mais à diante no texto), bem como também aconteceu o processo de incremento da circulação de capital, dado que para este aumento fosse realizado foi disponibilizada grande quantidade de crédito, aumentando o capital e a riqueza de investidores e vendedores de máquinas agrícolas.

Especificamente em Marechal Cândido Rondon, conforme dados censos agropecuários do IBGE de 1970, 1975 e 1980, houve um aumento de 502,5%, quando o número total de tratores passou de 273 para 1645.

³⁴⁸ *Apud*: TEIXEIRA, Jodenir C. *MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais*. In: *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros* – Seção Três Lagoas. Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005. p. 25. Disponível em: <http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/jodenir.pdf> Acessado em: 03.01.2014.

TABELA 12: MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS – TRATORES

Período	Total		Número de Tratores					
	Informantes	Número	Tipo ³⁴⁹		Potência			
			Roda	Esteira	Menos de 10 C.V.	De 10 a menos de 50 C.V.	De 50 a menos de 100 C.V.	De 100 C.V. a mais
1970	240	273			84	98	88	3
1975	895	1.040	993	47	42	128	810	60
1980	1.435	1.645			29	33	1.417	50

FONTE: Dados compilados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.³⁵⁰

Percebe-se 280,9% de aumento do número total de tratores em Marechal Cândido Rondon entre 1970 e 1975, e de 58,1% entre os anos de 1975 a 1980. Números realmente altos, se leva-se em consideração o preço de uma máquina desta naquele período. Nota-se o aumento de 1.510,2% nos tratores de 50 a menos de 100 C.V, e o aumento de 1.566,6% nos tratores acima de 100 C.V., evidenciando que a preferência pelos colonos era a de aumentar a potência das máquinas. Analisando o número de tratores por informantes da pesquisa realizada pelo IBGE, temo-se a média de 1,13 tratores por informante em 1970, em 1975, eram 1,16 e, em 1980, 1,14. Ou seja, a média de tratores por informantes se manteve, mas a média de venda foi muito alta.

A média se torna diferenciada quando se leva em consideração o número de habitantes. Conforme a tabela 8 (onde apresentou-se os dados demográficos sobre Marechal Cândido Rondon), em 1970 existiam 36.756 pessoas no campo. Se comparado o número de tratores (273) com o de pessoas, vê-se que existiam poucos tratores para o número de habitantes do campo, ou seja, um trator para cada 134,6 pessoas. Este número cresce em 1980, quando o número de pessoas no campo foi reduzido em relação ao decênio anterior (31.134) e aumenta o número de tratores (1.645), passando a existir um trator para cada 18,9 pessoas.

A mesma linha de crescimento na utilização de instrumentos da modernização agrícola pode ser notado com os arados, conforme a tabela abaixo. A exceção foi a colheitadeira, que decresceu. No entanto, este decréscimo não representa diminuição na média,

³⁴⁹ No censo de 1970 e 1980, não consta a divisão entre tratores de roda e esteira.

³⁵⁰ CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. Volume 3. Tomo 9. 1ª e 2ª partes.

CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. Volume 1. Tomo 18. 1ª e 2ª partes.

CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1983-1984. Volume 2. Tomo 3. Número 20 - 1ª e 2ª partes.

dado que em 1970 existia 1,26 colheitadeiras por proprietário, em 1975, 1,05 e igual número (1,05) em 1980.

TABELA 13: MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS – ARADOS E COLHEITADEIRAS

Período	Arados					Colheitadeiras (automotrizes e combinadas)	
	Informantes	De tração animal		De tração mecânica		Informantes	Número
		Informantes	Número	Informantes	Número		
1970	4.102	4.014	5.282	186	225	1.268	1.603
1975	3.386	2.740	3.520	826	1.672	701	737
1980	4.333	2.246	2.097	1.347	2.222	740	778

FONTE: Dados compilados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.³⁵¹

Naquele período – início do processo de “modernização da agricultura” –, a perspectiva era a de que o homem e a máquina poderiam trazer melhores condições de vida para todos, dando mais condições de lazer e outras práticas, pois facilitaria o trabalho no campo. Em Marechal Cândido Rondon, organizavam-se desfiles comemorativos ao dia da emancipação político-administrativa do município em relação a Toledo. Nestes dias, se identifica um dos personagens principais da comemoração, conforme a imagem 4.

³⁵¹ Idem. Ibidem.

IMAGEM 4: DESFILE DE TRATORES E INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON EM 1970



FONTE: Acervo da Família Rieger, disposto para pesquisa no CEPEDAL/UNIOESTE.

Identificando o que Francisco Graziano Neto tratou sobre a modernização conservadora,³⁵² considera-se que esta imagem reflete os anseios e as expectativas dos colonos em relação à “modernidade” e a “modernização”, ou melhor, o que o Estado e os meios de comunicação passavam como necessidade de “modernizar-se”. O trator, para além de um instrumento de trabalho para o colono, havia se transformado em um fetiche, condição indispensável para viver a nova realidade da economia rural brasileira.

³⁵² GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia:** crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.

IMAGEM 5: COMÉRCIO DE TRATORES EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON, NA DÉCADA DE 1970



FONTE: Acervo da Família Rieger, disposto para pesquisa no CEPEDAL/UNIOESTE.

Evidentemente, os financiamentos destinados ao campo fizeram com que a circulação de dinheiro aumentasse também na cidade. Empresas como a Casa Rieger³⁵³ vendiam tratores e prestavam uma espécie de treinamento – no caso da Casa Rieger, por meio da Valmet –, visando dar ao colono as noções gerais sobre o trator, à criação de mão de obra qualificada para dar assistência técnica na manutenção dos tratores da região, conforme expresso pela imagem, em dia de treinamento de mão de obra. Tratava-se de entrar no mercado de tratores na região com todas as frentes de atuação possíveis (financiamentos, vendas, assistências e consertos).

O Estado, através de suas facilidades de financiamento, disponibilizava os recursos para o colono, mas este, muitas vezes, tinha a compra do trator ligada com outro implemento agrícola, que nem sempre era necessário. Assim, casava-se a venda para aumentar os lucros.³⁵⁴

³⁵³ Em 1955, iniciou-se as atividades comerciais com Rodolfo Rieger e Filhos Ltda., trabalhando com secos e molhados, ferragens e engarrafamento de bebidas, cuja razão social foi incorporada à Pindorama S.A., com a matriz em São Paulo em 1960. No dia 18 de junho de 1964, fundou-se a Casa Rieger, que inicialmente trabalhou com material de construção, ferramentas, armas e munições e artigos domésticos. Cinco anos depois, em 1969 iniciou com máquinas e implementos agrícolas, para, em 1976, ser também concessionária Chevrolet. Possui 4 filiais: Guaira, Santa Helena, Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu, além da Rieger Veículos”. *Jornal Rondon Hoje. 15 Anos de Bons Serviços.* Marechal Cândido Rondon, 26 de junho a 3 de julho de 1979.

³⁵⁴ Cf. GREGORY, op. cit. 2002. p. 216-217.

Esta forma de comercializar implementos agrícolas aumenta a circulação de capital – e os lucros dos capitalistas – à custa dos financiamentos dos colonos.

No sentido de entender como se dava a relação entre colono e agências de financiamento, o PERSAGRI apresenta reflexão no entendimento, quando afirmou que

Existe uma correlação mais ou menos estreita entre o tamanho de propriedade e acesso a maquinário, na medida em que teoricamente existe uma “escala ótima” para o uso deste maquinário (embora, como já foi visto, este critério de “ótimo” seja afetado pela política agrícola). Os bancos consideram adequada a aquisição de um trator pequeno apenas para áreas de lavoura superiores a 25 ha, e no mínimo 60 ha para aquisição de colheitadeira.³⁵⁵

Assim, como nem todos os colonos poderiam adquirir um trator, o que se via era o aluguel destes, aumentando a renda dos médios e grandes produtores: “O aluguel de máquinas é feito geralmente através de contratos de empreitada, que envolvem as colheitadeiras, os caminhões para o transporte dos grãos até a cooperativa e o operador dos equipamentos”.³⁵⁶

IMAGEM 6: TREINAMENTO DE MÃO DE OBRA PARA MECÂNICOS



FONTE: Acervo da Família Rieger, disposto para pesquisa no CEPEDAL/UNIOESTE.

³⁵⁵ BESNOSIK, *et. all.* op. cit. 1981. p. 93.

³⁵⁶ Idem. Ibidem. p. 95.

O aumento do número de tratores na produção agrícola demandava uma “nova” especialidade: mecânica de motores diesel. Assim, anunciava o Frente Ampla de Notícias, *Chegou o Curso para Tratorista*:

Tendo como promotores o MOBRAL e a Massey Ferguson, começou na manhã de hoje o curso para tratorista, iniciativa que merece louvores. Mesmo sem ter conhecimentos elementares sobre o assunto, são várias as pessoas que trabalham no ramo e que agora terão a possibilidade de especialização. O alto nível no campo da agricultura faz com que seja necessário a capacitação dos trabalhadores, obtendo mais proveito com menores gastos. Preparar técnicos capacitados e conscientes nesse trabalho é uma meta difícil de ser conseguida, porém, **o que se propõe com isso é a libertação do trabalhador acostumado às velhas técnicas**. O sucesso que venha ser obtido no curso que hoje se inicia dará chance ao surgimento de muitos outros.³⁵⁷

Nota-se que a educação profissional estava a cargo do Governo Federal – através do Movimento Brasileiro de Alfabetização – e da multinacional Massey Ferguson, que possivelmente disputava o mercado de tratores com a Valmet. Visando qualificar os trabalhadores do setor comercial investia-se no treinamento de gerentes e trabalhadores – que muito provavelmente eram ex-colônos e/ou filhos de colonos egressos do campo.³⁵⁸

Indicando a necessidade de continuidade deste curso, no ano seguinte, anunciava o Jornal Rondon Hoje que havia sido “Encerrado curso Diesel”:

³⁵⁷ FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. Rádio Difusora do Paraná. 22/06/1976. Grifos meus.

³⁵⁸ “Benício Schlickmann, Diretor do Departamento de Cultura e responsável pelo CEMEP – Centro Municipal de Ensino Profissionalizante –, esteve na última sexta-feira em Cascavel, tomando parte de uma reunião do SENAC. Nesta reunião foram definidos os cursos que deverão ser realizados aqui durante este ano, e já programando alguns para 1978. São os seguintes cursos que serão ministrados pelo CEMEP, através do SENAC: Aperfeiçoamento Pessoal para Limpeza Hospitalar (Duração de 100 horas. Período: de 25 de abril a 10 de junho – em andamento);

Introdução à Administração Pessoal (Duração de 20 horas. Período: de 16 a 29 de junho);

Técnica de Venda (Duração de 20 horas. Período: de 16 a 29 de junho);

Introdução à Legislação Trabalhista (Duração de 20 horas. Período: de 20 a 28 de junho);

Gerência de Vendas e Introdução aos Estudos de Marketing (Duração de 20 horas. Período: de 16 a 29 de junho);

Comunicação Oral e Escrita (Duração de 20 horas. Período: de 24 de agosto a 14 de setembro);

Vendedor Lojista (Duração de 45 horas. Período: de 24 de agosto a 14 de setembro);

Relações Humanas no Trabalho (Duração de 20 horas. Período: de 24 de agosto a 14 de setembro);

Mecânica Diesel (Duração de 400 horas. Período: de 26 de julho a 20 de dezembro);

Mecânica de Automóveis (Duração de 400 horas. Período: 26 de julho a 20 de dezembro);

Mestre de Obras (Período a determinar);

Tratorista (Duração de 40 horas. Período: de 21 a 26 de novembro).

Além dos cursos ministrados diretamente, ainda estão na programação os seguintes cursos por correspondência: Arquivista, Correspondente, Recepcionista de Crédito, Operador de Caixa, Vendedor, Fundamentos Psicossociais da Venda, Garçom e Camareiro. Para o ano de 1978 estão programados os seguintes cursos: Introdução à Legislação Trabalhista, Introdução ao Serviço de Escritório, Correspondência Comercial, Relações Humanas no Trabalho, Chefia e Liderança, Vendedor Lojista e Auxiliar de Enfermagem”. FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, 25/05/1977.

Com a presença do dr. Geronimo Macedo Molli, Coordenador regional do SENAI, prof. César, diretor da Divisão de Ensino, prefeito Municipal, secretário Municipal de Almiro Bauermann, secretário Municipal de Educação, Dilmo Bedim e o diretor do CEMEP, Benício Schilchmann, foram entregues na noite da última sexta-feira os certificados aos cinquenta e um participantes do curso de Mecânica Diesel e Gasolina em realização desde o dia 26 de julho último, em convênio de CEMEP com o SENAI. Na solenidade, acompanhada de jantar, fizeram se ouvir o diretor do CEME, um aluno do curso, representando a turma, o coordenador do SENAI, e o prefeito Municipal. Agradecimentos mútuos foram dirigidos de ambas as partes, e frisando o valor e a utilidade de cursos desta natureza. A escola Volante do Senai que serviu Rondon durante o último semestre será hoje deslocada para Palotina podendo, para ano vindouro, [outras] escolas volantes em outras áreas [técnicas] virem a beneficiar nossa cidade.³⁵⁹

Esta demanda por qualificação de mão de obra, além de garantir novas habilidades para os colonos expulsos do campo e/ou outros trabalhadores que se interessavam por este novo ramo da mecânica diesel na microrregião, barateando o custo com a manutenção das máquinas, ela também pode ser entendida como uma forma de inserção da cidade nos moldes mais modernos. Isso pode ser percebido quando, em outra reportagem, porém de 1979, a associação dos engenheiros agrônomos do Estado fazia um levantamento sobre as perdas com grãos devido à desinformação em relação aos novos equipamentos agrícolas. Anunciava o Rondon Hoje que “Perdas na Colheita de Soja Sobem a Cr\$ 1.250,000,000,00”:

Os agricultores do Paraná poderão perder a 1 bilhão e 250 milhões de cruzeiros com a colheita de soja em função de danos e de perdas decorrentes da má utilização de seus equipamentos agrícolas. Neste sentido a associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná está desencadeando uma campanha de esclarecimento com uma campanha de esclarecimento com o objetivo de motivar os produtores de procurarem orientação adequada para evitar danos de tantos prejuízos. Os produtores de soja, com uma safra prevista de 5 milhões de toneladas estão desperdiçando cerca de 15 por cento da colheita, da qual perderam cerca de 17% em média com as sacas, pois seus equipamentos não estão devidamente regulados. (...) Agrônomos de todo Estado, conforme disse o Presidente da Associação em Curitiba, têm verificado, em nível de campo, um total despreparo dos operadores no manejo de caríssimos equipamentos para a colheita. Lembrou ainda que “nas regiões de minifúndios proliferam equipamentos mais simples, as trilhadeiras que também desperdiçam uma boa parte da colheita e que devem ser regulados eficientemente para reduzir as dificuldades com que o meio rural vem convivendo a longo tempo, sempre com novas dificuldades técnicas, climáticas e comerciais.”³⁶⁰

³⁵⁹ Jornal Rondon Hoje. Marechal Cândido Rondon, 20 a 27 dezembro de 1977.

³⁶⁰ Idem. 06 a 13 de março de 1979.

Ou seja, aliado à preparação técnica para a manutenção dos “caríssimos equipamentos” também havia a preocupação com a segurança de que os grãos não seriam perdidos. Seguindo a lógica da modernização conservadora em Marechal Cândido Rondon, o capital – para tratores, colheitadeiras, entre outros produtos “modernos” – chegava aos colonos capazes de capitalizar através das agências bancárias.

Assim anunciava o jornal Rondon Comunicação:

Pronunciamento do senhor Arnold Lamb diretor do Departamento Administrativo da Prefeitura Municipal de Marechal. Cândido Rondon, por ocasião da inauguração da agência do BANCO ITAÚ em nossa cidade, no dia 10 de maio: “Marechal Cândido Rondon, com seu solo fértil sua temperatura amena, situação geográfica favorável, conseguiu que seu índice de desenvolvimento se elevasse com bastante êxito e que seu nome começasse a brotar com mais realce, não só no Oeste como em todo o Estado. (...) [A produção agrícola] fez com que autoridades estaduais e federais voltassem seus olhos para esta região e descobrissem o quanto nossa agricultura participa no consumo e na exportação brasileiras”.³⁶¹

Esta reportagem, feita com base nas palavras do secretário de administração da prefeitura de Marechal Cândido Rondon, Arnold Lamb, indica que a instalação do Banco Itaú estava justificada pela alta produção agrícola da região, e que o município passava a ser visto pelas outras regiões do Estado e do Brasil. Este fato é importante para se perceber o clima de confiança pelo qual passava os colonos da região naquele período (1974), consumindo e produzindo com base na “cartilha” modernizante, bem como comercializando internacionalmente, como era o esperado pelo governo do “exportar é o que importa”.

Outra reportagem mostra uma entidade que esteve presente no processo de modernização conservadora em Marechal Cândido Rondon, disponibilizando capital aos colonos,

Aplicado de acordo com a política governamental, o crédito rural do Banco do Brasil tem quatro objetivos específicos: 1) Estimular o incremento ordenado dos investimentos, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuados por cooperativas ou pelo produtor. 2) Favorecer o custeio da produção e da comercialização de produtos agropecuários. 3) Possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, principalmente os pequenos e médios. 4) Incentivar de métodos racionais de produção e a utilização de tecnologias novas, a fim de aumentar a produtividade e melhorar o padrão de vida do meio rural. Como se vê o Banco do Brasil está em todo o processo de

³⁶¹ JORNAL RONDON COMUNICAÇÃO. *Pronunciamento do Senhor Arnold Lamb*. Marechal Cândido Rondon. 25.05.1974.

produção desde a aquisição dos fertilizantes e sementes, até a comercialização dos produtos agrícolas, inclusive empréstimos para construção de benfeitorias compra de máquinas, equipamentos e animais; pois a sua meta básica é promover o desenvolvimento da agropecuária nacional.³⁶²

Não se pode esquecer que a principal função de um banco é a geração de lucros, por meio de empréstimos com juros e outras práticas usurárias, de especulação. O Banco do Brasil atuava com posicionamento discursivo quase filantrópico, mas realizava seus créditos mediante a hipoteca das propriedades agrícolas, onde se garantia o pagamento da dívida.

A quantidade de recursos aplicados na agricultura pode ser vista através de dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980 em Marechal Cândido Rondon:

TABELA 14: FINANCIAMENTOS OBTIDOS (ORIGEM) EM MIL CRUZEIROS

Período	Total		De Entidades Governamentais		Cooperativas ³⁶³		De Outras Fontes	
	Informantes	Valor (Mil Cruzeiros)	Informantes	Valor (Mil Cruzeiros)	Informantes	Valor (Mil Cruzeiros)	Informantes	Valor (Mil Cruzeiros)
1970	1.097	6.230	780	3.862			390	2.368
1975	2.167	95.800	1.597	74.701			786	21.099
1980	3.577	764.116	2.835	632.977	209	40.300	723	90.839

FONTE: Dados compilados e adaptados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.³⁶⁴

Nota-se que o valor total de capital destinado à agricultura teve um incremento bastante grande. Da década de 1960, quando ainda não se aplicava a inserção do “pacote tecnológico” (modernização conservadora) em grande escala na região, as instituições financeiras dedicavam somente 6.230 mil cruzeiros para a agricultura. Com as transformações ocorridas na política agrícola e na mentalidade dos colonos, aceitando o discurso e inserindo-se na modernização, o capital destinado à agricultura teve um incremento de 12.165,10% (doze mil, cento e sessenta e cinco), tendo 764.116 mil cruzeiros de crédito no final da década de 1970. Proporção equivalente também pode ser notada nas fontes governamentais e de outras fontes. Este crescimento, mesmo se comprado ao crescimento de informantes, de

³⁶² Jornal Rondon Comunicação. *Maior Banco Rural do Mundo em Marechal Cândido Rondon (Por Raul Lima, Engenheiro Agrônomo da Copagril)*. Marechal Cândido Rondon. 13.03.1976.

³⁶³ No censo de 1970 e 1975 não constam dados sobre cooperativas.

³⁶⁴ CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, op. cit.

226,0%, ainda é muito grande. A novidade está na cooperativa como instituição alocadora de capital para os colonos, mas tratar-se-á desta questão mais adiante.

Outra tabela ajuda a entender onde se diluía o capital emprestado aos colonos, bem como o aumento nos gastos com a produção sem aumentar o número de informantes (esse, ao contrário, diminuiu). Conforme o IBGE,

TABELA 15: DESPESAS DOS COLONOS NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Período	Informantes	Despesas (Mil Cruzeiros)					
		Total	Salários	Quota-parte da Produção Entregue a Parceiros	Arrendamento de Terras	Adubos e Corretivos	Sementes e Mudanças
1970	6.592	13.936	693	389	962	396	97
1975	6.504	175.755	5.962	996	8.314	27.961	22.495
1980	6.288	1.395,624	42.943	10.829	27.062	220.597	217.528

FONTE: Dados compilados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.³⁶⁵

CONTINUAÇÃO DA TABELA 15

Período	Despesas (Mil Cruzeiros)						
	Defensivos Agrícolas	Medicamentos para Animais	Alimentação dos Animais			Aluguel de Máquinas e Equipamentos	Serviços de empreitada
			Sal	Rações Industriais	Outras rações		
1970	124	-	-	8.178	-	-	675
1975	7.554	1.508	684	17.953	-	443	29.266
1980	102.324	19.472	5.727	187.125	61.523	36.047	110.712

FONTE: Dados compilados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.³⁶⁶

³⁶⁵ Idem. Ibidem.

³⁶⁶ Id. Ibid.

CONTINUAÇÃO DA TABELA 15

Período	Despesas (Mil Cruzeiros)						
	Transporte da produção	Juros e Despesas bancárias	Impostos e Taxas	Sacaria e Outras Embalagens	Combustíveis e Outros Lubrificantes	Energia Elétrica	Outras Despesas
1970	-	-	-	-	-	-	
1975 ³⁶⁷	7.978	13.307	3.862	-	-	-	27.474
1980	57.392	80.766	52.502	571	101.072	5.701	55.724

FONTE: Dados compilados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.

É interessante perceber que, ao contrário do montante de capital contraído pelos colonos, que aumentou muito, o número de informantes, aqueles que realizaram empréstimos, diminuiu, indicando uma concentração de terras (ou da produção, por meio da compra de terra ou de arrendamentos) ou ainda uma menos provável desvinculação com a agricultura moderna. Os serviços de empreita e arrendamento também subiram bastante no período analisado, e precisam ser nuançados. Em 1970 foram registrados 675 mil Cruzeiros em despesas com serviços de empreita e, em 1980, aumentaram para Cr\$ 110.712. Isso, percentualmente, representa um crescimento de 16.301,77% (dezesesseis mil e trezentos e um por cento). Já a despesa com arrendamento, de 962 em 1970 passou para 27.062, aumentando 2.713,09% (dois mil setecentos e treze por cento).

Dentre as possibilidades interpretativas, pode-se indicar a saída do colono do campo para a cidade, deixando sua área de terra arrendada com vizinhos e parentes.³⁶⁸ Este arrendamento pode ser relacionado com o alto investimento necessário aliado à falta de rentabilidade adequada nas pequenas propriedades para permanecerem no campo. Assim, também os colonos que ficavam no campo aumentavam um pouco a lucratividade, por meio do arrendamento ou da empreita de áreas, podendo permanecer na atividade agrícola monocultora, utilizando-se da terra que não era de sua propriedade para sobreviver (principalmente na alocação de recursos, dado que a terra arrendada ajudava na liberação de mais recursos).

Em 1975 as despesas com o aluguel de máquinas e implementos eram de 443 mil Cruzeiros, subindo para 36.047 em 1980 (aumento de 8037,02% – oito mil e trinta e sete por cento). Estes gastos podem estar relacionados com o também aumento nos arrendamentos e

³⁶⁷ Não constam dados referentes à sacaria e outras embalagens, combustíveis e outros lubrificantes, e energia elétrica neste censo.

³⁶⁸ Este foi o caso de meu pai, que se mudou à cidade arrendando uma colônia de terra que havia herdado.

empreitadas, devido à necessidade de maior utilização destes equipamentos por colonos que não podiam – ou não queriam – comprar seus implementos, mas que prestavam serviço aos outros colonos que disponibilizavam suas terras.

Percebe-se também que as despesas, no geral, subiram consideravelmente. É a necessidade de grandes investimentos que o capital exige do colono. Como exemplo, pode-se tomar os dados com as despesas “Juros e Despesas Bancárias”. No censo de 1975, esta despesa era de 13.307 mil Cruzeiros, passando, em cinco anos, para 80.766 mil Cruzeiros. Percentualmente, é um crescimento de 506,9%. Endividamento estimável e precisa ser levado em consideração, quando se trata de indicar possíveis motivos para a crise econômica e a saída de colonos de Marechal Cândido Rondon para outros lugares.

Para finalizar esta parte, pode-se citar uma passagem do Jornal Rondon Hoje, na qual destacava que

O Banco do Brasil liberou Cr\$ 2 bilhões de cruzeiros para financiamento de tratores, máquinas e implementos agrícolas, para os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Utilizando recursos antecipados da programação global do banco, o Conselho Diretor da instituição decidiu aplicar em investimento este montante para que cada vez mais, aumentem as condições produtivas dos agricultores destes Estados.³⁶⁹

Em outras palavras, havia financiamento disponível para a modernização conservadora no campo por meio do Banco do Brasil, e este endividamento, conforme os dados do IBGE, era realizado pelos colonos de Marechal Cândido Rondon, que procuravam adequarem-se aos novos padrões de produção no campo.

3.4 MODERNIZAÇÃO, CONCENTRAÇÃO E ÊXODO RURAL

Continuando o entendimento das características da modernização conservadora no extremo Oeste, pode-se estabelecer outras importantes considerações. Levando em conta o planejado à colonização do Oeste do Paraná pela MARIPA, e tendo preferência a venda de pequenas e médias propriedades agrícolas, em Marechal Cândido Rondon não havia um grande contingente de colonos que poderiam ser enquadrados como capitalistas do campo, ou

³⁶⁹ Jornal Informativo Copagril. *Banco do Brasil Liberou Cr\$ 2 Bilhões para Financiamento de Máquinas Agrícolas*. Marechal Cândido Rondon. Agosto de 1978. Ano I. Número 18.

como grandes produtores para o mercado monocultor soja/trigo/milho. Pode-se dizer que existia uma fração de produtores familiares já integrados no mercado capitalista de produção, do ponto de vista da mercantilização do excedente da produção, que mesmo não tendo muitas condições de competir no mercado de grãos em nível nacional e internacional, estavam em vias de “modernizar-se”, ainda no final da década de 1960. Conforme o IPARDES, o Oeste do Paraná já era, no início da década de 1970, a região com maior porcentagem de propriedades utilizando-se da produção mecanizada (8,5%).³⁷⁰

Um estudo importante para entender a agricultura na sua fase modernizante (essencialmente a década de 1970) no Paraná foi desenvolvido por Vanessa Fleischfresser. Conforme a pesquisa,

Nos anos 70, as alterações na base produtiva da agricultura foram de tal forma expressivas que mudaram radicalmente o movimento que marcou a trajetória da população rural nas três décadas anteriores. Entre 1940 e 1970, a população rural cresceu a altas taxas, apresentando um saldo migratório positivo de aproximadamente 2.800 habitantes. Em apenas uma década, 1970-80, o saldo migratório foi negativo em cerca de 2.600 pessoas. Esse movimento, que eclodiu na década de 70, já se encontrava em estado latente na segunda metade do quinquênio dos anos 60, devido à erradicação dos cafezais. Só que nesse período, a população excedente dos cafezais localizados no Norte do Paraná se deslocava às ainda existentes “fronteiras agrícolas” no Estado. Entretanto, nos anos 70, quando gradativamente se esgotava a fronteira agrícola, concomitante ao processo de intensificação no uso da moderna tecnologia (caracteristicamente poupadora de mão de obra) e à substituição de culturas, agora não mais somente o café, mas também alimentares por soja e pecuária, verifica-se uma notável evasão da população residente no meio rural.³⁷¹

Nota-se, portanto, que a modernização da agricultura atuava como seleção dos aptos a poder se modernizarem, apesar da abundância de crédito que foi disponibilizado para a compra dos meios de produção “modernos”. Nesta perspectiva, conforme Valdir Gregory, na microrregião Oeste do Paraná,

Houve, através de diversos mecanismos de atuação, o incremento de uma camada de médios produtores tecnificados, sendo que os que possuíam entre 20 a 50 hectares foram os que melhores condições tinham de se ajustarem às mudanças, ao passo que os de menos de 20 hectares tinham limitações econômicas para suportarem os requisitos da tecnificação. Em contrapartida,

³⁷⁰ Cf GREGORY, op. cit. 2002. p. 215.

³⁷¹ FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização Tecnológica da Agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70.** Curitiba: Livraria do Chain; CONCITEC/IPARDES, 1988. p. 21.

63% dos novos estabelecimentos criados entre 1970-80 estavam entre os de 50 a 200 hectares.³⁷²

No entanto, aconteceu uma grande diminuição nas pequenas propriedades e uma padronização das propriedades que conseguiam atender aos requisitos da “modernização”, aquelas com renda compatível para a compra do “pacote tecnológico” e, conseqüentemente, também com renda para o pagamento dos empréstimos oriundos desta empreitada. Especificamente em Marechal Cândido Rondon, a situação das propriedades rurais estava assim dividida:

TABELA 16: PROPRIEDADE DAS TERRAS EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Período	Total		Individual		Condomínio ou sociedade de pessoas		Sociedade Anônima ou por cotas de responsabilidade		Cooperativas		Entidade Pública		Instituição Pia ou Religiosa		Sem Declaração de propriedade	
	Estabelecimentos	Área (Ha)	Est	Ha	Est	Ha	Est	Ha	Est	Ha	Est	Ha	Est	Ha	Est	Há
1970	6.630	104.646	6.497	101.407	75	1.186	32	1.952	-	-	23	95	3	6	-	-
1975	6.515	116.300	6.365	111.882	87	3.798	11	352	5	32	23	156	2	1	22	77
1980	6.308	115.262	6.016	109.722	31	988	44	1.945	1	14	213	2.590	3	1	-	-

FONTE: Dados compilados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.³⁷³

Nesta tabela, vê-se que o número total de propriedades privadas (estabelecimentos) foi diminuindo na proporção de 4,85% entre os censos dos anos de 1970 e 1980 (de 6.630 para 6.308), e a área total destas propriedades, neste mesmo período, aumentou em 10,14% (104.646 para 115.262). Isso indica concentração de terra. Há a necessidade de levar em consideração que estes dados podem parecer tímidos, mas é a concentração de uma área de 10.616 hectares, ou 106.160.000 metros quadrados. Em aproximadamente 20 anos de cobertura dos censos agropecuários, forma-se a média de 530,8 hectares de área concentrada por ano. No sentido reforçar este processo, pode-se apontar que a propriedade individual decaiu 7,40%, de 6.497 para 6.016, indicando a existência de concentração de terras em Marechal Cândido Rondon no período analisado.

Uma indicação de Guiomar Inez Germano, com depoimento de um colono, mostra o processo por quem o viveu (tanto pesquisador quanto depoente) naquele momento histórico. Conforme Guiomar,

³⁷² GREGORY, op. cit. 2002. p. 215.

³⁷³ CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. op. cit.

Se, num primeiro momento, a ocupação da região se deu no sentido de um fracionamento da terra em pequenas propriedades, a tal ponto que uma das características da estrutura fundiária da região é a predominância de pequenas propriedades, com a introdução da lavoura da soja e do trigo e com o ingresso da modernização, está havendo também uma mudança na estrutura fundiária, no sentido de provocar uma tendência à concentração de terras e um conseqüente processo de emigração. Os depoimentos colhidos na região dão mostra disso: *Quem tem 3 alqueires, não tem futuro, vende para o latifundiário; Quem tem 4 colônias,³⁷⁴ tem ¾ das colônias mecanizadas, se ele tem boa safra de soja, tem condições de comprar as terras do vizinho e este vai embora (...); Depois que entrou a mecanização, as máquinas vieram para fazer as destocas, para organizar as lavouras, daí o pessoal foi embora, praticamente sumiram.*³⁷⁵

Seguindo com a reflexão indicada por Guimar Inez Germani, a condição dos proprietários das terras na microrregião ajuda a compreender a situação de terras na região.

TABELA 17: CONDIÇÃO DOS TRABALHADORES DO CAMPO EM RELAÇÃO ÀS TERRAS EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Período	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Estabelecimentos	Área (Ha)						
1960	1.289	40.830	859	20.076	-	-	-	-
1970	4.944	87.249	381	4.330	709	7.982	596	5.084
1975	5.303	104.070	422	4.182	565	6.370	225	1.678
1980	5.771	109.239	100	1.386	149	1.978	288	2.658

FONTE: Dados compilados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.³⁷⁶

Com esta tabela pode-se notar que somente o número de estabelecimentos e de área que tiveram crescimento foi o dos proprietários, indicando concentração de terra. A condição dos trabalhadores arrendatários, parceiros e ocupantes, teve diminuição entre os censos de 1960 e 1980, período marcado pela inserção da modernização conservadora. Indica a expulsão do campo de trabalhadores que foram sendo substituídos pelas máquinas. Um dado

³⁷⁴ “Uma colônia, na região, equivale a 10 alqueires”.

³⁷⁵ GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados Terra e Água:** o conflito de Itaipu. Salvador: Editora ULBRA, 2003. p. 26. Grifos no original. Esta geógrafa pesquisou e escreveu esta dissertação – hoje livro – em meio aos acontecimentos, e por isso suas citações constam quando a Itaipu ainda estava em fase de construção, e também utiliza o tempo verbal indicando processos que ainda estavam acontecendo. A dissertação foi defendida em 1982, na UFRGS, com o título “Os Expropriados de Itaipu”.

³⁷⁶ CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. op. cit.

que soa contraditório é comparação entre os gastos com arrendamento, presente na tabela 15, e a diminuição do arrendamento, presente na tabela 17. Entende-se que no processo de implementação da modernização conservadora no campo, o arrendamento passou a ser realizado com mais intensidade pelos colonos que já eram proprietários de terra. A diminuição presente na tabela 16 refere-se a trabalhadores sem a propriedade da terra que arrendavam áreas rurais, sendo estes expulsos, passando aos proprietários de pequenas e médias áreas a possibilidade de trabalhar em áreas maiores – com a ajuda do pacote tecnológico que possibilitava este processo.

Estes dados são importantes para perceber que a propriedade privada agrícola, em termos de tamanho, não cresceu significativamente, mas deixou de destinar área para outros grupos, de forma temporária e apenas para produção (não titularidade), porque a titularidade continuava sob o grupo de particulares. Este processo está diretamente relacionado com a inserção da modernização conservadora no campo, dada a possibilidade de uma família, com a utilização dos recursos tecnológicos trazidos pela modernização (trator, colheitadeira, implementos agrícolas, herbicidas, fungicidas, sementes modificadas, etc.) poder cultivar a mesma área ou uma área maior sem a necessidade de contratação de outros trabalhadores.

Conforme o PERSAGRI II,

(...) concentração e modernização da produção foram responsáveis pela expropriação de um número significativo de produtores não-proprietários, revelando que, no caso estudado, o desenvolvimento capitalista, aplicou-se seletivamente, definindo um segmento social a ser marginalizado. Isto, contudo, não significa que o desenvolvimento capitalista por que passou a região Extremo-Oeste tenha suprimido a unidade familiar como elemento básico da organização da produção. Pelo contrário, com o processo de modernização consolida-se o papel da propriedade familiar na base da estrutura produtiva da região.³⁷⁷

Neste sentido, o segmento social a ser marginalizado foi o dos trabalhadores do campo sem a propriedade da terra. No caso apresentado, era Leopoldo Ovídio Zart (indicado em citação da Rádio Difusora anteriormente) que procurava manter-se trabalhando no campo. Na microrregião Oeste do Paraná, no período da colonização (do início do processo, na década de 1950, até o início da década de 1970), os trabalhadores do campo sem propriedade trabalhavam por meio de um regime de trabalho de parceria ou arrendamento, mas, conforme o PERSAGRI II, também existia outra denominação que não entrava nos censos, mas que era

³⁷⁷ BESNOSIK, *et all.* op. cit. 1981. p. 37.

utilizada pelos colonos para designar aqueles que não tinham a propriedade da terra: eram os “agregados”.

Segundo o PERSAGR III,

Há referência frequente, menos na bibliografia e mais nas entrevistas realizadas na região, há contingentes de famílias sem terra que se dirigem, durante todo o período de colonização, para a região de fronteira. Pode-se identificar pelo menos dois fluxos de migrantes de que não dispõe da propriedade formal da terra, o primeiro vindo do sul, e o segundo vindo do norte. Junto com os colonos, ou imediatamente após o assentamento destes, chegam à região famílias das zonas de expulsão do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que, provavelmente por não disporem da propriedade nos locais de origem ou de algum tipo de fundo prévio de acumulação, não adquiram lotes da Fazenda Britânia. Muitas vezes estes trabalhadores são da mesma família dos colonos (frequentemente filhos e cunhados, segundo entrevistas), ou então conhecidos, vizinhos ou *agregados* nas zonas de origem. (...) Um segundo fluxo migratório de agregados e trabalhadores sem-terra vem do norte, e parece ter sido particularmente importante durante os anos 60. Neste período, o norte do Paraná estava passando por importantes transformações nos seus sistemas de produção, com a modernização das lavouras de café e a multiplicação das áreas da pecuária e de agricultura mecanizada. Este processo libera e expulsa mão de obra, que vai procurar se estabelecer na nova zona de fronteira do Oeste do Estado. (...) A chegada do *nortista* ao Extremo-Oeste se dá em condições bastante diversas daquela encontrada pelos que vem do Sul, beneficiados como vimos pelo estilo de colonização e já “socializados” de certa maneira. O agregado que vem do Norte tem que enfrentar uma situação mais difícil, muitas vezes agravada por elementos de preconceito sócio-cultural praticado ainda hoje contra os colonos que não descendem de alemães e italianos^{378, 379}.

No arrendamento, o proprietário da área dava uma parte da produção ao trabalhador, em troca do plantio de sua terra, com porcentagem previamente acordada, independentemente

³⁷⁸ “Um exemplo desta discriminação é o nome dados pelos colonos já estabelecidos ao aglomerado urbano que se formou na periferia de Toledo: ‘Vila Brasil’, a favela dos brasileiros, dos não-proprietários. Mesmo entre as elites do município o fator ‘étnico’ é utilizado para justificar as diferenças de desempenho entre os colonos e os nortistas, estes últimos considerados ‘acomodados e pouco empreendedores’”. Idem. Ibidem. p. 13. Em Marechal Cândido Rondon, um processo análogo aconteceu, mas o preconceito e o racismo eram mais latentes, tendo o bairro com as mesmas características a denominação de “Planeta dos Macacos”, que era o “Bairro da Cooperativa”. Este processo foi estudado, dentre outros pesquisadores, por LAVERDI, Robson. **Tempos Diversos, Vidas Entrelaçadas** – trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005. Como exemplo das condições de vida dos não-proprietários que eram moradores no “Bairro da Cooperativa”, os aqui também denominados de “nortistas”, indicar-se-á uma reportagem do jornal Rondon Hoje, intitulada *A Miséria Também Existe em Rondon*: “João trabalho no Serviço Autônomo de Pavimentação – SAPAM –, onde consegue um salário de Cr\$ 1.200 para sustentar 11 filhos e sua esposa. “Antes eu trabalhava de bóia-fria na cidade de Santa Rita d’Oeste, município de Terra Roxa. Agora já fazem sete meses que vim para Marechal Cândido Rondon”, afirmou João Antonio. Mas seu relato não termina por aí: “Eu cheguei até vender jornal. A vida é fogo, compadre, mas vai se fazer o quê? Agora, a SAPAM prometeu me aumentar o salário, e isso vai ser muito bom. Vamos aguardar, né, compadre”. Jornal Rondon Hoje. Marechal Cândido Rondon, de 14 a 21 de novembro de 1978.

³⁷⁹ BESNOSIK, et. all. op. cit. 1981. p. 12-13. Grifos no original.

da quantidade produzida ou, em caso de frustração de safra, tolerâncias eram realizadas por meio de acordo em contrato. No caso dos agregados, era trocada a sua força de trabalho por parte da produção ou por um pagamento (em produto e/ou em dinheiro, mas que era normalmente feito por parte da produção, evitando assim o colono de dispender dinheiro e auxiliando na consolidação da sua área). Partilhavam, os “agregados”, dos riscos de frustrações na produção, e dependiam do quanto trabalhavam para receber. Ambos eram formas de trabalho permanentes e importantes no campo durante os anos iniciais da colonização, isso porque deve-se considerar que antes da modernização com a introdução especialmente de máquinas agrícolas, exigia-se muita mão de obra para toda a atividade agrícola, desde o desmatamento e preparação da terra até a colheita, não somente nas áreas grandes, mas também na unidade padrão de propriedade agrária da MARIPA (de 24 hectares, por exemplo).³⁸⁰

No entanto, depois da modernização conservadora na agricultura, diminuiu a importância e a utilização do trabalho dos “agregados”, como visto nas tabelas anteriores, demonstrando a expulsão destes do campo. Para os colonos proprietários de terras, apontava o PERSAGRIII que,

Ao contrário do trabalho temporário, o trabalho permanente parece não ter grande relevância para as unidades de produção familiar. Um caso de trabalho permanente do qual se teve informação é o associado à criação de suínos, tendo sido mencionado que quando o número de matrizes excede a um certo limite é comum a contratação de um trabalhador para tomar conta do plantel, efetuando-se a remuneração parte em dinheiro parte em porcentagem sobre a produção. Este trabalhador recebe na região a denominação de agregado, embora tudo indique que ele nada tem a ver com a categoria social característica das primeiras duas décadas da colonização, assemelhando-se muito mais a um trabalhador assalariado permanente.³⁸¹

Estes trabalhadores, oriundos do campo, mas que foram expulsos dele devido à falta de propriedade e a inserção da modernização na agricultura, sendo muitas delas já expulsas de outras áreas rurais, que então viviam nas cidades, eram empregados, sazonalmente, nos períodos de pico na produção do campo (como ver-se-á mais adiante no texto). Sobre o tema, o PERSAGRIII indicou que,

³⁸⁰ Conforme os dados do PERSAGRI II, além dos “agregados”, entendidos como trabalhadores do campo sem a propriedade da terra mas que nela exerciam alguma atividade, também existiam outros sem-terra, os paraguaios e os “caboclos”, sendo que ambos transitavam pela região antes da colonização da MARIPA. A estes era destinado preferencialmente o trabalho manual mais pesado, de derrubada da mata, por exemplo. Cf. p. 19-21.

³⁸¹ BESNOSIK *et. all.* op. cit. 1981. p. 44-45.

(...) Mesmo quando estão empregados em ocupações urbanas, estes trabalhadores são mobilizados periodicamente para o trabalho sazonal na agricultura. Além disso, os próprios produtores-proprietários costumam assalariar-se temporariamente nas colônias dos vizinhos, o que é encarado no mais das vezes como uma modalidade de ajuda. Esta prática, agora remunerada em dinheiro, parece ser uma atualização da antiga prática da troca de dias, frequente nas regiões de origem dos colonos e mesmo na região de atração, nos primeiros anos da colonização. Neste caso, em que o trabalho temporário do vizinho complementa as necessidades sazonais da força de trabalho da unidade familiar, o assalariamento não define portanto uma relação de produção de tipo capitalista. (...) Da mesma forma que boa parte dos que se assalariam não o fazem como proletários, boa parte dos que empregam trabalho assalariado não o fazem como capitalistas. Não se trata de empregar capital variável para produzir mais-valia (e apropriação de lucro médio sobre o capital investido), mas de garantir a reprodução interna da unidade através da utilização de recursos externos disponíveis e necessários, no caso a força de trabalho de outros pequenos produtores familiares ou volantes da região. É importante reter aqui o caráter complementar do trabalho fora da família, que continua sendo responsável pela maior parte da força de trabalho dispendida no processo produtivo. E não se trata apenas de uma questão formal; a própria dinâmica de funcionamento e expansão da unidade familiar tem que levar em conta a limitação representada pela disponibilidade interna de força de trabalho, que só pode ser contornada à custa de gastos monetários relativamente elevados (em abril de 1981 a remuneração por dia de trabalho – a diária – girava em torno e Cr\$ 400,00).³⁸²

O salário-mínimo em maio de 1981 era de Cr\$ 8.464,80. A soma de 26 dias de trabalho de um “boia-fria” seria de Cr\$ 10.400, um pouco mais que um salário-mínimo para a época, e isso se ele conseguisse se empregar os 26 dias do mês, descansando somente aos domingos. Os gastos com o emprego de mão de obra assalariada podem ser considerados elevados dependendo do “porte” do produtor, se era um colono ou “empresário do campo”, de sua capacidade de endividamento na produção, capitalização, dentre outros. Portanto, o gasto “elevado” era relativo, dependendo de quem estava tendo que usar esta mão de obra. Para os trabalhadores, evidentemente, esta remuneração era rebaixada, considerando que o salário-mínimo tinha como base a “ração” diária necessária para a sobrevivência, e não levava em consideração outros gastos com qualidade de vida, medicamentos, etc., e, ainda, havia para eles a informalidade, a ausência de legislação específica para os “temporários” do campo, dentre outros.

De outra parte, também é complexo entender as relações sociais de produção capitalista no campo fora do capitalismo. Mesmo sendo uma relação até então diferenciada na venda de mão de obra, onde um proprietário de meios de produção vende a sua própria força

³⁸² Idem. Ibidem. p. 40-41. Os dados sobre os valores dos salários mínimos estão disponíveis em: http://www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde_.htm Acessado em: 09.08.2015.

de trabalho para outro proprietário, e vice-versa, isso não implica em entender esta relação destoadada do “tipo de produção capitalista”. É, sem dúvida, uma prática inserida e identificada com aspectos do capitalismo, mas, no entanto, com mediações, como a da troca de jornadas, dos mutirões, e ainda outros elementos que fogem a dimensão exclusiva do capital. São práticas capitalistas, mas configuradas em uma lógica que combina elementos outros, dentre eles a sociabilidade construída entre iguais, mesmo diante de remuneração.

Esta prática pode ser entendida como realizada para manter o dinheiro entre os “vizinhos” – excluindo desta forma o trabalhador sazonal (futuro “bóia-fria”) do trabalho no campo. Pode, ainda, ser encarado, além de uma forma de ajuda mútua entre vizinhos, como mais uma forma de opressão ao antigo trabalhador do campo que, há pouco, devido à modernização, já havia sido empurrado para a cidade, e agora perde – mais uma vez – o local de trabalho (antes para a máquina, agora para o proprietário proletarizado sazonalmente).

Ainda, pode-se entender a preferência dos colonos para o não emprego de força de trabalho assalariada nos picos de produção, por meio de algumas informações do PERSAGRIII. Conforme os dados levantados no relatório,

Apesar de, para a maioria dos produtores da região pesquisada, o trabalho familiar ser predominante com relação ao trabalho externo, o perfil de utilização de mão de obra da família situa-se já distante do modelo clássico da exploração familiar camponesa, caracterizada pela utilização intensiva da força de trabalho marginal no seio da unidade produtiva (esposa, pai, mãe, filhos). Algumas características clássicas, ao contrário, não se alteraram, como é o caso da distribuição interna da renda que continua se dando de forma não-proporcional ao aporte de cada membro da família. **Não há remuneração direta em dinheiro pelo trabalho de membros da família;** os excedentes são reunidos sob o controle do chefe da unidade e distribuídos para os filhos que casam, ou então aplicados como investimento nas próprias explorações.³⁸³

Ou seja, não havia necessidade de pagamento em dinheiro, assalariamento, aos membros da família. Não se gastava pelo trabalho extra necessário nas temporadas que exigiam mais força de trabalho, dado que este dinheiro ficava com o “chefe” da família. Era mais uma forma de manter uma fonte de renda na própria família do colono. Para entender este processo um pouco melhor, pode-se indicar Paul Singer, quando analisou sobre a renda no Brasil. Para ele,

³⁸³ Id. Ibid. p. 44. Grifos meus.

A ciência econômica apresenta várias e conflitantes teorias sobre a repartição *funcional* da renda, ou seja, da repartição da renda entre “capital”, “trabalho” e “terra” ou, mais precisamente, entre as rendas do capital (lucros, juros), do trabalho (salários) e da terra (aluguéis, renda da terra). Mas, da renda pessoal disponível uma grande parte das rendas do capital já estão excluídas. Além disso, do rendimento de cada indivíduo pode haver várias espécies de rendas misturadas. Por exemplo, nos ganhos de um diretor de empresa há rendas de trabalho e de capital; nas de um agricultor que é proprietário das terras que cultiva, há elementos de lucro, juros, salário e renda da terra. Portanto, as teorias da repartição da renda não podem ser aplicadas diretamente para entender como esta tem evoluído no Brasil.³⁸⁴

É, como indicado por Paul Singer, difícil entender o todo da composição da renda do conjunto de uma organização social específica, devido à complexidade das fontes e da imiscuidade delas (capital, trabalho e terra – associado a elas o poder patriarcal, concentrado na figura do pai sobre os demais membros da família, invisibilizados como trabalhadores, entre outras características). Singer estava preocupado em compreender o processo de concentração de renda no Brasil até a década de 1970. Criticava a visão oficial de que a centralização da renda estava ligada com o atraso do “capital humano” – sobretudo a educação – e, este peso recaía também sobre os colonos “desatualizados”. Estes, na visão oficial, segundo Singer, eram utilizados como bode expiatório para justificar o desvio da renda para os mais “sábios”, “modernizados”, enquanto os mais “ignorantes” (do campo e da cidade) eram os responsáveis pelo atraso econômico que eles mesmos provocavam com suas “escolhas produtivas tradicionais”.

Especificamente em Marechal Cândido Rondon, o desenvolvimento do capitalismo no campo levou a modificação na estrutura da mão de obra, na proletarização de uma parcela dos colonos, mas este processo não foi tão linear, homogêneo e totalmente finalizado. Estas transformações, iniciadas com a modernização conservadora, tiveram acelerações e retrações, fases amenas e agudas de expropriação e expulsão do colono e do trabalhador do campo, ou mesmo, de proletarização sazonal dos colonos, como indicado pelo PERSAGRI II:

O fato de que o trabalho familiar mantém sua importância em comparação com o trabalho de não-membros da família reflete com bastante clareza o caráter do desenvolvimento da região estudada. O surgimento e a generalização do uso da máquina e dos insumos modernos potencializaram o trabalho da família, permitindo que uma mesma quantidade de força de trabalho disponível seja capaz de dar conta de uma quantidade maior de terra. Esta combinação de especialização produtiva em uma ou duas lavouras e

³⁸⁴ SINGER, Paul. **Dominação e Desigualdade** – estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 12.

mecanização do processo de trabalho, contudo, alterou significativamente os ciclos produtivos da unidade familiar. Os períodos de trabalho concentram-se em dois “picos” durante o ano, que geralmente incidem com as etapas das capinas, não mecanizáveis.³⁸⁵ Nestes momentos, dificilmente as reservas de trabalho da própria família dão conta das necessidades impostas à lavoura. Este fenômeno explica o aumento da importância do trabalho assalariado temporário (...) paralelamente ao predomínio do trabalho familiar. **A importância reduzida da mão de obra permanente nas propriedades revela que a produção estritamente capitalista, embora em expansão, assume papel secundário na região pesquisada.**³⁸⁶

É interessante perceber que a microrregião em estudo passou por um processo de modificação nas relações de trabalho. Houve uma diminuição no número de dias que o emprego de grande quantidade de mão de obra na lavoura era necessário. A máquina, os insumos e os instrumentos voltados para a produção no campo moldaram relações sociais diversas das que existiam antes da introdução deste “pacote”. No entanto, destaca-se que, para os autores da pesquisa, a “produção estritamente capitalista” mede-se pela perenidade da mão de obra nas lavouras, e pelo suposto assalariamento dos trabalhadores. Se há pouca utilização de trabalhadores através da contratação por salário (diário, quinzenal, mensal, por safra, etc.), não há produção estritamente capitalista. Esta visão foi criticada por Paul Singer, pois reduz o entendimento e a importância da introdução da mecanização conservadora no campo e seus efeitos aos colonos na década de 1970, objeto do estudo. Conforme Paul Singer, a renda no sistema capitalista tem diferentes origens, e no campo não ocorre o mesmo processo de expropriação de mão de obra que ocorre nas cidades, nas fábricas, indústrias e outros locais onde o lucro do capitalista é extraído do trabalhador na produção de mercadorias. No campo, a relação de expropriação são outras, por meio também de extração de sobretrabalho (salário), mas também de outros, do lucro da venda do produto, de juros e especulação, renda da terra, da parceria, do arrendamento, entre outros. Mas, a crítica aqui relaciona-se com o entendimento de que a ausência de mão de obra permanente no campo seria uma produção diferente da “essencialmente capitalista”. O uso estritamente da mão de obra familiar – na maioria dos meses do ano – não caracteriza a produção, mecanizada, inserida no processo de produção monocultor “moderno”, como algo diferente do capitalismo. Trata-se do entendimento do processo dialético e materialista, onde o “novo” não supera completamente o

³⁸⁵ “A capina pode ser feita através do uso de herbicidas químicos, cujo uso é muito frequente no cultivo do trigo. Neste caso, a aplicação é em geral feita pelos próprios membros da família. Como a aplicação, contudo, exige a utilização de maquinária e implementos específicos, é comum a contratação de serviços de terceiros, como ocorre também no plantio e na colheita. Para a maioria das lavouras mais importantes da região – milho e soja – a capina ainda é majoritariamente manual”.

³⁸⁶ BESNOSIK, *et. all.* op. cit. 1981. p. 39-40. Grifos meus.

“velho”, ou seja, o modo de produção capitalista absorve formas e relações de trabalho que não fazem parte dele em si próprio como sistema socioeconômico, se isto for maximizar os lucros do capitalista. Neste sentido, o uso da mão de obra familiar no trabalho no campo não significa que vive-se no feudalismo, nem que o trabalho escravo tenha acabado.³⁸⁷

Com base nos dados do PERSAGRI II, Valdir Gregory indicou que

A modernização da agricultura, no Oeste do Paraná, e seu processo seletivo provocou uma tendência geral de concentração da propriedade e de concentração de produção. As atividades relacionadas com a produção tiveram o aporte da mecanização, sendo que o tamanho ótimo da exploração familiar aumentou. Isto quer dizer que as áreas modernizadas sofreram modificações nas formas de realização das tarefas produtivas, interferindo na estrutura ocupacional, no uso de tecnologia e na capacidade produtiva. (...) Houve significativa redução do número de produtores não-proprietários e uma consolidação da unidade familiar enquanto elemento da organização da produção (...). O uso do maquinário e de insumos modernos potencializaram o trabalho familiar, possibilitando à unidade familiar o cultivo de lavouras mais amplas. No entanto, ocorreram alterações nos “ciclos produtivos da unidade familiar”, concentrando os períodos de trabalho durante o ano na colheita, no plantio, na capina. Esta alteração se deveu a vários fatores. Na medida em que as áreas de cultivo eram aumentadas e as inovações tecnológicas iam sendo adotadas, os cultivos se especializavam e se abandonava muitos cultivos de subsistência e cultivos comerciais de menor importância. A adoção de sementes selecionadas exigia períodos mais curtos de plantio (inclusive os financiamentos bancários eram condicionados a estes períodos de plantio). O uso de maquinário reduzia significativamente o tempo gasto em preparo do solo, plantio e colheita. As atividades fora dos períodos de trabalho dedicados diretamente ao estabelecimento, por outro lado, como já foi mostrado, permitiam ao colono realizar tarefas ligadas às suas atividades produtivas tais como negociações com os bancos, com as cooperativas, participação em cursos.³⁸⁸

Assim sendo, o volume da produção *não* estava mais ligado com a capacidade produtiva da unidade familiar, mas essencialmente com a quantidade e qualidade das tecnologias utilizadas, bem como da possibilidade de empregar sazonalmente mão de obra assalariada. Desta forma, em pouco tempo o colono deixou de ser colono para ser “empresário do campo”, membro ativo do mercado regional, estadual, nacional e internacional, imprimindo a ele uma nova visão de si mesmo, sobre sua importância no papel produtivo.

Marli Terezinha Zumiro Schlosser fez o trabalho de pesquisar o discurso que fomentava a “modernização” no município. A imprensa foi um dos principais meios de

³⁸⁷ Um exemplo é esta chamada de notícia de oito de agosto de 2015, relacionada com um município localizado a 50 quilômetros de Marechal Cândido Rondon: *Polícia Resgata Paraguaio Trabalhando Como Escravos em Fazenda de Guaira*. Disponível em: http://www.mcrfoco.com.br/noticias/16328-policia_resgata_paraguaio_trabalhando_como_escravos_em_fazenda_de_guaira.html Acessado em 08.08.2015

³⁸⁸ GREGORY, op. cit. 2002. p. 226-227.

promoção da modernização da microrregião estudada, introduzindo elementos discursivos que levavam a crer que a resistência ao “progresso” não seria a melhor forma do colono permanecer no campo, quando o contrário.³⁸⁹ Também, complementando as análises de Schlosser, pode-se entender que as mensagens da imprensa encontraram eco entre os colonos, e que estes eram detentores de uma moral religiosa com base no trabalho, na racionalidade e na prosperidade/desenvolvimento, típico dos colonos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Em suma, pode-se perceber que a média propriedade agrícola (25 a 50 hectares) foi importante no processo de modificação da base técnica na agricultura na microrregião Oeste do Paraná, dada que estas áreas davam possibilidade à ampliação/intensificação das práticas capitalistas de produção no campo por meio da modernização conservadora. No entanto, somente os médios e grandes proprietários de terra poderiam inserirem-se no contexto tecnológico da modernização conservadora com certa segurança.

Uma forma de perceber a inserção da modernização conservadora em Marechal Cândido Rondon também pode ser feita através da investigação dos números relacionados com a residência dos proprietários das áreas rurais, conforme a tabela 18, que segue:

TABELA 18:FORMA DE ADMINISTRAÇÃO E RESIDÊNCIA DO PRODUTOR

Período	Forma de Administração				Residência do produtor					
	Produtor		Administrador		No estabelecimento		Fora do Estabelecimento ³⁹⁰			
							Zona Urbana		Zona Rural	
	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)	Estabelecimentos	Área (Ha)
1970	6.554	101.391	76	3.255	5.596	92.110	1.034		12.535	
1975	6.342	110.510	41	3.932	5.768	101.248	735		14.943	
1980	6.230	110.449	78	4.812	4.810	86.658	654 (Urb.)	13.935	805 (Rural)	12.396

FONTE: Dados compilados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.³⁹¹

³⁸⁹ Cf. SCHLOSSER, Marli Terezinha S. *NAS ONDAS DO RÁDIO: a viabilização da modernização agrícola no Oeste do Paraná (1960-1980)*. Dissertação de Mestrado em Geografia (UEM). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2001; _____. *O REVERSO DO DISCURSO E A CRISE DA ESPECIALIZAÇÃO AGRÍCOLA (EXTREMO OESTE DO PARANÁ 1980-2000)*. Tese de Doutorado em Geografia (UNESP). Presidente Prudente: Universidade Estadual de São Paulo, 2005.

³⁹⁰ A divisão entre Zona Urbana e Zona Rural só consta no censo de 1980.

³⁹¹ CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. op. cit.

Nota-se que houve uma redução no número de estabelecimentos onde havia a presença do proprietário, de 5.596, em 1970, para 4.810, em 1980 (redução de 14%). Ou seja, 786 estabelecimentos onde houve compra por parte de vizinhos ou por agentes urbanos que especulavam a terra. Também, percebe-se que em 1980, 1.459 “produtores” estabeleceram-se fora de suas propriedades, indicando não somente o êxodo rural dos não proprietários, expulsos do campo, mas também que os colonos e/ou empresários do campo estavam direcionando-se à cidade.

Conforme os dados do IBGE, pode-se entender que a compra da área pelo vizinho fez com que fossem anexadas áreas. Dessa forma, o proprietário das terras continuou no campo, mas com área maior. Aquele que vendeu e saiu, deixou de ser colono e por isso não pode ser computado como quem tem terra e passou a viver na cidade, porque, nos dados do IBGE, mudou de categoria. A transformação mais acentuada está entre os anos de 1975 e 1980 e, neste sentido, restaria saber se o percentual dessa migração está pela venda ou pela escolha em residir no meio urbano, mesmo que dependendo da renda do campo. Esta possibilidade interpretativa existe, mas não conseguir-se-á resposta para ela, devido ao fato de não se ter estes dados. Não há como indicar se a saída do campo foi maior procurando arrendar a terra e morar na cidade, ou se pela expulsão. Reforça-se que existe ambas as possibilidades, como se verá no próximo capítulo, quando na identificação da origem social dos vereadores do período, em que a maioria possuía terra ou tinha sua origem no campo. Assim, também há a possibilidade de interpretar a saída do campo como Afrânio Garcia Junior, no livro “O Sul: o caminho do roçado”,³⁹² onde analisa que houve uma mudança de concepção em relação a terra em si, passando de terra de trabalho, na qual se vive, para a noção de terra de negócio, do quanto de riqueza dela se pode extrair.

Estes dados podem ser interpretados como uma das formas (mas não a única) pelas quais a modernização conservadora criou as condições para que os colonos e/ou “empresários do campo” adentrassem no mundo da “pequena política”.³⁹³ Participando mais do convívio com o meio urbano – pela necessidade de estarem em contato com bancos, cooperativas, sindicatos, etc., bem como cientes do que acontecia no mercado agrícola em âmbito nacional

³⁹² GARCIA JUNIOR. Afrânio. **O Sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília: Editora Marco Zero e Editora UNB, 1990.

³⁹³ Antonio Gramsci faz diferenciação entre pequena e grande política. De maneira geral, a “grande política” compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A “pequena política” compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3. p. 21-22.

e internacional – entendendo que as políticas de fomento à agricultura, crédito, facilidades e outras “vantagens” são adquiridas por meio da política.

Neste sentido, o PERSAGRI II informava que,

(...) Ao que tudo indica ocorre, particularmente junto aos estabelecimentos médios que elevarem substancialmente a sua propriedade durante o processo de modernização, a ampliação dos períodos de ociosidade da força de trabalho familiar. Esta é, na verdade, a outra face dos “picos” de demanda de força de trabalho em determinados momentos do ciclo de produção. Este aumento do tempo “livre” da família resolveu-se, segundo a pesquisa realizada, de diversas maneiras. Antes de mais nada parece ter se efetivado uma alteração nos horários de trabalho (como levantar mais tarde, por exemplo) e um aumento no tempo de lazer – para o que o equipamento urbano de lazer, como o cinema, o futebol e a lanchonete, tem se expandido na sede do município. Igualmente parece ter sido reduzida a importância do trabalho feminino nos serviços agrícolas (exceto nos “picos” de trabalho), ao mesmo tempo em que eleva-se o nível de escolarização dos filhos dos produtores – na medida em que as tarefas agrícolas deixam de concorrer com a escola na organização do trabalho familiar. Os jovens ficam mais “urbanos”, mesmo quando continuam morando na zona rural, porque passam boa parte do dia na cidade estudando e, eventualmente, trabalhando. Esta alteração, possibilitada pela mecanização dos processos produtivos na agricultura, tem consequências importantíssimas no que diz respeito à assimilação de novos hábitos culturais e de novas mentalidades, principalmente por parte dos filhos dos agricultores.³⁹⁴

Dormir mais, divertir-se mais, estudar mais e menos trabalho para as mulheres. Estas modificações, na perspectiva do PERSAGRI II, foram resultados da “modernização” da agricultura na década de 1970, na microrregião Oeste do Paraná. Certamente foram transformações que modificaram o âmago do *ser* colono, não somente no âmbito econômico, mas também cultural e político.

Pode-se elencar aqui mais uma diferenciação entre colono e “empresário do campo”. Estas transformações supostamente benéficas no campo, a proximidade com a cidade e tudo o que ela poderia oferecer, não foi um “direito” que a modernização levou a todos que dela participaram. É evidente que nem todos poderiam usufruir das características apontadas no relatório da Fundação Getúlio Vargas. A modernização conservadora é conservadora também porque conserva as estruturas de poder, de dominação, de expropriação e de dominação no campo. Para se ter acesso a estes benefícios, o colono deveria ultrapassar a limitação territorial que o segurava entre os pequenos e avançar ao terreno dos médios e grandes. Ao

³⁹⁴ BESNOSIK, *et. all.* op Cit. 1981. p.45.

colono, detentor de uma pequena propriedade (entendida aqui até 12 hectares, ou meia colônia) dificilmente poderia usufruir plenamente destas características apontadas pelo PERSAGRI II.

No sentido de apontar para a organização de classe dos “antigos” colonos, pode-se citar o Jornal Rondon Comunicação, quando em uma de suas matérias divulgava que houve “Boa Participação no Curso Para Empresários Rurais”:

(...) o curso para **empresários rurais** em Marechal Cândido Rondon, nos dias 09 e 10 de maio, teve êxito total. A participação e o interesse demonstrado por parte dos agricultores vem mais uma vez coincidir com os **objetivos que o técnico espera o que são de um agricultor esclarecido, e ciente da necessidade de sua organização para representar a classe. (...) Precisamos de um agricultor organizado em todos os sentidos, sua união de classe, na administração de sua propriedade e na adoção das técnicas agropecuárias modernas, procurando diminuir os custos provocados por uma produtividade maior.** Mas, voltando ao assunto o Escritório local da ACARPA de Marechal Cândido Rondon espera que os agricultores continuem assim, com vontade de vencer e com isso prestando sua grande parcela de colaboração ao desenvolvimento social, técnico e econômico, para o município.³⁹⁵

A utilização do termo “empresários rurais” destoa da antiga autodenominação de colono ou agricultor. Aqueles que conseguiam se apropriar dos referenciais e das exigências do mercado, já não eram mais colonos ou agricultores, mas empresários rurais, voltados para o mercado externo de *commodities*, produzindo com base no mais alto nível de complexidade técnica, administrando “empresas rurais”. Chama a atenção para o indicativo da necessidade de “esclarecimento” do colono para a necessidade de representar-se enquanto “classe”. Este curso, mesmo sem saber dos temas tratados é, sem dúvida, um indicativo da organização dos colonos, mediado pelo Estado, em torno de grupos, associações, sindicatos e/ou outras formas de representação.

O teor do “Curso para Empresários Rurais” pode ser deduzido de outra reportagem do jornal Rondon Comunicação, o que revela a concepção daquilo que era importante naquele momento histórico para a fração capitalizada da agricultura. Segundo o Jornal Rondon Comunicação,

A associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – ACARPA, tem sua ação orientada pela política governamental de desenvolvimento do meio rural, sendo entidade executora de um programa evolutivo em extensão rural, por delegação do Ministério e da Secretaria da Agricultura. O trabalho de

³⁹⁵ Jornal Rondon Comunicação. *Boa Participação no Curso Para Empresários Rurais*. Marechal Cândido Rondon. 25.05.1974. Grifos meus.

Extensão realizado na região em 1974, teve como objetivo, no campo econômico: (...) melhor administração dos fatores de produção, eleva o Valor Bruto da Produção (VBP), a **maximização dos lucros**, através da **minimização dos custos de produção** e ou obtenção de maiores receitas totais. A introdução na agropecuária de práticas modernas para aumentar a produção e produtividade:

- **Maior qualificação e utilização da mão de obra.**
- **Maior e melhor emprego do fator capital por unidade produtiva.**
- **Atuação no mercado dos produtos agropecuários visando a melhor comercialização da produção através da ação cooperativista.**
- **Gerar excedentes de produtos agropecuários com possibilidade de exportação dentro do programa “Corredores de Exportação”.**³⁹⁶

Este conjunto de medidas, começando pela maximização dos lucros por meio da minimização dos custos da produção, é importante para perceber o aprofundamento qualitativo no entendimento dos preceitos da modernização conservadora junto aos “empresários do campo”. Esta ideologia da racionalização e da acumulação capitalista vai de encontro com as antigas formas de produzir do colono, pois exige, por exemplo, “maior qualificação da mão de obra” (possivelmente conhecimento das novas tecnologias e das novas técnicas agrícolas). Excluía-se desta qualificação os trabalhadores “diaristas” (como a Rádio Difusora chamava-os), ou bóias-frias, bastante presentes naquele período, ou ainda os “agregados”, meeiros, arrendatários e outros sem a propriedade privada da terra adequada e “modernizada”. Tratava-se, essencialmente, de qualificar a mão de obra familiar dos colonos e, em menor medida, a mão de obra presente na área urbana (oriunda do êxodo rural, provocado pela própria modernização conservadora, por exemplo) por meio de cursos voltados para a área.³⁹⁷ Entende-se que este clima de modernização gera o contraste com a crise econômica dos anos posteriores, como ver-se-á.

Um dos objetivos da ACARPA aos “empresários rurais” era o de proporcionar a educação necessária para a ampliação do investimento de capital no campo, bem como de sua gerência na “unidade produtiva”. Isso era necessário, numa ponta, ao governo, para manter e/ou aumentar a produção agrícola, mantendo as exportações e, na outra, para que o “empresário do campo” aplicasse corretamente este capital, não desperdiçando-o ou agindo em desconformidade com a lógica capitalista de acumulação. Era, em suma, o equilíbrio de interesses entre o governo (capita/exportação), bancos (capital) e “empresários do campo” (produção/capital) que estava sendo buscado. Ensinar os “empresários do campo” a aplicar,

³⁹⁶ Idem. *ACARPA 1974*. Marechal Cândido Rondon. 08.02.1975. Grifos meus.

³⁹⁷ Curso de tratoristas, por exemplo, eram oferecidos no CEMEP, bem como de mecânica diesel e outros relacionados com o trabalho no campo – direta ou indiretamente.

administrar e aumentar o capital era necessário para que o crescimento econômico e a manutenção destes no campo, procurando sempre o aumento da taxa de lucro.

No que se refere a “melhor comercialização da produção através da ação cooperativista”, pode-se indicar outra reportagem, onde se demonstra uma das práticas das empresas cerealistas de Marechal Cândido Rondon na busca de maximizar os lucros. Conforme o Jornal Rondon Comunicação,

O colono que se cuide. Tem comprador de soja que vem com conversa mole de segurar o produto até o fim de junho e depois pagar o preço do dia, mas isso não passa de conversa fiada. Quando chega a hora de libertar o “tutu” eles descontam armazenagem, pesagem, secagem, frete, sutagem, despesas com pessoas e juros pelo adiantamento para a colheita. No fim quase não sobra nada para o inocente produtor. Se continuar o estado de coisas vamos começar a declinar os nomes de alguns cerealistas deste naípe.³⁹⁸

Assim, proprietários de empresas agrícolas – não mencionadas – agiam para aumentar a taxa de lucros e esta prática deveria ser entendida e combatida pelo “empresário do campo”. Ainda, mencionou-se o cooperativismo, este tema será tratado em item específico, dada a importância que acredita-se ter para a formação do mercado agrícola – e da racionalidade/ideologia burguesa – de Marechal Cândido Rondon. Enfim, gerar excedentes de produtos agropecuários com possibilidade de exportação, maximizando os lucros – tanto de bancos como o de “empresários do campo” – foi um discurso amplamente divulgado naquele período.

³⁹⁸ Jornal Rondon Comunicação. *Chumbo Grosso*. Marechal Cândido Rondon. 29.06.1974. Grifos meus.

CAPÍTULO IV

4. MODERNIZAÇÃO E CRISE EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Dando continuidade ao estudo do processo histórico iniciado com a modernização conservadora na microrregião Oeste do Paraná, este capítulo busca entender algumas consequências desta aliada com a crise econômica na década de 1970 em Marechal Cândido Rondon. Este processo precisa ser compreendido no contexto socioeconômico que estava inserido. Acredita-se que iniciar pelo “milagre” e pela “crise do milagre” ajuda a apreender alguns dos processos econômicos da microrregião, bem como a partir de então, será possível indicar algumas especificidades microrregionais.

Não tratar-se-á do conjunto da teoria das crises econômicas no capitalismo. Karl Marx não sistematizou esta discussão em reflexão específica, diluindo este conceito em partes de suas análises, principalmente sobre o capital. Não somente por esta justificativa dada por estudiosos do tema, mas porque este tema é alvo de acalorados debates entre especialistas na área, com teses dedicadas exclusivamente ao tema, não cabendo aqui debater a essência da crise e suas vertentes, mas indicar-se-á o mínimo necessário para poder entender a crise econômica e os desdobramentos do processo de modernização conservadora em Marechal Cândido Rondon.

Quando se aponta a ideia de “milagre”, logo emerge pensamentos relacionados a algo de sobrenatural. No caso da economia, não existe possibilidade de acontecerem milagres. São políticas de ações relacionadas com a produção, circulação e consumo que formam o bojo deste processo. Portanto, o uso do conceito de “milagre econômico” é algo a ser problematizado como uma política de governo visando determinados fins, a partir de determinadas ações. Em outros termos, com o golpe civil-militar de 1964, os militares ajustaram as ações políticas caracterizadas como liberais e conservadoras.³⁹⁹ Desta forma, atuavam controlando movimentações sociais reivindicatórias (greves, reivindicação por terra, entre outros), promovendo, por meio de regulamentações, o “arrocho salarial”, promoveram a

³⁹⁹ Em especial a cartilha de Milton Friedmann e os “Chicago Boys”.

entrada (e principalmente a saída) do capital internacional, incentivaram as exportações (digase de passagem, principalmente agrícolas). Promoveram, enfim, a intensificação da concentração de capital e a modernização autoritariamente.

Na dinâmica da economia capitalista, existem flutuações simples e mudanças de longo prazo. Um dos fatores de maior polêmica entre os pesquisadores da área (comumente economistas) é sobre a natureza causadora destas modificações. Alguns acreditam na preponderância dos fatores exógenos (internacionais) na causa dos ciclos, e outros nos fatores endógenos (internos) como vetores principais para os ciclos econômicos e, alguns, em ambos.⁴⁰⁰ Segundo Tânia M. L. de Carvalho e Silva,

Há um certo consenso entre os diversos autores na identificação de cinco fases cíclicas na economia brasileira do pós-guerra, segundo as variações no nível de expansão do produto interno bruto e da produção industrial. A primeira fase, de 1947 a 1961, foi de expansão com altas taxas de crescimento do PIB. No período entre 1947 e 1955, a taxa média geométrica anual de crescimento do PIB foi de 6,8% e entre 1955 e 1962 foi de 7,1%. A segunda fase vai de 1962 a 1967, com a desaceleração do ritmo de crescimento da economia: taxa média do PIB foi de 3,2%. A terceira fase foi a do *milagre econômico*, entre 1968 e 1973, com taxa média de crescimento do PIB de 11,2%. A quarta fase foi de 1974 a 1980, com desaceleração. Entre 1973 e 1976 a taxa média foi de 8,3% e, entre 1976 e 1980, foi 6,2%. A quinta fase, de 1981 a 1983, tem a recessão e taxas negativas de crescimento do PIB.⁴⁰¹

Os ciclos econômicos ajudam a entender o processo de ascensão e queda na taxa de acumulação capitalista. Entende-se que, destes ciclos, houve acelerações e desacelerações na taxa de crescimento. O período a ser estudado neste capítulo, compreende a quarta fase, que foi de 1974 a 1980, a “crise do milagre”, com queda na taxa de crescimento, que implica entendê-la como um momento de desaceleração do crescimento da economia, mas se manteve em crescimento, de 6,2%, algo considerável em termos macroeconômicos.

⁴⁰⁰ Cf. BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Auge e Declínio nos Anos 70**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1983; OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977; RANGEL, Ignácio. *A História da Dualidade Brasileira*. In: **Revista de Economia Política**. Vol 1, n. 4, 1982. Disponível em: <http://www.rep.org.br> Acessado em: 04.06.2015; SERRA, José. *Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira no Após-Guerra*. In: **Revista de Economia Política**. Vol 2, n. 6, 1982. Disponível em: <http://www.rep.org.br> Acessado em: 04.06.2015; SINGER, Paul A **Crise do Milagre**. Rio de Janeiro: PazeTerra, 1982; TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição das Importações ao Capital Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

⁴⁰¹ SILVA, Tânia M. Limeira de Carvalho e. *Uma Síntese das Teses Centrais de Interpretação do Ciclo na Economia Brasileira*. In: **Revista de Economia Política**. Vol 6, n. 4, 1986. Disponível em: <http://www.rep.org.br/> Acessado em: 04.06.2015.

4.1 MODERNIZAÇÃO E CRISE ECONÔMICA EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON: aspectos iniciais

Para Argemiro Brum, “A modernização da agricultura paranaense é puxada, sobretudo pela expansão da cultura da soja, tendo o trigo como lavoura secundária. Se foi rápido o processo de colonização do Oeste do Paraná, muito mais veloz ainda foi o processo de modernização da agricultura. Em apenas dez anos, expandiu-se e consolidou-se”.⁴⁰² E este processo foi possível, segundo ele, devido ao “(...) fato da agricultura do Paraná ser marcadamente mercantil, dinâmica e diversificada, acrescida do caráter pioneiro dos colonizadores e da predominância de uma classe média com relativo poder aquisitivo e sempre preocupada em aumentar a rentabilidade (...)”.⁴⁰³

Entende-se que a avidez pelo aumento da produtividade do campo e pela lucratividade da renda da terra foi, ao mesmo tempo, fator de crescimento e de perdas para os colonos da região, pois ao mesmo tempo em que a dívida adquirida com financiamentos foi responsável pelo crescimento da circulação de capital. Esta voracidade pelo lucro também levou os colonos à falência, dado que a rentabilidade da produção dependia – e de certa forma ainda depende – dos fatores climáticos. Assim, a produção monocultora está fortemente influenciada pela disponibilidade de créditos e pela “normalidade” das estações do ano. Quando os dois fatores estão em consonância, há certa tranquilidade no campo. Não estando, acontecem quebras nas safras, falta de pagamento dos financiamentos, perda de propriedades para o capital financeiro, etc.

Começar-se-á a tratar da crise econômica em Marechal Cândido Rondon na década de 1970 com uma reportagem do Jornal Rondon Hoje que, apesar de longa, sintetiza o processo histórico vivido da década de 1950 até aquele momento (na percepção dos interlocutores), e indicando as principais preocupações daqueles que se identificavam no *Lions Clube* de Marechal Cândido Rondon, bem como aponta para os principais temas deste capítulo.

Segundo o semanal,

Na data de 16 de setembro, nas dependências do [Clube] Concórdia, o Lions Clube de Marechal Cândido Rondon, imbuído sempre dos mais relevantes objetivos que frutifiquem em prol da sociedade rondonense, realizou

⁴⁰² BRUM, Argemiro J. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Ijuí: FIDENE, 1985. p. 157.

⁴⁰³ Idem. *Ibidem*.

importante reunião, onde, em palestra de Friedrich Rupperch Seyboth, foi discutido sobre o tema “Problema Econômico de Marechal Cândido Rondon e sua Recuperação”. Tentaremos reproduzir, não total, mas parcialmente a palestra de Seyboth: “Rondon está, atualmente, com um grande problema econômico e nesta reunião trataremos deste problema. Quando da visita de Erich Rink [Cônsul da Alemanha no Brasil] a Marechal Cândido Rondon ele me perguntava qual o número de alunos que comportavam as escolas de segundo grau do município. Eu lhe disse que era aproximadamente um mil. Mas depois fomos informados que o número oficial é de 948 alunos e 3.000 os que estão concluindo o curso ginasial, aptos a entrarem nas escolas de segundo grau. Nós devemos nos preocupar com este contingente, mas muito longe de fazê-lo, estamos aguardando sentados, folgadões, sem a mínima preocupação perante eles. Assim também estamos perante a economia rondonense. Há 25 anos [1953] quando chegávamos a Cascavel não fazíamos ideia de como chegaríamos a Toledo e posteriormente a Rondon, pois à nossa frente só se avultava uma densa mata e a estrada era um pique. Naquele tempo a economia que tínhamos, empregados na edificação de General Rondon, e, de repente, nossa economia também baixou, mas foi recomposta com a vinda de outros moradores. Foi planejado desde o início que a vila de General Rondon seria baseada no minifúndio, porque assim achávamos que seria melhor. Já em 1958 fizemos em Rondon uma exposição agropecuária e industrial onde foram expostos produtos agrícolas, pecuários e da pequena indústria que aqui já sustentávamos. Nos anos de 1962 e 1964 começava uma nova etapa da nossa agricultura: começou a surgir a lavoura mecanizada. Rondon, naquela época, tinha renome estadual, pois se você fosse a Curitiba e dissesse que veio de Rondon, eles se admiravam, pois sabiam que aqui era um dos poucos redutos estaduais de boa economia e onde a crise não transparecia. Chegado o ano de 1970, quase não tínhamos nenhum problema de ordem econômica. Naquele tempo todos iam bem de vida e não havia competição. Mas com a chegada da mecanização da lavoura e o cooperativismo, **os problemas começaram a surgir, uma vez que esperamos muito da lavoura e da cooperativa. Depois que a lavoura mecanizada deu uma boa safra, todos introduziram nova técnica em suas terras e deixaram de lado aquelas pequenas coisas que muito auxiliam o colono.** Esta inovação trouxe uma transformação total. **O desmatamento foi feito desordenadamente** e já os primeiros problemas começaram a despontar. As primeiras safras foram boas, sem dúvida e, desta maneira, **os colonos transformaram seus minifúndios em latifúndios. O colono que tinha maior estabilidade econômica, comprava do vizinho e este procurava outras terras em lugar distante. Alguns destes pequenos agricultores emigravam para o Paraguai, outros para o Mato Grosso, outros ainda para o Rio Branco e demais regiões.** Lá tiveram que começar tudo novamente, assim como nós começamos aqui, há 25 anos, para repetir o que aqui foi feito. **Rondon, que antes era basicamente minifúndio, agora se transformou em latifúndio e, com máquinas que vieram substituir a mão-de-obra, fizeram que o pequeno agricultor praticamente desaparecesse.** Certa vez alertei Almiro Bauermann, na sua gestão de prefeito, a coisa estava se agravando, ou seja, o pequeno agricultor estava abandonado Rondon. O Almiro simplesmente retrucou “que não me preocupasse, pois mesmo que um grande número de pessoas estava saindo, a nossa cidade estava aumentando”. Mas hoje notamos que não foi exatamente isto que aconteceu. (...) **No ano de 1976 a geadada arrasou os trigais da região, mas ainda bem que em 1977 as safras foram satisfatórias. Neste ano, porém, tivemos que suportar o peso da estiagem, que frustrou toda a safra de soja,** estiagem esta que foi causada

pelas condições climáticas que nossa região se sujeitou. **A economia que já estava bastante afetada, acabou por ser grave e Rondon sentiu, como muitas outras cidades, o peso do drama que nós mesmo provocamos.** As firmas que também foram atadas com este problema começaram a **despachar seus operários** e muitas acabaram de uma maneira um tanto esquisita, dentre elas, firmas construtoras. **Os bancos que antes tinham dinheiro sobrando, agora só não fecharam para manter o bom nome.** Temos em Rondon um grande número de hospitais que igualmente dispensaram seus operários. O patrão sente quando é preciso dispensar um operário, mas o que há de se fazer. Atualmente está em fase de acabamento o paço municipal, que acho uma coisa desnecessária, quando outras são tão urgentes ou, talvez, mais ainda. Há tanta gente pobre no município e este dinheiro acho que deveria ser empreendido com as pessoas carentes. Tivemos um grande problema recentemente fechamento do Frigorífico. A Orgasol e a cooperativa dispensaram a maioria de seus empregados. Minha estimativa é de que a população de Rondon diminui cerca de 40 por cento. Vejam então que o panorama não é dos melhores. Em Rondon veem-se somente mais latifúndios e já entramos num ciclo vicioso, plantando somente soja e trigo. O problema está aí e cabe dar-lhe uma solução, não só em termos de Rondon, mas em termos de Oeste. Não estamos mais em crise, nós estamos, isto sim, em situação de calamidade pública.⁴⁰⁴

Como visto nos capítulos anteriores e nas palavras de Seyboth, pode-se afirmar que a economia de Marechal Cândido Rondon era essencialmente agrícola. Através desta característica, expandiu-se a exploração do solo, por meio da monocultura, especialmente os cultivos que mais eram demanda para o mercado externo, mas estruturaram-se as primeiras crises – devido a intempéries e flutuações no preço dos produtos agrícolas – na década de 1970. Estes e outros temas abordados (êxodo, migração, “modernização”, etc.) na citação anterior serão debatidos durante o capítulo.

Não menos importante é destacar ainda no início deste capítulo que politicamente a associação de interesses em torno da modernização conservadora da agricultura se dava por meio de partidos políticos. Em Marechal Cândido Rondon havia a ARENA e a ARENA2,⁴⁰⁵ que eram representações distintas de uma mesma classe dominante, ou seja, eles se diferenciavam apenas pelos projetos para administrar o capital, e não por uma oposição de ideologias, de propostas que poderiam ser antagônicas, mas, sobretudo pela retórica que expressavam.⁴⁰⁶ Neste sentido, segundo o Deputado Estadual pelo MDB no período, Gernote

⁴⁰⁴ Jornal Rondon Hoje. *Preocupação [em] Recuperar a Economia*. Marechal Cândido Rondon, 3 a 10 de outubro de 1978. p. 4.

⁴⁰⁵ O MDB só entrou com atuação no município em 1976. Destaca-se, também, que o ditador Ernesto Geisel esteve em Marechal Cândido Rondon no mesmo ano para prestar homenagem ao município que, proporcionalmente, mais votou na Arena no Brasil.

⁴⁰⁶ Depois da abertura política, a ala da Arena 2 se dividiu, negociando a entrada na situação ou oposição.

Kirinus, “Foi em Marechal Cândido Rondon que a Arena obteve as mais expressivas vitórias eleitorais no país”.⁴⁰⁷

No sentido de ilustrar o panorama político no município na década de 1970, especificamente em 1976, primeiro ano onde houve disputa tendo nomes do MDB, pode-se relacionar outra citação da Rádio Difusora, onde indicou que foram *Impugnados Candidatos do MDB*:

Foram reveladas as impugnações dos candidatos do MDB e aqui e que não poderão concorrer ao pleito de 15 de novembro. Pelo que se conhece, os impugnados são: Bertoldo Weber, BennoFelippe Schmidt, HelvinoGuebauer e Berdinand Spitzer, este último sendo ex-vereador pela Arena durante a legislatura passada. (...) A impugnação aqui foi maciça, pois em comparação, em Cascavel onde 45 candidatos emedebistas concorreram, somente houve a impugnação de um elemento, cujo nome não foi divulgado.⁴⁰⁸

Esta impugnação “*em massa*” mostra como as pressões e articulações políticas eram muito fortes. Talvez como resultado disso, depois da eleição de 1976, a Rádio Difusora noticiou que *ARENA Fez Mais, Mas MDB Participa Onde Era Domínio Absoluto da ARENA*:

Na manhã de hoje foi dado a conhecer o resultado oficial das eleições de 15 de novembro de Marechal Cândido Rondon. Do número total de eleitores, de 26.486, votaram 22.774, deixando de votar 3.712, com a abstenção de 14,5%. Os votos brancos totalizaram 366 e os nulos 311. A ARENA SOMOU 16.642 votos, e o MDB. 5.545. Os candidatos da ARENA receberam a seguinte votação: Antônio José Lorenzi, 1.031; Werno Ivo Lamb, 1.299; SeobaldoPriesnitz, 391; Verno Scherer, 1.349; Ariovaldo Luiz Bier, 1.596; Romeu Saatkamp, 1.009; João Natalio Stein, 1.473; Guilherme Carlos Figur, 851; Élio Lino Rusch, 1.382; NoriPooter, 971; Alfredo Kunkel, 1.268; Guido Schneider, 660; Hilmo Weiss, 1.684; e Pedro Rauber, 1.558 votos. Os emedebistas receberam a seguinte votação: Luiz Leduc, 553; Ivo Deuner, 186; Armando Dockhorn, 440; Nilton Hamm, 998; Arno Lüdeke, 570; Décio Greef, 993, Romeu Backes, 788; Paulo Rufino Gromoski, 817; votos só para a legenda do MDB, 110. O MDB conquista, pela primeira vez, duas cadeiras na Câmara Municipal, que serão ocupadas por Nilton Hamm e Décio Greef. A ARENA, com sete vagas, cedeu duas vagas para o próximo quadriênio. As sete serão ocupadas por: Hilmo Weiss, Ariovaldo Luiz Bier, Pedro Rauber, João Natalio Stein, Élio Lino Rusch (o único da sede municipal a ocupar uma vaga), Verno Scherer e Werno Ivo Lamb.⁴⁰⁹

A ARENA continuou sendo maioria, mas diante do resultado compunham novas representações, não se resumindo somente a arenistas, como em todas as legislaturas

⁴⁰⁷ KIRINUS, Gernote. **Entre a Cruz e a Política**. Paraná: Editora Beija-flor, 1979. p. 62.

⁴⁰⁸ FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. **Rádio Difusora**. 02/09/1976.

⁴⁰⁹ Idem. Ibidem. 16/11/1976.

anteriores. É interessante perceber que somente um dos eleitos era representante da sede, ou seja, da “cidade”. Todos os outros são de distritos, então supostamente ligados com o setor agrícola. Isso não indica que, necessariamente, a sede não possuía “empresários do campo” e que estes não influenciavam na política econômica agrícola municipal. Pode indicar que os eleitos foram eleitos por sua representatividade no campo, sua inserção e influência no meio rural, e nada os impedia de mudar para a cidade depois de eleitos – como muitos fizeram. Para a análise que está sendo realizada é importante reter que a maioria do legislativo estava ligada com os anseios do campo, ou melhor, como se verá, com a modernização conservadora para o campo.

Ilustrativamente, para reforçar o indicado acima, pode-se relacionar as legislaturas e os vereadores que a compuseram durante os anos da pesquisa:

TABELA 19: 3ª LEGISLATURA 31/01/1970 A 31/01/1973

NOME	PARTIDO	CARGOS	NÚMERO DE VOTOS	ORIGEM SOCIOECONÔMICA
Harry Pydd	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador, presidente duas vezes e vice-presidente	1.479 votos	Proprietário de área rural, empresário, morava na cidade.
Nori Pooter	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador e presidente	770 votos	Profissional Liberal, Morava na cidade.
Plínio Ary Schütz	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador e 1º Secretário	684 votos	Empresário na cidade, onde também residia.
Salvino Vanderlinde	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vice-presidente duas vezes	775 votos	Professor no distrito de Porto Mendes.
Gernotto Salomon	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador e 2º Secretário	811 votos	Proprietário de área rural.
Elmo Lauro Gall	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador	663	
Ivo Grellmann	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador	890	
Harry Feiden	Aliança Renovadora	Vereador e 1º secretário	Não consta em ata	Empresário, morava na cidade

	Nacional – ARENA			
Reinwald Adolfo Prochnow	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador e 2º secretário	694	
Berdinand Spitzer	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Suplente, assumindo cargo	653	Empresário, morava na cidade
Lauro Mathias Weirich	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Suplente, assumindo cargo	Não consta em ata.	Empresário, morava na cidade

FONTE: Adaptado de dados compilados por Cristiano Viteck, assessor de imprensa da Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, e de entrevista com o médico e ex-vereador Ítalo Fernando Fumagalli.

TABELA 20: 4ª LEGISLATURA 31.01.1973 A 31.01.1977

NOME	PARTIDO	CARGOS	NÚMERO DE VOTOS	ORIGEM SOCIOECONÔMICA
Eldor Egon Lamb	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador. Presidente e 1º secretário	2.834 votos	Proprietário de área rural.
Verno Scherer	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador. Vice-presidente e presidente	1.254 votos	Proprietário de área rural, empresário, morava no distrito de Pato Bragado.
Lauro Rohde	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador, 1º secretário e vice-presidente	1.241 votos	Profissional Liberal, morava no distrito de Entre Rios do Oeste.
Ary José Hoff	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador	1.048 votos	Proprietário de área rural.
Werno Ivo Lamb	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador e 2º secretário	1.054 votos	Empresário, morava no distrito de Quatro Pontes.
Waldi Winter	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador	1.104 votos	Empresário, morava na cidade.
Rodolfo Kratz	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador	850 votos	Proprietário de área rural em Porto Mendes.
Rudi Reuter	Aliança Renovadora	Vereador	844 votos	Empresário, morava na cidade

	Nacional – ARENA			
Roberto Bernardo Tenfen	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador	841	
Harry Feiden	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Suplente, mas assumiu	774 votos	Empresário.
Plínio Kleemann	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Suplente, mas assumiu	817 votos	Empresário, proprietário de área rural, morava na cidade.

FONTE: Adaptado de dados compilados por Cristiano Viteck, assessor de imprensa da Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, e de entrevista com o médico e ex-vereador Ítalo Fernando Fumagalli.

TABELA 21: 5ª LEGISLATURA 01/02/1977 A 31/12/1982

NOME	PARTIDO	CARGOS	NÚMERO DE VOTOS	ORIGEM SOCIOECONÔMICA
Verno Scherer	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador e presidente. Na condição de presidente da Câmara, de 15 de abril de 1978 a 02 de março de 1979 desempenhou o cargo de prefeito de Marechal Cândido Rondon, em razão da renúncia do prefeito anterior, Almiro Bauermann. Em seu lugar assumiu o suplente Alfredo Kunkel. Em 1º de março de 1979, através do decreto nº 6.373, foi nomeado prefeito pelo governador Jayme Canet Júnior. Permaneceu no cargo até 04 de junho de 1985, quando pediu licença para tratamento de saúde, sendo.	1.349 votos	Reeleito
Hilmo Weiss	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador, presidente, vice-presidente, 1º secretário e 2º secretário	1.684 votos	Proprietário de área rural, representante de Mercedes
Elio Lino Rusch	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador, presidente, vice-presidente e 1º secretário	1.382 votos	Representante da sede, depois de completar o 2º Grau, foi eleito vereador e fez carreira na política. O pai era colono.
Pedro Rauber	Aliança Renovadora Nacional –	Vereador e 2º secretário	1.558 votos	Empresário, representante de Iguaporã

	ARENA			
Ariovaldo Luis Bier	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador	1.596 votos	Empresário e representante de Novo Horizonte
Werno Ivo Lamb 993 votos	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador, presidente e vice-presidente	1.299 votos	Empresário e representante da sede.
João Natálio Stein	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Vereador	1.473 votos	Proprietário de área rural, empresário e representante de Entre Rios
Décio Greef	Movimento Democrático Brasileiro – MDB	Vereador	993 votos	Empresário, proprietário de área rural e representante de Pato Bragado
Nilton Hamm	Movimento Democrático Brasileiro – MDB	Vereador e 1º secretário	998 votos	Empresário e representante de Mercedes
Alfredo Kunkel	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Suplente. Assumiu como suplente do vereador Verno Scherer, mas renunciou ao cargo.	1.268 votos	Proprietário de área rural, representante por Porto Mendes. A partir de 1979 foi presidente da Copagril.
Romeu Saatkamp	Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Assumiu em 19 de fevereiro de 1981 como suplente do vereador Alfredo Kunkel, que renunciou ao cargo.	1.009 votos	Profissional liberal, representante da sede.

FONTE: Adaptado de dados compilados por Cristiano Viteck, assessor de imprensa da Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, e de entrevista com o médico e ex-vereador Ítalo Fernando Fumagalli.

Os dados sobre a origem socioeconômica da tabela foram fornecidos pelo médico e ex-vereador Ítalo Fernando Fumagalli. Ele é um personagem da história política de Marechal Cândido Rondon, hoje sem funções públicas (é presidente do PSC no município, mas não possui cargo público). Portanto, como as questões estavam ligadas com a origem destes ex-vereadores, e não sobre o desempenho político ou outro aspecto que poderia provocar uma tendência a enaltecer ou diminuir os investigados, acredita-se na possibilidade de utilização destes dados, sem grandes mediações políticas sobre a depoente e os vereadores daquelas gestões.

Analisando todas as legislaturas de 1970 a 1982, três mandatos, de todos os vereadores, somente 2 foram do MDB. Predomínio da Arena no município. Também, de todas as origens socioeconômicas possíveis de identificar, foram 10 vereadores que se mantiveram ligados com o campo, outros 10 empresários e dois profissionais liberais (dentista e professor). Mostraram-se cinco vereadores que eram proprietários rurais e empresários. No decorrer do texto, os interesses e as intenções destes vereadores ficarão mais claras, como o discurso do pastor e ex-deputado estadual pelo MDB, Gernote Kirinus, à época representante da região na Assembleia Legislativa do Paraná, mostrou alguns dos descontentamentos em relação à situação política no município.

Segundo ele,

Em Marechal Cândido Rondon, grassa o fantasma da politicagem barata, grassa o peleguismo e a prepotência calcada na arbitrariedade dos homens que se dizem benfeitores, quando na verdade exercem funções públicas como ditadores da ordem e que se julgam no direito de mandar e desmandar no que não lhes pertence, nem de fato, nem menos por direito, começando pelos cargos e mandatos que exercem.⁴¹⁰

Portanto, pode ser notado um descontentamento do MDB no que se refere à impossibilidade de se fazer maioria e, desta forma, fazer valer suas políticas. Mas é importante reter que o município era formado politicamente pela maioria arenista e sua proposta conservadora de sociedade encontrava o ambiente perfeito para se estabelecer, dada a injeção de verbas públicas para o financiamento agrícola em um município essencialmente agrícola. Informalmente, sabe-se que não se via problemas nas Arena's ou na ditadura, pois os anseios econômicos estavam sendo supridos.

4.2 MODERNIZAÇÃO, ENDIVIDAMENTO, INTEMPÉRIES: dinâmica da crise na agricultura na década de 1970 e algumas conseqüências em Marechal Cândido Rondon

Para o entendimento do processo socioeconômico que passou a microrregião Oeste do Paraná há a necessidade de indicar a ascensão e queda na produção agrícola registrada na década de 1970. Do início até metade da década de 1970, houve um incremento na produção

⁴¹⁰ KIRINUS, Gernot. *O Último a Sair Apague a Luz*. In: **Entre a Cruz e a Política**. Paraná: Editora Beija-flor, 1979. p. 59.

da safra agrícola de cereais. Este foi motivado, em grande medida, pela regularidade do clima – com temperatura e chuvas em tempo certo –, pela introdução do “pacote tecnológico” da modernização conservadora e pelo fácil acesso aos créditos agrícolas. Foi, portanto, momento de crescimento econômico para os colonos que puderam adequarem-se ao novo modelo produtivo. No entanto, na safra de 1977/1978 houve o contrário do que havia acontecido nos anos anteriores, com intempéries (principalmente a estiagem e a geada), provocando o “desespero” dos produtores que estavam endividados com as agências de fomento agrícola e corriam o risco de perderem suas propriedades, caso a produção fosse baixa.

Pode-se afirmar que um dos principais vetores – mas não o único – da “quebra” de colonos na década de 1970, em Marechal Cândido Rondon, foi o endividamento e a frustração nas safras. Neste sentido, pode-se relacionar o estudo de Valdir Gregory, apontando para

Este fato contribuiu fortemente para o processo seletivo de produtores e para a proletarização dos que não honraram seus “compromissos” (dívidas). Contribuiu, também, para reforçar o espírito competitivo entre os produtores e corroer os laços comunitários da tradição colonial, como já foi mencionado. No Extremo-Oeste Paranaense, houve modificações no que se refere à estrutura fundiária, à população rural e ao mercado agrícola. Houve redução da mão-de-obra familiar e crescimento do número de assalariados permanentes e temporários e de parceiros.⁴¹¹

Assim, como será visto com mais detalhes adiante no texto, o crédito para “modernizar” a produção agrícola foi, para alguns, motivo de aumento da produção, capitalização, inserção/ampliação no modo capitalista de produção no campo, porta de entrada para o mundo da “pequena política”, entre outros. Para colonos com pequenas áreas, este quadro foi o inverso, trazendo dívidas não saldáveis e a necessária perda da sua pequena propriedade – para as agências de financiamento, como bancos, que exigiam hipoteca das terras, por exemplo, ou pela necessária venda para saldar as dívidas.

Pode-se dizer que a forma de reagir à crise na agricultura na microrregião Oeste do Paraná para pequenos, médios e grandes proprietários foi diversa. De maneira geral, os grandes proprietários de terras, talvez não vendo a possibilidade de conseguir os mesmos rendimentos, dirigiram muitas reclamações aos seus representantes no Parlamento, procurando medidas governamentais para amenizar as consequências da quebra, como amortização de juros, refinanciamentos, etc. Por parte dos pequenos e médios proprietários de terras endividados, não coube muitas reclamações, mas a venda de suas propriedades para

⁴¹¹ GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial** – migrações no Oeste do Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002. p. 220.

quitar as dívidas adquiridas durante a “febre” da super-safra. A possibilidade de “modernizar-se” trazia uma diferenciação social entre os colonos que podiam ou não financiar o “pacote tecnológico”.

Conforme o PERSAGRI II,

O empobrecimento relativo dos produtores mais ou menos estagnados (contidos naquele grupo de até cerca de 15 ha e que não podem acumular excedentes com alguma estabilidade) revela-se pela comparação com produtores que têm podido acumular e multiplicar suas benfeitorias, máquinas e equipamentos. Esses produtores pela acumulação já realizada têm acesso fácil a crédito e a sofisticados galpões, aviários, pocilgas, silos, garagens, etc., ampliando cada vez mais sua capacidade de acumular e se diferenciar com relação aos menores. Essa capacidade de se diferenciar tem se mostrado especialmente relevante no acesso a tratores e colhedeadas, que são propriedade, praticamente, apenas dos que mostram capacidade de acumular e aumentar suas propriedades.⁴¹²

Neste sentido, os colonos que tinham suas propriedades rurais e que optaram pelo processo de modernização conservadora da agricultura, em Marechal Cândido Rondon, tiveram dificuldades para se manter no setor, como se está tentando demonstrar. Seguindo a linha de interpretação do PERSAGRI II, onde os colonos “(...) contidos naquele grupo de até cerca de 15 ha e que não podem acumular excedentes com alguma estabilidade” formavam a grande porcentagem da estrutura agrária. Isso pode ser visto através de censos agropecuários:

TABELA 22: GRUPOS DE ÁREA TOTAL

Período	Total		Grupos de Área Total (Ha)											
	Estabelecimentos	(Ha)	< 1		1 a < 2		2 a < 5		5 a < 10		10 a < 20		20 a < 50	
			Est.	(Ha)	Est.	(Ha)	Est.	(Ha)	Est.	(Ha)	Est.	(Ha)	Est.	(Ha)
1970	6.630	104.646	55	23	138	187	1.181	3.914	1.338	9.349	2.088	28.001	1.650	46.047
1975	6.515	116.300	38	21	96	132	1.029	3.705	1.442	10.631	2.035	27.996	1.553	44.684
1980	6.308	115.262	282	85	125	172	933	3.356	1.192	9.186	1.892	26.245	1.536	44.234

Total de hectares (de 1-50) = 83.278 ha

⁴¹² BESNOSIK, Roberto I. & CEZAR, Paulo B. & RIBEIRO, Ivan de O. **Modernização e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira**: um estudo do extremo-oeste do Paraná. Horto. 1981. p. 96.

CONTINUAÇÃO DA TABELA 22: GRUPOS DE ÁREA TOTAL

Período	Grupos de Área Total (Ha)										
	50 a < 100		100 a < 200		200 a < 500		500 a < 1000			1000 a < 2000 (Ha)	
	Est.	(Ha)	Est.	(Ha)	Est.	(Ha)	Est.	(Ha)	Est.	Est.	(Ha) Est.
1970	145	9.293	23	2.952	9	2.952	3	1.180	-	-	-
1975	253	1.6987	41	5.288	8	554	5	3.092	1	1	1.210
1980	273	1.8082	57	7.251	15	4.371	2	1.064	1	1	1.212

FONTE: Dados compilados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1960, 1970, 1975 e 1980.⁴¹³

Antes de analisar estes dados,⁴¹⁴ há a necessidade de levar em consideração o mencionado em capítulo anterior, onde se indicou que a soma de 250.000 metros quadrados, ou dez alqueires (110x220 metros – 24.200 metros quadrados, ou 25 hectares), era a medida de um lote de terras conhecido popularmente na microrregião como “colônia de terra”. Esta era – e ainda é – usada como referência na compra e venda de terras. Serve, nesta análise, para comparar as propriedades rurais que chegavam a uma colônia.

No censo de 1970, de 6.630 estabelecimentos, as áreas rurais de 1 a 20 hectares formaram o conjunto de 4.800 estabelecimentos, enquanto as de 20 a 2.000 somadas fazem o número 1.830. Proporcionalmente, 72,3% eram áreas de 1 a 20 hectares e 27,7% as de 20 a 2.000. Em 1975, do total de 6.515 estabelecimentos agrícolas recenseados, as propriedades rurais de 1 a 20 hectares somavam 4.640, e as de 20 a 2.000 hectares, 1.875. Proporcionalmente, 69,9% eram propriedades de 1 a 20 hectares e, 31,1% as de 20 a 20.000. E, no censo de 1980, de um total de 6.308 estabelecimentos recenseados, os de 1 a 20 hectares

⁴¹³ CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. Volume 3. Tomo 9. 1ª e 2ª partes.

CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. Volume 1. Tomo 18. 1ª e 2ª partes.

CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1983-1984. Volume 2. Tomo 3. Número 20 - 1ª e 2ª partes.

⁴¹⁴ Os estabelecimentos, para o IBGE, referem-se “As áreas confinantes sob a mesma administração, ocupadas sob diferentes condições legais (próprias, arrendadas, ocupadas gratuitamente) foram consideradas como um único estabelecimento. As áreas confinantes pertencentes a um só proprietário, mas entregue a administração diversa, foram consideradas como estabelecimentos distintos. Consideram-se também como estabelecimentos distintos as áreas exploradas em regime de parceria, quando os responsáveis pela administração eram os próprios parceiros”. In: CONCEITUAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DIVULGADAS. CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. Volume 3. Tomo 9. 1ª e 2ª partes. Estas características são comuns e estão presentes nos censos utilizados. Esta classificação dificulta um pouco as análises que seguem, pois queria-se identificar essencialmente os proprietários. No entanto, não é invalidada, dado que estes dados, mesmo que por vezes mesclam proprietários com arrendatários – por exemplo – ajudam na compreensão no entendimento da crise na agricultura que se está investigando. Ainda, para sanar esta dificuldade, apresentar-se-á uma tabela com dados específicos sobre a “A Forma de Administração e Residência do Produtor”.

somavam-se 4.424, e o restante, de 20 a 2.000 hectares, formavam 1.884. Proporcionalmente, 70,1% eram propriedades de 1 a 20 hectares, e 29,9% as de 20 a 2.000 hectares. Destaca-se, na tabela acima, que somente houve crescimento nos estabelecimentos de 50 a 500 hectares, sendo os demais reduzidos. Isso indica, dentre outras coisas, que houve concentração de terra entre os proprietários dentro deste patamar de área (50 a 500 ha) e perda de área para os demais (1 a 50 ha).

Esta análise é importante para perceber que em todos os censos analisados a estrutura fundiária de Marechal Cândido Rondon teve a preponderância de pequenas propriedades rurais (1970=72,3% 1975=69,9% 1980=70,1%). Isso implica entender, no mínimo, duas possibilidades interpretativas sobre estes números. Primeiramente, levando em consideração a diminuição de estabelecimentos entre 1 a 50 hectares, e entendendo que na pequena propriedade fundiária somente um “trabalhador coletivo” administrava a área, havia dificuldade para este colono na manutenção de sua propriedade diante da modernização conservadora e das exigências feitas aos colonos para manter-se com os padrões produtivos exigidos por este modelo de produção, levando-o a procurar saídas para o problema que se apresentava (monocultura, modernização conservadora, crise na agricultura), vendendo sua área e procurando outros locais para tentar recomeçar, por exemplo. Uma segunda possibilidade interpretativa leva a crer que, mesmo havendo a preponderância da pequena propriedade, isso não implica necessariamente em pequenos produtores, ou seja, um colono poderia ter mais de um estabelecimento agrícola – como acontece na atualidade – e este produz em sua área e na do “vizinho”. Percebe-se que com a crise pode ter sido iniciado e/ou intensificado o processo de agregação da propriedade dos pequenos e médios estabelecimentos (até 50 ha) por parte dos colonos mais abastados.

Ainda, neste sentido, há mais uma possibilidade de interpretação, devido ao fato de que os colonos que compravam as terras de outros poderiam não agregá-las as suas, e assim não aumentavam necessariamente o número de uma única propriedade (mesmo isso podendo ser visto através dos censos), que permanece nos censos em pequenas proporções, mas muda-se a estrutura social no campo, onde alguns passam a acumular mais capital que outros.⁴¹⁵ Em suma, ocorreu a mudança na representação da titularidade sem mexer na estrutura agrária. Isso porque diante das dificuldades enfrentadas pelo colono tradicional, este efetuou a

⁴¹⁵ Cf. NARDOQUE, Sedeval. *Renda da Terra e Produção do Espaço Urbano em Jales-SP*. (Doutorado em Geografia). São Paulo: UNESP, 2007. O autor faz uma discussão sobre o método da concentração de terra utilizando a estratégia da família. Desta forma, os membros da família, utilizando-se de nomes diferentes, concentram diversas pequenas propriedades, e desta forma podem acessar financiamentos estatais e outros incentivos que eram destinados somente aos pequenos proprietários rurais.

comercialização, que pode ter sido incorporada pela vizinhança mais capitalizada, sem anexá-la a sua área, mas registrando em nome de filhos e/ou outros “laranjas”. Além disso, deve-se levar em consideração o arrendamento como outra possibilidade analítica, quando o colono poderia sair do campo sem deixar de ser proprietário, ampliando a possibilidade de acumulação para os arrendatários.

Outra forma de perceber a concentração de terra em Marechal Cândido Rondon é através do censo sobre a titularidade da terra, estabelecida no IBGE como próprias e de terceiros. Nota-se a diminuição no número de estabelecimentos, mas o aumento no número total de terra, bem como o crescimento no número de terra do produtor, ou seja, aquele que está no campo, trabalhando em sua propriedade. Houve diminuição no número de hectares de terceiros incorporadas aos estabelecimentos (ou que os constituem), conforme a tabela abaixo:

TABELA 23: TERRAS PRÓPRIAS E DE TERCEIROS

Período	Estabelecimentos	De Terceiros Incorporadas aos Estabelecimentos ou que os Constituem (Ha)					
		Total	Do Produtor	Total	Arrendadas		Ocupadas
					Por Quantia fixa	Por Cota-Parte da Produção	
				1970	6.630	104.646	86.436
1975	6.515	116.300	95.995	17.305	7.083	8.190	2.033
1980	6.308	115.262	105.964	9.297	2.949	3.112	3.235

FONTE: Dados compilados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.⁴¹⁶

Pode-se analisar da seguinte maneira: dividindo o número de hectares “do produtor” (86.436) pelo número de estabelecimentos (6.630), tem-se, no censo de 1970, o resultado de 15,78 hectares por proprietário. No censo seguinte, 14,73 proprietários por hectare e, no censo de 1980, 16,79 hectares por proprietário. Houve, portanto, uma acumulação de propriedades na segunda metade da década de 1970, coincidentemente ou não, com a crise na agricultura na microrregião.

As terras de terceiros incorporadas aos estabelecimentos (ou que os constituem) tiveram redução nos mesmos anos, mas, mesmo assim, indica, no mínimo, duas possibilidades imbricadas de interpretação: uma primeira, que leva a crer na diminuição do

⁴¹⁶ CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. op. cit.

arrendamento possivelmente pelo aumento da maquinização da produção e, uma segunda, entendendo que a diminuição da necessidade de mão de obra no campo leva à concentração da produção, concentrando o capital em um número cada vez menor de colonos.

Uma forma de visualizar oscilações na produção é através de tabelas relacionadas com a monocultura no município de Marechal Cândido Rondon. Os dados que seguem são do Departamento de Economia Rural do Paraná – DERAL – núcleo regional de Toledo. Eles ajudam a perceber as flutuações na produção agrícola que, nestes casos, serão do trigo, soja e milho.

TABELA 24: PRODUÇÃO DE TRIGO NA DÉCADA DE 1970⁴¹⁷

MUNICÍPIO	SAFRAS	ÁREA PLANTADA (ha)	ÁREA PERDIDA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	PRODUÇÃO (t)
Marechal Rondon	1969	7.300	0	7.300	1.100	8.030
	1970	11.200	0	11.200	1.000	11.200
	1971	23.000	0	23.000	400	9.200
	1972	22.500	0	22.500	960	21.600
	1973	43.769	0	43.769	1.974	86.400
	1974	12.000	0	12.000	666	7.992
	1975	60.000	48.000	12.000	666	7.992
	1976	70.000	13.012	56.988	904	51.517
	1977	75.000	0	75.000	973	72.975
	1978	93.500	5.075	88.425	979	86.568
	1979	73.000	4.000	69.000	1.037	71.553
1980	68.000	3.000	65.000	900	58.500	

FONTE: Departamento de Economia Rural do Paraná – DERAL – núcleo regional de Toledo.

A produção de trigo sofreu queda brusca na produção. Esta se deu nas safras de 1975 e 1976, se perceber a área plantada e a área perdida. O destaque vai para a área perdida em 1975, que foi de 48.000 hectares. O motivo para esta queda foi a geada ocorrida no Paraná naquele ano, conhecida como “geada negra”, que causou grande quebra na safra de inverno e prejuízos econômicos. Esta geada tradicionalmente é conhecida como fator de expulsão dos trabalhadores do campo, principalmente na região Norte do Paraná, onde os cafezais foram atingidos, mas também havia outras influências anteriores a este acontecimento.⁴¹⁸ Por ora, é

⁴¹⁷ Os dados relativos ao DERAL foram compilados pelo responsável do setor, em Toledo, e fornecidos por e-mail. Portanto, a credibilidade dos números é do DERAL.

⁴¹⁸ É interessante destacar o trabalho de Juliana Valentini. Para ela, “A expulsão em massa de trabalhadores rurais, que geralmente é associada à crise da cafeicultura ou às chamadas 'geadas negras', passou por inúmeros outros fatores que, muitas vezes, são omitidos ou substituídos por explicações simplistas. As alterações na legislação trabalhista, as políticas de mecanização da produção no campo, a diversificação e industrialização da produção, os conflitos agrários ocorridos no campo, dentre outros, são fatores que não podem ser ignorados”.

importante perceber que as intempéries afetam diretamente o campo, e que com a “geada negra” não foi diferente em relação ao trigo.

No entanto, muitas vezes o capital influencia mais na decisão do que plantar do que a desconfiança em relação ao tempo – e também, evidentemente, o seguro agrícola ajuda o capital nesta “confiança”. Assim, nota-se que o trigo tem crescimento na área plantada, mesmo com a grande área perdida em 1975 e 1976. A queda na área plantada começa a aparecer nas safras de 1979 e 1980, e isso, possivelmente, a mais intempéries, como relatou o *Jornal Rondon Hoje*:

Embora ainda em pequena escala, Rondon já está colhendo sua safra de trigo, processo este que permanecerá até a primeira quinzena de agosto, quando então deverão ser colhidos os dois milhões e trezentos mil sacas previstos para a área de influência da Copagril. Isto se as diversidades climáticas não vierem a afetar. Segundo o Engenheiro Agrônomo Luiz Pedro Massinani, gerente técnico da Copagril, (...) É péssima a média atingida até o momento, apresentando um rendimento médio de apenas 20 sacas por alqueire. Ainda, segundo Luiz Pedro, **esta produção deve-se aos problemas enfrentados recentemente, com as geadas.** (...) Preocupada com o problema, a Copagril conta com diversos técnicos de campo para servir os associados.⁴¹⁹

Hoje sabe-se que a safra de 1979 não foi das melhores, com quebra em 4.000 hectares. A contradição fica pelo dado fornecido pelo Deral, onde há 1.037 quilos por hectare de produtividade, e os dados do engenheiro agrônomo da Copagril, que levam a entender uma pequena produção por alqueire.

O mesmo não se pode dizer da produção da soja, conforme a tabela abaixo.

VALENTINI, Juliana. *Sociedade Rural do Paraná: organização e atuação da fração agrária da classe dominante no Paraná 1946-1964*. Dissertação de mestrado em História (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon, 2014. p. 74. Assim, a “geada negra” de 1975 foi um dos fatores que levaram à expulsão dos trabalhadores no campo. Outros, também devem ser considerados. No entanto, para esta análise em específico, indica-se que a geada foi fator de quebra na produção do trigo na região, como indicado na tabela.

⁴¹⁹ *Jornal Rondon Hoje. Rondon Colheu Seu Trigo mas a Produção é Baixa*. Marechal Cândido Rondon, 10 a 17 de julho de 1979. Grifos meus.

TABELA 25: PRODUÇÃO DE SOJA NA DÉCADA DE 1970

MUNICÍPIO	SAFRAS	ÁREA PLANTADA (ha)	ÁREA PERDIDA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	PRODUÇÃO (t)
Marechal Cândido Rondon	69/70	21.000	0	21.000	1.168	24.528
	70/71	20.000	0	20.000	1.200	24.000
	71/72	25.000	0	25.000	1.500	37.500
	72/73	35.000	0	35.000	1.771	61.985
	73/74	17.667	0	17.667	2.528	44.662
	74/75	65.000	0	65.000	2.700	175.500
	75/76	77.889	0	77.889	2.493	194.177
	76/77	79.800	0	79.800	2.327	185.695
	77/78	85.062	0	85.062	1.340	113.983
	78/79	88.000	0	88.000	1.789	157.432
79/80	85.000	0	85.000	2.424	206.040	

FONTE: Departamento de Economia Rural do Paraná – DERAL – núcleo regional de Toledo.

Nota-se, com esta tabela, que os dados relacionados com a área plantada e a área colhida não mudam, supondo que sempre se colheu a área plantada. Sobre o não preenchimento da lacuna relacionado com a área perdida, a informação junto ao setor responsável foi a de que estes dados “se perderam”. O que mais interessa para esta análise, além da área plantada, é a produção.

De maneira geral, nota-se que a produção de soja esteve presente em toda a década de 1970, crescendo em área plantada principalmente a partir de 1974. Na safra de 1974-1975 foi produzido um total de 175.500 toneladas, em uma área plantada de 65.000 hectares. Chama-se a atenção para este ano, pois foi a partir dele que a produção de soja passou dos 50.000 hectares de área plantada e não baixou mais, indicando uma disposição dos colonos para plantarem esta semente. Assim, percebe-se que desde a safra de 1973-1974, a área plantada com soja sempre aumentou, oscilando a produtividade e a produção.

Começou-se a análise pela safra de 1974-1975 para contrapor os dados da safra 1977-1978, onde a soja foi plantada em uma área de 85.062 hectares, colhendo 113.983 toneladas. Comparativamente, a área plantada em 1977-1978 era 20.062 hectares maior do que a plantada em 1974-1975, mas a produção em 1977-1978 foi 61.517 toneladas a menos do que em 1974-1975. Ainda, pode-se notar a produtividade de quilos por hectare, quando naquele período a cifra foi de 1.340 quilos por hectare, contrastando com os mais de 2.000 quilos por hectare dos anos quatro anteriores. Em síntese, aumentou a área de soja plantada mas a produção foi menor. Este é um claro indicativo da crise na agricultura em Marechal Cândido Rondon na segunda metade da década de 1970.

Também, pode ser visto que as safras anteriores tinham um crescimento em área plantada, produtividade e produção. Supõe-se a produção de soja estava, então, em plena ascensão, quando as intempéries frustraram a produção. Mas, não só a soja, como o trigo.

O trigo era um produto que fazia parte da alimentação do colono, que plantava essa cultura pensando também no seu sustento. Até o início da década de 1970 era prática comum levar uma saca de trigo até o moinho e voltar para casa com uma saca de farinha de trigo. Então o colono ao plantar o trigo almejava comercializar, mas antes de tudo garantir a dieta alimentar da unidade familiar. Esta intencionalidade pode ter mudado na década de 1970, com a modernização e a ampliação da produção, possibilitando comprar a farinha ao invés de produzi-la.

O mesmo não ocorreu com a soja, que foi sendo incorporada devido à procura internacional pelo grão e o conseqüente aumento e/ou manutenção do preço da saca, e nada tinha a ver com a alimentação do “trabalhador coletivo”. Também, quando os filhos dos colonos cresceram e, mais antenados com as exigências do mercado e de lucros, substituíram o tipo de produto praticado nas pequenas propriedades. Com isso se está afirmando que não somente as intempéries climáticas exerceram papel importante na mudança de atitude produtiva, mas estiveram associadas a outros elementos, dentre eles: a possibilidade de maiores ganhos que eram apontados no movimento da balança comercial; associada aos incentivos estatais direcionados a incorporar maior número de adeptos que se envolvesse com os novos produtos (como a soja), e assim o estado garantia a produção firmada nos acordos comerciais que fazia com diversos países compradores de produtos agrícolas.

Neste sentido, pode-se apontar alguns slogans dos governos militares, sendo um deles do final da década de 1970, findado o “Milagre Econômico”, no governo do General João Baptista Figueiredo, intitulado: “Plante que o João garante”. O governo oferecia o preço mínimo e a seguridade na comercialização da produção, fato que não se deu efetivamente.

Já o milho, grão de histórica produção na região – e talvez por isso a área plantada não foi crescendo, mas ao contrário, diminuindo – teve forte redução na produção na safra de 1977-1978, conforme a tabela abaixo.

TABELA 26: PRODUÇÃO DE MILHO NA DÉCADA DE 1970

MUNICÍPIO	SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	ÁREA PERDIDA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	PRODUÇÃO (t)
Marechal Cândido Rondon	69/70	40.000	0	40.000	2.400	96.000
	70/71	37.000	0	37.000	2.100	77.700
	71/72	30.000	0	30.000	1.800	54.000
	72/73	28.416	0	28.416	2.068	58.764
	73/74	32.818	0	32.818	1.656	54.347
	74/75	14.000	0	14.000	2.400	33.600
	75/76	20.000	0	20.000	3.000	60.000
	76/77	28.260	0	28.260	2.525	71.357
	77/78	10.000	0	10.000	846	8.460
	78/79	10.000	0	10.000	3.432	34.320
	79/80	13.000	0	13.000	4.980	64.740

FONTE: Departamento de Economia Rural do Paraná – DERAL – núcleo regional de Toledo.

Nota-se que de uma área plantada de 28.260 hectares em 1976-1977, colhendo 71.357 toneladas de milho, na safra seguinte, no ano da quebra, a área plantada passou para 10.000 hectares, com uma produção de apenas 8.460 toneladas. A produtividade também revela a crise na produção do milho, quando na safra de 1977-1978 foram 2.525 quilos por hectare, em 1977-1978 somente 846 quilos por hectare. É mais uma indicação da crise na economia agrícola de Marechal Cândido Rondon.

Em suma, com os dados do DERAL pode-se perceber que, apesar das contradições, houve aumento na produção de grãos (monocultura). Discutir-se-á se a crise na agricultura pode ser uma contradição com a acumulação capitalista no campo mais adiante no texto.

Além dos dados do DERAL, a ascensão e queda do preço da soja pode ser vista através de uma reportagem da Rádio Difusora, na qual foi anunciado que os *Plantadores de Soja estão Preocupados, o Comércio Idem:*

O problema que envolve os senhores plantadores de soja está sacudindo todas as áreas. O assunto vem à tona para a afirmação de autoridades no assunto, no âmbito comercial, industrial e até mesmo político. A expressão é sempre a mesma: “a situação dos plantadores de soja é das piores”. Foi o que disse dias atrás o deputado Antonio Belinatti em uma sessão plenária da egrégia Casa Legislativa do Estado. A queda dos preços no mercado internacional, veio a trazer grande desânimo aos plantadores de soja, havendo sério risco de ser desestimulado o impulso que esta cultura estava tendo nas mais diversas regiões do Paraná. Há aqueles que acham, inclusive, que os preços em vigor já não compensam a compra de máquinas, adubos, sementes e contratação de empregados para a preparação da terra e conseqüente colheita. Existe a necessidade do Ministério da Agricultura corrigir as deficiências que estão sendo observadas em relação aos altos preços das sementes e baixos preços fixados para a saca da soja. Estas providências são necessárias para dar novo ânimo aos produtores que estão

cultivando a soja, cuja produção no Paraná poderá ser uma das melhores, abastecendo o mercado interno que carece de produção de óleo (...) e ainda dando condições de considerável cota de exportação. Mas, se permanecer a atual política da soja, corremos o risco de ter a produção tão pequena que poderá ser insuficiente para abastecer até mesmo o mercado interno. O preço para o plantador da soja sendo bom, a colheita será igualmente excelente, pois todos terão interesse em produzir. Muitos são nossos amigos jogados ao desempenho nas funções dentro da agricultura e que estão perdendo o estímulo em virtude dos preços e de compromissos assumidos. Muitos são aqueles que, para cair fora da monocultura, voltarão a criar suínos, plantar mandioca, milho, feijão, etc., para não incorrer em crises de mercado. Consideram outros: se o preço da soja era estimulante, esfriou. Se o preço do trigo era desestimulante, parece que vai endireitar, pelo menos para a safra vindoura. Porém a monocultura, com a variação de mercado, sempre poderá arrastar uma crise junto. Se houver a diversificação na cultura agrícola, racionalizando com a criação de suínos ou vice-versa, poderemos viver fora da crise, sendo bons produtores de soja, trigo milho, etc. etc., caso contrário, nossos agricultores viverão plantando soja e colhendo pepino⁴²⁰

Os preços das sementes, que até 1974 eram muito bons e assim fomentavam a monocultura da soja e do trigo, passaram, a partir de 1975, a apresentar desestímulo à produção. Da positividade veiculada nas reportagens do final da década de 1960 passou-se para o questionamento da viabilidade da monocultura na região. Vários setores da produção e administração capitalista estavam preocupados (indústria, comércio e o legislativo) com os preços da soja, principal grão plantado naquele período. Também, é de destaque a necessária e sempre presente ação do Estado no sistema capitalista para estimular – ou desestimular, dependendo da fração da classe dominante que está na gerência do aparato estatal – este ou aquele setor da economia. Portanto, há a esperança de que o Ministério da Agricultura venha a praticar o protecionismo no mercado agrícola brasileiro. Talvez a esperança fosse a de que o Estado atuasse com preços subsidiados, mas o “Plante que o João garante” veio somente no final da década de 1970, e não se efetivou protecionista⁴²¹.

É interessante destacar ainda que a modernização conservadora que ajudou a muitos médios e grandes proprietários rurais a se estabelecerem no mercado nacional e internacional, agora é questionada, por meio da dúvida em relação à monocultura. Quando se afirma que “Muitos são aqueles que, para cair fora da monocultura, voltarão a criar suínos, plantar mandioca, milho, feijão, etc., para não incorrer em crises de mercado”, se indica certa incerteza em relação à produção monocultora. Sabe-se hoje que esta incerteza durou pouco, pois são os pequenos produtores que não tiveram que vender as suas propriedades naquele

⁴²⁰ FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. **Rádio Difusora**. 14/05/1975.

⁴²¹ Entende-se que o Estado (Ampliado), ou o Estado no capitalismo, sempre manteve o controle da economia, a despeito do que pregavam os teóricos liberais e neoliberais (de Ricardo a Friedmann e Hayek).

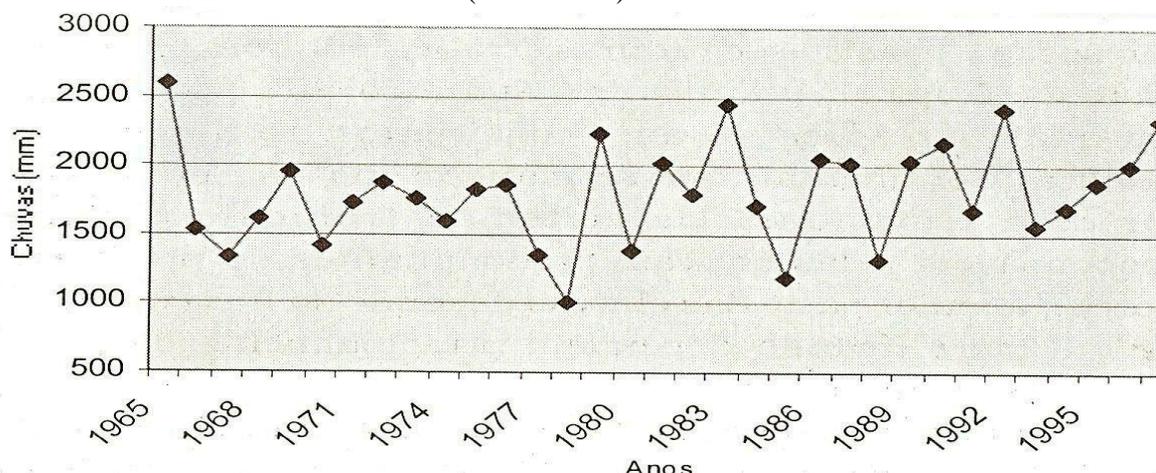
período que produzem através da policultura, ou da agricultura orgânica familiar. Os médios e grandes, continuam com a monocultura, mesmo que correndo o risco de viver *plantando soja e colhendo pepino*, pois, conforme o gráfico anterior, a produção monocultora manteve-se, apesar das intempéries.

Outro fator não destacado naquela reportagem, mas que salta aos olhos de quem estuda a agricultura monocultora é a relação da produção agrícola com o clima. Assim, não menos importante que as informações anteriores, foram as intempéries do período. Segundo a Rádio Difusora, *No Bate-papo Diário, o Assunto é Chuva*:

Difícilmente o encontro entre dois agricultores, lavoureiros que trabalham com a produção de soja aconteça sem falar nessa época, da grande necessidade de uma boa chuva e a grande falta que a mesma vem fazendo. O índice de produtividade especialmente para a soja de mais tarde um pouco poderá cair assustadoramente. Na minha região, dizia um agricultor, está há mais de quarenta dias que não chove e a situação não está lá muito boa. É... compadre dizia o outro, lá pra minha região está fazendo um pouco mais. A conversa tinha tom de desânimo e somente uma chuva imediata poderá fazer voltar à animosidade.⁴²²

Neste sentido, nota-se a preocupação com as intempéries, que poderiam arruinar a vida econômica do produtor que havia contraído dívidas (empréstimos) com a produção. Um gráfico pluviométrico, elaborado por Lia Dorotéa Pflück, pode esclarecer a ausência de chuva durante 1976-1979.

GRÁFICO 1: MÉDIA ANUAL DE PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON (1965-1995)



FONTE: Surehma e Copagril. Organizado por PFLÜCK, Lia. **Mapeamento Geo-ambiental e Planejamento Urbano.** Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 24.

⁴²² FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. **Rádio Difusora.** 15/03/1975.

Uma das formas de se conseguir amenizar o clima de incertezas e dificuldades em tempos de crise é a mensagem dos governantes que, na maioria das vezes, incentivava os colonos a terem calma, confiança no governo e esperança no futuro. Neste sentido, em um pronunciamento oficial, a Rádio informou que *A Agricultura Vive de Incertezas, Disse o Ministro Ontem*:

Com mais de uma hora de atraso, o Ministro Alysson Paulinelli chegou ontem ao aeroporto local, após ter observado toda a região tritícola do município bem como de municípios vizinhos. Paulinelli, acompanhado de Jaime Canet [governador do Estado], desembarcou do avião do governo do Estado, visivelmente preocupado após ter visto e falado estarem os trigais já amarelados, porém não era de maduro. Após contato com dirigentes de cooperativas, o Ministro Alysson Paulinelli, sem protocolo e bastante desinibido e muito à vontade, de cima de uma cadeira falou aos presentes no aeroporto e que não eram poucos, lamentando o ocorrido, pedindo calma e confiança no governo federal.⁴²³

Muita confiança e esperança, mas não se pode fazer mais do que isso, pois o Governo Federal brasileiro não tinha – e não tem – poder político-econômico para manipular o mercado de preços da soja em âmbito internacional, ou mesmo autonomia para subsidiar com protecionismo a produção de soja no Brasil, ou ainda o poder de fazer chover. Neste sentido, entende-se a mensagem do Frente Ampla de Notícias da Difusora, quando veiculou que a *Soja Levou um Pialo e Baixou Novamente*:

A cotação da Bolsa de Chicago que chegou ontem aos 240 dólares, variou no mesmo dia até o fechamento entre 220 e 240 dólares, tendo fechado o movimento em 224 dólares. Várias são as hipóteses levantadas com relação à alta de ontem e a baixa de quase 20 dólares. No mercado interno, no caso, o preço base de Ponta Grossa, maior centro comprador de soja no Paraná na atualidade, ontem foram fechados negócios de até 87 cruzeiros a saca. Hoje, porém não se consegue o preço de 76 cruzeiros, excluindo-se o frete. (...) O óleo de soja que abriu com 630 dólares acabou fechando a 570. O farelo que atingiu 156 dólares, terminou o dia em 144. Segundo os entendidos no assunto, esta variação poderá ocorrer ainda no mês de agosto. Pode ser que as geadas na região Sul do Brasil tenham influenciado e, o mercado externo, sabendo do fato, fez ofertas bastante baixas pela soja, achando que é fácil comprar na hora do desespero. Era muito boa demais a perspectiva e, assim sendo, fica comprovado que alegria de pobre dura pouco.⁴²⁴

Isentando os médios e grandes produtores de soja da região Oeste do Paraná de qualquer possibilidade de intervenção no mercado internacional de agronegócios, que não

⁴²³ Idem. Ibidem. 23/07/1975.

⁴²⁴ Idi. Ibid. . 31/07/1975.

poderiam pagar seus tratores, colheitadeiras e outros implementos agrícolas, esta crise no setor trouxe o desespero aos colonos (proprietários de pequenas áreas de terras, mas que se mantiveram na monocultura) pois não poderiam saldar suas dívidas.

Na perspectiva de ilustrar a importância da agricultura, principalmente da produção das culturas temporárias (soja, milho e trigo, por exemplo) e o possível desespero dos colonos que haviam plantado com base nos produtos da monocultura, cabe outra tabela.

TABELA 26: VALOR DA PRODUÇÃO VEGETAL E ANIMAL EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Período	Valor da produção (Mil Cruzeiros)								
	Total	Animal			Vegetal				
		De Grande Porte	De Médio Porte	Aves e Pequenos Animais	Lavouras		Horticultura e Floricultura ⁴²⁵	Silvicultura	Extração Vegetal
					Permanentes	Temporárias			
1970	49.678	3.986	19.432	1.656	186	24.057		20	340
1975	328.195	22.029	50.934	7.843	2.939	241.915	131	22	2.382
1980	329.7130	327.689	465.997	140.223	30.449	2.324,984	6.542	102	1.142

FONTE: Dados compilados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.⁴²⁶

No sentido do apresentado, nota-se que as lavouras temporárias sempre foram (nos anos estudados) o “carro-chefe” da economia agrícola de Marechal Cândido Rondon. Se percebe que se esta produção tivesse problema, outros seriam acarretados. Em comparação com a segunda maior atividade agrícola que gerava valorização na produção, a criação de animais de médio porte, no censo de 1980, a diferença no valor da produção foi de 80% a mais para as culturas temporárias. Algo considerável. Pouco se produzia em outras frentes agricultáveis. A monocultura havia tomado conta do campo.

Os dados da tabela também servem para outro fim, que é entender que a crise na economia não é, necessariamente, crise para todos, pois, nota-se que, mesmo depois da crise de 1977-1978, houve aumento da produção das lavouras temporárias. Mas este tema será tratado adiante, ficando aqui somente o indicativo da importância dele para este trabalho. Poder-se-ia supor que os colonos foram à bancarrota devido à incipiente relação com a burocracia, através das operações bancárias e outras. Mas, entende-se que a maioria dos

⁴²⁵ No censo de 1970 não consta dados sobre horticultura e floricultura.

⁴²⁶ CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. op. cit.

colonos que passaram a lidar com o “modo capitalista de produção na agricultura” o fizeram por meio das cooperativas, que prestava também este tipo de assistência técnica. Cabe mostrar a tentativa de “solução” às crises agrícolas que se seguiam em Marechal Cândido Rondon, citando uma mensagem da Rádio Difusora para os colonos. A matéria chama atenção, pois, conclamava os colonos: *Não Fale em Crise, Trabalhe...*

Este dístico está podendo ser usado, ao momento em que todos ou apenas uma grande maioria parou, para falar sobre crise. Qual é a crise??? Vem a pergunta: as geadas, responderiam muitos. Porém ela é dádiva de Deus e ninguém pode evitar. Outras coisas podemos evitar, devemos e temos por obrigação. Não era de se prever, porém aconteceu tudo isso, houve prejuízo e o próprio governo denota preocupação, tomando medidas que visam confortar, no caso mais especificamente o meio rural. O Proagro⁴²⁷ garantirá como está garantindo 80% e o restante dos 20% sendo estudado para o pagamento em 3 anos com juros ínfimos. Para quem não tem o Proagro por falhas até então desconhecidas, o governo está com as vistas voltadas e o auxílio virá. Por conseguinte, resta aguardar a avaliação dos prejuízos e depois começar tudo de novo. (...) Todo o custeio se não cobrir o necessário, haverá a ordem de parcelamento. O Brasil vai produzir mais e melhor, porém, bate-papo de cafezinho e com os cotovelos em balcões de bares de nada adianta. O que convém ao momento é arregaçar as mangas e trabalhar com mais afinco. O trabalho absorve o homem, vamos ver.⁴²⁸

No entanto, por mais que a Rádio Difusora pregue uma *arregaçada de mangas e trabalhar*,⁴²⁹ existem outros fatores que não podem ser modificados apenas trabalhando. Um deles refere-se às dívidas com os bancos e/ou agências de financiamento. A mensagem passa uma confiança no poder público, ou melhor, tenta transmitir a certeza de que o governo parcelaria o pagamento das dívidas dos colonos.

A partir de 1976, as condições de produção para os produtores rurais continuavam ruins. No sentido de demonstrar o que ocorria na região naquele período pode-se citar uma reportagem do Frente Ampla de Notícias que alertava: *Quem Tem Trigo Está Pensativo*

O tempo úmido desde sábado que passou está deixando muitos agricultores de cabeça quente, pois, poderá aumentar o índice de quebra na produção. (...) Não é na totalidade que isso acontece, porém, alguns produtores com os

⁴²⁷ “É um programa governamental de política agrícola, preocupado em exonerar o produtor rural das responsabilidades oriundas da diminuição da produção por causas alheias à sua vontade e como um incentivo à utilização de tecnologia. É administrado e normatizado pelo Banco Central do Brasil, não possuindo nenhum vínculo [direto] com qualquer instituição privada. Suas normas garantem recursos financiados e recursos próprios do produtor. Não está submetido às fiscalizações e normatizações do seguro privado, exercido pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Disponível em: <http://www.faep.com.br/meiorural/seguro/proagro.asp> Acessado em 07/012/2013.

⁴²⁸ FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. Rádio Difusora. 02/08/1975.

⁴²⁹ A ética moral do colono, quando a seleção efetivada pela Maripá volta à cena.

quais falamos ontem deram essa explicação quando um disse: AZAR DE QUEM NÃO TIVER PROAGRO. (...) Há aqueles que nessas horas pensam até na influência da lua e outras coisas mais, coisa muito comentada entre os agricultores. (...) Se houver quebra, espera-se que não seja muito, pois, até então, por motivos diversos a produção total já sofre um decréscimo em torno de 20 por cento, sem contar o acontecimento atual.⁴³⁰

Esta realidade preocupante é noticiada em 1976. Nota-se que a preocupação se dá em torno também da cultura do trigo, ou melhor, da monocultura do trigo – além da soja. A crise na agricultura, em outras palavras, se apresentava para aqueles que estavam praticando a monocultura, que era praticada também como exigência do mercado capitalista, pois se apresentava como uma das culturas mais rentáveis do momento – perdendo apenas para a soja. Assim, “Azar de quem não tiver Proagro” significava azar para quem não fez o seguro rural disponibilizado pelo Governo Federal,⁴³¹ e que desta forma possivelmente se veria endividado com as agências financiadoras.

Conforme Argemiro Brum,

A modernização da agricultura provocaria variações na importância relativa dos principais produtos agrícolas no Paraná, quer em relação à área plantada quer no que diz respeito ao volume de produção. A alteração na posição da soja é a mais surpreendente. No curto espaço de dez anos (1970-1980), a área cultivada com esta oleaginosa aumenta 695,5%, o que corresponde a um acréscimo de mais de 2.100,00 hectares, passando de uma cultura quase sem importância para o primeiro lugar entre os produtos agrícolas do Estado e tornando-se o Paraná o segundo produtor nacional de soja (...). Por sua vez, a área cultivada de trigo aumentou, no mesmo período, 456,3%, correspondente a um acréscimo de mais de 1.300,00 hectares.⁴³²

Portanto, houve aumento na área plantada com a monocultura da soja e trigo, mesmo com a crise na agricultura na microrregião Oeste do Paraná. Os grandes proprietários eram quem detinham melhores condições de aplicar mais tecnologia e mais recursos para dar mais

⁴³⁰ FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. Rádio Difusora.09/09/1976.

⁴³¹ “Visando atender aos pequenos e médios produtores, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) garante a exoneração de obrigações financeiras relativas a operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam rebanhos e plantações, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. O Proagro foi criado pela Lei 5.969/1973 e regido pela Lei Agrícola 8.171/1991, ambas regulamentadas pelo Decreto 175/1991. Suas normas são aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e codificadas no Manual de Crédito Rural (MCR-16), que é divulgado pelo Banco Central do Brasil. O Proagro é custeado por recursos alocados pela União e dos provenientes da contribuição que o produtor rural paga (o adicional/prêmio do Proagro), bem como das receitas obtidas com a aplicação do adicional recolhido”. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/zonamento-agricola/proagro> Acessado em: 08.01.2014.

⁴³² BRUM, op. cit. 1985. p. 158.

produtividade ao solo ou, em caso de intempéries, tinham mais facilidade de refinanciamento junto às agências financiadoras. Já a situação dos pequenos produtores não era a mesma.

Por meio de uma reportagem da Rádio Difusora do Paraná se apresentam indicativos sobre a situação dos pequenos produtores rurais. Ela indicou a que teria a *Solução Para Quem Tem Pequena Propriedade Privada*:

Com a introdução da maquinização agrícola e a infusão do trigo e da soja, binômio que ao mesmo tempo pode resultar lucros ou frustrações, os pequenos proprietários rurais são relegados a um segundo plano, por não poder competir com médios ou grandes produtores. **Começa a evasão e as pequenas propriedades de terras são vendidas e incorporadas às grandes áreas.** Muitos se perguntam: quais seriam as soluções no meio rural para aqueles detentores de títulos de terras de pequena proporção? **Deixando de lado a possibilidade da criação de suínos, pois tem gente que até fica braba com este assunto,** a resposta ou a opção poderá ser conhecida a partir de amanhã, quando estaremos realizando uma série de entrevistas. Nosso entrevistado de amanhã será o Sr. José Santos, gerente do Banco do Brasil.⁴³³

Mostra-se as dificuldades que os colonos enfrentam para permanecerem em suas áreas, dada a inviabilidade financeira para a manutenção da propriedade, tendo em vista o novo perfil produtivo agrícola monocultor, oriundo da mecanização agrícola.⁴³⁴ Este processo, de dificuldade na manutenção da pequena propriedade no campo (com possível saída do colono de sua pequena propriedade) e de concentração fundiária pode ser entendido por meio de dados do IBGE:

TABELA 28: CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS

Período	Única								Mista									
	Total		Próprias		Arrendadas		Ocupadas		Total		Próprias e ocupadas		Próprias e Arrendadas		Próprias, Arrendadas e Ocupadas		Arrendadas e Ocupadas	
	Est.	Ha	Est.	Ha	Est.	Ha	Est.	Ha	Est.	Ha	Est.	Ha	Est.	Ha	Est.	Ha	Est.	Ha
1970	6.466	102.035	4.781	84.651	1.089	12.301	596	5.084	164	2.611	107	1.912	56	687	-	-	1	12
1975	6.036	102.520	4.843	90.454	975	10.453	218	1.614	479	13.780	41	984	417	12.606	2	27	19	164
1980	5.997	105.963	5.459	100.473	239	3.165	279	2.324	331	9.298	233	7.115	74	1.436	5	213	19+	533

FONTE: Dados compilados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.⁴³⁵

⁴³³ FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. Rádio Difusora. 23/10/1976. A crise na agricultura foi abordada na formação da Copagril, em capítulo anterior.

⁴³⁴ Não se tem informações concretas sobre qual foi o plano que o Banco do Brasil disponibilizou para os pequenos produtores rurais, no entanto, sabe-se que eles ficaram relegados a produzir bens que não eram os mais rentáveis, como a soja, o trigo e o milho, e passaram a sobreviver de outros produtos primários, como frutas e legumes, além de outros produzidos para o consumo interno – regional ou estadual.

⁴³⁵ CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. op. cit.

O processo de concentração fundiária pode ser visto através da condição legal das terras. Nesta tabela, percebe-se que o número total de propriedades privadas diminuiu 7,25% (de 6.466 para 5.997). Já a área teve um aumento de 3,84%, ou, 3.928 hectares. Também, vê-se que o número de terras próprias, particulares, aumentou em 14,18%, neste período, mostrando concentração fundiária. No entanto, este processo não é de fácil visibilidade, dado que, como apontado pela reportagem da Rádio Difusora, o colono comprava a terra do vizinho e não agregava com a sua, formando latifúndio. Então, mudava-se a propriedade da terra, mas a estrutura fundiária permanecia. Ainda, o arrendamento possui dupla interpretação: por um lado, o arrendamento tenha diminuído devido à modernização, que dava possibilidade de ampliar a área cultivada de terras; por outro, a modernização conservadora dava possibilidade de um colono plantar uma área maior, possibilitando o arrendamento e a saída daqueles que queriam morar na cidade.

Enquanto acontecia o processo de concentração de terra e da produção, de uma lado, pensava-se também, a partir do final da década de 1970, em uma reorientação da produção para setores suplementares/complementadores das “grandes” sementes (pois acredita-se que ninguém sobrevive comendo somente soja), de outro. Os “empresários rurais” de Marechal Cândido Rondon se empenhavam para a criação e/ou fomento de uma perspectiva mais competitiva, através da racionalização da produção – e aí entenda-se racionalizar custos, empregando mais máquinas, além de adquirir mais terras para “otimizar” a produção, e quem não conseguia, voltava-se para culturas diferentes do soja, trigo e milho.

Neste sentido, mesmo aqueles que não poderiam se adequar as exigências da modernização conservadora, principalmente na aquisição de máquinas e implementos, contratavam mão de obra sazonal – além dos grandes, evidentemente. Pode-se indicar que a mão de obra “volante” no campo não é novidade no Brasil, mas os “boias-frias”, inicialmente conhecidos na região como “diaristas”, eram uma característica do período pós-modernização na microrregião Oeste do Paraná. São trabalhadores que moram na cidade, mas que trabalham no campo, sazonalmente. Sobre a utilização de trabalhadores no campo, a Rádio Difusora, em tom benevolente, informou que *Os Diaristas Estão Chegando*:

Já há alguns dias tem-se conhecimento do aparecimento de grandes turmas que trabalham nas limpezas das lavouras de soja, nesta época do ano. Neste trabalho em grupo, as turmas, ou tropas, como costumam chamar, trabalham durante todo um dia e, ao final, recebem a importância relativa ao serviço prestado. Os turmeiros, ou chefes de equipes, afirmam que o trabalho é executado sob a fiscalização do proprietário. É o desenvolvimento da região

que, se é citado como problema, sob um ou outro aspecto, não [o] é sob o aspecto trabalhista. É bem verdade que tais pessoas não recebem os amparos legais. É feita esta nota somente para que muita gente não incorra em chamá-los de “bóia-fria”, porque os diaristas não gostam disso. Um turmeiro, falando à nossa gente, teve a oportunidade de falar que o trabalho do diarista é um trabalho honrado como o de qualquer outro.⁴³⁶

Destaca-se que na região estudada havia a exploração da mão de obra de trabalhadores que não habitavam o campo. Sendo assim, apesar da grande maioria da historiografia regional evidenciar somente a utilização do trabalho familiar como meio de trabalho braçal na região, aqui ressalta-se que não era somente esta, mas, havia a contratação de mão de obra temporária para realizar os trabalhos no campo. Esta mão de obra não possuía os direitos atendidos e, pelo que foi visto, não era preocupação para a Rádio Difusora do Paraná, divulgar estas infrações sem, no entanto, imprimir tom de denúncia a ela.⁴³⁷

Conforme o Jornal Rondon Hoje

(...) Para reforçar o fato da expulsão do homem da terra, vejamos os dados estatísticos do Ibra/Inkra, no mesmo período [1967-1972] sobre a modificação na força de trabalho rural: ali verificamos que houve um aumento da força de trabalho. Porém, o aumento ocorreu somente sobre os assalariados temporários (bóias-frias, volantes, peões). Estes passaram de 3,9 milhões ou 57% em 1967, para 6,8 milhões ou 60% em 1972, enquanto que outros tipos de trabalhadores rurais ligados a terra, com posses ou só minifundistas passaram de 2,7 milhões em 1967 para 2,4 milhões em 1972. Os parceiros e arrendatários passaram de 2,1 milhões para 500 mil. Os assalariados permanentes, de 1,4 milhões para 1,2 milhões e os posseiros, de 500 a 700 mil. Constatamos, assim, alguns resultados catastróficos desse tipo de violência silenciosa e, por isso mesmo, mais profunda e perigosa: sutil, porém, monstruosa, que vai determinando o afastamento de 11 milhões de famílias do seu meio de vida. (...) Enfim, no que diz respeito ao problema do homem-terra, vimos que se registra, em todo o território nacional, uma violência, aberta ou camuflada, apoiada na prepotência dos mais fortes em cima dos mais fracos, levando estes últimos a migrar, engrossando as fileiras dos quase 30 milhões de migrantes sem terra, sem segurança, sem poder, sem barganha e decisão sobre sua vida e trabalho, o que leva, por sua vez, ao recrudescimento das tensões sociais.⁴³⁸

⁴³⁶ FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. Rádio Difusora. 24/01/1977.

⁴³⁷ Não estudar-se-á estas questões nesta pesquisa, mas acredita-se ser importante mencioná-las, visto que elas são indispensáveis para perceber as modificações sociais que estavam sendo impressas na região.

⁴³⁸ Jornal Rondon Hoje. *Terra: o homem está sempre sendo lesado no seu direito*. Marechal Cândido Rondon, 15 a 21 de fevereiro de 1978. Esta é uma seção do jornal, de três páginas, onde se transcreveu parte de um livro escrito pelo bispo Dom Agostinho José Sartori e pelo pastor Gernote Kirinus, dado que ambos haviam prestado depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito da Terra, realizada em Brasília, naquele ano. Trata, essencialmente, dos conflitos agrários do Paraná naquele momento, bem como faz uma crítica à política econômica para o campo e seus resultados para os trabalhadores agrários. Kirinus era pastor em Marechal Cândido Rondon e deputado estadual.

Levando em consideração estas afirmações, acredita-se que a manutenção e, principalmente, o aumento no número de “boias-frias” como mão de obra no campo é uma das consequências da modernização conservadora, processo em andamento naquele momento. Poucas foram às ações de fixação do camponês ao campo, mediante reforma agrária. Conforme o jornal Rondon Hoje, “(...) o salário varia, em média de Cr\$ 70,00 a Cr\$ 120,00 diários, numa jornada de trabalho de 10 a 15 horas”.⁴³⁹ Era, realmente, uma mão de obra barata e, principalmente, livre de encargos sociais e de cobrança efetiva da legislação trabalhista, beneficiando os “empresários do campo”.

Contrastando com esta realidade estava o “setor produtivo” de Marechal Cândido Rondon. Havia preocupação para com as pequenas propriedades e a modernização conservadora, pois, segundo a Rádio Difusora, a Secretaria de Agricultura de Marechal Cândido Rondon teve a ideia de organizar um concurso para viabilizar este novo método de educação para a competição no campo. Assim sendo, sobre este *plus* à competitividade, o Frente Ampla de Notícias, reproduzindo o informe da Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal, noticiou: *Lançado Concurso de Produtividade*:

Às 14h00 horas do dia de ontem, no auditório do Sindicato Rural, reuniram-se o presidente da Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda [Copagrill], diretores e gerentes da Orgasol e Cereser, representantes do Sindicato Rural, técnicos da Copagrill e da Acarpa, representante da prefeitura e agricultores. O objetivo desta reunião foi o lançamento do Concurso de Produtividade para Marechal Cândido Rondon. Foi nomeada, entre os presentes, uma comissão diretiva que coordenará os trabalhos desta campanha. Estão à testa deste movimento como presidente, o Sr. Remy Von Muller; vice-presidente, o Sr. Pedro Cereser; secretária, Tereza Henn; Tesoureiro, Dilmo Antonio Bedin; e coordenador, o Engenheiro Agrônomo Cláudio Bonfada. As inscrições poderão ser feitas até o final de março [final do período de plantação]. Esta comissão eleita, juntamente com os técnicos da Acarpa, acompanharão o desenvolvimento da plantação no terreno inscrito, bem como se farão presentes ao ato da colheita. Os melhores colocados em produção serão agraciados com prêmios doados por firmas do ramo agrícola da nossa cidade. Este Concurso de Produtividade lançado pela Secretaria de Agricultura, através da Acarpa, visa promover a produtividade agrícola baseada num sistema mais racional de produção.⁴⁴⁰

Nota-se, nesta citação, dentre muitas outras coisas, que a classe dominante rondonense mantinha-se também muito bem organizada, tanto em sindicato para a sua

⁴³⁹ Jornal Rondon Hoje. *Bóia-Fria: uma mão de obra barata*. Marechal Cândido Rondon, 08 a 14 de maio de 1979. O salário-mínimo em 1979 era de Cr\$ 2.268,00.

⁴⁴⁰ LOHMANN, Elói. Chefe do Gabinete de Comunicação Social da Prefeitura de Marechal Cândido Rondon. 25/03/1977. In: FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. Rádio Difusora. 25/03/1977.

representação, como com a sua ligação com o poder público que trata especificamente dos assuntos rurais. Esta é a ampliação do Estado na prática. Por exemplo: a Orgasol (Organização Agro-Comercial-Industrial do Oeste), era uma empresa de compra e venda de sementes e adubos,⁴⁴¹ e a Cereser, era uma empresa que trabalhava com compra e venda de sementes e com o beneficiamento primário da soja (extraía o óleo de soja). Neste sentido, estes representantes estavam unidos pelo ideal de manter/aumentar a produtividade na agricultura de Marechal Cândido Rondon. Os interesses das entidades que participaram desta reunião eram bastante claros na busca de um incentivo maior, à produção monocultora. Todos os interessados saíam ganhando com o concurso, menos, evidentemente, os colonos com um número pequeno de terra, que não podiam participar da modernização e, portanto, não plantavam monoculturas, ou se plantavam, o fazia com pouco capital. Não havia concursos para fomentar a policultura, por exemplo. Assim, os interesses das grandes empresas mesclavam-se com os interesses dos “empresários do campo” e, no setor público, as medidas e leis eram feitas para pôr em prática as melhores ações para a modernização/monocultura/aumento da produção.

Avaliativamente, o jornal Rondon Hoje relatava, em 1979, que

Instituídos pela primeira vez para a safra de 1976-1977, os Concursos de Produtividade constituíram-se num dos mais eficazes instrumentos utilizados pela Secretaria de Agricultura para demonstrar que o uso racional de tecnologias avançadas propicia resultados melhores em termos de produtividade, e, conseqüentemente, maior rentabilidade econômica nas lavouras. A divulgação destes resultados influi no sentido de que mais produtores rurais busquem a substituição das rudimentares técnicas que ainda utilizam por métodos de produção mais eficientes.⁴⁴²

Mais que um concurso, uma apologia à “racionalidade” na produção monocultora. Também, no sentido de criar um ambiente de incentivo à monocultura da soja – depois das frustrações das safras de 1977 e 1978, foi implementado em Marechal Cândido Rondon o concurso da Rainha da Soja. Este pode ser definido:

O Concurso “Rainha da Soja” foi instituído pela SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A. em 1971, ano de lançamento da pedra fundamental da sua unidade de processamento de soja em Ponta

⁴⁴¹ Cabe informar que a Orgasol era administrada pelo ex-prefeito, ex-diretor da Copagril e então proprietário da Rádio, Arlindo Alberto Lamb, e que em 1979 ela foi à concordata. Ele – e um grupo de empresários ligados com Arlindo – criaram esta empresa depois de perderem a eleição ao terceiro mandato na diretoria da Copagril, sob suspeitas de desvios e outras irregularidades, como indicado anteriormente.

⁴⁴² Jornal Rondon Hoje. *Concursos de Produtividade*. Marechal Cândido Rondon, 03 a 10 de abril de 1979.

Grossa, como evento de encerramento do I Encontro com a Soja, promovido pela Prefeitura Municipal daquele município. O certame justificava-se plenamente: estávamos no início do período de grande expansão do plantio dessa importante leguminosa e o Estado do Paraná tinha todas as possibilidades de vir a ocupar, no decorrer de um período relativamente curto, a posição de segundo Estado produtor de soja do país, acompanhando, assim, de perto, o Rio Grande do Sul. (...) Inicialmente, restrito à cidade, o concurso passou a ser estadual em 1975 e, em 1978, ganhou amplitude nacional, com participação de três Estados brasileiros. Em 1975, quando a sua transformação em certame de âmbito estadual, a Empresa Paranaense de Turismo – PARANATUR – registrou-o sob nº 15 no Calendário de Eventos Turísticos do Paraná. Atualmente também faz parte do calendário da EMBRATUR.⁴⁴³

Este era, portanto, um concurso de âmbito inicialmente estadual – concorriam as “rainhas” de vários municípios do estado – e, posteriormente, nacional. Noticiava o Jornal Rondon Hoje que

A inclusão de prova escrita para as candidatas, a provável antecipação da data da eleição da representante de Ponta Grossa e a divisão do Estado do Paraná e regiões vizinhas em áreas de motivação, foram as principais modificações introduzidas neste ano no Concurso da Rainha da Soja do Brasil. (...) Neste ano, o crédito da escolha estará baseado em três pontos: conhecimentos elementares sobre a importância da soja para o Estado e o país, em forma de teste escrito em 20 perguntas; desembaraço e influência verbal; e desenvoltura na passarela.⁴⁴⁴

Por meio deste concurso queria-se conscientizar os jovens para a importância econômica da soja, passando a integrar o calendário oficial do Estado. Aqui importa perceber várias maneiras de incentivar a monocultura, também com ações culturais. Em Marechal Cândido Rondon, o Jornal Rondon Hoje estampava na capa uma mulher, indicando que “Grande movimentação social caracterizou a escolha da Rainha da Soja. Ingrid Schone (...) foi eleita a rainha”.⁴⁴⁵ Em um município pequeno, os bailes e eventos deste tipo tinham muita importância social. Três meses depois da reunião preparativa para organizar a competição, como uma forma de fomentar a monocultura, a Rádio Difusora do Paraná dava uma notícia frustrando a “competição”, anunciando que a *Agricultura Passa Uma Fase Bastante Difícil*:

Felizmente a chuva tão esperada veio, e com ela a esperança de que boa parte das plantações de trigo possam se recuperar, embora técnicos do setor

⁴⁴³ Disponível em: <http://www.sinprorp.org.br/premio/premio1981-3.htm> Acessado em: 13.06.2015. Este foi um indicativo da associação, publicado em 1981 e disponibilizado no site.

⁴⁴⁴ Jornal Rondon Hoje. *Rainha da Soja: concurso 79*. Marechal Cândido Rondon, 1 a 7 de maio de 1979.

⁴⁴⁵ Jornal Rondon Hoje. *Capa*. Marechal Cândido Rondon, 22 a 28 de maio de 1979.

afirmem que a produção já foi reduzida em mais ou menos 25% devido à longa estiagem verificada. Por outro lado, o governo sustou provisoriamente os financiamentos agrícolas, afim de possibilitar um reestudo do financiamento bancário, e este corte provisório nos financiamentos poderá ter sérias implicações, pensamento aliás manifestado pelo próprio Secretário da Agricultura do Paraná, Sr. Paulo Carneiro. E, ainda, **a vertiginosa queda nas cotações internacionais para a soja vem deixar a situação ainda mais difícil.** A expectativa que alguns líderes do setor agrícola manifestaram no sentido de que o confisco cambial de até 12% pudesse ser sustado, de vez que se a cerca de dois meses o preço da tonelada da soja era de 420 dólares, atualmente ela não passa de 350, não foi confirmada, devendo permanecer pelo menos por enquanto. Em nosso município, uma das poucas empresas que tem preço e que continua comercializando a soja é a Orgasol – Organização Agro-Comercial-Industrial do Oeste, sendo que a maioria das demais estão retraídas esperando uma melhora no mercado comercial.⁴⁴⁶

Assim, durante 1976 e principalmente 1977, através de estiagens, cortes nos financiamentos agrícolas e a queda da cotação do preço da soja internacionalmente, desenvolveu-se o processo de agravamento da crise na agricultura na microrregião Oeste, levando colonos que não conseguiam saldar as suas dívidas a procurarem outras formas e/ou outros locais para reiniciarem suas vidas. Cabe ainda mencionar que o processo de modernização conservadora valorizou as áreas de terras dos colonos, vendo-se estes com possibilidade de vender suas áreas de terra em Marechal Cândido Rondon, e comprarem uma quantidade maior em outros locais, como o Paraguai, Mato Grosso e outros Estados do Norte (como ver-se-á adiante no texto). Por ora, indica-se a evasão do campo em Marechal Cândido Rondon por meio de algumas reportagens.

Conforme o Jornal Rondon Hoje, “Pesquisa sobre evasão vai mostrar dados sobre migração”:

Fonte ligada à prefeitura informou no início da semana que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura “Vai proceder um completo levantamento nas escolas primárias do interior sobre evasão escolar”. Uma das causas já apontadas por antecipação é que muitas famílias estão deixando o município rumo a novos “Eldorados”, como o Norte do país e o Paraguai. (...) A pesquisa reveste-se de importância maior ainda, porque, segundo informações extraoficiais é a primeira que se realiza neste sentido.⁴⁴⁷

A preocupação com o êxodo e a migração começava a interessar a partir de 1977, dada da realização da primeira pesquisa. No mesmo sentido, indicando alguns dos resultados do processo de implementação de máquinas no campo, iniciado ainda no final da década de

⁴⁴⁶ FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. Rádio Difusora. 16/06/1977. Grifos meus.

⁴⁴⁷ Jornal Rondon Hoje. Marechal Cândido Rondon, 03 a 09 de agosto de 1977.

1960, da “quebra” na safra de 1976, do baixo preço na cotação das sementes exportáveis e da especulação imobiliária, duas reportagens da Rádio Difusora informam precisamente as consequências destes para os colonos endividados.

A primeira reportagem da Rádio Difusora muda a inicialmente idílica relação que se tinha entre modernização e agricultura no final da década de 1960 e início da seguinte, indicando a modernização como problema. Isso porque, *A Máquina Está Substituindo o Homem*:

O fato da diminuição do número de alunos em algumas escolas chamou atenção para o fato de que muita gente tem deixado o município em busca de melhorias, o que nem sempre é encontrada. Possuidores de pequenas áreas que recebem a pressão das dificuldades, sem conseguir um bom nível de vida para si e para a sua família, acabam por vender sua área, o que geralmente ocorre com a venda feita a um vizinho com melhores posses e que incorpore esta terra a sua área. Por outro lado, o término do minifúndio é até certo ponto um objetivo do INCRA, apesar do binômio SOJA/TRIGO é sempre uma dúvida para os agricultores, pois, quando ocorre uma frustração de safra, todo o sistema regional padece pelo mesmo efeito. Uma escola no interior do município em 1975 tinha 240 alunos. Em 1976 esse número foi reduzido para 200 alunos e, atualmente, no encerramento do ano letivo de 1977 estava com somente 132 alunos. É de se esperar uma diminuição para 1978. Outra escolinha do interior que contava com 58 alunos, teve o seu efetivo reduzido para 17. A diminuição de áreas cadastradas beneficia os trabalhos do INCRA e, esta diminuição deixa uma pergunta... ONDE FOI PARAR ESTA GENTE????⁴⁴⁸

Assim, o que antes era bom, pois traria a “modernidade” para perto “homem do campo”, poucos anos depois se mostrava como uma das causas da pobreza de muitos. Com esta citação se percebe também que o êxodo do campo para a cidade foi uma realidade em Marechal Cândido Rondon, e desta forma também a ampliação do “exército industrial de reserva”. A baixa no número de alunos foi de 16,4%, entre 1975 e 1976, e de 55%, de 1975 em relação a 1977. Nota-se que mais da metade dos alunos de uma escola deixaram de frequentar à escola – muito provavelmente, como indicado pela Rádio Difusora do Paraná, devido à (e)migração e ao êxodo rural. Na segunda escola, 70,7% dos alunos deixou de frequentar a escola.

A segunda reportagem veiculada pela Rádio Difusora do Paraná, no mesmo sentido da primeira, indica *A “Desrondonização” nas Escolas*:

⁴⁴⁸ FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. Rádio Difusora. 21/12/1977.

Recente levantamento realizado pelo Departamento Municipal de Estatística da Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Educação e Cultura, deu mostras do termo “desrondonização”, que significa a saída de residentes do município para outros locais. Os dados relativos ao número de famílias que saíram do município em [19]77 não foram possíveis obter, pois, visto o encarregado de estatísticas da prefeitura encontrar-se em viagem. No entanto, nas escolas foram obtidas informações que bem posicionam o contexto geral. De [19]76 para 1977, o número de matrículas nas escolas se equívaleu, quando o que ocorria era um acréscimo de ano para ano. Para 1978 é esperada uma redução no número de estudantes matriculados nas escolas municipais, tanto é que possivelmente quatro escolas serão fechadas – 2 em Entre Rios, 1 em Mercedes, 1 em Quatro Pontes. A escola João Pessoa, localizada perto da Ricasa foi fechada, pois contava com 8 alunos. No entanto isto se deve as melhores condições oferecidas na Escola Waldomiro Liessem, localizada próxima do Frigorífico. Segundo o levantamento realizado, 651 alunos, distribuídos nos quatro primeiros anos, saíram das escolas em 1977; são 246 do primeiro ano, 159 do segundo, 128 do terceiro e 118 do quarto ano. **Atribui-se em 5% a porcentagem de desistentes. Os demais são filhos de agricultores que abandonaram o município em busca de outras terras. Cerca de 60% foram para o Paraguai, 10% para o Mato Grosso e também 10% para Santa Catarina. Os demais 20% foram para o norte do país, municípios vizinhos e outros Estados. (...)** Das quatro escolas que em 1978 podem ser fechadas, três delas teriam como consequência a “desrondonização” – as 2 de Entre Rios e 1 de Mercedes. A escola de Quatro Pontes não se deve a este motivo, mas pelos pais darem preferência a que seus filhos estudem no Grupo Escolar, onde as classes são divididas, ao contrário do que ocorre nas escolas municipais, onde todas as turmas normalmente estudam numa mesma sala. Os nomes das escolas que provavelmente serão fechadas no próximo ano, não foi dado ao conhecimento. A tendência das escolas do interior é fechar, pois os grandes proprietários passam a morar nas sedes distritais, onde seus filhos estudarão. **A “desrondonização”, segundo informações, se deve à falta de rentabilidade dos minifúndios, quando os pequenos agricultores procuram, em outros locais, terras mais baratas.**⁴⁴⁹

Estes dados demonstram com certa segurança o processo de saída dos colonos com menos recursos depois da crise da agricultura na região, como demonstrou-se por meio das reportagens da Rádio, e quando esta indicou que apenas 5% dos alunos que desistiram (total de 651) foram desistentes, e que os 95% restantes eram filhos de colonos que foram “expulsos” da terra pela modernização conservadora e todo o conjunto de transformações que ela trouxe com o capital monopolista (industrial e financeiro). Outras informações ajudam a entender o processo de saída de Marechal Cândido Rondon.

No mesmo sentido, mas em 1978, o Jornal Rondon Hoje fazia uma análise da economia e dos reflexos da crise nesta para o restante da sociedade. Inicialmente analisava a questão da soja:

⁴⁴⁹ FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. Rádio Difusora. 26/12/1977. Grifos meus.

“A quebra atual da safra da soja alcançava o índice de 40%, só na área de atuação da Copagril. Isto para não exagerar”, explica o gerente da cooperativa, Erlei Preto, que também é de opinião que o ano de 1978 começa mal: “[19]77 foi um ano difícil, e acredito que este será um ano mais difícil ainda. **Com a frustração da safra de soja, o pessoal vai ter problemas para pagar as dívidas assumidas**”. Preto acha difícil falar em preços para soja, pelo menos por enquanto. “Mas acrescenta se considerarmos os índices da produção americana, pode-se adiantar algumas conclusões. Por exemplo, a área de plantio de soja este ano será 8% superior à de [19]77, e a de milho, 2%”. Isto significa que os americanos vão produzir este ano 50 milhões de toneladas de soja, o que quer dizer que o nosso produto terá uma concorrência muito maior. Além disso, o Brasil não chegará aos 13,5 milhões de toneladas que estavam previstos para este ano, de maneira nenhuma. A estiagem mudou o panorama”. Por isto, o gerente da Copagril acredita que os preços “jamais serão iguais aos do ano passado. Acho difícil chegar a média de 250 cruzeiros, mesmo com a inflação. Para Arlei Preto, a onda “altista” se registrou nos meios sojicultores no ano que passou, e que certa época chegou a causar muita euforia, pode ser resumido em três aspectos básicos: a) a expectativa no início de [19]77 era de que a produção da soja nos EUA não seria suficiente para cobrir a demanda do ano. Apareceu então a preocupação de se cobrir esse déficit, e o pessoal começou a comprar e estocar soja a chegada da safra americano, o que provocou a elevação dos preços; b) com a entrada dos comerciantes na Bolsa, os especuladores ingressaram também, e os preços voltaram subir; c) no meio dessa elevação, surgiu o confisco (retenção do produto no Brasil), e registrou-se mais uma onda “altista”. Com as perspectivas em torno da soja americana deste ano, o produto brasileiro terá de enfrentar uma parada muito dura. E esse problema, somado à quebra de safra nas lavouras, fatalmente trará aos agricultores percalços certamente longe de serem imaginados naquelas semanas da euforia vividas em [19]77.⁴⁵⁰

Continuando o cenário de crise na agricultura para os monocultores de Marechal Cândido Rondon, 1978 indicava que não seria bom. Frustração na safra de soja, aumento da produção do grão nos EUA, conseqüente baixa nos preços, eram algumas das preocupações dos sojicultores de Marechal Cândido Rondon naquele momento. São evidências que justificam a saída dos colonos que podiam, da microrregião. Ainda, no mesmo sentido de evidenciar a ligação entre a crise na agricultura e o êxodo dos colonos de Marechal Cândido Rondon, pode-se continuar com a indicação do gerente da Copagril, Erlei Preto, e do presidente da Associação Comercial e Industrial (hoje também Agropecuária) de Marechal Cândido Rondon, sobre o processo. Segundo o Jornal Rondon Hoje,

(...) O êxodo dos agricultores para outros Estados, e até para o Paraguai, comprometendo as produções agrícolas continua se processado. Heitor exemplifica: “Um colono que vende cinco alqueires aqui, consegue 50 no

⁴⁵⁰ Jornal Rondon Hoje. Marechal Cândido Rondon, de 26 de janeiro a 01 de fevereiro de 1978.

Paraguai. É gente nossa indo embora, gente que contribui para a produção agrícola, que mantém o nosso comércio em atividade”. O presidente da Acimacar não crê no surgimento de latifúndios “como só que existem no Nordeste”, mas observa que a tendência atualmente verificada uma concentração de propriedades: se atualmente a superfície de uma área média de uma propriedade em Marechal Cândido Rondon é de 7,7 alqueires, “dentro de alguns anos vamos ter propriedades com 70 ou 80 alqueires”. E o setor comercial fatalmente será atingido, porque o número de consumidores terá diminuído sensivelmente.⁴⁵¹

Deve-se levar em conta que ainda não haviam iniciado as desapropriações referentes ao alagamento provocado pela criação da Usina Binacional de Itaipu. Esse processo iniciou somente mais tarde.⁴⁵² Era, essencialmente, um êxodo provocado pela modernização conservadora (e toda a dependência ao capital que passou a ser necessário para a produção monocultora), a crise na agricultura (por intempéries e pela oscilação nos preços), a especulação imobiliária (valorizando a terra desmatada, mecanizada, com benfeitorias, em suma, produtiva para a prática da monocultura), que levava o colono a deixar a microrregião. Os trabalhadores sem propriedade a propriedade privada da terra também foram ainda mais atingidos, dado que já estavam em processo de expulsão do campo desde os anos anteriores, com a introdução da modernização, ainda no final da década de 1960.

Ainda, pode-se indicar que, apesar destas reportagens (Rádio Difusora e Jornal Rondon Hoje) não revelarem se a consulta aos dados sobre o destino dos egressos do campo seria uma pesquisa junto aos colonos ou aos dados da prefeitura, é importante perceber que estes foram, em sua maioria, para o Paraguai, país este que faz divisa com o município. Enfim, mais uma vez se falou da “falta de rentabilidade do minifúndio” não explicando todo o processo histórico de exploração e exclusão que produziram esta realidade, que é, em suma, toda a nova dinâmica imposta pelo grande capital ao campo.

Neste sentido, tentando responder a pergunta sobre a possibilidade de estes colonos terem saído de Marechal Cândido Rondon devido à crise econômica, há a necessidade de se considerar que a terra no Paraguai estava mais barata que no Brasil e, a crise na economia, foi somente o incentivo que faltava para a saída daqueles que já estavam pensando em ampliar sua área de terras, saindo de Marechal Cândido Rondon. Para Marta Izabel Fiorentin, “Os

⁴⁵¹ Idem. Ibidem.

⁴⁵² Em página intitulada *Desparanização*, Jornal Rondon Hoje abordava a questão da Itaipu por meio do Pastor Gernote Kirinus, indicando que haveria “Seis mil propriedades serão atingidas pelas águas da represa”. Para ele, “(...) Em centenas de contatos pessoais que tivemos com agricultores em diversas localidades, encontramos sempre o mesmo clima de insegurança e angústia, escutamos sempre as mesmas interrogações e dúvidas. Todos tiveram suas colônias visitadas por funcionários da Itaipu, que efetuaram as medições necessárias para se estabelecerem as indenizações. Eles estão sabendo que serão desapropriados, mas não quando e menos ainda por quanto”. Jornal Rondon Hoje. Marechal Cândido Rondon, de 27 de maio a 03 de junho de 1978.

principais fatores de atração foram: o baixo custo das terras, a fertilidade do solo e a proximidade com a região de origem, o Oeste do Paraná”.⁴⁵³ Assim, no contexto da modernização conservadora, onde a produção da agricultura fez com que as determinações do mercado e a racionalidade do lucro tornaram-se exigências a serem atendidas pelos colonos, a agricultura “modernizada”, no seu sentido amplo (do trabalho na “roça” ao financiamento), fez com os colonos que não conseguissem adequarem-se a esta realidade, migrassem.

Para Fiorentin,

(...) os movimentos migratórios são reflexos dos diferentes períodos do processo de transformação produtiva regional. Motivados pelo esgotamento das oportunidades de expansão e crescimento e as dificuldades econômicas no meio rural os agricultores foram em busca de novas oportunidades na fronteira do Paraguai. Desta forma, na região, a passagem da agricultura para um complexo agroindustrial impulsionou a produtividade agrícola e condicionou as alterações em seu processo migratório.⁴⁵⁴

Desta forma, pode-se entender que a crise na agricultura na década de 1970 não foi o único motivo para o êxodo rural. Pode-se indicar que, até a criação da Hidrelétrica Internacional de Itaipu, os fatores ligados com a modernização conservadora (sendo em síntese a inviabilidade econômica da pequena propriedade para a monocultura e a baixa capacidade de financeirização dos colonos) e à crise na agricultura levaram os colonos a procurarem outras áreas de terras. Depois da construção da hidrelétrica e das desapropriações que ela causou, também este processo gerou o êxodo. Não se tem a pretensão de afirmar um único vetor para um processo que envolve vários fatores, mas a crise pode ter dado o incentivo que faltava para que o processo acontecesse. Assim, ainda em 1973 começou a migração de colonos de Marechal Cândido Rondon para o Paraguai.

Conforme o Jornal Rondon Hoje,

Contando com a participação de várias autoridades paraguaias, entre as quais o representante do Ministério da Educação do Paraguai, comissário regional e de grande número de pessoas que residem na localidade, **Nova Rondon** inaugurou no dia 29 de maio do mês passado sua primeira escola. A solenidade inaugural contou com o hasteamento [de bandeiras] no pavilhão paraguaio, pronunciamentos de autoridades, entre as quais a de **Plínio Klemann (...)**. Nova Rondon localiza-se à aproximadamente 150 quilômetros da fronteira, já possuindo várias casas comerciais, cooperativa agrícola, escola, serrarias, boas estradas e **possuindo de três a cinco mil**

⁴⁵³ FIORENTIN, Marta Izabel. **A Experiência da Imigração de Agricultores Brasileiros no Paraguai (1970-2010)**. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba: UFPR, 2010. p. 7.

⁴⁵⁴ Idem. Ibidem. p. 11.

habitantes, dos quais a maioria são brasileiros que imigraram ao vizinho país em busca de novas esperanças e alternativas. A localidade, que tem como nome **inspirado em nosso município de Marechal Cândido Rondon,** começou a receber os primeiros **traços de colonização** quando em 1974 o pioneiro Plínio Klemann se estabeleceu na localidade, a partir de então recebeu acentuado ritmo de desenvolvimento. Nova Rondon enquadra-se na região de Raul Pena e pertence a Província de Alto Paraná. As avantajadas condições climáticas e geográficas oferecem **amplas condições de exploração agrícola, sendo que o forte é o cultivo do trigo e da soja, imitando as culturas brasileiras.** (...) Nova Rondon simboliza, com tantas outras, a marca da imigração brasileira que vem estabelecendo novas condições de vida e produção à vasta área da fronteira paraguaia.⁴⁵⁵

Plínio Klemann era funcionário público na prefeitura municipal de Marechal Cândido Rondon. Neste período, nos anos de 1973 e 1974, os impactos que a Itaipu causariam no campo ainda não eram visualizados em sua amplitude. O tratado para a construção da hidrelétrica foi assinado, em 1973. Não era uma “grande” preocupação dos colonos naquele momento. Este êxodo rural se dava, mormente, pela falta de condições de acumulação para os colonos.

Um pouco mais adiante no tempo, a partir da segunda metade da década de 1970, nota-se a evasão forçada pela Itaipu. Conforme o jornal Rondon Hoje, “30 Famílias, por semana, estão abandonando M. C. Rondon”⁴⁵⁶:

Alarmado com o alto número de famílias que veem se retirando do município de Marechal Cândido Rondon, dirigimo-nos até a pessoa de Edson E. Lopes, atual titular da Agência de Rendas de nosso município, órgão que expede as guias para que as pessoas que abandonam Marechal Cândido Rondon possam atravessar os limites do nosso município e Estado; com quem nos informamos a respeito deste êxodo que vem se registrando. (...) indagando a respeito da estimativa do índice de famílias que saíram do município de Marechal Cândido Rondon no ano passado, afirmou que oficialmente o número aproximado localiza-se entre 250 a 300 famílias. Isto porém, são números os números oficiais, registrados na Agência de Renda, não sendo consideradas as famílias que residem nas proximidades de outros municípios que simplesmente iam embora e obtinham as guias nas agências de outros municípios. Falando a respeito da previsão do êxodo rural, Edson E. Lopes afirmou que a perspectiva para o corrente ano ainda é bem maior, já que **atualmente vem se registrando uma saída de aproximadamente 30 famílias por semana, isto é, em outros termos, diariamente de 3 a 5 famílias estão transferindo sua residência, abandonando o município rondonense.** O principal dos argumentos apresentados pelos retirantes, segundo o chefe de rendas, são **as desapropriações da Hidrelétrica de**

⁴⁵⁵ Jornal Rondon Hoje. *Nova Rondon, no Paraguai, Inaugura a Primeira Escola.* Marechal Cândido Rondon, 5 a 12 de junho de 1979.

⁴⁵⁶ Jornal Rondon Hoje. *30 Famílias, por semana, estão abandonando M. C. Rondon.* Marechal Cândido Rondon, 3 a 10 de abril de 1979.

Itaipu e o alto preço das terras no município que, com a indenização da Itaipu que é barata, e não mais oferece e não mais oferece suficientes condições para que o mesmo se estabeleça em outra parte do município onde o preço da terra é bem superior àquele que vem sendo pago pela Itaipu. Quanto aos locais preferidos pelas famílias (...) disse que Mato Grosso e os Estados do Norte (Acre, Pará, etc.) ocupam o primeiro lugar de preferência dos retirantes e posteriormente o Estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina aparecem na lista, voltando assim aos seus lugares de origem. **Citando uma solução**, bastante simples e de conhecimento de qualquer cidadão rondonense, o chefe da Agência de Rendas, afirmou que a **implementação de mais indústrias** seria uma das soluções viáveis para interromper a “fuga” dos habitantes rondonenses que se veem na contingência de procurar outros lugares uma vez que, maioria está sendo desapropriada pela Itaipu, e que, conseqüentemente, não se encontram suficientemente capitalizados para adquirirem outra área de terra no município e, segundo: porque estas terras inexistem. As disparidades criadas com o custo recebido pelas terras que serão alagadas pela Itaipu e a **inexistência de um mercado adequado para o investimento deste capital** recebido pela Itaipu é o motivo maior para que estas famílias se retirem e procurem em outros lugares, bem distantes, novas esperanças e novas condições de progresso.⁴⁵⁷

Se a média apontada pela Agência de Rendas se manteve ao longo de um ano, perenemente com a saída de três famílias por dia, seriam, no final de um ano, 1.080 famílias que deixariam Marechal Cândido Rondon. Contando uma média de três pessoas por família, seriam 3.240 pessoas que deixaram o município por causa da instalação da Itaipu. Também, nota-se que a especulação imobiliária não permitia aos colonos atingidos pelo alagamento da região depois do fechamento da barragem comprar a mesma quantidade de terras em outros locais de Marechal Cândido Rondon. Primeiro, pelo preço pago pela Itaipu, depois, pela escassa disponibilidade de terras, elevando o preço. Esta era a situação de um mercado desfavorável aos colonos desapropriados: baixa remuneração pelas terras desapropriadas, aliada à especulação imobiliária em Marechal Cândido Rondon, levou a migração. Portanto, não foi somente a crise e o esgotamento da capacidade produtiva no campo em áreas pequenas com base na modernização conservadora que motivaram a saída de colonos de Marechal Cândido Rondon, mas ainda – e principalmente naquele momento – a construção da Hidrelétrica Internacional de Itaipu.

Um estudo bastante consistente sobre a emigração brasileira para o Paraguai foi realizado por Valdemir José Sonda. Para ele, devido às transformações econômicas induzidas pela modernização conservadora,

⁴⁵⁷ Idem. Ibidem. p. 5.

(...) houve a saída de 127.000 pessoas que deixaram o meio rural do Extremo-Oeste, na década de 1970, ou 10% do total da redução do Estado do Paraná, sendo que a população, desta microrregião [Oeste], representava 25% em 1950, 36,1% em 1970 e 58% em 1980. Tal problemática, além de favorecer outros movimentos populacionais na área de fronteira, também ocasionou a emigração para novas frentes pioneiras, tais como as que foram em direção aos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Goiás, e o crescimento da população urbana no município de Marechal Cândido Rondon.⁴⁵⁸

Neste sentido a saída de colonos⁴⁵⁹ da região Oeste do Paraná pode ser considerada grande, e um dos motivos, acompanhado da crise na produção agrícola de 1970, foi o baixo preço das terras no Paraguai.⁴⁶⁰ Exemplificando o interesse dos pequenos agricultores nas terras do Paraguai, Marta Izabel Fiorentin menciona uma entrevista com um ex-colôno brasileiro, de Toledo no Paraná, que migrou para o Paraguai:

Em certas regiões paraguaias, o imigrante brasileiro podia adquirir até 130 alqueires com o dinheiro da venda de um alqueire no Brasil. Esta informação é corroborada no livro de Domingos Laino escrito na época em que os fatos estavam acontecendo: “na cidade de Hernandarias existem três imobiliárias que vendem terras só para brasileiros [...]. No Brasil, vendi em Toledo, no Paraná, um alqueire por 15.000 cruzeiros e com este dinheiro comprei na fronteira paraguaia 120 alqueires”.⁴⁶¹

Nota-se que com o valor de um alqueire de terras no Oeste do Paraná o pequeno produtor poderia comprar até 12.900% a mais no Paraguai, dado que o valor do alqueire era Cr\$ 125,00, enquanto no Brasil era Cr\$ 15.000. Isso, no entanto, precisa ser mediado, indicando que estes valores de terras no Paraguai dependiam do lugar a ser comprado, o grau de mecanização que havia no local, o interesse imobiliário, dentre outros que faziam abaixar ou aumentar o valor do alqueire. Neste sentido, pode-se entender que o movimento de saída dos colonos em direção ao Paraguai, na década de 1970, foi uma segunda migração, pois,

⁴⁵⁸ SONDA, Valdemir J. **A Emigração Brasileira para Naranjal – Alto Paraná – Paraguai (1973-1995)**. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2003. p. 49.

⁴⁵⁹ Incluindo os arrendatários e mesmo os assalariados, que viram no Paraguai a possibilidade de mudança em sua condição.

⁴⁶⁰ Sobre a propriedade das terras no Paraguai, Marta Izabel Fiorentin afirmou que “As terras da fronteira paraguaia com o Brasil pertenciam, na sua maioria, a grandes empresas brasileiras, como a KarapáSRL, cujas propriedades são calculadas em 100 mil hectares, e a Companhia Americana, do ex-chanceler brasileiro Mario Gibson Barbosa, proprietária de 80.000 hectares”. FIORENTIN, op. cit. 2010. p. 31. *Apud*: LAINO, Domingos. **Paraguai: fronteiras e penetração brasileira**. São Paulo: Global, 1979, p. 79-80. O que indica que os pequenos colonos tinham que se dirigir para áreas ainda não exploradas pelas grandes empresas.

⁴⁶¹ FIORENTIN, op. cit. 2010. p. 32-33. O livro que Fiorentin cita e onde consta a entrevista com o agricultor Waldomiro Krindges é: LAINO, Domingos. **Paraguai: fronteiras e penetração brasileira**. São Paulo: Global, 1979.

A partir dessa experiência [migratória], os descendentes daqueles primeiros colonos, que colonizaram o Oeste do Paraná, se dirigiram ao Paraguai, adquiriram terras, construíram casas e dedicaram-se ao cultivo da soja. Os migrantes brasileiros que foram para o Paraguai, eram no Brasil pequenos proprietários, meeiros, arrendatários e bóias-frias que perderam suas terras por dívidas contraídas a bancos, ou impossibilitados de adquirir terras no Brasil. Ou ainda, pessoas cujo trabalho e condições de vida traziam grande instabilidade. Essas pessoas, não tendo nenhuma possibilidade de possuir terras para trabalhar, foram atraídas pela propaganda de corretores, que, por um baixo preço, prometiam terras abundantes e boas, financiamentos para a lavoura, estradas e escolas para os filhos no Paraguai.⁴⁶²

Assim, depois da crise econômica na agricultura na microrregião Oeste do Paraná houve a expulsão, com a conseqüente migração, dos colonos para outros Estados e para o Paraguai. Isso aconteceu devido ao endividamento dos pequenos e médios proprietários rurais junto às instituições de financiamento e à disponibilidade de terras baratas no Paraguai. Também, deve-se levar em consideração possibilidades que aqui não podem ser comprovadas, como, por exemplo, entender que a direção escolhida (Paraguai, Mato Grosso, ou outro lugar) foi realizada não somente levando em consideração os aspectos econômicos (especulação, vendendo caro para comprar barato), mas também outras, como oportunidades para os filhos (de estudo, trabalho, etc.), religião, presença de outros membros que já haviam migrado para estabelecer relação com pessoas de uma mesma região étnico-cultural, entre outros.

De maneira geral, os pequenos e médios agricultores buscaram se adequar ao novo padrão de produção na agricultura, até as intempéries de 1976-1978, conseguiram manter o pagamento de seus empréstimos. Isso mudou com a falta de produtividade da terra (devido às intempéries) e, diante deste quadro, possivelmente os colonos perderam suas propriedades para os bancos e agências de financiamento privadas, dada a necessidade de garantia (suas terras) para a obtenção dos empréstimos. Buscando dar visibilidade para a situação do crédito rural no Brasil e como estava a produção agrícola em relação a ele, João Sayad,⁴⁶³ ajuda demonstrando alguns dados.

Segundo João Sayad,

Os saldos de crédito rural, em 1975, correspondiam a 74% do valor da produção agrícola. Em 1976, as estimativas indicam um crescimento nominal dos saldos do empréstimo rural da ordem de 70%, o que, descontando a taxa de inflação daquele ano, de aproximadamente 40%, e supondo um crescimento da agricultura da ordem de 6%, permitiu antecipar

⁴⁶² Idem. Ibidem. p. 28.

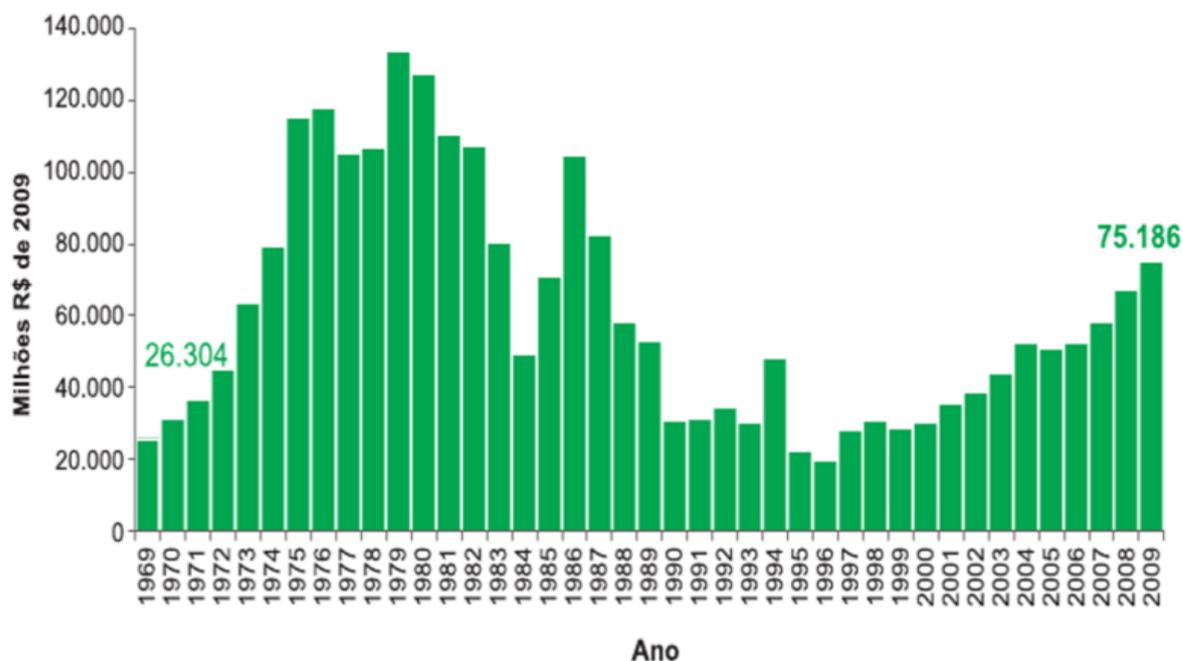
⁴⁶³ SAYAD, João. **Crédito Rural no Brasil – avaliação das críticas e das propostas de reforma**. São Paulo: Pioneira/Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1984.

que, em 1976, os saldos de crédito rural representavam quase 90% do valor da produção agrícola. Em outras palavras, isso significa que, naquele ano, para cada 1 cruzeiro de produção agrícola foram usados noventa centavos de crédito rural, fornecidos a taxas de 15 ou 17% ao ano, enquanto o sistema bancário privado cobrava taxas de 50% a.a., e enquanto o próprio governo levantava recursos pagando taxas de juros semelhantes.⁴⁶⁴

Portanto, havia uma grande dependência dos colonos a instituições financeiras de crédito, indicando a necessidade de empréstimos para manter a produção. Quem não tinha esta possibilidade de financiamento possivelmente poderia estar fora da produção monocultora. Também, os pequenos que mantinham a policultura possivelmente não necessitavam de empréstimos para sua produção.

No mesmo sentido, pode-se mostrar um gráfico que aponta tanto para o grande montante destinado à agricultura no Brasil na década de 1970 (em comparação com as décadas seguintes), quanto para as oscilações do crédito rural (variando negativamente entre 1976 e 1979). Estes montantes foram financiamentos concedidos a produtores e às cooperativas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural.

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL NO BRASIL



FONTE: ALVES, Eliseu & BASTOS, Eliana Teles & CONTINI, Elisio & GASQUES, GARCIA, José. *Dinamismo da Agricultura Brasileira*. In: **Revista de Política Agrícola**. Brasília, ano 1, n. 1, Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, fev, 1992. p. 47. Gráfico realizado com base em: Banco Central do Brasil (2010). Dados deflacionados pelo IGP-DI.

⁴⁶⁴ Idem. Ibidem. p. 3.

Também houve o aumento das propriedades rurais entre 50 a 500 hectares, possivelmente devido à venda das pequenas propriedades agrícolas – ou mesmo parte das grandes, acima de 500 hectares – para aqueles que conseguiram “sobreviver” à crise. É interessante perceber nesta tabela que houve aumento no número de estabelecimentos e de área para os “empresários do campo” identificados entre a faixa de 50 a 500 hectares, estando os outros grupos em decréscimo. (Cf. Tabela 29 e as seguintes).

TABELA 29: VALOR DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS

Período	Informantes	Valores dos Investimentos em Mil Cruzeiros												
		Total	Bens Imóveis				Outros Bens							
			Total	Terras Adquiridas	Prédios Residenciais e Sociais	Instalações e outras benfeitorias	Total	Novas Culturas	Matas Plantadas	Animais de reprodução e de trabalho	Máquinas e instrumentos agrários		Veículos e outros meios de transporte	
											Novos	Usados	Novos	Usados
1970	2.233	10.596	5.218	1.782	1.704	1.733	5.378		2	676	4.081		372	247
1975	1.887	75.880	26.058	12.917	6.849	6.293	49.822	18	20	1.713	37.669	921	8.018	1.463
1980	2.182	690.191	442.216	273.394	50.500	118.322	247.969	71	4.260	71.778	94.420	27.570	27.010	22.860

FONTE: Dados compilados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.⁴⁶⁵

A forma mais direta de entender que houve a concentração de terras por meio da compra, por parte daqueles colonos que haviam superado a primeira fase da modernização conservadora, é a de observar o quadro no que se refere ao investimento em “Terras Adquiridas”. O montante, na soma de 1974 a 1979, foi de Cr\$ 273.394,00. O montante total de todas as áreas de investimentos (prédios residenciais e sociais, benfeitorias, animais, máquinas e instrumentos agrícolas, veículos de transporte) foi de Cr\$ 690.191,00, ou, em outros termos, formalmente, 39,6% do total financiado pelos colonos era destinado à compra de terras.

⁴⁶⁵ CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. op. cit.

TABELA 30: FINANCIAMENTOS OBTIDOS (FINALIDADE PRINCIPAL DECLARADA) EM MIL CRUZEIROS

Período	Total		Para Investimento		Para Custeio		Para Comercialização de Produtos		2 ou Mais Finalidades ⁴⁶⁶	
	Inform antes	Valor (Mil Cruzeiros)	Inform antes	Valor (Mil Cruzeiros)	Inform antes	Valor (Mil Cruzeiros)	Inform antes	Valor (Mil Cruzeiros)	Inform antes	Valor (Mil Cruzeiros)
1970	1.097	6.230	535	2.990	342	1.052	20	37	-	-
1975	2.167	95.800	261	14.165	1.533	37.149	1	23	-	-
1980	3.577	764.116	112	25.846	3.048	579.266	93	7.034	324	151.970

FONTE: Dados compilados e adaptados pelo autor a partir dos Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.⁴⁶⁷

Em síntese, pode-se afirmar que a Rádio Difusora comentou o êxodo rural somente em 1977, no auge do processo, referindo-se a ele como ocasionado pela mecanização da produção no campo; pelas dificuldades relacionadas com a manutenção da pequena propriedade rural; dos altos lucros dos grandes proprietários, proporcionados pelos primeiros anos de grande produtividade na agricultura, que os levou a comprar as áreas dos pequenos proprietários, endividados; entre outras. Seria redundante reafirmar que a utilização de máquinas na agricultura reduz drasticamente o número de trabalhadores necessários à atividade agrícola. No entanto, este processo precisa ser destacado. Foram, a “modernização” e a “maquinização”, entre outros processos relacionados com a entrada mais intensiva do capital monopolista no campo que trouxeram, associado ao aumento na produção, o outro lado social do “progresso”: a pobreza; e, com ela, a falta de comida, trabalho, moradia, saúde, educação, entre outras necessidades básicas.

A expulsão dos trabalhadores do campo à cidade trouxe também o adensamento do “exército industrial de reserva”, indispensável para o bom andamento dos negócios capitalistas na cidade. Dentre estes negócios estavam as pequenas e grandes indústrias que se instalavam em Marechal Cândido Rondon, desde a década de 1960. Entre as de maior destaque naquela década pode-se elencar: um frigorífico, uma empresa de fundição e empresas agrícolas, todas carecendo de mão de obra com pouca especialização, portanto, barata, um espaço de acesso ao antigo colono.

Outras reportagens reforçam os motivos para o processo de evasão do campo, indicando também as intempéries como vetor. Segundo a Rádio Difusora,

⁴⁶⁶ O item “duas ou mais finalidades” não estava presente nos censos anteriores.

⁴⁶⁷ CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. op. cit.

(...) técnicos do setor afirmem que a produção já foi reduzida em mais ou menos 25% devido à longa estiagem verificada. Por outro lado, o governo sustou provisoriamente os financiamentos agrícolas, a fim de possibilitar um reestudo do financiamento bancário, e este corte provisório nos financiamentos poderá ter sérias implicações (...).⁴⁶⁸

As notícias sugerem que, além da estiagem, o corte nos financiamentos (conforme a tabela acima mencionada, houve baixa entre 1976 e 1979), ajudando a empurrar o pequeno e o médio produtor rural para outros locais e/ou para o meio urbano, complementando o entendimento do porque no esvaziamento das escolas.

Outra reportagem, do Informativo Copagril, indica preocupação com a crise na agricultura. Conforme o informativo

A falta de chuvas está preocupando os produtores rurais que já temem mais uma frustração de safra, [que] mais uma vez deverão recorrer ao PROAGRO. Os prejuízos já são de grande volta, em algumas regiões superar os 40%. Quanto ao rendimento da soja em desenvolvimento, nada poderá ser afirmado, pois depende do fator climático. Se não chover em breve a coisa não andar bem.⁴⁶⁹

Estiagem que levaria, mais uma vez, os colonos a perderem a produção e, principalmente, a paralisação da circulação de capital na cidade – dado que estes eram quem movimentavam o comércio local, visto que as atividades de maior destaque no meio urbano eram aquelas de serviços, parte delas no setor comercial atendendo ao campo. Noutra reportagem, mais uma vez, a Rádio Difusora explica, pedagogicamente, algumas alternativas e cuidados que os colonos – os que permaneceram – devem tomar para não saírem de suas terras também e, ao mesmo tempo, fornece uma gama de informações sobre a situação geral da economia naquele período.

Segundo ela, a *Monocultura Poderá Levar Comércio Regional à Breca*:

Pelo período de estiagem que passou a região, proprietários de estabelecimentos comerciais de destaque fizeram válida observação de que a monocultura agrícola, no caso o trigo e soja, poderá levar à breca o comércio com sérias tendências para uma estagnação, se urgente providência não venha ser tomada a respeito. As empresas locais estão sendo diretamente afetadas, pois a economia local está diretamente vinculada à produção primária e a queda no faturamento decorre desse setor, em épocas de “vacas magras” todos se limitam à aquisição de gêneros de primeira necessidade,

⁴⁶⁸ FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. Rádio Difusora do Paraná. 16/06/1977.

⁴⁶⁹ Jornal Informativo Copagril. *Estiagem Preocupa Agricultor*. Marechal Cândido Rondon. Janeiro de 1978. Ano: I. Número 16.

causando um enfraquecimento no setor e qualquer outro negócio de vulto torna-se perigoso. **A melhoria viria através de uma conscientização do produtor rural de uma diversificação, pois a ocorrência de estiagens ou de influências diversas do regime atmosférico, o jogo variável com o preço de produção redundam em reflexos negativos para o comércio, conseqüentemente o aumento de áreas em favor de um único proprietário, entrando para o latifúndio é outro problema** pois o povo de menor poder aquisitivo abandona em busca a outros lugares, sendo que é justamente esse tipo de gente que movimentava o comércio local, pois não podem se dar ao luxo de se locomover para outras cidades maiores da região para a compra de qualquer que seja o produto. Levando em consideração aquilo que existe aqui e seus preços e considerado viável uma compra aqui mesmo, sendo achada desnecessária a compra fora, em outras cidades, a não ser que o elemento queira mesmo aparecer. A produção hortifrutigranjeira deverá ser imediatamente incentivada pois o município deverá ser uma fonte produtora e exportadora de produtos e não ao contrário do que vem acontecendo. A grande maioria de produtos consumidos aqui como, ovos, frutas, verduras e legumes vêm de fora, isso sem contar cereais e outros produtos originários da terra. É de se lamentar tal acontecimento mesmo por ser do conhecimento de todos que as terras do oeste do Paraná são as mais férteis onde em se plantando, tudo dá. É hora de pensar, disseram comerciantes visivelmente preocupados com a situação, partindo do poder Público Municipal e Estadual e finalmente aquele que ocupa a terra e faz dela o seu sustento. Enquanto não houver uma emancipação através da produção de tudo aquilo o quanto se precisa o comércio continuará definhando, pois isso é porque na região são ainda poucas as indústrias existentes.⁴⁷⁰

Vê-se que havia a preocupação da quebra no comércio local devido à crise na agricultura e, principalmente, havia a tentativa de conscientizar os colonos para que saíssem da monocultura e investissem em outras culturas, como a hortifrutí, indicado na reportagem. Destaca-se a passagem da reportagem onde se afirmou que produtos como ovos, verduras e legumes precisam ser comprados em outros locais, devido à extensão da monocultura soja-trigo-milho na maioria das propriedades agrícolas. Também, é de destaque o alerta para a concentração fundiária que estava acontecendo, dado que a reportagem também aponta para este processo, indicando que isto não seria bom para o comércio, pois, o setor de “prestação de serviços” sobrevivia com a circulação do capital gerado na agricultura e na indústria. Como a indústria era incipiente no município, restava os colonos de pequenas e médias propriedades não “quebrarem”, para que circulação de capital na cidade continuasse “normalmente”. E, ainda, sabia-se que os grandes proprietários buscavam produtos onde encontravam preços mais baixos, não importando tanto a distância para tal. Pegando como exemplo o óleo diesel, se este estivesse a um preço mais em conta em alguma cidade vizinha, o grande produtor poderia buscá-lo sem grandes dificuldades e armazená-lo em sua

⁴⁷⁰ FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. Rádio Difusora. 07/03/1978. Grifos meus.

propriedade. Condição esta que não tinha o pequeno e o médio produtor rural. Neste sentido, a manutenção das pequenas e médias propriedades era de interesse, também da classe dominante da cidade. Nessa lógica, era preciso a manutenção das pequenas e médias propriedades, na policultura como forma de abastecer o mercado local com produtos “da mesa” e, também, manter a fixação do trabalhador rural no campo.

No entanto, mesmo sendo vivenciada uma crise na produção monocultora no campo, ao menos entre os pequenos produtores, o processo de retorno à policultura, como proposto na reportagem anterior, não se efetuou. Conforme o Frente Ampla de Notícias, *Muita Gente Já Plantou Trigo*:

Depois de longa estiagem, a chuva que se fez sentir trouxe também muito ânimo e, foram vários os agricultores, beneficiados com a chuva, com relativa abundância, que já plantaram trigo. Segundo a declaração de alguns agricultores que já procederam o plantio, o trigo vai bem, animando ainda mais o setor agrícola da região que sofreu com a frustração da lavoura de soja, mas que espera a recuperação durante este plantio de trigo, que promete muito, por outro lado, notícia veiculada ontem por informações de José dos Santos, titular da agência do Banco do Brasil dava conta da prorrogação do prazo para pagamento das prestações para aqueles que não colheram trigo suficiente durante a última safra. Outro apoio fornecido aos agricultores que plantaram trigo na safra passada e sobre uma ajuda de custo proporcional a área plantada, o que vai favorecer muito. Calcula-se que, dessa ajuda de custo liberada pelo banco venha circular aproximadamente até 6 milhões de cruzeiros, o que corresponde 6 bi dos antigos, o que dará novo alento e desafogo para toda a área regional. Isso beneficiara grandemente o comércio local e regional, pois essa ajuda servirá para a manutenção das famílias, e é de se esperar que uma vez de posse de numerário originário de ajuda de custo não venha esse dinheiro ser levado para fora como muitos fizeram adquirindo terras no Paraguai e outras tantas coisas consideradas até certo ponto supérfluas, pelo menos momentaneamente. Pensa-se pela realização de uma reserva de dinheiro que possa fazer com que a família rural tenha respaldo para suportar qualquer adversidade.⁴⁷¹

Com isso, evidencia-se, dentre outras coisas, a contradição discursiva no que se refere à volta à policultura e o incentivo à monocultura. Entende-se que policultura não foi efetivada, porque esta diversidade não interessava aos grandes e médios produtores rurais, pois era menos rentável do que a monocultura, prejudicando a manutenção/ampliação do capital agrícola (e, conseqüentemente, da manutenção dos fetiches – tratores, colheitadeiras, implementos agrícolas, etc.).⁴⁷² Destaca-se que a verba pública chegava e servia, mais uma

⁴⁷¹ FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. Rádio Difusora. 14/03/1978.

⁴⁷² O uso de tratores, colheitadeiras, implementos agrícolas, etc., *a priori*, não poderia ser tratado como fetiche, pois são meios de produção do setor agrícola. Mas, o que aconteceu em Marechal Cândido Rondon foi a fetichização dos mesmos, quando passaram a ser usados como parte da relação de *status* no meio rural, indo além das suas especificidades enquanto meios de produção.

vez, para salvar os produtores rurais da quebra e/ou da diminuição da renda da terra. Ainda, é destaque que a Rádio Difusora mostra muito bem a dependência da cidade de Marechal Cândido Rondon em relação ao campo, e que a compra de mercadorias em outras localidades prejudicava o comércio local. Por fim, é importante perceber a denúncia que se faz através da reportagem, quando indica que o capital captado nos bancos servia não somente para “salvar” a produção, mas também para serem gastos com investimento em outras áreas mais “rentáveis”, como a compra de terras no Paraguai visando, possivelmente, a especulação imobiliária.

Neste sentido, o relatório de João Sayad ajuda a entender estas formas diversas de aproveitar o crédito rural, quando afirmou:

(...) sugerimos que, ao oferecer empréstimos aos agricultores, o Governo não consegue alterar, quer o volume, quer a composição da produção ou dos investimentos agrícolas. Este raciocínio decorre das possibilidades da substituição que existem entre capital do Governo (saldos de crédito rural) e capital próprio, particularmente após o desenvolvimento do mercado financeiro. Assim, se o Governo oferece 10% a mais de crédito rural para ser aplicado na agricultura, o tomador pode (e deve) aplicar os recursos conseguidos do Sistema de Crédito Rural no setor agrícola. Mas pode também retirar 10% dos recursos próprios que investe no setor e aplicá-los em atividade alternativa mais rentável.⁴⁷³

Assim, poder-se-ia indagar como o colono de pequena propriedade rural poderia ter condições de dedicar 10% do crédito agrícola para especulação imobiliária? No entanto, não era ele que especulava, mas os “maiores”, dado que eram eles os que mais se utilizavam dos créditos agrícolas. Segundo Sayad,

Sabe-se, também, que a maior parcela dos saldos de crédito rural é destinada aos grandes proprietários rurais (em 1971, apenas 31 por cento do total de crédito fornecido pelo Banco do Brasil destinava-se a pequenos tomadores – empréstimos menores do que 100 salários mínimos), e, portanto, o objetivo da proteção e incentivo aos pequenos e médios produtores rurais não estava sendo atingido.⁴⁷⁴

Quer-se destacar, com esta indicação, que havia a possibilidade de aumentar a produtividade e a circulação de capital em meio à crise econômica na região.⁴⁷⁵ Pode-se

⁴⁷³ SAYAD, op. cit. 1984. p. 5-6.

⁴⁷⁴ Idem. Ibidem. p. 5.

⁴⁷⁵ Por faltas de documentação que comprove, não se pode afirmar com segurança que os famosos “golpes do seguro (agrícola)” também não haviam sido praticados. Informalmente sabe-se que foram realizados, mas não pode-se comprovar identificando nomes e, por isso, não tratar-se-á deste tema. Este golpe se dava através da

perceber que neste processo “crítico” um dos setores da sociedade capitalista que mais se movimenta é o Estado e seus representantes. Todos querem os créditos para a solução dos problemas para si ou seu partido. Mas, por detrás das intenções em sanar esta ou aquela crise, sabe-se que o que estava em jogo eram os interesses gerais da sociedade capitalista e, em específico, os anseios da fração de classe que este ou aquele “político” defendia. Tendo esta prerrogativa na análise dos discursos dos parlamentares, pode-se passar para um discurso do então deputado federal Norton Macedo. Acredita-se que ele falava em nome dos grandes plantadores de Marechal Cândido Rondon no Parlamento Federal, pois era de seu interesse que os colonos tivessem dinheiro para gastar na sua rede de lojas (à época, mais de 90 filiais formavam a Rede HM, que era uma grande empresa de eletrodomésticos e outros produtos). Identificada a parte que interessava ao deputado, pode-se indicar a reportagem da Rádio Difusora do Paraná onde demonstrava o que se está afirmando:

Em discurso pronunciado na Tribuna da Câmara dos Deputados, dia 7 deste mês, o Deputado Federal Norton de Macedo começou assinalando que é dramática a situação do Paraná, e que, atingido por estiagem sem precedentes em sua história, o Estado, responsável por 20% da produção agrícola brasileira, vive, nesta hora, a iminência de uma das suas maiores tragédias econômicas. Afirma o parlamentar, ser sabedor de que a origem da ocorrência está na devastação indiscriminada e na conquista irracional dos espaços, desafios do homem à natureza e causas fundamentais dos largos extemporâneos períodos de estiagem que tanto tem afetado o trabalho do homem no campo e a produção agrícola. Dizendo que o agricultor não espera favores, mas medidas justas, que ajudem a minorar sua angústia, e providências que corrijam distorções existentes, geradas muitas vezes pelo descompasso entre a política agrícola e as decisões econômico-financeiras do governo, considerou esperar encontrar eco na Câmara dos Deputados e no Governo da República, seu pedido de socorro do Estado, principalmente a do extremo Oeste, que tem Marechal Cândido Rondon e Palotina como principais centros produtores, onde esta quebra deverá ultrapassar a 70%. Após também tecer breves considerações a outras culturas tidas apenas como de sobrevivência, que sofreram perdas quase totais, asseverou que é sobre esse quadro que se delineiam e se anunciam sérios problemas sociais. Antevê-se o abandono das áreas rurais, a expectativa de desemprego em massa, o agravamento da deplorável situação dos bóias-frias, o risco da própria sobrevivência dos pequenos proprietários. (...) Antes de finalizar o pronunciamento, Norton de Macedo afirma que a situação que justifica essas reivindicações, ainda mais se agrava, com vistas à próxima safra de trigo, pela fixação de um preço mínimo insuficiente para compensar os investimentos e o trabalho do produtor, conforme acaba de ser decidido pelo Governo Federal. Conclui dizendo que “a hora é difícil, mas o meu Estado mantém as esperanças que incorporo agora ao apelo que faço em nome dos

participação do perito da agência de financiamento que, ao condenar a safra de um produtor, acionava o seguro que era destinado ao produtor supostamente prejudicado. Como não havia quebra na safra, o dinheiro do seguro servia para comprar áreas de terras em outras localidades.

agricultores paranaenses que, nunca como agora, esperam e merecem a atenção maior do Governo da República”.⁴⁷⁶

Assim, “antevendo” a crise, nota-se que se estimava que a quebra na safra de 1978, seria de aproximadamente 70%. Como se viu, este dado é importante para perceber como estava se processando a crise da agricultura no extremo Oeste do Paraná. Neste sentido, a falta de condições econômicas para os colonos, o êxodo rural, o desemprego, as atividades extralegais (furtos, roubos, assaltos, violências, etc.), a expropriação ainda maior da mão de obra (tanto no campo quanto na cidade), dentre outros, fazia parte das preocupações de 1976 a 1978 – principalmente neste último ano – quando a situação se agravou. Era importante resguardar a circulação de capital e as relações capitalistas no campo daquele período, para que minimamente se pudesse continuar com o lucro dos grandes. Entende-se isso porque, contrastando com a situação informada pela Rádio Difusora em 20/03/1978, onde as reclamações eram o denominador comum, o Frente Ampla de Notícias informou – somente quatorze dias depois –, que *Marechal Cândido Rondon, 1º Produtor de Trigo do Estado*:

Por ocasião da instalação do governo do estado em Cascavel, nos dias 01 e 02 de abril, na oportunidade em que a comitiva rondonense manteve audiência com o Secretário da Agricultura, Dr. Paulo Carneiro Ribeiro, as autoridades rondonenses receberam das mãos do mesmo um relatório da produção agrícola do Estado, e ao mesmo tempo a informação de que M.C.Rondon foi o maior produtor de trigo do Estado na safra 1975 – 1976. O nosso município produziu neste período 51.536 toneladas do cereal, na região Oeste, o município que imediatamente segue as cifras de M.C.Rondon é Palotina, com uma produção de 48.558 toneladas e Toledo com 44.206 toneladas. Além desta excelente colocação na produção tritícola, a nível de Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon encontra-se ainda em segundo na produção de gado bovino, com 43.203 cabeças, em terceiro lugar na produção de soja, com 194.220 toneladas, em quarto lugar na produção de milho – 60.000 toneladas e na produção de fumo – 749 toneladas.⁴⁷⁷

Portanto, havia a necessidade de manter alta a renda da terra para que os grandes e médios produtores continuassem a manter a produção monocultora de soja e trigo em altos parâmetros. Por intermédio da modernização conservadora, havia sido montada uma bem-sucedida estrutura de produção monocultora e esta deveria permanecer no topo da produção agrícola, assim que o clima permitisse. Por isso, entende-se que este destaque na produção foi fruto dos produtores rurais que tinham grandes e médias áreas de terras. As reclamações dos pequenos proprietários eram válidas, mantinha-se sobre a situação uma vigilância constante,

⁴⁷⁶ FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. Rádio Difusora. 20/03/1978.

⁴⁷⁷ FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. Rádio Difusora. 04/04/1978.

mas era mais vantajoso permanecer na monocultura agroexportadora, dando condições para que ela restaurasse os altos índices de produtividade.

Estes índices foram retomados. Cabe destacar ainda que a crise no campo não foi total, na qual todos foram “mal-sucedidos” e todos teriam saído de Marechal Cândido Rondon. Quem ganhou com esta crise foram os proprietários rurais com mais capital acumulado, que compraram as terras de uma grande quantidade de pequenos e médios produtores e mantiveram-se na produção monocultora.⁴⁷⁸ No entanto, o sistema de minifúndio sobreviveu às crises. Não foram muitos, mas existem colonos que possuem pequena área de terra, e que a arrendam. Ainda, manteve-se a formatação do campo como tal – poucos produtores com muitas áreas de terras.

Um aspecto aparentemente contraditório sobre a crise na agricultura na microrregião Oeste do Paraná foi o posterior crescimento da produção agrícola. É uma aparente contradição, pois, na verdade, posteriormente à crise na economia agrícola da microrregião Oeste, pode ter havido uma concentração de terras sob o comando daqueles grandes produtores com capital acumulado e com capacidade para dar continuidade no processo de produção monocultora. Acredita-se que foi por isso que houve o restabelecimento da produção e o crescimento econômico posteriormente à crise. Neste sentido, “O resultado destas mudanças apresenta 'a Microrregião Extremo Oeste Paranaense [como] a de mais expressivo crescimento de lavouras temporárias em todo o Sul, pois, em 1980, esta era a maior produtora de soja, concentrando 39,4% da produção paranaense’”.⁴⁷⁹

Para os trabalhadores do campo e os colonos, que perderam sua terra, optaram ou foram forçados a vendê-la para (e)migrarem para outras “fronteiras”, talvez não houve aspectos positivos com a modernização conservadora. Assim, entende-se que a modernização conservadora da agricultura e a crise de 1977-1978 serviram aos interesses dos médios e principalmente dos grandes proprietários rurais, pois estes aumentaram a suas áreas e na esteira, sua produtividade. A “modernização”, evidentemente, trouxe condições para que este aumento acontecesse. O que aqui se destaca é a crise como fator de aumento na acumulação capitalista, ou melhor, depois da crise, pequenos produtores perderam suas terras que passaram a ser produzidas por colonos que já estavam “modernizados”. Este processo,

⁴⁷⁸ O número de estabelecimentos e de área que cresceram nos censos de 1970 a 1980 foram as de 50 a 500 hectares. (Cf. Tabela 29 e as seguintes).

⁴⁷⁹ MESQUITA, Olindina Vianna & SILVA, Solange Tietzmann. *A Evolução da Agricultura na Região Sul na Década de 70*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, jan./mar., 1987. p. 172-173. Apud: SCHLOSSER, Marli T. S. *Modernização Agrícola: um estudo de discursos jornalísticos na região Oeste do Paraná (1966-180)*. In: LOPEZ, Marco A. **Espaços da Memória – Fronteiras**. Cascavel: Edunioeste, 2000. p. 73.

aparentemente contraditório, pode indicar que o aumento das relações capitalistas no campo ajudou a antecipar a concentração de terras nesta área que, desde o início da colonização pela Maripá, foi planejada para ser explorada por meio da pequena propriedade e tendo como referencial a diversificação da produção.⁴⁸⁰ Esta concentração (de terra e de produção – monocultura), associada ao aumento do poder econômico, por sua vez, reflete na criação de relações sociais diversas para aqueles “antigos” colonos (trabalhador coletivo) que produziam por meio da policultura, em uma agricultura quase para a sobrevivência. Ocorreu uma metamorfose naqueles que sobreviveram a crise, para os “novos” colonos, que a partir de então passaram a acumular capital, se verem na situação de empresários do campo, fazendo financiamento, movimentando grandes quantias de capital, comprando novas áreas, enfim, se transformando no produtor capitalista “moderno” (“empresário do campo”) que o sistema de produção agrícola monopolista precisava (e precisa na atual regra de mercado).

Para finalizar essa parte da análise, pode-se indicar que no ano de 1979 a geada não apareceu e a chuva voltou, mas ainda sim havia preocupação com a qualidade e a quantidade da soja, principalmente para os compradores do grão. Uma reportagem do Jornal Rondon Hoje, com os três principais compradores de soja em Marechal Cândido Rondon, trazia um panorama da “saída” da crise na agricultura monocultura. Perguntava e respondia o Jornal: “Soja? Vai bem...”.

Após “duras perdas” os nossos agricultores estão realizando a colheita da soja, (que ainda restou para ser colhido, após a prolongada estiagem). Informações de colonos dão conta de que há plantações que não mais valem apenas de serem colhidas pelo baixo índice de rendimento. O castigante sol, que abrasou os grãos da soja, fez com que o ciclo normal de amadurecimento da soja fosse considerável. Este fenômeno foi o protagonista de uma qualidade bastante baixa nos grãos de cereal, o teor de óleo do grão é inferior ao índice dos anteriores. Há colonos que alegam que estão tendo um prejuízo superior a 40 por cento de quebra na produção. A tonalidade esverdeada, e reduzido tamanho grão demonstram que a soja deste ano teve um desenvolvimento deficiente e o seu processo de amadurecimento sofrem as influências funestas da intensidade do calor. Somente agora, no período da safra é que as chuvas voltaram. Para a grande maioria das áreas cultivadas com soja já foram colhidas ou, então nem estão sendo colhidas. Mas, mesmo assim, procuramos vários receptores do cereal em nossa cidade com os quais obtivemos informações sobre o recebimento da soja da presente safra. A Importação e Exportação

⁴⁸⁰ Ainda na atualidade é difícil encontrar grandes propriedades, mas a concentração de terras se dá por meio da compra de lotes vizinhos e/ou em locais afastados da “sede”. Portanto, um mapeamento dos grandes proprietários se torna difícil, dado que possuem terras em diferentes locais. Também, para fugir do pagamento de impostos rurais para grandes propriedades, os capitalistas do campo na região colocam suas áreas em nome de outras pessoas, como parentes e conhecidos confiáveis. Desta forma, a concentração de terra não se dá por meio da grande propriedade rural, mas do grande número de pequenas propriedades, por vezes dispersas entre elas.

CERESER,S/A, através de seu diretor industrial, Sr. Pedro Cereser, informou que até o presente momento a firma recebeu a cifra de 400 mil sacas de soja, mas salienta que (...) a tonalidade verde, o baixo teor de óleo no grão, a pouca aceitação do cereal nos grandes centros de comercialização está encarretado dificuldades. A produção local da indústria Cereser S/A, que recebe sacas está industrializando 5000 sacas (3000 toneladas). Segundo informações obtidas junto ao Diretor Industrial, a Indústria Cereser havia planejado a ampliação da industrialização diária mas, com os problemas surgidos com a baixa safra que está ocorrendo não efetuou o aumento na capacidade de moagem. A Cereser que se encontra aberta para atender os fregueses desde as 6:00 horas da manhã até as 24:00 horas, ininterruptamente. O preço da soja está sendo pago conforme as oscilações que ao mesmo sofre no mercado. A Copagrill – Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda –, até a data de sexta-feira havia recebido 360.000 sacas de soja. Alfredo Kunkel, Diretor-Presidente da Copagrill, reforçou as palavras do industrial Pedro Cereser que afirmou que o grão do cereal está inferior aos de anos anteriores. As dificuldades na comercialização, o amadurecimento precoce, o tamanho reduzido do grão, baixo teor de óleo, e outros aspectos, também foram apontados pelo Presidente da Copagrill que esmo com as frustrações das safras, a situação econômica do Município não está muito ruim, mas está difícil devido as frustrações. Alfredo Kunkel afirmou também que a seca prejudicou bastante a produção de soja, pois o período normal para a colheita da soja é o final do mês de fevereiro e, como está registrando, a colheita desde já está se encaminhando para o seu término. Falando do preço mínimo, Kunkel afirmou que o mesmo está animador e pelo observado junto aos seus associados tem-se a impressão de que os mesmos estão satisfeitos mas permanece junto aos associados o receio de que o cereal venha a sofrer uma queda no seu preço (atualmente em volta de Cr\$ 295.00) e que depois não mais sofra elevações. Na ORGASOL – Organizações Agro Comercial e Industrial do Oeste Ltda. –, Rui Schimmel, Diretor Presidente, afirma que o recebimento de soja está regular e expôs as diferenças que o cereal está apresentando (as mesmas apontadas por Pedro e Alfredo Kunkel). Afirmou ainda que a quebra na atual produção não deverá ter uma influência fundamental na produção econômica do município. A renda média por alqueire (em torno de 50 a 60 sacas) ainda é suficiente para cobrir parte das despesas que os cultivadores tiveram com no plantio e cultivo da soja.⁴⁸¹

Neste sentido, continuava-se com a monocultura da soja-trigo-milho, mesmo depois de perdas com as frustrações nas safras. Era a consolidação do grão como parte integrante e permanente da produção agrícola em Marechal Cândido Rondon. Desde a sua fase “de teste”, no final da década de 1960, passando pelas crises da década de 1970, a soja ainda é o principal produto plantado no município. Isso mostra, dentre outros, a alta lucratividade que se tem com sua produção e, principalmente, a inserção do capital no campo, ditando o que se produz e como se produz. A agroecologia, debatida nos dias atuais, não teve inserção considerável no município naquele período. É esmagada pela monocultura, não somente da

⁴⁸¹ Jornal Rondon Hoje. Marechal Cândido Rondon, de 20 a 27 de fevereiro de 1979.

soja, mas aliado ao trigo e ao milho e todoo pacote necessário ao desenvolvimento de tal produção (máquinas, insumos, inseticidas, fungicidas, adubos, fertilizantes, sementes, financiamentos bancários, dentre outros elementos).

4.3 CRISE E CONFLITOS SOCIAIS NA MICRORREGIÃO OESTE DO PARANÁ: NPR's e ITAIPU

De maneira geral, crises foram a tônica da década de 1970 em Marechal Cândido Rondon, principalmente aos colonos. Em vários momentos da década, naquele município, crises se sucederam, na agricultura, na indústria, em cooperativas, entre outros, mas quem sofreu com elas foram, essencialmente, os colonos e os trabalhadores. Lucraram, com elas, os capitalistas e outros proprietários e/ou gestores de cooperativas na microrregião.

4.3.1 Grupo Frimesa/Ruaro e as NPR's

O mito da ligação inexorável entre “desenvolvimento” e “indústria” permeia, ainda hoje, o discurso dominante sobre a “modernidade”. Nesta lógica, há a necessidade de indústrias para que uma localidade se faça moderna, atualizada. A Maripá tinha em seu Plano de Colonização a inserção de indústrias para sua área de atuação. Neste sentido, já nos primeiros anos de colonização se pensou em quais seria as indústrias que poderiam ser inseridas no contexto microrregional, visando, dentre outros, a permanência da renda gerada no campo na microrregião, além, evidentemente, de gerar capital para um seletor grupo que gerenciaria este empreendimento. Assim, logo após a emancipação político-administrativa do município em 1960, foi iniciado também o processo de industrialização, trazendo com ele a esperança de “progresso”. Conforme Carlos Alberto Seiberth, neste contexto é que foi criado o Frigorífico Marechal Cândido Rondon S.A., Indústria e Comércio (ou Frirondon), em outubro de 1963, “(...) inicialmente pelos comerciantes, Alfredo Nied, Afonso Diesel, Osvino Rodolfo Zart, Arnildo Dreier, Helmuth Koch, Carlos Kleemann e Nelson Aloísio Hack e alguns agricultores”.⁴⁸² Foram seis anos de estudos e estruturação, dado que, conforme

⁴⁸² Carlos Alberto Seiberth pesquisou especificamente o caso dos moradores daquele bairro. Cf. SEIBERTH, Carlos Alberto. **Os Moradores do Loteamento Ceval na História de Marechal Cândido Rondon (1991–2007)**: um estudo de caso sobre a formação do setor urbano-industrial frigorífico e a luta por moradia.

Seiberth, os diretores não tinham experiência no setor industrial e foi necessária contratação de pessoas experientes no ramo.⁴⁸³ Foi somente em 31 de dezembro de 1968, que o Frirondon inaugurou a empresa, mas somente em junho de 1969, começou a abater os suínos.

O suíno foi um animal criado pelos colonos desde a formação de Marechal Cândido Rondon. Fazia parte da alimentação cotidiana destes e do conjunto necessário para a própria manutenção no campo, devido à diversidade de subprodutos que se consegue deste animal (banha para cozinhar e conservar alimentos – geralmente carnes – torresmo, linguiça, a própria carne, dentre outros) sem a necessidade de refrigerador para conservação. Além disso, o excedente poderia ser comercializado, dado a existência de comércio para tanto.⁴⁸⁴ O suíno era uma alternativa principalmente para os colonos, com pequenas propriedades (que era a maioria naquele momento histórico), devido à pouca rentabilidade de suas áreas. Neste contexto, a produção aumentava. Conforme Venilda Saatkamp,

Em 1967 a suinocultura atingiu uma produção de 410.000 cabeças, passando o município a ocupar a “liderança no Oeste” neste setor. Até o ano de 1969 continuou com destaque na suinocultura, atingindo o auge da criação, e merecendo o título de “Município de Maior Criação no Estado do Paraná” com um total de 450.000 cabeças no ano de 1968 e 490.000 em 1969. (...)

⁴⁸⁵

Esta produção pode estar ligada, dentre outros, com a expectativa criada – pela propaganda, principalmente da Rádio Difusora do Paraná, que vinculava modernização conservadora e indústria com “progresso” – com o Frirondon, a ampliação do mercado da carne suína e a fácil comercialização que se poderia ter com um frigorífico no mesmo município que o colono habitava. Porém, este tempo de boas expectativas para a suinocultura foi frustrado pela inserção da monocultura da soja que diminuiu o plantio do milho, alimento que era usado como ração alimentar para o suíno.

Dissertação de Mestrado em História (Unioeste). Marechal Cândido Rondon, 2008. p. 37.

⁴⁸³ Conforme Carlos Alberto Seiberth, “Alfredo Nied e Afonso Diesel tiveram destaque na direção da empresa: Alfredo Nied foi diretor comercial e Afonso Diesel, diretor industrial. Eles contrataram os primeiros funcionários, captaram o capital dos agricultores, compraram o terreno onde foi construído o frigorífico, os materiais necessários à construção da planta industrial, mas não foi iniciada a produção, pois faltavam-lhe experiência e conhecimento nesta área. Não existia na cidade uma pessoa que soubesse colocar a indústria em operação. Para tanto, entraram em contato com o Jacob Brescianini, na cidade de Arroio do Meio/RS, e o convidaram para trabalhar no frigorífico. Brescianini possuía vasta experiência no ramo, havia trabalhado em vários frigoríficos, principalmente na Sadia em Concórdia (SC), e na Chapecoense em Chapecó (SC)”. Idem. Ibidem. p. 38.

⁴⁸⁴ Segundo Seiberth, “Alfredo Nied trabalhava com a comercialização de suínos desde 1954 e sua casa comercial foi uma das primeiras a negociar neste ramo. (...) os suínos adquiridos por Nied eram revendidos para o frigorífico Wilson, na cidade de Ponta Grossa, Paraná”. Id. Ibid. p. 37.

⁴⁸⁵ SAATKAMP, Venilda. **Desafios, Lutas e Conquistas:** história de Marechal Cândido Rondon. Cascavel: ASSOESTE, 1985. p. 138.

Conforme Venilda Saatkam,

Em 1973, a suinocultura já se encontrava em franca decadência, possuindo 5.223 produtores com rebanho de 179.000 cabeças. No ano de 1976 havia 4.975 produtores de suínos com um rebanho de 185.636 cabeças, caracterizando uma diminuição de produtores e um aumento de suínos. No ano de 1977, o fechamento do Frigorífico Rondon S/A além da prática, em larga escala da monocultura do trigo e da soja e o alto custo da produção e o baixo preço do suíno, desestimularam ainda mais os suinocultores que reduzem o rebanho para um total de 138.000 porcos. Em 1978, a suinocultura reduzia-se a 883 produtores com um rebanho de 118.400 cabeças.⁴⁸⁶

Além destes processos, também havia a questão do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias – ICM – sobre o suíno, que desestimulava a criação. Este imposto – assim como o IPI – Imposto sobre a Produção Industrial –, criado durante a ditadura (como parte do Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG), que atuava na suinocultura no sentido taxar com impostos tanto vendedores como compradores de suínos, baixando a renda e o interesse pela suinocultura.⁴⁸⁷ E, ainda, a questão do melhoramento genético e a Peste Suína Africana que, a partir do início da década de 1970, ajudaram a selecionar os “aptos” para esta atividade.

Conforme Carlos Alberto Seiberth, no início da década de 1970 houve aumento da demanda de produtos no Frirondon, o que levou a se procurar estratégias de expansão da empresa. Os diretores foram contra a ampliação do mercado em São Paulo, pois avaliavam que exigiria grande investimento. No entanto, para viabilizar a ampliação da empresa, abriram-na para a entrada de capital por meio da venda de ações. Assim,

Como estratégia de ampliação, decidiu colocar no mercado ações para serem vendidas a novos acionistas. Isto possibilitou que o Grupo Maripá, da cidade de Toledo, se associasse ao Frirondon. Em relação à Maripá, esta era uma das filiais de um grande grupo empresarial do Oeste paranaense chamado Grupo Frimesa/Ruaro, que tinha sua principal empresa na cidade de Medianeira. (...) O grupo Frimesa/Ruaro era formado por várias empresas, localizadas em cidades do Oeste do Paraná. Na cidade de Medianeira havia o Frigorífico Medianeira S.A., Armazéns Gerais Medianeira Ltda, e Distribuidora Frimesa S. A; em Marechal Cândido Rondon, Frigorífico Rondon S.A. Indústria e Comércio; na cidade de Cascavel, Rações Castor Ltda e IndepelLtda (Fábrica de Rações); além da Oleolar de Céu Azul. José Paulo Ruaro era o diretor industrial da Oleolar de Céu Azul e o empresário Alfredo Pascoal Ruaro, diretor-presidente das organizações Frimesa. Com

⁴⁸⁶ Idem. Ibidem.

⁴⁸⁷ O PAEG foi, na verdade, mais um plano para diminuir a participação dos “pequenos” na economia para aumentar a taxa de lucro dos “grandes”. Cf. MENDONÇA, Sonia Regina. **A Industrialização Brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 1995.

relação ao capital da empresa, a família Ruaro era a principal acionista (50%) o grupo Dalcanale possuía (30%) e os outros 20% eram de pessoas da região⁴⁸⁸

Assim se deu a entrada do Grupo Frimesa/Ruaro, no Frirondon. É importante reter que o Grupo Frimesa/Ruaro mantinha outro Frigorífico no município de Medianeira e, com ele, fazia concorrência para os produtos da Frirondon. A princípio parece estratégia de ampliação de capital, por meio da participação do Grupo em mais um empreendimento no setor. Dessa forma, o concorrente do Frigorífico Rondon S/A, “Alfredo Pascoal Ruaro, além de ser o principal investidor do Frirondon, passou a ser também o principal acionista da empresa. Com isso, conseguiu apoio de outros acionistas e decidiram ampliar o frigorífico”.⁴⁸⁹ Foram realizadas modificações na estrutura física e de máquinas da empresa, ampliando a capacidade de abate diário, estruturaram um açougue para comercialização no local, bem como realizaram mais contratações de mão de obra e a construção de casas para a Vila Operária.

A partir de então (1970), o Frigorífico Rondon S/A e o Frigorífico Medianeira S/A passaram a atuar juntos. Conforme Seiberth,

Para Brescianini (2006)⁴⁹⁰, a venda das ações para o grupo Frimesa/Ruaro foi o maior erro da administração e dos acionistas do Frirondon, pois, além de perder o comando administrativo do frigorífico, as transações econômicas ficaram centradas em Medianeira e o comércio de carne ficou atrelado à estrutura da Frimesa/Ruaro. Com isso, o dinheiro das vendas não chegava ao caixa da empresa em Marechal Cândido Rondon, as vendas diminuíram e o frigorífico não conseguia pagar os agricultores que forneciam suínos. Segundo Brescianini o desvio de mercadorias e a “sabotagem” da marca RONDON no centro comercial de São Paulo colaboraram para a quebra do Frirondon. A situação foi se agravando e a dívida do Frirondon com os agricultores foi aumentando até não se sustentar mais. Numa tentativa de superar esta crise local, o Frirondon fez um financiamento junto ao Banco do Brasil, expedindo “hipotecas” a serem pagas pelo banco. Certamente que os empréstimos eram realizados em nome do Frirondon, porém com o aval da central Frimesa. Posteriormente a produção local foi desativada, houve a demissão de parte dos funcionários, outra parte foi direcionada para a execução da obra de reengenharia da planta do Frigorífico e uma parte foi transferida para o frigorífico da Frimesa/Ruaro, localizada na cidade de Medianeira.⁴⁹¹

⁴⁸⁸ SEIBERTH, op. cit. 2008. p. 47.

⁴⁸⁹ Idem. Ibidem. p.48.

⁴⁹⁰ “Jacob Brescianini foi o responsável pela estruturação inicial do Frigorífico Rondon S/A, dada a sua experiência no setor no Rio Grande do Sul. Ele foi contratado pelos empresários de Marechal Cândido Rondon ainda em 1967, quando estes buscavam alguém que poderia montar o aparato industrial. Este relato foi realizado por meio de entrevista”. SEIBERTH, op. cit. 2008. p. 50-51.

⁴⁹¹ SEIBERTH, op. cit. 2008. p. 50-51.

Em novembro de 1977, apenas sete anos depois da compra da maioria das ações, o Grupo Frimesa/Ruaro solicitou concordata. Com esta crise começou, por um lado, mais um processo de perdas para os colonos e trabalhadores do Frirondon e, de outro, mais um processo de concentração de capital para um pequeno grupo de empresários oportunistas. Uma tabela organizada por Carlos Alberto Seiberth ajuda a entender o montante de capital que o Grupo emprestou e estava devendo no início do processo de quebra.

TABELA 30: CREDORES E DÍVIDA DO FRIRONDON NO MOMENTO DA CONCORDATA

INSTITUIÇÃO BANCÁRIA	VALOR Cr\$	VALOR APROXIMADO (REAL)⁴⁹²
Banco do Brasil	7.800.000,00	259.814,10
Itaú	196.000,00	6.528,66
FirstNational City Bank	4.900.000,00	163.216,55
Banco Sul Brasileiro	1.5000.000,00	49.964,00
Bamerindus	78.400.000,00	113.252,30
Banco Econômico	5.800.000,00	193.195,10
BRDE	23.800.000,00	792.766,10
Banestado	25.000,00	832,74
Impostos e Contribuições Previdenciárias	25.000.000,00	832.737,50
Total	72.496.000,00	2.498.210,00

FONTE: Tabela adaptada. Produzida por SEIBERTH, Carlos A. *OS MORADORES DO LOTEAMENTO CEVAL NA HISTÓRIA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON (1991–2007): um estudo de caso sobre a formação do setor urbano-industrial frigorífico e a luta por moradia*. Dissertação de Mestrado em História (Unioeste). Marechal Cândido Rondon, 2008. p. 50-51.

Removendo os impostos e as contribuições, ficariam ainda R\$ 1.665.472,50 reais que foram para a conta do Grupo Frisa/Ruaro e que não precisaram, na sua totalidade, de prestação de contas. E, ainda, estes dados são somente relacionados com o Frigorífico Rondon

⁴⁹² “A terceira coluna da tabela referente à dívida do Frirondon trata-se de uma atualização aproximada, com base nos índices de correção de valores da caderneta de poupança. Para chegar a esses valores em (real) foi utilizado o serviço (Calculadora do cidadão), disponível na página da Internet do Banco Central do Brasil. Porém, esse serviço é disponível somente a partir de 01/02/1992, ou seja, no período de 1977 a 1992 não foi possível atualizar os valores, sendo assim, os valores são meramente comparativos, não sendo considerado valor exato atualizado da dívida. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br>>. Acesso em 11 de maio de 2008”. Idem. Ibidem. p. 57-58.

S/A. Também, se levar em consideração a grande quantidade de instituições financeiras envolvidas e o montante de empréstimos, pode-se aventar a possibilidade de haver outro interesse que não somente a industrialização da carne suína. Poderia haver outros planos para os recursos alocados.

Quando se faz relação ao todo do Grupo, estes dados aumentam consideravelmente, assim como o número de instituições bancárias envolvidas no processo. Havia, no início de 1978, indícios de uma falência fraudulenta, dado que, em matéria organizada pelo jornal

O Paraná, referente à entrevista com o advogado Célio Ferreira⁴⁹³ que falou sobre o grupo Ruaro e acusando-o de praticar a chamada “falência fraudulenta”, que, seria motivada por duas razões: o próprio grupo Ruaro estava desesperadamente, tentando vender o acervo falido e não havia logrado êxito e, a outra, por se tratar de um “ano político”, a empresa utilizava-se da concordata de forma sensacionalista. (...) A hipótese da “concordata fraudulenta” torna-se pertinente, no sentido que o grupo Frimesa/Ruaro e os bancos usaram a ação dos suinocultores e a chamada “agitação social” para forçar o Estado a assumir as dívidas das NPR's. Com essa manobra, o que na aparência foi ajuda aos suinocultores, na verdade foi repasse de dinheiro público para as instituições bancárias e para o grupo Frimesa/Ruaro.⁴⁹⁴

O que era indício passou a ser investigado e comprovado como uma falência fraudulenta. Outra fonte de informação relata os “conluíus” do Grupo Frimesa/Ruaro. Esta fonte, mais consistente que as anteriores, aponta à atuação do poder judiciário na empresa em uma auditoria para entender melhor a falência do Grupo. Esta citação, um tanto quanto longa, é importante para evidenciar a “má fé” do Grupo e a intenção de lucrar com a bancarrota das empresas. Segundo o semanário, “Frimesa: os diretores deram no pé e os agricultores vão pagar o pato”:

Os implicados realizaram “Administração eivada de má-fé fraudulenta, com a prática de crime falimentar”. Esta é a sentença do juiz Vicente de Paula Xavier, de Medianeira, ao **decretar** na sexta-feira, dia 20, a falência do Frigorífico Medianeira S/A – Frimesa – e a **prisão preventiva do presidente do grupo, Alfredo Paschoal Ruaro, e do diretor financeiro, Adair Tomazetto.** Ruaro é acusado de ter “Simulado capital para a obtenção de crédito”, enquanto que Tomazetto responderá por crime de ter “Administrado a sociedade sem os livros obrigatórios”. As precatórias foram expedidas no início da semana, mas até sexta-feira à noite não se tinha notícia do paradeiro dos dois acusados. (...) Em sua sentença, baseando-se no relatório do comissário Ressoly Ferreira dos Santos, agora transformado

⁴⁹³ “As fontes não especificam quem o advogado Célio Ferreira estava representando. No entanto, tudo indica que era um dos representantes das instituições financeiras”. SEIBERTH, 2008. op. cit. p. 59.

⁴⁹⁴ SEIBERTH, op. cit. 2008. p. 59.

em síndico da massa falida, o juiz Vicente de Paula Xavier descreve a “balbúrdia contábil, falta de documentos, falta de organização e ausência de diretores” no Frigorífico Medianeira e, também, “os prejuízos vultuosos todos os meses” fato que comprova “cabalmente a impossibilidade de cumprimento da concordata”. **A inexistência do livro de registro de duplicatas, lançamentos de emissão de duplicatas sem causa, segundo o juiz, dava a oportunidade “À devedora fabricar dinheiro quando bem entendia através de emissão fraudulenta de títulos que, negociados com bancos, propiciava o gozo deste dinheiro por cerca de 90 dias”.** “O estado econômico da devedora é lastimável”, afirma o juiz em sua decisão. “Os diretores distorcem os balanços em moeda nominal, tornando-os falsos, afastados da imprescindível realidade patrimonial, pisoteiam as normas legais em evidente menosprezo aos direitos alheios”. No entender do juiz, a direção da Frimesa utilizou-se de **“meios ruinosos para a obtenção de empréstimos bancários e sucessivos contratos de hipoteca, dando em garantia, imóveis já compromissados com terceiros, na sua maioria totalmente pagos, forjando lucro para engordar credores e bancos. A empresa obteve prejuízos vultuosos em operações arriscadas pela sucessiva reforma de empréstimo, sabendo há muito que não poderia cumprir as obrigações assumidas”.** O juiz mencionou mais adiante a simulação de capital para a obtenção de crédito, pagamentos antecipados e desvio de bens, em prejuízo de credores habilitados. Ainda, segundo o juiz, ao requerer concordata preventiva, (NR: em fins do ano passado [1977]), a empresa **“valeu-se de subterfúgios contábeis que iludiram não só a credora como a justiça”.** E explica: no último aumento de capital, da ordem Cr\$ 8.172,89 em realidade, os prejuízos já somavam, em 31.10.1976 da ordem de Cr\$ 44.221.409,00. Entretanto, em 30.10.1976, a empresa apresentava um lançamento de crédito no valor de Cr\$ 30.639,27. Este lançamento não se encontrava no diário, “visto que foi feito extracontabilmente com o propósito de forçar um lucro final do exercício e com isso obter uma melhor imagem perante os bancos e financeiras”. Assinala o juiz que se a empresa tivesse apresentado aos bancos os resultados reestruturados (balanço encerrado em 30.10.1976) que são os mais próximos da verdade, em hipótese alguma teria êxito na liberação de vários financiamentos e empréstimos após aquela data. A falência da Frimesa foi decretada retroagindo 60 dias anteriores a data da distribuição do pedido de concordata.⁴⁹⁵

Vê-se que a direção do Grupo estava administrando as empresas com o intuito de acumular a maior quantidade de capital possível antes de direcioná-las à falência, atuando por meios ilegais, maquiados para parecerem legais. Trabalhadores das empresas, colonos fornecedores de suínos, instituições financeiras e o poder judiciário foram – ao menos de início – enganados pelo Grupo.

Para os trabalhadores dos frigoríficos e para os colonos, o saldo foi negativo e pode ser visto com clareza. Uma das formas de identificar estes prejuízos está relacionada às Notas Promissórias Rurais (NPR's), que eram títulos que as empresas davam aos colonos como

⁴⁹⁵ Jornal Rondon Hoje. Marechal Cândido Rondon, de 31 de outubro a 7 de novembro de 1978. Grifos meus.

garantia de pagamento do produto e que só podiam ser descontados nos bancos mediante endosso e avaldos próprios colonos. O Jornal Rondon Hoje explicou como funcionava o “esquema” das NPR's:

(...) O estouro do Grupo Frimesa serve de alerta para a necessidade de mudanças na legislação que disciplina a Nota Promissória Rural. O produtor não pode ser avalista nem endossante de títulos com os quais o adquirente da produção saca recursos em banco para o pagamento do produto. (...) A legislação data dos tempos do Ministro Delfim Neto. Que conseguiu o “milagre” de obter fusões e incorporações de bancos, sem cumprir a sua promessa de reduzir os custos operacionais. (...) Qual seria a solução para o caso das NPR's? Muito simples. Em vez do produtor endossar, que o aval e o endosso sejam dos diretores da empresa adquirente. Ou vice-versa, que estes emitam os títulos e os avalizem em nome da firma. Por que este sistema que, se dá galho, rebenta no lombo do agricultor? Fala-se em ajudar e incentivar, mas com a NPR envolve-se o nosso colono em uma armadilha, na qual se converte em avalista ou endossante do próprio dinheiro. Vamos trocar em miúdos: O colono entrega a sua produção. A firma adquirente não tem dinheiro para pagar. Então o remédio é a Nota Promissória Rural, que o colono avaliza ou endossa. Com ela o comerciante vai ao banco, pega o dinheiro e paga o produtor. Este vai tranquilo para casa, paga suas dívidas, se possível guarda uma reserva e dorme tranquilo. Dois ou três meses depois toma conhecimento que o comprador do seu produto não conseguiu reembolsar o título no banco e que é ele, produtor, quem deve devolver ao banco o dinheiro que recebeu para o pagamento de sua própria produção. Temos aí mais um milagre brasileiro. Um milagre da genialidade do Ministro Delfim Neto.⁴⁹⁶

Nota-se que a responsabilidade fiscal pelas Notas era dos colonos, que eram obrigados a vincularem-se a uma dívida com o banco para poderem receber pela sua produção. Eximia-se as empresas e os bancos de possíveis prejuízos, ficando estes, por medida legal, ao encargo dos colonos. O Grupo Frimesa/Ruaro ganhou duplamente: dos colonos e dos bancos. Esta prática mostra a eficiência do Estado militar em proteger os empresários de prejuízos pois, como aconteceu, a concordata do Frigorífico Rondon não levou os empresários, necessariamente, à pobreza. Pode-se continuar com o entendimento das NPR's com Frank Mezzomo, pois, segundo ele,

A Frimesa de Medianeira e o Frigorífico Rondon, sediados nos municípios de Medianeira e Marechal Cândido Rondon respectivamente, são exemplos de uma série de empresas que pediram concordata e, na seqüência, foram decretadas como falidas. Pertencentes ao Grupo Ruaro, mantinham agroindústria nas regiões Sudoeste, Oeste e Norte do Paraná, totalizando 57 empresas espalhadas pelo território nacional. Conforme documento

⁴⁹⁶ Jornal Rondon Hoje. Marechal Cândido Rondon, de 17 a 24 de abril de 1978.

publicado pela CPT, o pedido de concordata e falência lesionou mais de mil operários ameaçados de desemprego, 200 firmas fornecedoras, 10 mil credores de fornecimentos diversos e milhares de agricultores envolvidos nas Notas Promissórias Rurais (NPRs).⁴⁹⁷

O anúncio da concordata e depois da falência do Grupo dispensou-o legalmente da quitação de sua dívida com os bancos. Por sua vez, as instituições bancárias exigiam o pagamento da dívida dos colonos que assinaram ou endossaram as NPR's. Sinteticamente, o que aconteceu ao colono foi o não recebimento do dinheiro pela venda do suíno – ou outro produto –, além de serem forçados a pagar pela NPR's junto às instituições financeiras. Legalmente, esta prática estava garantida por lei.⁴⁹⁸ Segundo Frank Antonio Mezzomo,

A sistemática das notas, prevista na legislação brasileira, foi criada com objetivo bastante específico, isto é, são títulos a serem emitidos pelos compradores de produtos agrícolas em vendas a prazo. O credor de tais notas deveria ser sempre o produtor rural. Foi a prática do desconto bancário e das exigências, pelos bancos, de vinculação dos produtores como endossantes e avalistas que gerou a crise social desencadeada pela insolvência dos verdadeiros devedores.⁴⁹⁹

Assim, de maneira geral, pode-se dizer que alguns frigoríficos faliram supostamente de maneira fraudulenta e os bancos cobraram dos avalistas, os colonos – em Marechal Cândido Rondon suinocultores –, que foram enganados e estavam sendo forçados a pagarem uma dívida que não eram deles. Isso fica claro quando se vê uma reportagem do Jornal Rondon Hoje, informando que o “Banestado prorrogará Vencimentos das NPR's não Pagas pelas Firms em Concordata”:

(...) A fórmula consiste em prorrogar o débito dos lavradores no Banestado, mediante contrato de confissão de dívida, pelo prazo equivalente ao da concordata, vinculando-se estes créditos a Notas Promissórias Rurais de co-responsabilidade dos produtores. Desta forma evitar-se-á a execução das dívidas e os lavradores poderão continuar com seus créditos abertos no Banco do Estado do Paraná (...) desde que paguem semestralmente os juros dos débitos prorrogados.⁵⁰⁰

⁴⁹⁷ MEZZOMO, Frank Antonio. **Dom Olívio Aurélio Fazza: trajetória eclesial de um bispo em uma região de conflitos**. Tese de Doutorado em História (UFSC). Santa Catarina, 2009. p. 268.

⁴⁹⁸ Lei 167, de 14 de fevereiro de 1967, que dava o direito de cobrar do endossante ou o avalista.

⁴⁹⁹ MEZZOMO, op. cit. 2009. p. 269.

⁵⁰⁰ Jornal Rondon Hoje. *Banestado prorrogará Vencimentos das NPR's não Pagas pelas Firms em Concordata*. Marechal Cândido Rondon, 15 a 21 de fevereiro de 1978.

Ou seja, os colonos tinham que se comprometer com o pagamento mínimo dos juros de uma dívida que não era deles, para poder sobreviver no campo, por meio dos financiamentos agrícolas. No ano seguinte, o *Jornal Rondon Hoje* apresentou uma Carta Aberta de uma Comissão de representantes dos agricultores que tiveram problemas com NPR's, informando que

Nós, da Comissão, eleita em assembléia em 21 de março (...) registramos e denunciemos aqui as seguintes pressões e atitudes irregulares contra nosso movimento: a) Na agência do Banco do Brasil de Medianeira um funcionário rasgou a carteirinha e o talão de cheque-ouro do Sr. Mário Annshau, por ter apoiado seus colegas agricultores que tenham problema com NPR's; b) na mesma agência foi negado ao Sr. Romeu Falkenbach financiamento para a compra de uma grade, sendo lhe informado que buscasse financiamento junto aos padres; c) ao Sr. Albino Rustig foi descontado uma prestação que venceria em agosto de 1980, mediante cheque cruzado; d) o gerente da mesma disse aos componentes da Comissão (...) no ato da entrega do documento, que faziam parte de um grupo de agitadores, juntamente com os padres e os políticos, rasgando e jogando no lixo o referido documento; e) há algumas agências bancárias que procuram os agricultores para trocarem as NPR's por duplicatas ou promissórias comuns, ou para assinarem cartas de confissão de dívida com 5 linhas iniciais em branco, isso sob a ameaça de execução judicial (...).⁵⁰¹

Em outras palavras, os colonos (suinocultores) estavam sendo pressionados pelas instituições financeiras a assumirem uma dívida que não era deles há mais de um ano. Resistiam à pressão das instituições financeiras, buscando formas de manterem-se no campo. De parte do governo estadual, os responsáveis pela Comissão em reunião com Reinold Stephanes, Secretário de Agricultura, e Eugênio Stefanello, diretor da Secretaria, informaram que estavam fazendo solicitações de verbas junto ao Banco Central, mas que este não manifestava-se. Também, que a pressão das instituições financeiras "locais" teria que ser denunciada à ouvidoria do Banco do Brasil, instância do banco que então responsabilizaria e tomaria as medidas necessárias para a punição daqueles que estavam pressionando os colonos. Isso, evidentemente, era uma atitude visando proteger os funcionários, que no máximo poderiam responder internamente a práticas que estavam na fila para ser julgadas pela justiça comum, direcionadas ao banco, e não ao funcionário. Era uma forma de proteger a instituição bancária de possíveis processos contra ela.

A Itaipu também assegurava a pressão das instituições bancárias junto aos colonos. Conforme Mezzomo, "Os bancos contavam, indiretamente, com o apoio da Itaipu que, ao

⁵⁰¹ *Jornal Rondon Hoje. Carta Aberta aos Agricultores.* Marechal Cândido Rondon, 24 de abril a 1 de maio de 1979.

fazer indenização das áreas a serem alagadas, exigia a liberação legal da propriedade quando não se descontava a dívida do banco no valor da terra”.⁵⁰²

A comissão sugeria aos colonos prejudicados pelas NPR's que:

1) Ninguém aceite renovar a carta de acordo; 2) Ninguém aceite novos prazos de prorrogação das NPR's propostos pelos bancos; 3) Ninguém concorde em trocar NPR's por duplicata, ou promissória, ou outro financiamento; 4) Ninguém pague as NPR's; 5) Em caso de qualquer repressão ou represália por parte dos bancos, procurem imediatamente um membro da Comissão; 6) Façam reuniões para apoio mútuo e reflexão sobre os próximos passos.⁵⁰³

Desta forma, articulava-se mais um embate entre colonos e capital na agricultura, também de Marechal Cândido Rondon. Enfim, mais uma face da luta de classes na década de 1970 pode ser vista, na microrregião, indicando os conflitos, devido, dentre outras razões, que “Essa situação teria provocado clima de tensão e instabilidade social porque, ao lado das dificuldades provenientes dos preços baixos os produtos e interferência climática, os agricultores teriam de pagar uma dívida que não haviam contraído de fato, não receberiam pelos produtos entregues e, para completar, teriam seus créditos bancários cortados”.⁵⁰⁴

De outra parte, outros setores da economia, bastante dependentes da renda e do capital oriundo da agricultura, principalmente em cidades pequenas, como o comércio e a indústria, se viram em apuros com a quebra na produção da soja. O semanário Rondon Hoje indicava que

(...) O ano que passou foi um período foi um período difícil, tanto para agricultores como para comerciantes. Mas, mesmo com o baque do Grupo Frimesa, que atingiu Marechal Cândido Rondon em cheio, pois o grupo possui um abatedouro aqui, e os percalços apresentados que se apresentaram a soja e ao trigo, o ano foi fechado com lucro em pelo menos 80% dos estabelecimentos comerciais e industriais existentes no Município. Mas o mesmo talvez não se possa dizer ao final deste ano. O presidente da Acimacar calcula que a atual safra de soja terá uma quebra de “no mínimo 30%”, e que as perspectivas em torno do preço “não e apresentam com o sendo das melhores”. A partir disso, há ainda a problemática em torno do abatedouro Frigorífico Rondon (pertence ao Grupo Frimesa), que está prejudicando a inúmeros e que fatalmente se refletirá no comércio.⁵⁰⁵

⁵⁰² MEZZOMO, op. cit. 2009. p. 270.

⁵⁰³ Jornal Rondon Hoje. *Carta Aberta aos Agricultores*. Marechal Cândido Rondon, 24 de abril a 1 de maio de 1979.

⁵⁰⁴ MEZZOMO, op. cit. 2009. p. 271.

⁵⁰⁵ Jornal Rondon Hoje. Marechal Cândido Rondon, de 26 de janeiro a 01 de fevereiro de 1978.

Na cidade, a falência dos frigoríficos do Grupo Frimesa/Ruaro trouxe prejuízos econômicos, mas, principalmente, para os trabalhadores, resultou em sofrimento. Conforme o *Jornal Rondon Hoje*,

O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, juntamente com a Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, distribuiu, no último dia 3 e na segunda-feira de Carnaval, arroz, feijão, açúcar, farinha de trigo e leite em pó para 50 famílias que vivem momentos de incerteza, em virtude da paralisação do Frigorífico Rondon. Pais e filhos destas famílias receberam do Frigorífico Rondon – empresa do Grupo Olear-Frimesa – aviso prévio que expirou no último dia 3. A direção da empresa prometeu para aquele dia uma solução: o frigorífico seria vendido a outro grupo econômico, garantindo assim os empregos, ou, em última hipótese, os empregados receberiam aquilo que determina a legislação trabalhista em caso de demissão. Dia 3, porém, os diretores do frigorífico não apareceram e com isso agravou-se ainda mais a situação dos 170 funcionários. Cerca de 500 pessoas dependem diretamente do frigorífico.⁵⁰⁶

Além dos colonos que, sem receberem pelo seu produto e adquirirem dívida bancária, os trabalhadores do Frigorífico Rondon amargaram a falência da empresa. Estes se viram desafiados pelo frigorífico que os deixou em uma péssima situação econômica, pois estavam sem salário, viviam em um bairro industrial criado pela própria empresa e lá enfrentavam corte no fornecimento de água e energia elétrica, por falta de pagamento, bem como desumanas condições de moradia.⁵⁰⁷

Conforme o *Jornal Rondon Hoje*,

Os trabalhadores, mesmo que há mais de 70 [dias] o parque industrial do Frigorífico Rondon S.A. esteja com suas atividades paralisadas, continuam indo todos os dias ao pátio da empresa na esperança de que alguma solução tenha sido encontrada. A Copel não atendeu o pedido de Carlos Antonio Vanzin, responsável interno pela empresa: ele havia reivindicado aquela companhia que ligasse ao menos duas vezes por semana a energia elétrica que fora cortada por falta de pagamento, para que as 500 pessoas que residem na vila pudessem encher as caixas d'água. (...) O que mais preocupa estas pessoas no momento, não é a falta de luz e água, mas sim o futuro incerto (...) Alguns começaram a revoltar-se, pois, “eles não podem fazer a gente de bobo”, diz um funcionário com quase dois anos de firma.⁵⁰⁸

⁵⁰⁶ *Jornal Rondon Hoje. Prefeitura Distribuiu Gêneros Alimentícios aos Empregados do Frigorífico. Marechal Cândido Rondon, 15 a 21 de fevereiro de 1978.*

⁵⁰⁷ Cf. SEIBERTH, op. cit. 2008.

⁵⁰⁸ *Jornal Rondon Hoje. Prefeitura Distribuiu Gêneros Alimentícios aos Empregados do Frigorífico. Marechal Cândido Rondon, 15 a 21 de fevereiro de 1978.*

A ameaça de revolta por parte dos moradores esteve presente, mas aqueles trabalhadores não sistematizaram uma ação direta contra a empresa, ou tentaram se apropriada “massa falida” para tentar conseguir o valor de seus salários com a venda das máquinas, ou ainda a tomada da direção da indústria visando a sua administração. Até os dias atuais a situação dos moradores daquele bairro industrial ainda é incerta, conforme indicou Carlos Alberto Seiberth, em sua pesquisa. Alguns dos trabalhadores do Frigorífico Rondon, diante da crise gerada pela concordata da empresa, pensavam em soluções para as suas vidas com base na sua condição passada, de agricultores. Conforme o Jornal Rondon Hoje

Parte dos empregados, principalmente aqueles que tinham na empresa emprego para os filhos, aguardam ainda que o frigorífico seja vendido. É o caso de Afonso Schumacher, pai de 11 filhos, dos quais quatro trabalham na firma: “É um caso triste. O que vai fazer? Eu espero que seja vendida, só assim a gente continua trabalhando e ganhando comida”. O medo é de que o frigorífico venha a encerrar suas atividades definitivamente. Esse temor é justificado: vieram da zona rural e não possuem qualificação. (...) Mais de 65 famílias residem em casas de propriedade do frigorífico e o medo é de que, encerrando as atividades definitivamente, a empresa venha solicitar a desocupação das residências: “Para onde iremos”, pergunta João Martinelli. O jeito é arrendar um pedaço de terra para colocar os 11 filhos”, diz Afonso Schumacher.⁵⁰⁹

Assim, voltar para o campo servindo como mão de obra seria uma solução aos expropriados do Frigorífico Rondon, mas dificultada pela mecanização da produção e pelo fluxo contrário para esta direção. É o movimento do capital, que ora inclui, ora exclui, segundo sua necessidade e seu tempo. Conforme análise do Jornal Rondon Hoje, o trabalho no campo também estava um tanto quando comprometido, pela especulação relacionada com a suinocultura e pelo êxodo rural em processo no município:

Os 170 funcionários esperam uma solução da empresa. Mas onde conseguir quase um milhão de Cruzeiros, ou um bi antigo, para pagar os empregados? A administração municipal rondonense está se preocupando com o impasse, pois além da especulação em torno do preço dos suínos, alguns agricultores estão vendendo suas terras e mudando-se para outros centros.⁵¹⁰

Em suma, da concordata do Grupo Frimesa/Ruaro originou-se organização dos prejudicados que reivindicavam uma solução para a questão. Este movimento teve que ser contido, com dinheiro público, para as instituições financeiras para pagar a conta do Grupo,

⁵⁰⁹ Idem. Ibidem.

⁵¹⁰ Jornal Rondon Hoje. *Prefeitura Distribuiu Gêneros Alimentícios aos Empregados do Frigorífico*. Marechal Cândido Rondon, 15 a 21 de fevereiro de 1978.

sob o pretexto de acabar com o descontentamento dos colonos e trabalhadores e as “agitações” que estavam proporcionando. Assim, quem pagou o saldo devedor deixado pelo Grupo Frimesa/Ruaro, relativo às NPR's, foi o Estado, ou seja, a contenção da movimentação social oriunda desta concordata foi “o motivo” para que houvesse a transferência de dinheiro público para os bancos.

Em 26 de maio de 1979 o secretário da agricultura Reinhold Stephanes anunciou um “pacote agropecuário” do governo federal, os bancos do Brasil e Central assumiram 100% das dívidas referentes às NPR's. Em 11 de julho de 1979 o jornalista da Rádio Difusora leu matéria publicada no jornal O Paraná, dando a notícia que o Banco Central havia completado a operação e os produtores rurais estavam livres dos endossos e avais que os vinculavam às NPR's nas operações efetuadas com os grupos Frimesa (...).⁵¹¹

Portanto, quem recebeu o dinheiro foram as instituições bancárias e quem possivelmente permaneceu com seu capital foram os acionistas do Grupo Frimesa/Ruaro. Instituições financeiras e empresa lucraram. Os trabalhadores até hoje não receberam seus salários e outros direitos trabalhistas. Em síntese, a crise econômica motivada pela modernização conservadora aliada às intempéries e conjugada à crise na indústria fizeram parte do contexto formação do município de Marechal Cândido Rondon. Nesse sentido a ênfase ao processo de modernização conservadora que apresentou-se ao longo do texto, porque modificou processos produtivos e relações na produção, mantendo intocadas as estruturas de posse da propriedade e de poderes na região.

4.3.2 A Construção da Itaipu e Algumas Consequencias aos Colonos de Marechal Cândido Rondon

No contexto de entender a modernização conservadora em Marechal Cândido Rondon e seus impactos no setor agrícola na década de 1970, o êxodo rural, a especulação imobiliária e as transformações no rural de maneira geral, há, necessariamente, que se considerar a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu neste processo. Não se coloca em questão à grandiosidade da obra, nem mesmo o montante de recursos alocados para sua construção, nem a quantidade de energia elétrica produzida, entre outros pontos, mas analisa-

⁵¹¹ SEIBERTH, op. cit. 2008. p. 67-68.

se o impacto social que a obra trouxe, numa inundação que inutilizou uma grande quantidade de terras agricultáveis, e esteve associada a polêmica em relação às indenizações, vivenciada pelos colonos.

A construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu é tema corrente na história e historiografia da região Oeste do Paraná, e sem consensos (devido à complexidade, a abrangência do processo histórico e a diversidade dos sujeitos sociais envolvidos, não teria porque ter).⁵¹² Deixa-se claro que não tratar-se-á de todo o processo histórico relacionado com a Itaipu, abrangendo todos os municípios e todos os movimentos sociais que a partir dela foram gestados, mas abordar-se-á como a construção daquela usina hidrelétrica afetou parte dos colonos em Marechal Cândido Rondon.

A construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu foi uma obra dos governos civil-militares durante a última ditadura no Brasil (1964-1985), em parceria com o também governo ditatorial paraguaio. Estruturou-se no Rio Paraná, entre a região do município de Foz do Iguaçu, na parte brasileira, e o município de Puerto Stroessner, atualmente *Ciudad de Leste*. No total, a efetividade da construção correu nos anos de 1975 – com o início da obra – a 1984 – com o fechamento das comportas e a consequente criação do Lago de Itaipu. As águas do rio, depois de represadas, “(...) se estenderá [de Foz do Iguaçu] até a cidade de Guaira, com comprimento de 170 km e uma superfície total de 1.350 km², sendo 780 km² do lado brasileiro e 570 km² do lado paraguaio”.⁵¹³

Vivia-se, naquele momento, em uma conjuntura de crise econômica internacional, relacionada com a crise de acumulação capitalista (“crise do petróleo”), e nacionalmente, devido, dentre outros, à queda na taxa de acumulação de capital no Brasil (a “crise do

⁵¹² Para citar somente algumas, com os mais variados vieses de pesquisa (contexto histórico antes da construção, “progresso” e “desenvolvimento”, ditadura civil-militar, impactos diversos e movimentos – sociais, ecológicos, especificamente aos indígenas, etc. – dentre outros): DEPRÁ, Gisele. **O LAGO DE ITAIPU E A LUTA DOS AVÁ-GUARANI PELA TERRA:** representações na imprensa do Oeste do Paraná (1976-2000). Dissertação de Mestrado em História (UFGD). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2006; GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados Terra e Água:** o conflito de Itaipu. Salvador: Editora ULBRA, 2003; MASCARENHAS, Milena Costa. **POEIRA X UNICON:** confrontos e contrapontos entre expropriados e Itaipu. Dissertação de Mestrado em História (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2011; MAZZAROLLO, Juvêncio. **A Taipa da Injustiça:** esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. São Paulo: Loyola, 2003; RIBEIRO, Maria de Fátima. **ITAIPU, A DANÇA DAS ÁGUAS:** histórias e memórias de 1966 a 1984. Doutorado em História (UNICAMP). São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2006; RIBEIRO, Maria de Fátima. **MEMÓRIAS DO CONCRETO:** vozes na construção da Itaipu. Paraná: EDUNIOESTE, 2002; SCHMITT, Judite V. **OS ATINGIDOS POR ITAIPU:** história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Dissertação de Mestrado em História (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2008; SOUZA, Edson Belo. C. **A REGIÃO DO LAGO DE ITAIPU:** as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional. Dissertação de Mestrado em Geografia (UFSC). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998; dentre outras.

⁵¹³ GERMANI, op. cit. p. 21.

milagre”).⁵¹⁴ Em 1974 organizava-se a elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), pelo governo federal, na tentativa de frear a crise econômica, investindo na produção de alimentos, insumos básicos, bens de capital e, energia. O Estado passou a colocar investimentos em setores estratégicos diversos, mas aqui interessa reter que o Plano atingia a criação de energia, como a criação/ampliação de plataformas marítimas para extração de petróleo, a criação do Pró-álcool e, claro, a construção de usinas hidrelétricas.

O projeto não foi discutido com a população dos oito municípios que seriam atingidos diretamente com a construção da usina.⁵¹⁵ Foi implementado não levando em consideração os sujeitos sociais que seriam atingidos, nos moldes do governo ditatorial, autoritariamente, de “cima para baixo”. Discursivamente, o Estado coloca a construção da Itaipu como uma forma de garantir a “modernização” do Brasil, supostamente imprescindível e necessária. O site “Documentos Revelados – espaço de referência histórica com disponibilização de acervos documentais”,⁵¹⁶ traz documentos da Itaipu que até então eram confidenciais, os quais comprovam o controle e a ação repressora da empresa, que estava sob a responsabilidade dos militares, com a direção do general José Costa Cavalcanti.⁵¹⁷

Do outro lado estava o grupo daqueles que seriam expropriados, formado essencialmente colonos, mas não somente por eles, como também por populações inteiras das vilas e distritos que seriam alagadas (no caso de Marechal Cândido Rondon, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado e a vila de Porto Mendes, que será tomada como exemplo mais à frente no texto). Também, é interessante destacar que neste processo de remoção da população da área que seria alagada havia uma heterogeneidade de sujeitos sociais que seriam atingidos, pois além de colonos, misturavam-se “empresários do campo” (com áreas consideráveis de terra e inserção na pequena política), posseiros, arrendatários, trabalhadores rurais sem terra, entre outros trabalhadores e moradores do campo que não tinham a propriedade formal da

⁵¹⁴ Cf. SINGER, op. cit. 1982.

⁵¹⁵ Marechal Cândido Rondon, Guaira, Terra Roxa, Santa Helena, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguçu e Foz do Iguçu.

⁵¹⁶ Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br> Acessado em: 24.10.2015.

⁵¹⁷ Segundo matéria da Folha UOL dedicada aos articuladores do AI-5, “Militar de longa carreira, Costa Cavalcanti participou ativamente das conspirações contra João Goulart, em 1964. No governo seguinte, fez oposição a Castello Branco e sua política considerada branda pelos mais radicais. No governo Medici, Cavalcanti ocupou o Ministério do Interior. Teve a missão de coordenar a construção da Transamazônica, estrada de 2,3 mil quilômetros, cuja construção começou em 1969. (...) Em maio de 1974, logo no início do governo Geisel, Cavalcanti foi nomeado presidente da Itaipu Binacional, empresa mista criada para construir e gerir a hidrelétrica de Itaipu, no Rio Paraná, na fronteira do Brasil com o Paraguai.” Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foalha/treinamento/hotsites/ai5/personas/costaCavalcanti.html> Acessado em: 28.6.2015.

terra e que seriam expulsos. Todos estes sujeitos estavam, com suas especificidades, unidos contra a Itaipu.

Uma forma de entender como se deu as perdas para os colonos e/ou outros moradores das vilas que seriam alagadas, nos oito municípios atingidos é através do número de pessoas. O quadro a seguir indica alguns dados.

TABELA 31: ATINGIDOS PELO ALAGAMENTO DA ITAIPU EM 1975

Municípios	Área Total	População Total Atingida (Pessoas)	%
Guaira	47.482	3.659	7,71
Terra Roxa	55.268	146	0,26
Marechal Când. Rondon	63.458	10.600	16,70
Santa Helena	38.831	12.184	31,37
Matelândia	35.473	70	0,20
Medianeira	45.216	1.540	3,41
São Miguel do Iguaçu	36.436	8.639	23,71
Foz do Iguaçu	49.538	5.609	11,32

FONTE: Adaptado de GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados Terra e Água:** o conflito de Itaipu. Salvador: Editora ULBRA, 2003. p. 54.

Levando em consideração as características microrregionais, pode-se considerar que foi uma grande quantidade de pessoas que foram expropriadas em nome do “progresso”. Nota-se que Marechal Cândido Rondon é o segundo município onde houve maior expropriação, perdendo apenas para Santa Helena. Foram 10.600 pessoas desalojadas de suas moradias – sejam elas no campo, como colonos, ou nas vilas, como pequenos comerciantes e moradores em geral. Naquele momento, anunciava o Jornal Rondon Hoje que a “Itaipu vai desapropriar 100 mil hectares”:

A Itaipu Binacional vai investir 850 milhões de dólares em 1978 e irá desapropriar, na margem brasileira, cem mil hectares, para formação do lago da represa. Os 850 milhões serão empregados, segundo o presidente da Itaipu Binacional, general Costa Cavalcanti, na construção da represa, obras de infra-estrutura, desapropriação, engenharia, aquisição de equipamentos, administração geral, fiscalização e controle. Costa Cavalcanti revelou ainda que o desvio do Rio Paraná deverá ser feito em fins de 78 e ele é “O evento mais importante para a grande construção de uma grande hidrelétrica”.⁵¹⁸

⁵¹⁸ Jornal Rondon Hoje. Marechal Cândido Rondon, de 21 a 28 de dezembro de 1977.

Essa desapropriação aconteceu, não em dados absolutos, mas relativos. A tabela a seguir mostra a quantidade de terra “desapropriada” pelo Estado para o funcionamento da usina de Itaipu.

TABELA 33: MUNICÍPIOS, ÁREA TOTAL E COMPROMETIDA PELA ITAIPU

Municípios	Área Total (ha) ⁵¹⁹	Área Comprometida (ha) ⁵²⁰	%
Guaira	53.666	5.530	10,30
Terra Roxa	82.925	183	0,22
Marechal Când. Rondon	141.010	25.075	17,78
Santa Helena	81.916	25.992	31,73
Matelândia	108.697	492	0,45
Medianeira	122.772	4.237	3,45
São Miguel do Iguaçu	122.188	26.253	21,49
Foz do Iguaçu	88.046	23.570	29,77
Sub-região ⁵²¹	801.220	111.332	13,90

FONTE: Adaptado de GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados Terra e Água:** o conflito de Itaipu. Salvador: Editora ULBRA, 2003. p. 52.

Nota-se que Marechal Cândido Rondon teve um índice elevado de perdas com o alagamento proporcionado pela Itaipu. Em relação ao total da área, foi de 17,78% de área perdida. Se comparado ao município vizinho, Santa Helena, que teve o maior índice de alagamento no total, percebe-se que houve perdas maiores, mas, no entanto, a quantidade de terra alagada era relevante, perfazendo o total de 25.075 hectares perdidos. A terra pela terra não importaria tanto naquele contexto, caso não fossem os colonos e outros habitantes das vilas que moravam nos locais a serem inundados. Estes encaminharam uma séria de mobilizações e manifestações sociais, criando, a partir do início do processo de desocupação, com as indenizações consideradas injustas, por exemplo, as primeiras frentes de mobilização. Foram principalmente os colonos, aliados às instituições religiosas e suas extensões de cunho social (principalmente a Igreja Católica e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

⁵¹⁹ “Segundo o ITC – Instituto de Terras e Cartografia”.

⁵²⁰ “Obtida por meio de cálculos planimétricos efetuados em escala 1:1000 000”.

⁵²¹ “Considera-se sub-região o total dos municípios atingidos”.

– IECLB), sindicatos de trabalhadores rurais e comissões (Comissão Pastoral da Terra – PCT – por exemplo), que fizeram frente no combate às imposições e injustiças que a Itaipu estava cometendo.

Conforme Milena Costa Mascarenhas,

Os expropriados criaram, principalmente através da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), um movimento social de resistência e reivindicação, que incluiu a produção de materiais de formação e comunicação, dentre os quais se destacam o Boletim Poeira e cartilhas/livros populares – O Mausoléu do Faraó e A Taipa de Injustiça –, nos quais socializavam as ações, as discussões e denunciavam as injustiças realizadas pela Itaipu. No mesmo ano de 1978, as empresas do consórcio de Construtoras da Usina da Itaipu Binacional, a União das Construtoras (UNICON), criaram o Informativo Unicon, com o objetivo de reforçar sua marca, seus projetos, exaltar suas políticas e a capacidade de engenharia das Construtoras, e a própria “obra-prima”.⁵²²

Por meio destes, os dois “polos” de interpretações sobre o mesmo processo também podem ser vistos. É uma maneira que a pesquisadora encontrou para problematizar a disputa, tanto teórica quanto prática, indicando o que as representações de diferentes interesses publicavam em defesa de seus interesses. Em Marechal Cândido Rondon as informações aos colonos que não estavam presentes nas assembleias e outras manifestações sociais que foram organizadas eram repassadas (também) pelo Jornal Rondon Hoje.

Uma das questões que mais geraram polêmica estava relacionada com o entendimento da propriedade da terra e das indenizações devido àqueles que seriam atingidos. Conforme Guiomar Inez Germani,

Pode-se enquadrar as formas de propriedade em duas grandes categorias: proprietários e posseiros. Mas dentro de cada categoria existe uma gama de diferentes situações e de ter e o fato de ter ou não o título de domínio – isto é, de ter ou não a escritura pública registrada – sobre a terra, aparentemente não apresenta uma situação socioeconômica diferente. Mas esta igualdade aparente mascara uma diferença estrutural a nível das categorias fundamentais do modo de produção capitalista. A diferença estrutural vai ser desvelada no momento em que aparece um agente externo – Itaipu Binacional – que privilegia os proprietários. Assim, na hora de negociar com a Itaipu, a forma jurídica de propriedade vai determinar basicamente em que condições se fará a negociação e, portanto, em que condições o indivíduo vai emigrar. No processo de desapropriação, Itaipu adquire o título de domínio da propriedade. Ora, quem não tem o título, como é o caso dos posseiros,

⁵²² MASCARENHAS, Milena Costa. **POEIRA X UNICON: confrontos e contrapontos entre expropriados e Itaipu.** Dissertação de Mestrado em História (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2011. p. 13.

não recebe nada pela terra, recebe simplesmente o valor de suas benfeitorias e dos benefícios realizados na terra (derrubada, destocamento, preparo para o uso de máquinas, etc.).⁵²³

Como visto, em Marechal Cândido Rondon, a modernização conservadora havia expulsado um grande número de trabalhadores do campo, intensificando a concentração das propriedades. Os posseiros eram mais comuns em áreas “dobradas”, de pouco valor comercial e interesse daqueles que podiam comprar terra. No entanto, é interessante perceber que a Itaipu atuava como mais um agente de valorização capitalista na microrregião (além da modernização conservadora, das instituições financeiras e outras), levando a intensificação dos conflitos relacionados com a terra, valorizando a propriedade privada, criando valorização e desvalorização de áreas (especulação imobiliária), dentre outros.

Para Guiomar Inez Germani,

Pode-se observar, no decorrer do processo de desapropriação, que Itaipu e jagunços são a mesma coisa. Os jagunços de Capanema ou mesmo da própria “área de conflito” eram agentes de uma determinada forma e etapa do capital. Itaipu é um jagunço moderno, de terno, gravata e helicóptero; o outro era um jagunço de tabuco. Mas ambos são personificações do capital e da propriedade privada da terra.⁵²⁴

A Itaipu pode ser entendida, neste sentido, como um agente capitalista de valorização e especulação imobiliária, para uns, e de desvalorização e expropriação, para outros. Os colonos se organizaram e tentaram barrar algumas das ações que acreditavam serem injustas para eles. Organizavam-se com o intuito de juntos, tentarem fazer frente aos desmandos da ditadura civil-militar que, por meio da Itaipu, atuava de encontro aos seus interesses. Já estavam sendo obrigados a saírem de suas áreas de terra e a Itaipu, devido às condições impostas aos colonos no que se refere à forma desapropriação, trazia ainda mais prejuízos a eles.

Este entendimento da Itaipu como “jagunço moderno” pode ser visto desde o início das desapropriações, quando a Itaipu não realizava suas indenizações por meio da Escritura Pública de Desapropriação Amigável, mas da Escritura Pública de Compra e Venda. Isto, conforme Guimar, “(...) pressupõe uma liberdade de ambas as partes para vender e comprar,

⁵²³ GERMANI, op. cit. p. 58.

⁵²⁴ Idem. Ibidem. p. 58.

além de não dar o direito de que o vendedor recorra à justiça, enquanto que a desapropriação tem legislação específica, que regula e dá direitos ao desapropriado”.⁵²⁵

Além disso, ainda nos primeiros anos, a Itaipu passava nas vilas e distritos que seriam atingidos pelo alagamento, propagando a necessidade da obra. Os colonos, inicialmente poderiam falar e perguntar aos agentes da empresa que faziam a “propaganda” e tiravam dúvidas, mas esta prática foi mudada, devido ao fato dos colonos passaram a fazer perguntas que não agradavam os representantes da Itaipu, como: qual era o motivo da demora para o pagamento das indenizações; o porquê do preço baixo por alqueire; dentre outras, os representantes da Itaipu passaram a cortar as falas dos interlocutores. A partir de então, com o “mal-estar” provocado pelos colonos do então distrito rondonense de Pato Bragado, a Itaipu impedia o uso do microfone, tendo os colonos que se dirigirem a eles por meio de perguntas escritas, lidas e “aprovadas” anteriormente, para não causar mais constrangimentos para a empresa.⁵²⁶

A Itaipu, ao impor a expropriação aos colonos, amarrando-os juridicamente e por meio de outras artimanhas,⁵²⁷ foi motivando os mesmos a criarem formas de resistência por parte dos colonos. Conforme o Jornal Rondon Hoje,

Sem apresentar grandes novidades em relação as duas assembleias realizadas anteriores, em Santa Helena e Marechal Cândido Rondon, a 16 de outubro de 1978 e a 16 de fevereiro deste ano, a assembleia dos colonos que terão suas terras alagadas pelo futuro reservatório de Itaipu ratificou no sábado, dia 7, em Santa Helena, os 10 itens dos encontros anteriores e introduziu outros sete, aprovados por cerca de 2 mil agricultores, ao mesmo tempo em que nomeou uma comissão de agricultores que se dirigirá a Foz do Iguaçu para expor ao diretor da Binacional, Costa Cavalcanti, os problemas criados pelo decreto presidencial do último dia 10 de março, que considerou de

⁵²⁵ Id. Ibid. p. 71.

⁵²⁶ Id. Ibid. p. 71.

⁵²⁷ Com o uso do critério da renda diferencial da terra na análise da compra analisavam supostamente a fertilidade e benfeitorias da área para colocarem um preço, e isso era considerado injusto pelos colonos, que queriam o mesmo valor para todas as áreas. Estavam lutando contra as “leis” do capitalismo. Também, pela falta de um relatório por parte da Itaipu onde estavam descritos os itens indenizados e quanto se pagou por cada um deles. A prática de tratar as indenizações de maneira particular e alternada (nunca se tratava de indenizações seguidas por vizinhos, por exemplo, negociando com um e, no mesmo dia, com seu vizinho), ou seja, a empresa tratava individualmente com cada colono o preço a ser acertado, com base na força e na pressão psicológicas – eram feitos cursos e treinamentos psicológicos com os funcionários da Itaipu para que estes conseguissem uma melhor atuação na negociação com os colonos. Na medição feita pela Itaipu, eram desconsideradas as estradas das propriedades rurais. A rede elétrica não era considerada. Havia a necessidade de descontar o que o indenizado teria em dívida com os bancos. As vilas eram indenizadas antes do rural, o que forçava os colonos a saírem aceitando o que lhes era imposto pela Itaipu, dada a dificuldade de abastecimento com gêneros básicos, bem como outros serviços – médicos, dentistas, mercado, etc. Muitos colonos que seriam desapossados, já em idade avançada, não teriam como enfrentar novas “colonizações”. Falta de um projeto de colonização por parte da Itaipu. Dentre outras práticas utilizadas pela empresa para forçar a compra das propriedades, baratear as indenizações e evitar a organização dos colonos. Cf. Id. Ibid. p. 75-79.

interesse social para fins de desapropriação, os 100 mil de hectares de terras às margens do Rio Paraná. A colocação das famílias em próprio território paranaense é um pedido que vai tomando corpo a cada assembleia e abrindo oportunidades para que alguns deputados como Gernote Kirinus e Fidécino Tolentino questionem o INCRA quando esta afirma inexistirem terras em condições de serem desapropriadas no Paraná. Kirinus, em um pronunciamento rápido, disse no final da assembleia em Santa Helena que “não podemos aceitar negociatas de Itaipu, deixando que nossos colonos partam para outros Estados, quando aqui mesmo temos terra em condições de reassentá-los”. A resposta para o problema, segundo ele, estaria na desapropriação de latifúndios, assunto que mereceu por parte do vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Agostinho Buchowinski, a seguinte afirmação: “O que o governo precisa é ter coragem de desapropriar os grandes latifúndios e não e não apenas terras de colonos pobres”. Em seu item terceiro, o documento firmado sábado, dia 7 em Santa Helena, volta a insistir na necessidade de o Incra e a Binacional Itaipu encontrarem uma fórmula capaz de atender esta que agora é a principal reivindicação dos colonos: o reassentamento das famílias no próprio Estado. (...). Todavia, os órgãos encarregados de encaminhar os pedidos dos colonos, como a CPT, FETAEP e Comissão de Justiça e Paz, voltam-se agora ostensivamente contra ação das empresas colonizadoras cujos corretores, espalhados no estádio de futebol do Incas, onde se deu o encontro, foram fortemente criticados. O pastor Werner Fuchs, secretário da Pastoral da Terra, chamou-os de “picaretas” e responsabilizou-os pelo aviltamento nos preços das terras no Mato Grosso. Por sua vez, o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, deputado Lázaro Dumont, afirmou que “A incerteza e a angústia dos que nos procuram é entristecedor”, cobrando mais adiante uma solução da Itaipu para a problemática dos colonos que serão desalojados pelas águas. “De que valerá um aposento todo iluminado, se a mesa não for farta? Prioridade? Sim, o Brasil precisa definir prioridades e nada neste momento exige tanta prioridade quanto o desenvolvimento agrícola para que o homem rural possa desenvolver seu trabalho com dignidade”, acrescentou. São as estas reivindicações dos agricultores, aprovadas em Santa Helena, dia 7:

- 1 – Que as propostas de indenização de terras sejam feitas uma a uma separando-se a terra nua de benfeitorias;
- 2 – Indenizações justas pelas benfeitorias e pelos equipamentos comunitários, como Igrejas, escolas, estradas e eletrificação rural;
- 3 – Quando houver casos em que o agricultor for indenizado em apenas parte de sua chácara, estender a indenização a todo imóvel;
- 4 – Que todos os moradores de uma localidade sejam indenizados a um só tempo, para evitar a desvalorização de determinada área e até mesmo o isolamento do colono;
- 5 – Aos colonos que tiveram suas indenizações pagas a preços aviltados, que a Itaipu efetue o reajustamento dos valores;
- 6 – Que sejam analisados os casos de casas comerciais e de artesanato, onde os proprietários serão prejudicados pela mudança ou transferência em massa de agricultores, como é o caso de Porto Mendes;
- 7 – Que as indenizações sejam pagas ao agricultor e não aos detentores dos contratos de compra e vendas.⁵²⁸

⁵²⁸ Jornal Rondon Hoje. Marechal Cândido Rondon, de 17 a 24 de Abril de 1979. A primeira assembleia foi realizada em setembro de 1978., também Santa Helena, por ser um município localizado geograficamente em uma área central. Em síntese, na primeira assembleia, os colonos se dividiram e tiraram reivindicações. A

A Itaipu então não apresentava opção de compra de terra no Paraná, na mesma região ou não. Isso obrigaria os expropriados a buscarem opções em outros Estados e também no Paraguai. Desta forma, também estavam expostos a um sem-número de possibilidades de maracutaias dos corretores de imóveis “picaretas”,⁵²⁹ como a compra de áreas de terras que não existiam, ou que estavam com dupla escritura, dentre outros. As indenizações, pelo que se percebe das reivindicações dos aproximadamente dois mil colonos reunidos em assembleia no município de Santa Helena (vizinho de Marechal Cândido Rondon, naquele momento), dão a entender que a Itaipu não indenizava corretamente, ou melhor, que fazia as indenizações levando em conta seus interesses, e não o dos colonos. Ela não fazia a separação da terra de suas benfeitorias e estas (benfeitorias) não eram indenizadas de acordo com a expectativa dos colonos. Entende-se que houve muitos colonos indenizados com valores abaixo do que lhes era devido, também, que havia especulação imobiliária com as indenizações, sendo os últimos a receberem, os mais prejudicados, devido à desvalorização do imóvel que a própria Itaipu fez acontecer e, ainda, que havia os “picaretas” de imobiliárias, que em alguns casos tinham o contrato de compra e venda e, desta forma, tiravam a sua “porcentagem” nas transações de indenização.

A questão da incerteza com a desapropriação aos colonos, a especulação imobiliária, a ação dos “picaretas” e a reforma agrária foi indicada pelo Jornal Rondon Hoje, quando reproduziu parte do Jornal Informativo da Comissão Pastoral da Terra, perguntando: “Colonização ou Reforma Agrária? Para Onde Irão as 7.000 famílias Expulsas Pela Itaipu?”:

Para onde irão as 7.000 famílias de agricultores expulsos pela Hidrelétrica de Itaipu até 1982? A única saída que está sendo oferecida para elas pelo governo e pela própria Itaipu é colonizar o norte do Brasil: Mato Grosso, Acre, Amazonas, etc... Mas será que a colonização em terras virgens, onde precisa derrubar mato, abrir estradas, enfrentar doenças, é a melhor solução para o agricultor? Como foi o resultado de colonizações realizadas no passado, e qual é o seu significado na situação de hoje? E o que diz a lei sobre a distribuição de terras pouco ou mal aproveitadas no Sul do Brasil (Reforma Agrária). Em 26 de outubro de 1964 foi apresentada ao Congresso Nacional da República Castelo Branco, um projeto como função de estabelecer direitos e deveres dos proprietários do imóvel rural. Entre outras coisas mais, esta lei dizia que, para o desenvolvimento do Brasil era preciso fazer uma Reforma Agrária. Este projeto foi aprovado pelo Congresso

principal reivindicação dos colonos era o pagamento de indenizações consideradas justas, ampliando preço da terra, e os outros problemas criados pela Itaipu, já citados anteriormente no texto.

⁵²⁹ Na microrregião, picareta é um vendedor – em geral de terras ou carros usados – que se utiliza de embustes e outros engodos falaciosos para lucrar com o dinheiro alheio.

Nacional e sancionado pelo mesmo Presidente, em 30 de novembro de 1964, transformando-se na Lei nº 4.504. Esta lei recebeu o nome de Estatuto da Terra. (...) De acordo com o Estatuto da Terra, a Reforma Agrária tem como objetivo de criar propriedade pequena para o sustento de uma família e principalmente, acabar com o latifúndio que é defendido como uma grande extensão de terra na mão de uma só pessoa ou um pequeno grupo e, em geral, com grande parte sem nenhum aproveitamento. Com a Reforma Agrária, a produção agrícola do Brasil aumentaria em grande quantia, porque quem não tinha terra suficiente, conseguiria mais um pedaço e, poderia produzir mais para vender. Aumentando a produção de alimentos, os operários da cidade também seriam beneficiados, pois o custo de vida seria mais barato. Teria feijão, arroz, milho e outros produtos em abundância. Quem está impedindo a reforma agrária? Por que o governo não desapropria algumas grandes fazendas no Paraná e as coloca à venda para os colonos atingidos pela Itaipu? Por exemplo, por que não repartir um latifúndio 143 mil hectares em Telêmaco Borda, ou outro de 80 mil hectares em Guarapuava, ou ainda as terras mal aproveitadas da Indústria Madeireira em Cascavel? Somente parte desses latifúndios seria suficiente para assentar as famílias expulsas pela Itaipu, e sobraria terra para posseiros e arrendatários sem-terra própria. Nenhum representante do governo, seja ele funcionário da Itaipu, do INCRA ou de qualquer órgão oficial, propõe a desapropriação desses latifúndios do Paraná para a distribuição aos colonos atingidos pela hidrelétrica. Será que o governo do Estado do Paraná não se interessa para segurar aqui os produtores de tanta riqueza, os colonos.⁵³⁰

Em outras palavras, a Comissão Pastoral da Terra criticava a existência do latifúndio no Paraná e a não desapropriação destas grandes áreas para o benefício dos colonos, dado que, em detrimento dos colonos, para eles houve a desapropriação forçada. É, em suma, uma questão política que deve ser levada em conta. Colonização será a saída para os colonos desapropriados pela Itaipu? Esta é a questão que também permeava as discussões sobre as consequências do alagamento das terras em Marechal Cândido Rondon. Além das manifestações sociais organizadas pelos colonos, em parceria com deputados e entidades ecumênicas, que defendiam o interesse dos expropriados de ficarem na região Oeste, ou mesmo em qualquer outro lugar, mas no Paraná, a colonização em outras áreas – principalmente no Norte do Brasil e no Paraguai – foi debatida.

Assim informava o Jornal Rondon Hoje:

Colonização é o nome que se dá à ocupação de terras ainda não exploradas, com o objetivo de aumentar área ocupada pela agricultura e, assim, aumentar também a produção agrícola. De acordo com o Estatuto da Terra, a Colonização deveria ser um complemento da Reforma Agrária. Mas isso está apenas no papel. Na realidade está se esquecendo a Reforma Agrária e se incentiva somente a colonização. Estão oferecendo somente terras no Mato

⁵³⁰ Jornal Rondon Hoje, de 3 a 10 de abril de 1979. *Extraído do Boletim Informativo Comissão Pastoral da Terra – POEIRA* – de 07 de fevereiro de 1979.

Grosso do Norte do Brasil. Que interessa está por trás dessa colonização? Os interesses são vários, dependendo do lugar e da empresa de colonização. Mas quem lucra mesmo, quem sai ganhando no final da história, não é o colono, e sim as colonizadoras. Algumas colonizadoras se interessam especialmente pelo colono do Sul, porque ele tem um certo dinheiro para dar de entrada na terra. É claro que um pobre posseiro, expulso de sua terra por jagunços não poderia pagar a vista. Essas colonizadoras oferecem uma boa infra-estrutura: escolas, estradas, hospitais, etc. Aparentemente só querem ajudar o colono. Mas, no fundo, estão pensando nos lucros. Outro tipo de colonização é aquele que não dá a mínima infra-estrutura. O colono dá a entrada na terra, paga mais uma prestação, chega na gleba e só encontra mato. Pelo que foi dito, a colonização não é a melhor forma e solução para o homem sem-terra. Melhor seria a Reforma Agrária, a distribuição de latifúndios improdutivos. E o colono deveria ter a liberdade de escolher a forma em que vai trabalhar. Por exemplo: se o INCRA lhe desse um pedaço de uma fazenda, será que ele não poderia trabalhar em sociedade, em conjunto com outros colonos, comprando maquinário e vendendo os produtos numa cooperativa? Também o povo da cidade está muito mal servido com a colonização. Pois o fazendeiro, quando planta em suas terras, só se interessa de produzir para exportação (soja, café, cana, carne de gado, etc). A Lei da Reforma Agrária existe, é o Estatuto da Terra. Latifúndios também existem muitos, inclusive no Paraná. Que fazer para que essa lei seja cumprida? Quem tem interesse para que ela seja colocada em prática, por razões sociais?⁵³¹

Enfim, foram muitos os conflitos gerados neste processo de desapropriação das populações que habitavam a região que seria alagada. Isso, dentre outros, porque o Estatuto da Terra, mesmo sendo um documento que trouxe ganhos, por um lado, pois instituiu uma legislação agrária na sociedade brasileira, mas que por outro não tinha intenção de um efetivo projeto de reforma agrária. O Estatuto da Terra, mesmo visto teoricamente como um avanço, limitou a luta pela terra porque retirou dessa luta seu viés político, encaminhado anteriormente pelos movimentos sociais – ou seja, despolitizou a questão agrária. Em síntese, o Estatuto privilegiou os grandes quando tentava propiciar a conciliação na redistribuição de terra, com avanço do capital no campo, beneficiando as empresas rurais, pois a meta era tecnificar, e não redistribuir terras.⁵³²

⁵³¹ Jornal Rondon Hoje, de 3 a 10 de abril de 1979. *Extraído do Boletim Informativo Comissão Pastoral da Terra – POEIRA* – de 07 de fevereiro de 1979. Pode-se perceber que a linha política do Jornal Rondon Hoje é tendenciosa, ora oscilando para a defesa dos colonos, ora defendendo aspectos que lhes prejudicavam. Estas reportagens onde se defende os colonos podem ser justificadas, dentre outros, pela presença de grandes proprietários em meio aos colonos, que também perderiam suas propriedades, membros influentes da pequena política que queriam fazer “nome” para futuros ganhos políticos, dentre outras ações de classe. Estavam envolvidos membros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), inclusive o ex-prefeito.

⁵³² MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. _____. **A Militarização da Questão Agrária**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

Em outra reportagem do Jornal Rondon Hoje fica um pouco mais clara as dificuldades encontradas pelos colonos e suas representações no diálogo com a binacional, dado que a especulação imobiliária e a questão do preço pago estavam em desacordo – o principal deles. Conforme o semanário, “Itaipu Começa a Atender Pedidos dos Expropriados”:

A elevação, a partir de julho, nos preços médios da terra desapropriada, cujo percentual não foi calculado ainda, a indicação pelos órgãos sindicais de áreas disponíveis no Paraná para reassentamento de até 3 mil famílias e a indenização em até 70 por cento das áreas ocupadas por cerca de 1.800 posseiros, foram as principais decisões que a Itaipu Binacional tomou, após encontro de 3 horas e meia mantido pelo diretor-geral da empresa, General Costa Cavalcanti, em uma comissão de agricultores em Foz do Iguaçu, sexta-feira última. Os representantes na Agricultura do Paraná, Comissão de Justiça e Paz, além de 7 sindicatos de trabalhadores rurais presentes não conseguiram, porém convenceram a empresa a pagar aos lucros restantes reclamados pelas 6 mil famílias que serão atingidas pelas inundações do Rio Paraná (...). Mesmo reconhecendo, como afirmou o pastor Wener Fucks, da Pastoral da Terra, “A existência (...) de maior diálogo entre Itaipu e agricultores” os órgãos envolvidos na defesa dos colonos consideram confusos os critérios que a empresa binacional utiliza para o cálculo das indenizações, ressaltando a necessidade de uma “discussão mais a fundo” da **questão dos preços, a mais importante das reivindicações até agora feitas pelos agricultores que se dizem prejudicados, uma vez que os preços em vigor na região já alcançam até 150 mil cruzeiros o alqueire enquanto a empresa paga apenas 90 mil.** O agricultor Beijamim Lafler declarou-se surpreso com o nível de desinformação do próprio diretor-geral da Itaipu acerca do drama vivido pelos posseiros na área. “Sentimos que ele estava totalmente alheio ao problema, demonstrando completo desconhecimento das aflições dos expropriados”, acentuou por sua vez Wagner D'Angellis, presidente da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, admitindo entretanto que “Itaipu revela-se mais interessada em ajudar a solucionar os graves problemas sociais que ela mesmo criou”. Apontou como ponto extremamente positivo fato de o **próprio General Costa Cavalcanti “Aceitar em parte as críticas endereçadas à empresa, estabelecendo, como imprescindível a cooperação oferecida pelas entidades ligadas à Igreja e aos sindicatos de trabalhadores rurais”.** Como resultado do encontro, apontou-se também a agilização nos processos de pagamento dos acordos que estão sendo firmados, com os agricultores que estão sendo firmados, no Oeste do Paraná, 100 mil hectares das mais férteis terras do País, numa extensão de 200 quilômetros, entre Foz do Iguaçu e Guaíra, submergindo, inclusive o Parque Nacional das Sete Quedas. Doravante, os expropriados terão direito de receber, de Itaipu, uma cópia do laudo da avaliação das propriedades, além de poder contestar, junto ao agrônomo indicado por Itaipu para acompanhamento do trabalho, os valores nele contidos. Convicto de que efetivamente a Itaipu deseja solucionar a pendência relativamente às desapropriações de forma a satisfazer os colonos, o vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná, Agostinho Bukowski concluiu ter sido positivo o encontro entre expropriante e expropriados, certo de que **“A situação principalmente dos posseiros, será reavaliada”.** Citou como exemplo, **25 famílias que vivem em 125 alqueires no município de Marechal Cândido Rondon. Elas ocupam área deixada por um casal de argentinos sem herdeiros e que há anos a**

abandonaram. Á imprensa o diretor jurídico adjunto da Binacional, advogado Paulo Nogueira da Cunha, fez novos reparos à questão do traslado de restos mortais de familiares de colonos de cemitérios situados na área de inundação para Foz do Iguaçu. O diretor adjunto reiterou que a empresa admite hipótese do traslado, mas que esse assunto só será tratado numa época posterior, contrariando especulações segundo as quais a Binacional já tivesse a transferência sem consulta prévia dos colonos.⁵³³

Foi somente em 1979, quatro anos depois de iniciar a construção da usina, que o general Costa Cavalcanti se submeteu ao “diálogo” com os àqueles que seriam atingidos e, principalmente, as associações de defesa destes (sindicatos, comissões, entre outras). Aliás, este é um ponto importante a ser destacado, da mobilização dos colonos foi se conseguindo espaço para que este “diálogo” acontecesse. Sem a organização e ações em defesa de seus interesses os colonos não teriam alcançado esta negociação com o General em tempo de ditadura. É, um ponto de destaque, dada a conjuntura que se vivia no Brasil.

Conforme Guimar Inez Germani, foram três momentos e formas de organização para a luta dos colonos contra a Itaipu na busca de seus interesses, quando, na análise do esgotamento de uma tática, outra, mais sofisticada, se apresentava à estratégia. Para ela, pode-se indicar este processo da seguinte maneira:

O primeiro período compreende o início da obra até as primeiras indenizações (de 1973 a 1977); o segundo período, quando os expropriados começam a se organizar e realizar assembleias (de 1978 a 1979); e o terceiro quando partem para uma nova forma de luta e realizam dois acampamentos (de 1980 a 1981)”.⁵³⁴

Desta forma os colonos e outros expropriados pela Itaipu foram se organizando e imprimindo uma força de resistência às imposições da empresa. Foi, sem dúvida, uma mostra da possibilidade de organização e enfrentamento ao governo de ditadura civil-militar que merece ser vista. Como resultado destas mobilizações, alguns avanços foram conseguidos, em 1979, depois da segunda assembleia. Dentre os avanços na luta dos colonos, destacava-se naquele momento que os “Agricultores Vão Falar com Presidente da Itaipu”:

O presidente da Itaipu Binacional, General Costa Cavalcanti, marcou para próximo dia 22 sua audiência exclusiva com a Comissão de Agricultores constituída em abril na reunião em Santa Helena. Nesta, que é a primeira reunião que manterá com os agricultores desapropriados, Costa Cavalcanti ouvirá a todas as reivindicações da Comissão, bem como receberá um

⁵³³ Jornal Rondon Hoje. Marechal Cândido Rondon de, de 10 a 17 de julho de 1979. Grifos meus.

⁵³⁴ GERMANI, op. cit. 2003. p. 65.

extenso relatório sobre o que ficou decidido na reunião em Santa Helena. Encabeçada pelo representante da FETAEP [Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná], Augustinho Bukoski, a Comissão tem ainda com Werner Fuchs da Comissão Pastoral da Terra, Wegner Rocha D'angellis, da Comissão da Pontifícia da Justiça e Paz, além dos sindicatos rurais de Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Santa Helena, São Miguel do Iguçu, Matelândia e Terra Roxa. **Preço mínimo por hectare com mil cruzeiros, como direito de adquirir comprar outras terras aqui mesmo no Oeste (ou ainda dentro do Paraná) é uma das principais reivindicações que será feita pela Comissão.** Anteriormente, por ocasião da realização da reunião em Santa Helena, foram expedidos vários relatórios sobre o tema debatido na reunião, porém nunca a Comissão foi recebida por Costa Cavalcanti. Agora, com a confirmação deste encontro, abrem-se novas perspectivas para um melhor relacionamento entre Itaipu e agricultores renascendo também desapropriados as esperanças junto aos desapropriados, de voltarem a possuir terra.⁵³⁵

No entanto, a Itaipu continuava com a política do “cansaço” aos colonos para ganhar tempo e continuar a expropriação da forma que lhe convinha. Um caso específico foi originado em Marechal Cândido Rondon, e deve ser levado em conta, dado o caráter político do evento bem como da caracterização dos envolvidos. Conforme Guiomar Inez Germani,

Outro grupo também começava a se organizar paralelamente à CPT e protestar pelo preço pago pela Itaipu; um grupo de agricultores, de Marechal Cândido Rondon, que ameaçava protestar a Itaipu pelo baixo preço que esta oferecia pela indenização de suas terras. Para iniciar o processo o grupo contratou o serviço de três advogados, sendo um deles de São Paulo e especialista em desapropriações. Pretendiam incluir também a questão dos lucros decrescentes para ser discutida pela Itaipu. Foram feitas algumas reuniões com advogados e expropriados. A CPT também foi convidada a participar e, embora a solução procurada por esta fosse uma solução que servisse a todos, não deixou de reconhecer a validade dos esclarecimentos dado pelos advogados. Mas para que algo fosse encaminhado neste sentido era necessário que o decreto de desapropriação da área tivesse sido assinado. Este grupo não era muito expressivo, mas tinha sua importância por ser, na maioria, formado por membros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), inclusive o ex-prefeito do Município, evidenciando uma ruptura no bloco político dominante.⁵³⁶

Assim, nota-se que a filiação político-partidária era importante – principalmente em Marechal Cândido Rondon que, como vimos, agregava duas representações da ARENA para ninguém ser oposição – mas a propriedade privada da terra era mais. Não se sabe se houve desfiliação. No entanto, esta citação evidencia também a heterogeneidade nos “colonos” que seriam atingidos pelo alagamento e as formas possíveis de reivindicação. Aos colonos, o

⁵³⁵ Jornal Rondon Hoje. Marechal Cândido Rondon, de 16 a 26 de junho de 1979. Grifos meus.

⁵³⁶ GERMANI, op. cit. 2003. p. 89.

movimento social, a assembleia, o acampamento em frente à sede administrativa da Itaipu em diferentes municípios, aos “empresários do campo”, contratação de advogados para atuarem em causa própria. Acredita-se que a participação da CPT na reunião com os advogados também tinha interesses político-partidários (visando eleições, por exemplo. É só lembrar que de Porto Mendes havia o vereador arenista e presidente da Copagril, Alfredo Kunkel).

Marechal Cândido Rondon agregava importantes figuras naquele processo. O pastor e deputado estadual Gernote Kirinus, era pastor no município, bem como Werner Fucks, pastor e secretário geral da CPT, no Paraná, naquele período. Reuniões eram realizadas, como as da Comissão de Coordenação e Representação dos Agricultores, nas quais se articulava e debatia as propostas tiradas nas assembleias e que seriam levadas à mesa de discussão com a gerência da Itaipu.

Identificando a não possibilidade de conseguir resultados somente com uma atuação mais amena, os colonos criaram, a partir de 1980, o Movimento Justiça e Terra, onde estabeleceram acampamentos, criaram uma rádio e fortaleceram as reivindicações com ações mais efetivas da direção da Itaipu. No entanto, era uma luta contra a ditadura, contra os desmandos de uma gerência preocupada em efetivar a usina, com gastos mínimos. A estratégia de protelar as discussões que poderiam gerar ações que beneficiariam os atingidos pelas águas da Itaipu deu certo, e um exemplo prático desta ação pode ser visto com o distrito rondonense de Porto Mendes. O Jornal Rondon Hoje anunciava “A Morte de Uma Cidade Condenada pelas Águas”:

Corria o ano de 1973. Contando com um número de aproximadamente de 15 mil habitantes, Porto Mendes (antes Fazenda Britânia, pela grande quantidade de ingleses que em tempos idos desbravaram aquelas terras) despontava como o mais importante distrito rondonense, em condições inclusive de pleitar sua emancipação, uma vez que já dispunha de todo o sistema de infraestrutura necessário para a sobrevivência. Forte produtor de hortelã e de mais culturas, além de extrair madeiras em grande escala, **Porto Mendes era uma das principais fontes de arrecadação do município. Uma vila bonita, com moderna praça pública, subagência do correio, posto telefônico, várias casas comerciais, clubes sociais, postos de gasolina, pontos de táxis, estação rodoviária com 25 horários diários, e outras benfeitorias. O dinheiro corria alto e as previsões em relação ao futuro eram as mais otimistas possíveis. Passados seis anos, Porto Mendes ainda não morreu graças a luta de uma meia dúzia de bravos pioneiros, teimosos, que só deixarão as terras quando as águas de Itaipu estiverem chegando.** (Só deixo meu cariri no último pau de arara...). Esta é a parte da história de uma cidade promessa, hoje condenada a desaparecer pelas águas de Itaipu. **Começo da Queda.** O começo da queda de Porto Mendes foi em 1973, quando a Itaipu começou os movimentos. Dela para cá não foi construído nenhuma casa, ninguém mais investiu um centavo em

Porto Mendes e os moradores aos poucos foram debandando, uns deixando até suas casas outros arrancando o que era possível. Os que ainda permaneceram por lá, só estão aguardando a indenização da Itaipu para darem no pé, pois acreditam que dentro dos próximos dois anos não terão condições de sobrevivência lá. Hoje, das quase 15 mil pessoas que lá habitavam o Distrito em [19]73, restam nada mais que duas mil pessoas.

Oito famílias por dia. Segundo informações dos poucos moradores que ainda residem por lá, cerca de 8 a 10 famílias deixam o Distrito por dia, mudando-se para o Mato Grosso ou Paraguai (a maioria para o Paraguai). Eles recebem o dinheiro da indenização, e saem sem destino por aí, até achar colocação.

Muitos rolos. Algumas famílias desorientadas, ao receberem o dinheiro da Itaipu e ao ficarem sem suas terras, na angustia de adquirir nova propriedade, acabam entrando em “frias” e comprando terrenos inexistentes, como aconteceu recentemente com um cidadão que havia recebido 500 mil cruzeiros da Itaipu. Com este dinheiro, ele comprou um terreno no Mato Grosso. Pagou avista e, recebeu somente um recibo como garantia e um mapa da localidade de seu terreno. De posse da documentação, o cidadão deslocou-se até o Mato Grosso, porém seu terreno não existia, muito menos o nome da Colonizadora que lhe vendeu constava em registro. Exemplos como este ocorrem muitos, pois a agonia de readquirir terrenos os agricultores acabam sendo lesados por vigaristas.

Itaipu não quer pagar indenizações. Nos dias de hoje, o que mais preocupa aos moradores de Porto Mendes, principalmente os comerciantes, é o fato da Itaipu não querer pagar as indenizações. Isto em decorrência do Decreto nº 83.225, de 1 de março de 1979, que declarou extensa área de terra de utilidade pública. No entanto, Porto Mendes está fora desta área, e em consequência disto seus moradores não tem direito legal de receber as indenizações. Desta forma, não podem nem sair e nem ficar. (Se correr o bicho pega..) Para lutar pelos direitos da Vila junto a Binacional, os moradores formaram a Comissão de Indenização de Porto Mendes que, encabeçada pelo bioquímico Roberto Bespalez vem mantendo contatos com as mais altas autoridades nacionais. Segundo o presidente da CIPM, Roberto Bespalez, já não existem mais condições de permanecer na Vila, e se a Itaipu não pagar as indenizações, os moradores não poderão também sair dali, pois ninguém vai comprar suas propriedades. “Gostamos desta terra, muito vamos sentir ao ter que deixar tudo isto, mas não existe outra solução. Vamos vender nossas mercadorias para quem, se todo mundo está indo embora?”, afirmam alguns comerciantes.

As águas de Itaipu vão alagar nada menos do que 426 chácaras e 126 lotes, só no Distrito de Porto Mendes. Industrias de turismo seriam as soluções. Entre as reivindicações dos moradores de Porto Mendes, incluem-se algumas soluções para sanar parte dos problemas. A implantação de indústria pesqueira para aproveitar os peixes existentes na região; o cultivo de cana-de-açúcar (as terras são apropriadas para isto) e a implantação de uma usina; abertura de um terminal portuário com navegação para São Paulo e um bom esquema de divulgação turística; além de recuperação de estradas perdidas com o alagamento são, na opinião dos moradores, algumas das soluções para os problemas, pois assim a cidade não morreria totalmente. Porém, como o Brasil vive momento de contenção de despesas, a solução mais viável mesmo é a indenização.

O que tem está sendo fechado. Por falta de condições e também por não mais acreditarem em soluções para salvar Porto Mendes, muitos proprietários de firmas comerciais estão fechando as portas e permanecem em Porto Mendes somente até receber as indenizações. Este é o caso de uma panificadora, uma serraria, uma laminadora, um posto de gasolina, uma cerealista, uma oficina mecânica, um ponto de táxi e inúmeras casas comerciais de pequeno porte.

Só resta uma

meia dúzia. Somente os mais teimosos é que ainda permanecem com suas portas abertas, mas já com pouco movimento. Uma farmácia (de propriedade de Roberto Bespalez), um consultório ontológico (de propriedade de Roberto Bespalez Filho), um armazém de secos e molhados (de propriedade de Laurindo Parizoto, um hotel, um bazar um posto de gasolina (quase fechados), dois bares, duas escolas, uma oficina mecânica (quase fechando), uma subagência do correio, que funciona junto com o posto telefônico e duas igrejas, é o que ainda resta em Porto Mendes, acompanhando os últimos dias de vida da cidade. **Poucos alunos nos dois colégios.** Remanescentes de uma época de ouro, os dois colégios existentes na cidade, que em outros tempos contavam com grande quantidade de alunos, hoje recebem uma minoria. O grupo escolar Municipal Luiz Augusto Moraes Rego conta atualmente com 240 alunos entre 1^a a 4^a séries e 21 no pré, a escola de 2 grau da CNEC, Capitão Heitor Mendes de 1 a 2 grau, conta com 230 alunos no 1 grau e 392 no segundo. Os professores revezam-se nos dois colégios. **O povo não quer sair.** (...) Roberto Vespalez – fundador do distrito em 1958 – é o único farmacêutico da cidade e o presidente da Comissão de Indenização. Sua luta é constante. Ele vê na indenização a melhor solução para o problema. “De que adianta estradas, se se as terras produtoras não mais existirão? Doralina Viotto da Silva – proprietária do único posto de gasolina que resta na cidade – diz que o movimento é muito pouco que já não compensa mais, “Vamos esperar para ver”. Reinaldo Gipmaier – possui quatro lotes e pequena área de terras para cultivo – ainda não foi indenizado, e só espera receber de Itaipu, para deixar Porto Mendes. Ainda não sabe para onde vai. Valdomiro Stranski – possui 17 alqueires e já recebeu – só espera vender os equipamentos da panificadora para procurar outra cidade. João de Souza Costa – proprietário de pequena área de terra e de um lote na cidade – “A Itaipu ainda não me pagou a indenização, e assim que receber, João é mais um a deixar Porto Mendes. Não sei para onde ir”, afirma ele. Laurindo Parizoto – proprietário de um armazém de secos e molhados – (...) é um dos líderes da comunidade e acha que indústrias poderiam solucionar parte do problema, mas não seriam o ideal para a vila. “O mais importante é a indenização”. Vitor Airton Menezes – reside em Porto Mendes desde 71 – “Quando cheguei aqui isto era uma maravilha, mas agora terei que procurar outra localização”. **Costa Cavalcanti visitará a Vila.** Representando a comunidade de Porto Mendes, o líder Beijamim Mathias JulioLaffer manteve contato, no último dia 22, juntamente com líderes de toda a região importantes contatos como presidente da Itaipu, General Costa Cavalcanti, por ocasião da visita que fizeram as obras da Binacional. Recebidos por Cavalcanti, a princípio a comissão visitou as obras e posteriormente mantiveram audiência com Cavalcanti. Após ouvir as reivindicações dos líderes, Costa Cavalcanti prometeu para os próximos dias uma visita a Porto Mendes, quando então sentira de perto a situação.⁵³⁷

Apesar de longa, esta citação é esclarecedora em relação aos impactos econômicos e sociais que representou a criação da Usina Hidrelétrica de Itaipu para Marechal Cândido Rondon. De um distrito economicamente ativo, tornou-se uma “cidade fantasma” (que sobrevive nos dias atuais pelo turismo sazonal, de temporada, e de eventos criados pela

⁵³⁷ Jornal Rondon Hoje. Marechal Cândido Rondon, de 26 de junho a 03 de julho de 1979.

prefeitura municipal também para movimentar o distrito). As indenizações foram pagas de acordo com os critérios rebaixados da Itaipu, e pouco se mudou em relação à isso.

Segundo a reportagem, a especulação imobiliária teve início já em 1973, quando da notícia da construção da hidrelétrica. Das 15 mil pessoas que habitavam Porto Mendes, somente duas mil ficaram nas vésperas do alagamento. A Itaipu foi vetor importante para o êxodo rural forçado em Marechal Cândido Rondon. No entanto, este êxodo não era somente por motivos ligados com a especulação imobiliária, introdução do “pacote tecnológico” e da modernização conservadora no campo, do anseio de morar na área urbana para arrendar a terra ou simplesmente o sonho de melhores condições de vida na cidade, mas ele atingiu a todos, de trabalhadores sem a propriedade formal da terra até grandes produtores, empresários rurais. Esta diversidade pode ser vista também na reportagem, na quantidade de terra e ramos comerciais dos entrevistados, por exemplo. Por isso a preocupação geral dos meios de comunicação, a ação ecumênica de religiosos, a participação de deputados, vereadores e outros atores da pequena política, a formação de movimentos sociais, e outras ações em defesa daqueles que perderiam seu meio de vida (no caso daqueles sem a propriedade da terra), suas propriedades, seu comércio, enfim, do conjunto social de um distrito.

No entanto, o saldo da criação da Usina Hidrelétrica de Itaipu não foi somente negativo. Do ponto de vista dos movimentos sociais, pode ser destacado que deste movimento foram organizados “novos” movimentos sociais de colonos (camponeses) que perduram até os dias atuais. Conforme Guiomar Inez Germani,

É também no movimento de resistência à construção de Itaipu, no Movimento Justiça e Terra e, em especial, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) que vão se encontrar as bases do veio a se transformar no mais significativo e organizado movimento de massa dos trabalhadores sem terra no país: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Não é sem significado o fato de o Iº Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ter sido realizado em Cascavel (PR), em 1984.⁵³⁸

Desta forma, de um conjunto de expropriações motivadas pelo governo ditatorial também foram criadas novas possibilidades de enfretamento ao capitalismo (em especial a Reforma Agrária) no campo. Os movimentos sociais de contestação às ações da Itaipu no Oeste do Paraná foram um dos marcos na luta contra a ditadura, e seguiram.

⁵³⁸ GERMANI, op. cit. 2003. p. 2.

É importante reter que a construção da usina fez com que o campo, em Marechal Cândido Rondon, também mudasse. Desde a estrutura fundiária, que diminuiu, à experiência de contestação – ou oposição político/partidária –, sendo estabelecido, por exemplo, o MDB no município neste período.

4.4 SAÍDAS PARA A CRISE

As saídas para a crise econômica em Marechal Cândido Rondon eram pensadas em diversos âmbitos. O jornal Rondon Hoje publicou uma reportagem, da qual já se iniciou a sua citação em momentos anteriores, quando Friedrich Rupprecht Seyboth falou em nome dele, mas como preocupação do *Lions Clube* sobre a crise na economia na região e, aqui, estão algumas propostas indicadas como solução para este problema. Conforme Seyboth,

(...) Vocês poderiam me perguntar: Seyboth, você vai salvar Rondon? Eu responderia não. Mas não vou aceitar uma pacífica derrota. Nem mesmo com boas colheitas conseguiremos chegar novamente a estabilidade econômica em que estávamos antes. **A monocultura tornou-se hoje em dia algo perigoso e imprescindível.** Diante deste panorama, o que devemos fazer? Na minha opinião, deveríamos iniciar com a **recuperação do solo, replantando árvores nativas.** Ao menos 85 por cento de árvores nativas e o restante de árvores exóticas, principalmente na margem dos rios e riachos. No estado do Paraná temos aproximadamente 8 por cento de matas, contando-se o Parque Nacional. Mas se não contarmos, ficamos em torno de 2 a 3 por cento. **Por outro lado, devemos diversificar a agricultura.** Por que não começamos com a fruticultura? Por que não plantamos verduras? São maneiras de diversificar a agricultura. **Por que não voltamos à suinicultura? Por que não pensar como a Sadia, ou seja, iniciar a avicultura?** Além destas poucas possibilidades temos tantas outras que muitas vezes nos passam despercebidas. Chegamos à segunda parte da explanação, ou seja, **como poderá ser feita a implantação de indústria em Rondon.** Temos dois tipos de indústria: a com chaminé e a indústria sem chaminé. A segunda opção trata-se do turismo que em Rondon que em Rondon certamente não funcionará devido à carência de pontos turísticos. Mas poderíamos criar turismo colegial, através da **criação de uma faculdade.** A indústria com chaminé deverá ser de pequenas proporções, pois **nós não temos condições de sustentar indústrias pesadas.** Nós devemos começar aos poucos para depois chegar a maiores dimensões. Uma possibilidade de criar pequenas indústrias seria através de um regime cooperativista. Os técnicos para formar artesãos das pequenas indústrias seriam fornecidos por esta cooperativa. Poderíamos criar indústrias de malhas, bijuterias, madeira e tantas outras mais. Para isso temos que criar grupos interessados na formação de pequenas indústrias. **Devemos também dirigirmos às embaixadas e pedir para que tragam para cá pequenas**

indústrias. Para finalizar deixar claro que devemos nos mexer para que Rondon seja o que era antes. Todos os municípios devem pensar nisto, caso contrário, passaremos vergonha dos nossos filhos.⁵³⁹

Assim, pensava-se nos caminhos a serem seguidos: reflorestamento, policultura, fruticultura, suinocultura, avicultura, pequena indústria, turismo⁵⁴⁰, solicitar indústrias em embaixadas. Muitas foram as opções dadas, mas isso mudaria a composição do capital já instalado na região. Algumas medidas foram seguidas, dada a baixa lucratividade, instabilidade e riscos oferecidos pela monocultura à pequena propriedade.

Uma das saídas para a crise econômica e para a manutenção da pequena propriedade no campo rondonense encontrada pelos colonos com pequenas propriedades privadas foi a diversificação da produção. A frustração das safras anteriores, o alto custo da produção, dentre outros, levaram alguns colonos de volta à policultura.

A solução para os problemas dos colonos que tinham pequenas propriedades rurais na década de 1970 foi apontada por diversos meios de comunicação e Aparelhos Privados de Hegemonia. Para a Rádio Difusora, seria a *Diversificação de Cultura, Solução Imediata para o Pequeno e Médio Produtor*. Conforme o Frente Ampla de Notícias,

A necessidade de diversificação de cultura vem sendo ventilada em todos os cantos, oportunizando melhores condições de vida ao pequeno e médio agricultor. Já iniciamos este trabalho em comum acordo com pessoas de destaque do meio econômico-financeiro, ocasião em que recebemos informações detalhadas sobre o assunto, inicialmente com o gerente do Banco do Brasil local, cuja instituição dispõe de recursos financeiros para aplicação em culturas diversas. No domingo que passou, apresentamos, no programa Domingo Difusora, uma entrevista com o Sr. Egídio Munaretto, da direção da Sadia de Toledo, se referindo ao assunto.⁵⁴¹

Já para o Jornal O Alento, divulgando uma entrevista com Renaldo Holler, colono em 1979, a forma de conseguir permanecer no campo seria a policultura:

Em vista de frustrações de safras de soja e trigo, alguns agricultores sentiram a necessidade de mudar as suas formas de explorar as suas pequenas áreas de terras. Um empresário agrícola, que passou, por própria vontade, a adotar um novo esquema e exploração agrícola, foi procurado pela nossa reportagem. Veja, a seguir, as medidas adotadas e a opinião deste agricultor. Contando

⁵³⁹ Jornal Rondon Hoje. *Preocupação [em] Recuperar a Economia*. Marechal Cândido Rondon, 3 a 10 de outubro de 1978. p. 4. Grifos meus.

⁵⁴⁰ Este foi pensado e fomentado a partir de 1986 com vistas à valorização das características “germânicas” de Marechal Cândido Rondon, com a criação da *Oktoberfest*, espécie de “carnaval dos alemães”. Pode-se dizer, grosso modo, que o carnaval de fevereiro foi transferido para outubro.

⁵⁴¹ FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. Rádio Difusora. 05/11/1976.

com a assistência técnica dos engenheiros agrônomos da Acarpa, Renaldo Holler, decidiu diversificar suas culturas e sendo possuidor de 9 alqueires de terra, aproveitáveis para exploração agrícola, estabeleceu o seguinte esquema para a próxima safra. A metade da área, 4,5 alqueires ocupará para cultivar milho e mandioca, sendo que esta ocupará ½ alqueire onde deverá plantar 10.000 pés de mandioca e, entre esta, ainda cultivará o milho. Já pondo em prática esta decisão, já plantou grande parte deste milho e mandioca. Após ter colhido o milho, que é de uma variedade precoce, Renaldo pretende cultivar girassol. Além desta diversificação, que tem como meta principal a suinocultura, o agricultor mantém um pomar, hortas, galinhas, vacas leiteiras e árvores frutíferas que são aproveitadas para o consumo próprio. Falando sobre a medida adotada, Renaldo Holler, esclareceu que “Esta foi a melhor forma que eu encontrei para continuar a morar aqui em Mal. C. Rondon. **Antigamente só mantinha a mecanização na minha lavoura, mas com o preço dos fertilizantes, inseticidas, fretes, não me sobrava nada. Por isso mudei o meu modo de trabalhar. Hoje estou me dedicando a várias culturas e acho muito difícil passar pelas mesmas dificuldades que passei no tempo em que só trabalhava com o trigo e a soja.**⁵⁴²

Nove alqueires não constituem uma colônia de terra (formada por 12 alqueires). Portanto, uma pequena propriedade rural que proporcionava baixos lucros, quando cultivada para a monocultura, mas que trazia remuneração suficiente para que o colono permanecesse em atividade quando voltada à policultura. Esta reportagem indica que este colono foi adepto da modernização, mas que, devido à necessidade da utilização de “fertilizantes, inseticidas, fretes” mudou a forma de produzir.

Ainda, para ilustrar melhor esta situação, cita-se mais uma reportagem, indicando que mesmo os “pioneiros”, com pequenas propriedades rurais, precisavam diversificar a produção, caso ainda quisessem permanecer no campo. Conforme O Alento,

Chegando as terras de José Feiden, agricultor e produtor de suínos, pioneiro em nosso município, encontrávamo-lo “picando” ramos de mandioca para que empregados seus a plantassem. Antes, porém, de chegarmos ao local em que se encontrava o agricultor, passávamos por um aviário onde se podia avistar grande número de aves que estão sendo criados pelo agricultor. Mais adiante, deparamos com uma pocilga repleta de suínos, muitos dos quais quase que prontos para a venda. “**Eu tô muito de acordo com este negócio de diversificação, porque continuar com este negócio de soja e trigo, os pequenos vão desaparecer. O único caminho que pode auxiliar o pequeno produtor é começar a mexer com suínos, aves e leite.**⁵⁴³

⁵⁴² JORNAL O ALENTO. *Reinaldo Holler diz Porque Diversificou Sua Lavoura*. Marechal Cândido Rondon. 14.09.1979 a 20.09.1979. Grifos meus.

⁵⁴³ Idem. *Diversificar Para Permanecer*. Marechal Cândido Rondon. 27.09.1979 a 04.10.1979. Grifos meus.

Nota-se que a tendência era a diversificação. As inconstâncias da monocultura, devido à dependência do clima, das flutuações no preço, a quantidade de produção em outros países, os insumos e as máquinas, entre outros, levaram os colonos que ainda permaneciam com pequenas propriedades a se voltarem à diversificação. Neste sentido, outra forma de permanecer e manter-se com a pequena propriedade agrícola pode ser vista com a utilização da “junta de bois” para a diminuição dos custos da produção. Mesmo que esta prática não seja maioria, mostra as formas pelas quais o colono mesclou a agricultura tradicional com a moderna na sua forma de uso da terra.

Em reportagem sobre o tema, o jornal O Alento indicou que

O primeiro aspecto que chamou a nossa atenção, ao chegarmos à propriedade de Arno Dresch, foi o fato de que estava lavrando a sua terra utilizando duas juntas de animais. Logo de início, **o lavoureiro nos informou que sempre usou a força animal para preparar a sua terra** e mesmo que esta seja marcada por um certo grau de declividade, não se percebe ainda nenhum indício de que a erosão estava começando a lhe causar qualquer problema. Entusiasmado com o aproveitamento de suas duas juntas de animais, (uma de bois e outra de vacas), **o sr. Drech explicou que somente depois de estar preparada toda a terra (aração e gradagem), é que solicita que um vizinho, proprietário de um trator, faça a semeadura e a posterior colheita de seu trigo ou soja que cultiva nos 6 alqueires que explora através dos serviços das juntas de bois.** Além de diminuir o custo da produção, Arno Dresch, ainda disse que **“Com isto estou conseguindo fazer com que meus filhos continuem a trabalhar comigo e assim a gente pode aproveitar melhor toda a nossa terra”**.⁵⁴⁴

É a dialética da produção agrícola, quando o “novo” não consegue suplantar completamente o “velho”, coexistindo os dois métodos de produção. No entanto, o que realmente se destaca nesta reportagem é a utilização de métodos para que a pequena propriedade continuasse rentável para o colono. Até quando o seu vizinho iria continuar alugando seu trator, ou até quando esta “parceria” durou, não temos como saber.⁵⁴⁵ Importa perceber são as alternativas postas em prática pelos colonos descapitalizados, desestimulados para a produção monocultora.

Pode parecer que a utilização da “junta de bois” seja algo que, por intelectuais equivocados, seria tratado como “resquícios de um Brasil feudal ou semi-feudal”. Não é isso

⁵⁴⁴ Id. Ibid. *Colono Explora 10 Alqueires de Terra Com Apenas Duas Juntas de Bois*. Marechal Cândido Rondon. 05.10.1979 a 11.10.1979. Grifos meus.

⁵⁴⁵ Sabe-se, informalmente, de casos no hoje município de Mercedes, onde o proprietário da máquina colhia e depois alegava que a colheitadeira havia estragado. Tendo inviabilizada a colheita (pois não havia outra máquina à disposição para ser alugada), o colono se via obrigado a vender sua área para não perder tudo. E quem comprava era o proprietário da colheitadeira que havia “estragado”.

que se entende aqui, mas a utilização da “junta de bois” foi – e é – uma alternativa para os colonos descapitalizados e sem a perspectiva de aumentar sua área de terras e sua produção.⁵⁴⁶ Esta prática, se inserirmo-nos no discurso modernizante do período, poderia ser vista como um retrocesso mas, no entanto, as instituições governamentais (como a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER), viam na “junta de bois” um consolo e incentivo para os pequenos que não podiam modernizar-se.

Conforme Glauco Olinger, presidente da Embrater, em reportagem n'O Alento,

O plano da Embrater não é evidentemente, eliminar a motorização agrícola e substituí-la pela força animal em todo o país, algo que representaria um retrocesso na modernização da agricultura. (...) Entretanto, acrescenta o presidente da Embrater, “todos os cálculos de custo para o preparo mecanizado do solo mostram, na comparação entre o uso do trator ou do microtrator e a tração animal, uma diferença atual de cerca de 300 cruzeiros por hectare pronto em favor da segunda. Só este fato já contribuiria para um aumento de renda do lavrador, segundo o presidente da Embrater. Entretanto, há ainda outros, como a economia de combustível (derivado de petróleo, ou não) que o boi representa. “O boi consome pasto, produto de fotossíntese, e dejeta (cerca de 10 Kg/ dia) fertilizante da mais alta qualidade. E o uso do adubo orgânico significa também economia de divisas, substituindo fertilizantes químicos importados (...). Mas o argumento principal do presidente da Embrater, em favor da tração animal, é o estágio de desenvolvimento agrícola de grandes áreas do país, nas quais o instrumento principal é ainda a enxada. (...) Estaria havendo uma mudança na política agrícola oficial, que vem defendendo há anos a necessidade de ampla e sofisticada mecanização para aumentar e baratear a produção do campo? Clauco Olinger desmente. “Achar que a Embrater, ou Glauco Olinger, está contra o uso das máquinas é resultado de uma interpretação errônea, veiculada pelas empresas interessadas em vender mecanização agrícola”, observa o agrônomo. “Nas propriedades médias e grandes, principalmente nas regiões brasileiras onde há potenciais elevados de produção de carne e cereais, o problema não pode ser resolvido a curto prazo senão pela mecanização sofisticada. Mesmo nas propriedades pequenas, mas em áreas em que se possam reunir os lavradores para o uso associado das máquinas, essa mecanização também é apropriada”.⁵⁴⁷

Entende-se que este discurso estava voltado aos camponeses de regiões do Brasil onde ainda não havia efetivado um grande investimento na modernização (Norte e Nordeste) e, também, aos colonos de pequenas propriedades agrícolas do Sul do país, devido à impossibilidade de grandes investimentos em máquinas, implementos e insumos para a produção agrícola.

⁵⁴⁶ Atualmente vem sendo defendida como meio para controle de erosão, pelo fato de remexer a terra com menor intensidade, assim como a defesa pelo plantio direto.

⁵⁴⁷ JORNAL O ALENTO. *As Vantagens do Boi*. Marechal Cândido Rondon. 06.10.1979 a 12.10.1979. Grifos meus.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Marechal Cândido Rondon, por meio do economista Bruno Reuter, ex-gerente do Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (SEAG-PR), procurou, em 1979, estabelecer algumas modificações – ao menos teoricamente. Conforme o Jornal Rondon Hoje,

Ex-gerente do Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa – SEAG-PR – (...) o economista Bruno Reuter é desde a semana passada titular da pasta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Marechal Cândido Rondon. (...) Apesar de ter também planos para a industrialização, Bruno Reuter adianta que o sustentáculo econômico deverá continuar sendo a agricultura, porém, bastante fortificada e obedecendo recomendações das mais modernas tecnologias. Como todos sabem – diz Reuter – nosso município está perdendo 10 por cento de suas terras, pelo alagamento de Itaipu, e para recuperarmos este terreno perdido é necessário aumentar o valor bruto por hectare plantado. Segundo Reuter, usando uma tecnologia mais avançada e diversificação das culturas, o município não só recuperará os 10 por cento perdidos, como também não ocorrerá o risco de frustrações, hoje o grande fantasma que amedronta toda a região. Dentro deste plano, poder-se-á dar grande incremento à avicultura, fruticultura, horticultura, suinocultura, e mesmo na agricultura, plantando-se feijão, arroz, milho, mandioca e outras variedades. Cálculos efetuados por quem entende do assunto provam a alta rentabilidade da diversificação.⁵⁴⁸

No final da década de 1970 pensava-se em buscar alternativas à monocultura. Mas, esta se dava direcionada ao colono, de pequena propriedade, pois a avicultura, fruticultura, horticultura, suinocultura, ou mesmo a produção de feijão, arroz, milho e mandioca, seriam formas dar mais rentabilidade à pequena propriedade. O “empresário do campo”, com tratores e colheitadeiras, maquinários diversos voltados à monocultura, crédito, e outros, não deixaria a monocultura para se dedicar ao mundo dos hortifruti.

Outro retorno proposto foi à suinocultura. Ela voltava a fazer parte do rol dos produtos valorizados, depois de um período conturbado, como indicado anteriormente, no caso das NPR's. Em 1979, o Jornal Rondon Hoje divulgava a “Importância da Swift Armour para Marechal Cândido Rondon”:

Em funcionamento desde o mês de fevereiro, o frigorífico de Rondon, arrendado à Swift Armour é hoje uma das mais importantes empresas da cidade, prestando grande contribuição ao desenvolvimento de Marechal Cândido Rondon. Após o “Affaire” Frimesa que abalou totalmente as estruturas econômicas do Oeste, Marechal Cândido Rondon também sentiu os reflexos negativos, com a paralisação da Frirondon. Porém, graças à visão

⁵⁴⁸ Jornal Rondon Hoje. *Este Homem Tem Planos para o Futuro de Marechal Cândido Rondon*. Marechal Cândido Rondon, 10 a 17 de julho de 1979.

da diretoria da Swift Armour que já negociava com a Frirondon, e que viu que isto aqui não pode ficar fechado, principalmente pelo grande rebanho criado na região, a empresa paulista arrendou o frigorífico até o mês de novembro com prioridade de compra. (...) a Swift Armour já abateu mais de 49 mil suínos, o que dá uma média de quase 10 mil por mês. Atualmente estão sendo abatidos 600 por dia, e como os produtores voltaram a confiar na suinocultura, há possibilidades – isso se o frigorífico for comprado em definitivo – de aumentar a produtividade para, talvez até 900 suínos/dia. (...) a firma oferece mão de obra direta a quase 100 funcionários.⁵⁴⁹

Além desta aposta na suinocultura, que teve altos e baixos durante a década de 1970, a cultura da mandioca passou por este processo. Em 1971, havia sido inaugurada uma filial da Fecularia Lorenz em Quatro Pontes, então distrito de Marechal Cândido Rondon. Tratava-se de uma indústria de beneficiamento de mandioca, que transformava o produto *in natura* em fécula, polvilho doce e polvilho azedo.

A Companhia Lorenz, 100% brasileira, foi fundada em 1916 por Hans e Fritz Lorenz, netos do cientista alemão Fritz Muller. (...) Hoje a Companhia Lorenz oferece ao mercado uma variada linha de produtos sofisticados como: amidos modificados, maltodextrinas, dextrinas e o polvilho azedo, que são produtos obtidos da raiz de mandioca e que são produzidos através de processos totalmente industrializados. A sede administrativa da Cia Lorenz está localizada em Indaial – SC e é através desta que são gerenciadas as fábricas de Indaial – SC, Quatro Pontes – PR, Cianorte – PR e Umuarama – PR, além de um Depósito em São Paulo.⁵⁵⁰

Deixada de lado a análise que poderia ser feita sobre a origem étnica (alemã) e geográfica (Santa Catarina) dos donos da empresa, aqui importa perceber os desdobramentos desta indústria na década de 1970, em Marechal Cândido Rondon, dado que eles podem ser relacionados com o processo econômico na produção agrícola. Neste sentido, segundo o Jornal Rondon Hoje, “Inaugurada em [19]71, a Fecularia Lórenz encerrou suas atividades em Rondon em [19]77, pela falta de matéria-prima”.⁵⁵¹ Era, em 1971, o período de aumento da produção da soja na microrregião. A modernização conservadora não deixava muito espaço para outros ramos de atividade, dado que a produção destes grãos era mais lucrativa que a mandioca. Soja, trigo e milho eram as culturas que mais “importavam”.

⁵⁴⁹ Idem. *Importância da Swift Armour para Marechal Cândido Rondon*. Marechal Cândido Rondon, 2 a 9 de julho de 1979.

⁵⁵⁰ Companhia Lorenz. *A Empresa*. Disponível em: http://www.lorenz.com.br/novo/index.asp?p_codmnu=2&p_ideidi=ptg Acessado em: 17.06.2015.

⁵⁵¹ Jornal Rondon Hoje. *Reunião Define Reativação da Fecularia Lorenz*. Marechal Cândido Rondon, 2 a 9 de julho de 1979.

A mandioca só voltou a ser vista como possibilidade de produção agrícola com relevante importância econômica em 1979, quando o *Jornal Rondon Hoje*, anunciava um preço mínimo para o quilo da mandioca:

Todos os esquemas já estão definidos e, se nenhum imprevisto ocorrer nos próximos dias, nos primeiros meses do próximo ano [1980] a Companhia Lorenz estará reativando sua filial de Quatro Pontes (...). Na semana passada cerca de 400 agricultores do município estiveram reunidos na sede do Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon, com o presidente da Lorenz National Industrial Ltda e Indústria de Fécula Companhia Lorenz, Dr. Fredel Schindler; e outras autoridades, entre elas o fiscal geral da Lorenz, Werner Muller, administrador de Quatro Pontes, Otto Offmann, prefeito Verno Scherer, vereador Elio Lino Rusch, representante do Banco do Brasil, Guerton Rubner, gerente do Banestado, Luiz Frare, o vereador Verno Ivo Lamb, representante de Quatro Pontes na Câmara. Na reunião foram debatidos todos os aspectos relacionados com a fecularia, bem como mantido vários contatos com os agricultores. A princípio, como forma de incentivar o cultivo da mandioca, a Fecularia Lorenz estará distribuindo gratuitamente grande quantidade de mudas de mandioca e já firmando contratos para a colheita. Os produtores que desejarem cultivar a mandioca em maior escala, poderão inclusive contar com o financiamento do Banco do Brasil e também do Banestado. (...) Segundo o presidente da Lorenz Dr. Friedel Schindler, no momento em que o produtor for apanhar as mudas, já poderá fechar o contrato, tendo já garantido um preço mínimo, que deverá girar em torno de 0,85 centavos por quilo.⁵⁵²

Fez-se questão de citar os nomes das entidades, empresas, prefeito e vereadores, para, além de indicar uma forma empírica da ampliação do Estado, identificar o processo de propaganda relacionada com “novas” formas de produção no campo, no final da década de 1970. Estas “novas” formas eram saídas para a monocultura, mas estavam vinculadas com a acumulação capitalista por meio de financiamentos realizados nos bancos pelos colonos. Era mais um tentáculo do capitalismo para segurar e submeter os colonos ao capital. Presenteava-se o colono com as mudas. No entanto, estas já estavam “casadas” com o contrato para a venda da produção da mandioca com a Lorenz.

Aproveitar a capacidade leiteira da região seria outra forma de contornar a monocultura na agricultura e garantir certa estabilidade, principalmente aos colonos da microrregião. O leite poderia ser uma importante fonte de recursos financeiros para a pequena propriedade, caso houvesse uma indústria de beneficiamento na microrregião. Esta possibilidade pode ser vista por meio *Jornal Rondon Hoje*, quando anunciava que “Leite Está Sendo Jogado aos Porcos”:

⁵⁵² Idem. *Reunião Define Reativação da Fecularia Lorenz*. Marechal Cândido Rondon, 2 a 9 de julho de 1979.

Um grande número de produtores de leite de Marechal Cândido Rondon e diversos municípios do Oeste denunciou que estão sofrendo prejuízos em decorrência da comercialização do produto junto às principais indústrias de laticínios da região. A denúncia, confirmada por organismos governamentais refere-se ao não recebimento em um ou dois dias da semana do leite “in natura”, quando então o pequeno pecuarista – principalmente – não tem onde botar o produto, sendo às vezes obrigado a jogar o leite para os porcos e, assumindo desta forma, prejuízos razoáveis que tornam a atividade pouco compensadora porque, durante a semana, a entrega do produto para a cobertura das cotas mantidas junto aos laticínios possibilita lucros quase ínfimos. Em função disto a região Oeste, que representa um excedente de sua demanda em torno de 10 mil litros diários que são, depois de industrializados, comercializados na região de Maringá, poderá ainda chegar ao ponto de não poder abastecer o mercado. A demanda hoje na região é de 60 mil litros diários, quando só a cidade de Foz do Iguaçu consome 10 mil litros diários por causa de Itaipu. Apesar de ser um mercado potencial, não se permitindo, por exemplo, uma produção inferior a demanda, pois isto provocaria um colapso no abastecimento com grandes transtornos para o consumidor do produto que é considerado dos mais essenciais, tudo indica que a pretensão de alguns organismos – notadamente oficiais de implantar na região de Cascavel uma bacia leiteira malogrou. Apesar de a demanda estar aquém de sua produção, apresentando excedentes, “A pecuária leiteira poderia vir a se constituir uma opção de diversificação da pequena e média propriedades agropecuárias”, acentuou durante a semana o chefe interino da Acarpa regional, Alyr Chiaradia, apontando, entre outras coisas, que “Esta atividade não se expande em virtude principalmente da inexperiência de uma infraestrutura de industrialização ou por falta de capitais ou por fatores que ignoramos”. Todo esse quadro apontado pelo técnico da Acarpa impede que “Possamos incentivar **o pequeno e médio produtores a aumentar a sua capacidade de produção**, isto porque não teríamos argumento suficiente para induzir o pecuarista de leite a produzir sem que haja mercado em condições, de absorver sua produção”. Por isto, garantiu, o “Nosso trabalho tem se resumido numa orientação do produtor quanto ao melhoramento de seu plantel, condições de sanidade e instalações”. Por outro lado, o técnico não encontra justificativa para a não implantação da bacia leiteira do Oeste do Paraná, que traria excelentes resultados para a atividade e, além disso, contribuiria muito para o aumento da mão-de-obra no campo porque ao contrário do adágio criado de que “Onde entra boi, sai o homem”, a “atividade pecuária leiteira propicia condições para aumentar o emprego na zona rural, pois a diversificaria. **Assim, o produtor de soja, trigo e milho que se dispusesse a participar também seria forçado a fazer mais contratações em sua propriedade, levando mais gente ou fixando mais o homem ao campo. Isto, principalmente quando a pecuária leiteira, onde pequenas e médias propriedade, nos moldes das existentes no Oeste, cuja média é de 12 a 50 hectares, são mais recomendadas.** “Agora, é um fato”, frisa o coordenador regional de pecuária da Acarpa “que a pecuária de corte realmente exige propriedades maior extensão e, portanto com os males naturais que isto gera”.⁵⁵³

⁵⁵³ Id. Marechal Cândido Rondon, de 10 a 17 de abril de 1979.

O desenvolvimento de uma indústria que beneficiasse o leite produzido na região aconteceu nos anos de 1980. Até a atualidade, o dia da entrega do “cheque do leite” (pagamento pelo leite produzido pelo colono) é importante, principalmente para o setor comercial da cidade, que vê o dinheiro do colono entrar nos seus caixas e movimentar a economia local.

Enfim, a saída para a instabilidade econômica na microrregião Oeste do Paraná foi buscada na diversificação da produção no campo, ou melhor, na diversificação da produção principalmente nas pequenas propriedades rurais. A monocultura continuou sendo lucrativa para os grandes e muitos médios produtores, que não a abandonaram. A junção da monocultura com alguma diversificação (suinocultura, mandioca, leite, etc.) fez aumentar a rentabilidade dos grandes e médios proprietários. Aos pequenos, a diversificação muitas vezes foi a “única alternativa” para permanecer no campo.

CONCLUSÃO

Com a pesquisa procurou-se entender a modernização conservadora em Marechal Cândido Rondon e seus impactos socioeconômicos, principalmente na década de 1970. Buscou-se dar racionalidade para este processo histórico, procurando compreender como a inserção das máquinas, dos implementos, dos insumos, dos financiamentos, de sementes modificadas, enfim, de uma série de modificações na produção no campo, trouxeram uma série de outras modificações sociais, como o êxodo rural, a especulação imobiliária, a formação dos “bóias-frias”, entre outros. Para tanto, mostrou-se que, inegavelmente, a agricultura foi – e ainda é – a base econômica da microrregião Oeste do Paraná, mas que esta passou por modificações entre as décadas de 1960 e 1970 que foram indelévels para o entendimento do contexto socioeconômico da microrregião na atualidade. O entendimento deste período ajuda na compreensão da atual configuração produtiva em Marechal Cândido Rondon e, principalmente, na luta de classes que dela emana.

Levando em consideração a afirmação de Sonia Mendonça, quando ponderou que

O desenvolvimento do capitalismo no campo, sem qualquer alteração na estrutura fundiária, resultou em efeitos socioeconômicos perversos, dentre eles o aumento da concentração da propriedade, o êxodo rural, a ampliação da taxa de exploração da força de trabalho empregada em atividades agrícolas e o declínio da qualidade de vida da população rural, bem como das condições ambientais no campo. (...) Dentre os processos que ocorrem paralelamente à “modernização”, destacam-se a expropriação do produtor rural motivada pela mecanização, a ruptura de relações sociais tradicionais ou o delineamento de novas oposições sociais irredutíveis à “velha” contraposição patrões *versus* trabalhadores e que passam a englobar também empreiteiros *versus* fichados, trabalhadores dos empreiteiros *versus* donos de vendas, dentre tantas outras. Em suma, o que se busca destacar, para além de mudanças meramente econômicas, é a emergência de novas posições sociais: não ocorre somente uma mudança de papéis desempenhados pelos mesmos personagens, mas configura-se também o surgimento de posições ligadas a universos sociais distintos, com novos personagens e, obviamente, novos interesses.⁵⁵⁴

⁵⁵⁴ MENDONÇA, Sonia R. de. **Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010. p. 26-26.

Buscando ultrapassar a unilateralidade do economicismo sobre o tema, procurou-se investigar as relações socioeconômicas do processo de “modernização” da agricultura, para além dos aspectos essencialmente econômicos. Procurou-se mostrar que para chegar até o entendimento da microrregião Oeste do Paraná há a necessidade de se conhecer mais a realidade sujeitos sociais da região do final da década de 1960 e na década de 1970. Entender como se deu o crescimento e a queda na produção agrícola na microrregião foi fundamental para o entendimento da modernização conservadora na microrregião.

O processo de colonização da microrregião Oeste do Paraná aconteceu segundo um plano de colonização estruturado na pequena propriedade, no trabalho familiar, na policultura. Naquele momento (1950-1964) o núcleo familiar do colono ainda poderia ser identificado com o trabalhador coletivo. Havia, naquele momento, uma forte vinculação do colono com a terra, a produção agrícola quase que somente para a subsistência, o trabalho familiar como preponderante – pois necessário – para a manutenção das pequenas e médias propriedades rurais. Assim, entende-se o trabalhador coletivo (o colono, o camponês), e também com estas características sociais foi possível compreender as transformações ocorridas no campo.

Em relação à produção no campo, procurou-se mostrar que, na forma primitiva de agricultura, a agricultura foi policultora, praticada pela força física da comunidade/clã/tribo, para a manutenção da própria comunidade, sem produção de excedentes ou com excedentes não voltados para o comércio, e era praticada com instrumentos elementares. A agricultura tradicional difere-se da primitiva devido ela não ser mais somente policultora – apesar de poder ser em determinadas regiões – mas ainda é essencialmente assim caracterizada. Também, a agricultura tradicional pressupõe a utilização de mão de obra familiar (ou trabalhador coletivo) e/ou grande quantidade de força física, mas não mais vinculados com a exclusiva manutenção alimentar da comunidade, mas com a produção do máximo de excedente possível para ser comercializado. Um exemplo desta modalidade de agricultura pode ser relacionada como a forma pela qual se produzia em Marechal Cândido Rondon, até o início da década de 1970, tendo a policultura, mão de obra familiar, o abastecimento do mercado local e estadual/nacional (com o excedente). A coivara era prática comum naquele período.

Já a agricultura moderna tem com ela todo um pacote tecnológico, e foi este processo de modificações que abordou-se. A monocultura toma o lugar da policultura (mesmo esta não deixando de existir, mas diminuindo de intensidade), há a introdução da máquina para todas as etapas da produção. Assim, a mão de obra ainda pode ser familiar, mas agora quase que exclusivamente assim – dado que a máquina realiza o trabalho de vários homens (excetua-se

desta situação os latifúndios, onde mesmo com máquinas há a necessidade de grande quantidade de trabalhadores). As sementes nativas são substituídas pelas geneticamente modificadas, a adubação é feita com misturas químicas e os pesticidas e herbicidas passam a ser usados em grande quantidades, além de se buscar não mais o abastecimento local com gêneros alimentícios (dado que a monocultura não proporciona produtos para alimentação regular, do dia a dia), mas o capital oriundo da venda das sementes da monocultura (na região estudada, soja, milho e trigo). Um exemplo desta produção é que é praticada no município de Marechal Cândido Rondon a partir da década de 1970 até os dias atuais, como procurou-se destacar com esta pesquisa.

Em poucas palavras, após a consolidação da estrutura fundiária para a exploração da terra voltada à produção agroexportadora, via de regra poupadora de mão de obra, houve o processo de “seleção” dos aptos a participarem deste mercado. Mudou-se a forma de produzir e, com ela, também mudaram algumas formas de pensar e viver entre os colonos.

Procurando juntar os pedaços para indicar as transformações ocorridas, buscou-se a contextualização histórica do Paraná, situando-o em termos econômicos e sociais dentro da dinâmica nacional. Afunilando este entendimento, passou-se à região Oeste do Paraná e suas especificidades, para, depois disso, abordar a colonização realizada pela Maripá na microrregião Oeste do Paraná.

Abordou-se a formação da microrregião nos moldes capitalistas, mas baseado na policultura, na unidade familiar, na agricultura tradicional, enfim, naquilo que foi pensado pelos empresários acionistas da MARIPA e que seria possível para o momento. Indicou-se que esta colonização se deu buscando, dentre outros, lucratividade para um empreendimento comercial (que foi a colonização realizada pela MARIPA).

Do projeto inicial, a introdução da modernização conservadora no campo levou à monocultura, à utilização de máquinas (como tratores e colheitadeiras), dos implementos (como arados, grades, cultivadores, semeadoras, roçadeiras, plainas, e outros), dos insumos (adubos, herbicidas, fungicidas, etc.), dos financiamentos para a lavoura ou para investimento no setor agrícola, de sementes modificadas (em Marechal Cândido Rondon, na Copagril), enfim, de uma série de modificações na produção no campo. Isso, por um lado, como se viu, aumentou a produtividade no campo, mas, por outro, trouxe dificuldades para os colonos, arrendatários, parceiros, meeiros, entre outros que viviam da pequena propriedade fundiária.

Mostrou-se que da modernização conservadora processou-se uma série de modificações prejudiciais àqueles que não tinham a possibilidade de usufruir satisfatoriamente do pacote tecnológico que estava sendo inserido no campo. Desta forma, aos

colonos, parceiros, arrendatários, meeiros e outras categorias de trabalho na pequena propriedade agrícola restou o êxodo rural, a migração, a venda das pequenas propriedades para tentar a vida em outros Estados e no Paraguai. A especulação imobiliária, gerada pela valorização da terra mecanizada proporcionou transformações no setor agrícola, no mínimo em dois sentidos: primeiro, valorizando a terra do pequeno proprietário que pode vender sua área e comprar em outra região, ainda não mecanizada; e um segundo, proletarizando os colonos. Eles ajudariam a formar o grande contingente de “bóias-frias”, ou migravam para as cidades maiores. Expressão disso pode ser vista com o Jornal O Alento:

Em Curitiba, o Departamento de Pesquisa da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná fez um levantamento das favelas e constatou a seguinte realidade: mais de 90% dos moradores procedem do campo e nos onze mil barracos que cercam a capital, residem nada menos de 88 mil agricultores, hoje favelados (CEI, n. 146, Janeiro de 1979, pag.9). A pesquisa está sendo feita para apurar as causas do êxodo rural e da marginalização urbana.⁵⁵⁵

Assim, a modernização conservadora forçava os trabalhadores sem a propriedade privada da terra e os colonos a saírem do campo. Procurou-se mostrar também que as intempéries provocaram percas na produção agrícola e que por este motivo colonos foram obrigados a saírem do campo ou buscar a diversificação na produção para conseguirem se manter com suas propriedades.

Além destes fatores, a concordata do Grupo Frimesa/Ruaro e a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu levaram os colonos a se preocuparem. Estes processos promoveram inconstâncias econômicas na microrregião Oeste do Paraná, mais especulação imobiliária, mais migrações, mas também geraram a criação e/ou fomento de movimentos sociais por terra que até hoje são vistos pelo Brasil.

Por fim, pode-se dizer que a modernização conservadora da agricultura na microrregião Oeste do Paraná foi interessante para aqueles que possuíam maiores áreas de terra na década de 1960 e que “entraram” na modernização pela porta da frente, conseguindo adequarem-se àquilo que seria uma produção “otimizada”, para não haver desperdícios, subutilização de máquinas, etc., aumentando paulatinamente suas áreas e, por extensão, a produtividade por hectare.

Neste sentido, apesar das crises e das oscilações econômicas da década de 1970, houve crescimento capitalista. Conforme Carlos Alberto Seiberth,

⁵⁵⁵ JORNAL O ALENTO. Marechal Cândido Rondon, de 13 a 18 de outubro de 1979. Ano I, Número 12.

A participação municipal no Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) também colabora no sentido de compreendermos que houve uma acumulação e um crescimento capitalista nos anos 70. O retorno do ICM ao Município, de Marechal Cândido Rondon em 1972 foi de Cr\$ 1.637.831,00 e, em 1979, de Cr\$ 48.057.569,77, um crescimento na arrecadação de 29 vezes em apenas 7 anos, colocando o Município em 9º lugar em arrecadação no Estado do Paraná. Dos 10 municípios com maior retorno de ICM, três eram da região Oeste do Estado: Cascavel, em 5ª lugar, Toledo 7º lugar e Marechal Cândido Rondon, em 9ª lugar (FUNDEMAR, 1978).⁵⁵⁶

Ou seja, “empresários do campo” e da cidade, instituições financeiras, entre outros, saíram ganhando com a modernização conservadora. Procurou-se mostrar que estas transformações no campo geraram dois pólos de transformações: de um lado, prejuízo dos trabalhadores sem a propriedade da terra e colonos e, por outro, de vantagens para médios e grandes proprietários rurais. Acredita-se que a modernização conservadora seja o ponto de inflexão para o entendimento da atual configuração da luta de classes no município e procurou-se, a partir desta pesquisa, contribuir para o entendimento deste processo.

⁵⁵⁶ SEIBERTH, Carlos Alberto. **Os Moradores do Loteamento Ceval na História de Marechal Cândido Rondon (1991–2007)**: um estudo de caso sobre a formação do setor urbano-industrial frigorífico e a luta por moradia. Dissertação de Mestrado em História (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2008. p. 32.

BIBLIOGRAFIA

ALANTEJANO, Paulo Roberto R. **O Conceito de Região e a Problemática dos Assentamentos Rurais.** Rio de Janeiro: 1998. Disponível em: <<http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/alentejanon23.pdf>> Acessado em: 08.08.2013.

ALVES, Eliseu & BASTOS, Eliana Teles & CONTINI, Elisio & GASQUES, GARCIA, José. *Dinamismo da Agricultura Brasileira.* In: **Revista de Política Agrícola.** Brasília, ano 1, n. 1, Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, fev, 1992.

AZEVÊDO, Fernando A. **As Ligas Camponesas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BALHANA, Altiva Pilatti et all. **Campos Gerais – Estruturas Agrárias.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1968.

____. **História do Paraná.** Curitiba: Grafipar, 1969.

BARREIRO, José Carlos. *Camponês e Política.* In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins. **Dicionário Crítico do Pensamento da Direita. Idéias, Instituições e Personagens.** Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2000.

BARTHELMESS, Artur. *Estado do Paraná: aspectos geo-econômicos.* In: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico Paranaense. Volume VII. Curitiba: julho-dez, 1957.

BELLUZZO, Luiz.G.deM. & Coutinho, R. (Orgs.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

BESNOSIK, Roberto I. & CEZAR, Paulo B. & RIBEIRO, Ivan de O. **Modernização e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira:** um estudo do extremo-oeste do Paraná. Horto. 1981.

BOCCHI, João Ildebrando. *As Crises Econômicas no Brasil: anos 60 e 70.* Disponível em: <<http://www.google.com/url?sa=t&rct>> Acessado em: 02.03.2011.

BONIN, Anamaria Aimoré. & FERREIRA, Angela Duarte D. & GERMER, Claus Magno. *A Luta Pela Terra no Paraná.* In: PAZ, Francisco Moraes (Org.). **Cenários de Economia e Política: Paraná.** Curitiba: Prephacio, 1991.

BORITZA, Rita. *Os Conflitos Ocupacionais da Colonização de Assis Chateaubriand.* Monografia de Especialização em História. Toledo: UNIOESTE, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de Poder, Dominação e Resistência: o MST e os Assentamentos Rurais**. Cascavel: EdUNIOESTE, 2002.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Auge e Declínio nos Anos 70**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

_____. **Economia Brasileira: uma introdução crítica**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Ijuí: FIDENE, 1985.

CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. **Comentários**. Curitiba: Farol do Saber, 1995;

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-45)**. São Paulo: Difel, 1997.

CASTRO, Antônio Barros de. **Sete Ensaios Sobre a Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

COLNAGHI, Maria Cristina. **O Processo Político de Ocupação do Sudoeste: cenários de economia e política – Paraná**. Curitiba: PREPHACIO, 1991;

COLODEL, José Augusto. **Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na História do Paraná até 1960**. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988;

COLOMBO, Leonir Olderico. **Memória: documentos sobre a Revolta de 61**. Serranópolis do Iguaçu: Gráfica e Editora IGAL Ltda., 2001.

CORADINI, Odacir Luiz & FREDERICO, Antoinette. **Agricultura, Cooperativas e Multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982;

CORDEIRO, Anselmo. **Ninho de Cobras**. Cascavel: Editora Independente, s/d.

CORDOVA, Maria Julita Weber. *O Processo de Produção Historiográfica Paranaense e a Construção de uma Identidade Regional*. Disponível em: <<http://www.pr.anpuh.org/resources/anpuhpr/anais/ixencontro/comunicacao-individual/MariaJWCordova.htm>> Acessado em: 12.02.2013.

COSTA, Odah Regina Guimarães. **A Reforma Agrária no Paraná**. Curitiba: UFPR, Tese de Doutorado, 1977.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985.

_____. *Capital Financeiro e Agricultura no Desenvolvimento Recente da Economia Brasileira*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 1984.

DE PAULA, Nilson & SEPULCRI, Odílio. **A EMATER e Seu Papel na Difusão de Tecnologia nos Seus 50 Anos**. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Biblioteca_Virtual/Premio_Extensao_Rural/2_Prêmio_ER/02_A_Emater_papel_Dif_Tec.pdf> Acessado em: 31.07.2014.

DEPRÁ, Gisele. **O Lago de Itaipu e a Luta dos Avá-Guarani pela Terra:** representações na imprensa do Oeste do Paraná (1976-2000). Dissertação de Mestrado em História (UFGD). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2006.

DUARTE, Geni Rosa & KOLING, Paulo José. *Memórias e violência na luta pela terra em Campo Bonito, PR (1991-2008): tempo passado, desafio do presente.* In: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/72/showToc>>. Acessado em: 11.10.2014.

FABRINI, João E. & MARQUES, Ewin & ROSS, Djoni. *A Espacialização da Luta pela Terra no Paraná.* In: **Espaço Plural.** Marechal Cândido Rondon. Ano VIII. n° 16. Segundo semestre de 2007. ISSN: 1518-4196.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST:** formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996;

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil** – Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FIORENTIN, Marta Izabel. *A Experiência da Imigração de Agricultores Brasileiros no Paraguai (1970-2010).* (Dissertação de Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.

FLEISCHFLESSER, Vanessa. **Modernização Tecnológica da Agricultura:** contrastes regionais e diferenciação social no Paraná na década de 70. Curitiba: Chain, 1988.

FLORES, Mariléia D. & STECA, Lucinéia C. **História do Paraná:** do século XVI à década de 1950. Londrina: Editora da UEL, 2002.

FOWERAKER, Joe. **A Luta pela Terra:** a economia política da fronteira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982;

GARCIA JUNIOR. Afrânio. **O Sul:** caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília: Editora Marco Zero e Editora UNB, 1990.

GERKE, Arno Alexandre. *COPAGRIL: uma análise do Cooperativismo no Oeste do Paraná.* (Dissertação de Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1992.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados Terra e Água:** o conflito de Itaipu. Salvador: Editora ULBRA, 2003.

GOMES, Iria Zanoni. **1957:** A Revolta dos Posseiros. Curitiba: Criar Edições, 1986.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil:** política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980). São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel.** Notas Sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia:** crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GREGORY, Valdir. Os **Eurobrasileiros e o Espaço Colonial** – migrações no Oeste do Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

GRONDIN, Marcelo. **O Alvorecer de Toledo na Colonização do Oeste do Paraná.** Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2007.

GUIMARÃES, Alberto. P. *O Complexo Agroindustrial.* In: **Revista Reforma Agrária.** Ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

_____. **A Crise Agrária.** 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Quatro Séculos de Latifúndio.** 6^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOBBSAWM, Eric. *Os Camponeses e a Política.* In: _____. **Pessoas Extraordinárias:** Resistência, Rebelião e Jazz. 2a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Extremo Oeste.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

IANNI, Octávio. **A Luta Pela Terra:** história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **As Metamorfoses do Escravo.** São Paulo: Hucitec/Scientia et Labor, 1988.

KERN, Arno Alvarez. **Missões:** uma utopia política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

_____. **Utopias e Missões Jesuíticas.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

KIRINUS, Gernote. **Entre a Cruz e a Política.** Paraná: Editora Beija-flor, 1979.

KOHAN, Néstor. *Gramsci e Marx:* hegemonia e poder na teoria marxista. In: **Tempos Históricos.** Revista do Curso de Graduação e Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Tradução de Edmundo Fernandes Dias. Marechal Cândido Rondon: v. 10. 1º Semestre, 2007.

KOLING, Paulo José. *Sociedade e política em Marechal Cândido Rondon.* In: **Revista Tempos Históricos.** Revista do Curso de Graduação e Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Tradução de Edmundo Fernandes Dias. Marechal Cândido Rondon: v. 10. 1º Semestre, 2007.

LAINO, Domingos. Paraguai: fronteiras e penetração brasileira. São Paulo: Global, 1979.

LAMOUNIER, Bolivar. **Determinantes Políticos da Política Agrícola Brasileira.** Brasília: Ipea, 1994.

LAVERDI, Robson. **Tempos Diversos, Vidas Entrelaçadas** – trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense.** Curitiba: SECE/BPP, 1986;

____. **Paraná: terra de todas as gentes e de muita história.** Francisco Beltrão, 2003.

LÊNIN, Vladimir I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

____. **O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907.** Goiânia: Alternativa, 2002.

LINHARES, Temístocles. **História Econômica do Mate.** Curitiba: José Olympio Editora, 1969.

____. **Paraná Vivo:** sua vida, sua gente, sua cultura. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

LOBO, Eulália L. *História Empresarial.* In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LOPEZ, Marco A. **Espaços da Memória – Fronteiras.** Cascavel: Edunioeste, 2000

MACHADO, Brasil Pinheiro. *Formação da Estrutura Agrária Tradicional dos Campos Gerais.* In: **Boletim da Universidade do Paraná.** Departamento de História. Curitiba: junho, 1963.

MACHADO, Brasil Pinheiro. *Sinopse da História Regional do Paraná.* In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.** Curitiba: 1951.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira.** Rio de Janeiro: Polis/Vozes. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/CabEb4X0/7_-_mantega_guido_a_economia_p.html> Acessado em: 05.08.2013.

MANTEGA, Guido. & Moraes, Maria. **Acumulação Monopolista e Crises no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARCHIOR, Flávia Regina. **Construções Intelectuais da Noção de Identidade Regional Paranaense na Década de 1950.** Monografia de graduação em Ciências Sociais. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

MARSON, Elsie dos Reis. *Historiografia Paranaense na Metade do Século XX – O “Paraná Tradicional” e o “Paraná Moderno”.* In: ARIAS NETO, José Miguel; DE BONI, Maria Ignês Mancini de; SOUZA, Silvia Cristina Martins de. (Orgs). **150 ANOS DE PARANÁ: História e Historiografia.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.

MARTINS, José de Souza. **A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República”.** São Paulo: Hucitec, 1986.

____. **Não Há Terra Para Plantar Neste Verão.** Petrópolis: Vozes, 1986.

____. **O Poder do Atraso.** São Paulo: Hucitec, 1994.

____. **Capitalismo e Tradicionalismo:** estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

_____. **A Militarização da Questão Agrária.** Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

MARTINS, Romário. **História do Paraná.** Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

_____. *Paranística.* In: **A Divulgação.** Curitiba, p. 91, fev./mar. 1946.

MARX, Karl. **O Capital** – crítica da economia política – O Processo de Acumulação Capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte.** São Paulo: Editora Moraes, 1987.

MASCARENHAS, Milena Costa. *POEIRA X UNICON: confrontos e contrapontos entre expropriados e Itaipu.* Dissertação de Mestrado em História (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2011.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A Taipa da Injustiça:** esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. São Paulo: Loyola, 2003.

MENDONÇA, Sônia R. **A Industrialização Brasileira.** São Paulo: Moderna, 1995.

_____. **Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993).** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

_____. **Estado e Economia no Brasil:** opções de desenvolvimento. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *Estado e Sociedade.* In: MATTOS, Marcelo Badaró. **História:** pensar e fazer. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

MERTZ, Urbano Theobald. *Um Estudo das Transformações Sociais e Econômicas de uma Sociedade de Colonos da Região Oeste do Paraná.* (Dissertação de Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2000.

MESQUITA, Olindina Vianna & SILVA, Solange Tietzmann. *A Evolução da Agricultura na Região Sul na Década de 70.* In: **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, jan./mar., 1987.

MEZZOMO, Frank Antonio. **Dom Olívio Aurélio Fazza:** trajetória eclesial de um bispo em uma região de conflitos. Tese de Doutorado em História (UFSC). Santa Catarina, 2009.

MONTOYA, Antônio Ruiz de. **Conquista Espiritual.** Porto Alegre: Martins, 1985.

MOORE Jr., Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia. Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno.** Lisboa: Martins Fontes, 1983.

MORAES JUNIOR, Leozil Ribeiro de. *Mastro: A Formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (1970-1990).* Dissertação de Mestrado em História (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon, 2010;

MOTA, Lucio Tadeu & JACOMINI, Maria Simoni & NOELI, Francisco Silva. *História das Rotas e Ações das Expedições Bandeirantes nos Territórios Indígenas do Sul do Brasil – Séculos XVI E XVII*. In: ARIAS NETO, José Miguel; DE BONI, Maria Ignês Mancini de; SOUZA, Silvia Cristina Martins de. (Orgs). **150 ANOS DE PARANÁ: História e Historiografia**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.

MÜLLER, Geraldo. **O Complexo Agroindustrial Brasileiro**. São Paulo: FGV, 1981;

MULLER, Keith Derald. *Colonização Pioneira no Sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná*. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.43, n.1, p. 83-139, jan./mar. 1986.

MYSKIW, Antonio Marcos. *Colonos, Posseiros, Grileiros: conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66)*. Dissertação de Mestrado em História (UFF). Niterói, 2002.

MYSKIW, Antonio Marcos. *Titulação de terras no Oeste Paranaense: Uma análise documental*. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2000.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migração**. Curitiba: Seed, 2001.

NARDOQUE, Sedeval. *Renda da Terra e Produção do Espaço Urbano em Jales-SP*. (Doutorado em Geografia). São Paulo: UNESP, 2007.

NEIDERAUER, Ondy. **Relatório de Atividades da MARIPA**. Toledo: Museu Histórico Willy Barth, 1955.

NIEDERAUER, Ondy H. **Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso**. Toledo : Manz Etiquetas Adesivas, 1992.

OBBERG, Kalervo, JABINE, Thomas. **Toledo: um Município da fronteira Oeste do Paraná**. Rio de Janeiro: Edições SSR, 1960.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura**. 4^a ed. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: Cebrap/Brasiliense, 1977.

_____. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O Silêncio das Genealogias: classe dominante e Estado no Paraná*. Campinas: Tese de doutorado em Ciências Sociais (Unicamp), 2000.

PADILHA, Leão. **O Brasil na Posse de Si Mesmo**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1941.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná**. Curitiba: Hucitec/SCE-PR, 1981.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo: cultura e imaginário no Paraná dos anos 20**. In: Revista da ANPUH/PR. 1996.

PFLÜCK, Lia. **Mapeamento Geo-ambiental e Planejamento Urbano**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

PIRES, Murilo José de Souza. & RAMOS, Pedro. *O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil*. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140> Acessado em 29.01.2014.

POULANTZAS, Nicos. **As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

_____. **Poder Político e Classes Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PRADO, Caio Jr. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.

PRZEWORSKI, Adam (org.). **Capitalismo e Socialdemocracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RANGEL, Ignácio. *A História da Dualidade Brasileira*. In: **Revista de Economia Política**. Vol 1, n. 4, 1982. Disponível em: <<http://www.rep.org.br>> Acessado em: 04.06.2015.

RIBEIRO, Maria de Fátima. *ITAIPU, A DANÇA DAS ÁGUAS: histórias e memórias de 1966 a 1984*. Doutorado em História (UNICAMP). São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

RIBEIRO, Maria de Fátima. **Memórias do Concreto: vozes na construção da Itaipu**. Paraná: EDUNIOESTE, 2002.

RICARDO, Cassiano. **Marcha Para Oeste**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1942.

RITTER, Maria de Lurdes. **As Sesmarias do Paraná no Século XVII**. Curitiba: IHGEPr, 1980.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SAATKAMP, Venilda. **Desafios, Lutas e Conquistas: história de Marechal Cândido Rondon**. Cascavel: ASSOESTE, 1985.

SAES, Décio. **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. São Paulo: Quiroz, 1985.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2ª ed. São Paulo : HUCITEC, 1984.

SAYAD, João. **Crédito Rural no Brasil – avaliação das críticas e das propostas de reforma**. São Paulo: Pioneira/Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1984.

SCHLOSSER, Marli T. S. *Modernização Agrícola: um estudo de discursos jornalísticos na região Oeste do Paraná (1966-180)*. In: LOPEZ, Marco A. **Espaços da Memória – Fronteiras**. Cascavel: Edunioeste, 2000.

_____. Marli Terezinha S. *NAS ONDAS DO RÁDIO: a viabilização da modernização agrícola no Oeste do Paraná (1960-1980)*. Dissertação de Mestrado em Geografia (UEM). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2001; _____. *O Reverso do discurso e a Crise da Especialização Agrícola (extremo oeste do Paraná 1980-2000)*. Tese de Doutorado em Geografia (UNESP). Presidente Prudente: Universidade Estadual de São Paulo, 2005.

SCHMIDT, Róbi J. *A Política na “Época de Barth”*: um aspecto mitificador. In: LOPEZ, Marco A. **Espaços da Memória – Fronteiras**. Cascavel: Edunioeste, 2000.

_____. **Cenas da Constituição de um Mito Político**: memórias de Willy Barth. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001;

SCHMITT, Judite V. *OS ATINGIDOS POR ITAIPU: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000*. Dissertação de Mestrado em História (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2008;

SCHNEIDER, Claércio Ivan. *Os Senhores da Terra: produção de consensos na fronteira (Oeste do Paraná, 1946-1960)*. Dissertação de Mestrado em História (UFPR). Curitiba, 2001.

SCHREINER, Davi F. **Cotidiano, Trabalho e Poder**: a formação da cultura do trabalho no extremo oeste do Paraná. Toledo: Editora Toledo, 1997.

SEIBERTH, Carlos Alberto. *OS MORADORES DO LOTEAMENTO CEVAL NA HISTÓRIA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON (1991–2007): um estudo de caso sobre a formação do setor urbano-industrial frigorífico e a luta por moradia*. Dissertação de Mestrado em História (Unioeste). Marechal Cândido Rondon, 2008.

SERRA, José. *Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira no Após-Guerra*. In: **Revista de Economia Política**. Vol 2, n. 6, 1982. Disponível em: <<http://www.rep.org.br>> Acessado em: 04.06.2015.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: UnB, 1990.

SILVA, José Gomes da. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, José Graziano da (Coord). **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1978.

_____. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. São Paulo: UNICAMP/IE, 1998.

_____. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

SILVA, Oscar. **Toledo e Sua História**. Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

SINGER, Paul **A Crise do Milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982;

_____. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Dominação e Desigualdade** – estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *Introdução: Capital e Trabalho no Campo*. In: SINGER, Paul (Org.) **Capital e Trabalho no Campo**. São Paulo: Hucitec, 1977.

SILVA, Tânia M. Limeira de Carvalho e. *Uma Síntese das Teses Centrais de Interpretação do Ciclo na Economia Brasileira*. In: **Revista de Economia Política**. Vol 6, n. 4, 1986. Disponível em: <<http://www.rep.org.br>> Acessado em: 04.06.2015.

SMANIOTTO, Marcos Alexandre. *A BURGUESIA RONDONENSE EM AÇÃO: a formação e atuação da Guarda Mirim (1966-1979)*. Marechal Cândido Rondon: Dissertação de Mestrado em História, 2008.

SONDA, Valdemir J. *A Emigração Brasileira para Naranjal – Alto Paraná – Paraguai (1973-1995)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2003.

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUZA, Edson Belo. C. *A REGIÃO DO LAGO DE ITAIPU: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional*. Dissertação de Mestrado em Geografia(UFSC). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998

STÉDILE, João Pedro. **Programas de Reforma Agrária: 1946 – 2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005;

SZESZ, Christina Marques. *O Conceito de Região: discursos e representações do Paraná*. In: DeNipoti, Cláudio; ARRUDA, Gilmar (Orgs.). **Cultura e Cidadania**. Maringá :ANPUH/PR, 1996.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. **Ciclo e Crise**: o movimento recente da industrialização brasileira. Tese apresentada no concurso para professor titular na UFRJ (Mimeo.), 1979.

TEIXEIRA, Jodenir C. *MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais*. In: **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**. Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005. p. 25. Disponível em: <<http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/jodenir.pdf>> Acessado em: 03.01.2014.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Russa**. São Paulo: Informação, 1989.

URNAU, Iraci Maria W. *Autoritarismo, Rádio e a Idéia de Nação (1985-1992)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense; Dissertação de Mestrado, 2003.

VALENTINI, Juliana. *Sociedade Rural do Paraná: organização e atuação da fração agrária da classe dominante no Paraná 1946-1964*. Dissertação de mestrado em História (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon, 2014.

VANDERLINDE, Tarcísio. *Uma (Re)Invenção do Agricultor: uma análise dos discursos no Informativo Copagril*. In: **Revista Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon. v. 12. 1º Semestre de 2008.

WACHOWICZ, Rui C. **Obrageros, Mensus e Colonos: história do Oeste Paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1982.

_____. **História do Paraná**. 9ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WEIRICH, Udilma L. **História e Atualidades: perfil de Marechal Cândido Rondon**. Marechal Cândido Rondon: GERMÂNICA, 2004.

WENDEPAT, Tereza. *Distrito de Novo Sarandi. Relato*. In: YOSHIDA, Iraci da Silva Menezes. (Org.). **Com Licença, somos distrito de Toledo – projeto repensando os distritos de Toledo**. Toledo: Prefeitura de Toledo, 1988.

WESTPHALEN, Cecília Maria, et. all. **Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno**. Curitiba: Boletim da Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, n o 7, 1968.

_____. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra Capitalismo – a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ZIMMERMANN, Jadir. **Arlindo Alberto Lamb: uma história que merece ser contada**. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica Ltda., 2006.

FONTES

CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. Volume 3. Tomo 9. 1ª e 2ª partes.

CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. Volume 1. Tomo 18. 1ª e 2ª partes.

CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1983-1984. Volume 2. Tomo 3. Número 20. 1ª e 2ª partes.

Companhia Lorenz. A Empresa. Disponível em: <http://www.lorenz.com.br/novo/index.asp?p_codmnu=2&p_ideidi=ptg> Acessado em: 17.06.2015.

Estatuto da Terra (Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm> Acessado em 12.03.2015).

Frente Ampla de Notícias. Rádio Difusora. Marechal Cândido Rondon.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. *O Paraná Reinventado: Política e Governo. Projeto História Política do Paraná*. Curitiba: IPARDES, 1989.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. *OESTE PARANAENSE: o 3º Espaço Relevante – especificidades e diversidades*. Curitiba: IPARDES, 2008.

Jornal Informativo Copagril. Marechal Cândido Rondon.

Jornal O Alento. Marechal Cândido Rondon.

Jornal Rondon Hoje. Marechal Cândido Rondon.

Luta no Campo. Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br>> Acessado em: 24.10.2015.

Ministério do Planejamento e Grupo de Estudos para Atividades Agro-Industriais do Paraná. Curitiba, 1973. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/> Acessado em: 21.12.2013.

Museu Histórico Willy Barth. Toledo.

NEIDERAUER, Ondy. Relatório de Atividades da MARIPA. Toledo: Museu Histórico Willy Barth, 1955.

Personagens da Ditadura. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/costaCavalcanti.html>> Acessado em: 28.6.2015.

Presidência da República Institucionaliza o Crédito Rural. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm> Acessado em: 05.01.2014.

Proagro – Lei 5.969/1973; Lei Agrícola 8.171/1991,; Decreto 175/1991. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/zoneamento-agricola/proagro> Acessado em: 08.01.2014.

Rádio Capital. *Em protesto pela demarcação de terras aos indígenas ruralistas querem gerar crise com desabastecimento nacional*. Disponível em: <<http://www.capitalfm.com.br/2013/03/20/em-protesto-pela-demarcacao-de-terras-aos->

indigenas-ruralistas-querem-gerar-crise-com-desabastecimento-nacional> Acessado em 24.03.2013. Data da veiculação da notícia: 20/03/2013, 08:13.

Revista Oeste – Revista Mensal de Informação. Marechal Cândido Rondon.

SINPRORP – Disponível em: <http://www.sinprorp.org.br/premio/premio1981-3.htm>
Acessado em: 13.06.2015.